

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MUSEU DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

DINÂMICA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL INDÍGENA
NO VALE DO RIO TAPAJÓS

(Versão Revisada)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em Arqueologia

Área de concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa: Espaço, Sociedade e Processos de Formação do Registro Arqueológico

Orientador: Prof^ª Fabíola Andréa Silva

Orientando: Alexandre Robazzini

São Paulo, Maio de 2013

Resumo: Os povos indígenas são parte essencial do processo de formação territorial, social, cultural e político pelo qual o país passou e vem passando. Essas sociedades são portadoras de uma história de longa duração que sempre desempenharam um papel ativo e criativo diante dos desafios impostos pelo avanço dos conquistadores no passado e na atualidade. Diante desta premissa e com o intuito de contribuir para o escopo da História Indígena, propomos a realização de um trabalho interdisciplinar a partir da utilização conjunta de dados advindos de diferentes fontes – históricas e arqueológicas – para elaborar uma narrativa da dinâmica de ocupação territorial indígena no Vale do Rio Tapajós.

Palavras chave: Arqueologia amazônica, História Indígena, Rio Tapajós, Dinâmica territorial, povos indígenas

Abstract: Indigenous peoples are an essential part of the training process territorial, social, cultural and political development in which the country has undergone and passed. These societies are living with a history of long duration which have always played an active and creative in the face of challenges posed by the advance of the conquerors in the past and at present. Given this premise, and in order to contribute to the scope of Indian History, we propose the realization of interdisciplinary work from the joint use of data coming from different sources - historical and archaeological - to develop a narrative of the dynamics of territorial occupation in indigenous Vale do Rio Tapajós.

Keywords: Amazonian Archaeology, Indian History, Rio Tapajós, territorial dynamics, indigenous peoples.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi custeada com o auxílio do CNPq.

São poucas as pessoas que preciso agradecer, no entanto, foram fundamentais no desenrolar e na conclusão dessa pesquisa.

Primeiramente, agradeço minha orientadora pela inesgotável paciência, orientação precisa e, principalmente, por acreditar em mim e no trabalho até o fim.

Agradeço, também, a amizade e aos conselhos do indispensável e inigualável Chico Noelli.

Agradeço aos colegas de laboratório pelo apoio e incentivo em todos esses anos.

Por fim, agradeço a meus familiares que me financiaram nos momentos de maior aperto e nada me deixaram faltar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO 1 – CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO: VELHOS PROBLEMAS, NOVAS PERSPECTIVAS	
1.1. Desafios da História Indígena	13
1.2. Caminhos da História Indígena	20
1.3. Quando o “campo” é o arquivo	44
 CAPÍTULO 2 – CORRELATOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL INDÍGENA NO VALE DO RIO TAPAJÓS	
2.1. Dinâmica Histórica da ocupação territorial indígena (séc. XVI – XIX)	61
2.1.1. Panorama Etnográfico	61
2.1.1.1. As margens do Rio Amazonas – Séculos XVI-XVII	62
2.1.1.2. Empresas jesuíticas: os primeiros núcleos coloniais	73
2.1.1.3. Viagens científicas	90
2.1.2. Deslocamentos indígenas no Vale do Rio Tapajós	106
2.1.2.1. Noções de Migração e Expansão	106

2.1.2.2. Migrações pelo Vale do Rio Tapajós	108
2.1.2.3. Expansão Mundurukú	116
2.1.3. A situação atual dos territórios indígenas no Vale do Rio Tapajós	135
 CAPÍTULO 3 – CORRELATOS MATERIAIS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL INDÍGENA NO VALE DO RIO TAPAJÓS	
3.1. Síntese arqueológica do Vale do Rio Tapajós	156
CONCLUSÕES FINAIS	171
BIBLIOGRAFIA	175
ANEXOS	211

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa síntese de Menéndez (2006 [1992])	43
Mapa 2 – Área de Pesquisa	45
Mapa 3 – Diário de Viagem – Fr. Gaspar de Carvajal (1541)	66
Mapa 4 – Crônicas de Viagem – Fr. Alonso de Rojas (1639)	70
Mapa 5 – Diário de Viagem – Pe. Cristóbal de Acuña (1641)	71
Mapa 6 – Relatório Administrativo – Maurício de Heriarte (1662)	72
Mapa 7 – Diário de Viagem – Pe. Samuel Fritz (1691)	79
Mapa 8 – Diário de Viagem – Pe. João F. Bettendorf (1698)	80
Mapa 9 – Carta – Pe. Bartolomeu Rodrigues (1714)	83
Mapa 10 – Diário de Viagem – Pe. João de São José (1763)	87
Mapa 11 – Diário de Viagem – Pe. José Monteiro Noronha (1768)	88
Mapa 12 – Diário de Viagem – Ricardo Franco de Almeida Serra (1797)	93
Mapa 13 – Diário de Viagem – Castro & França (1812)	95
Mapa 14 – Diário de Viagem – Spix & Martius (1817-1820)	97
Mapa 15 – Diário de Viagem – Peixoto de Azevedo (1819)	100
Mapa 16 – Diário de Viagem – Florence (1827)	101
Mapa 17 – Diário de Viagem – Castelnau (1850)	103
Mapa 18 – Diário de Viagem – Coudreau (1897)	105

Mapa 19 – Descimento e Migração dos “Tupinambaranas”	110
Mapa 20 – Migrações Parintintin	112
Mapa 21 – Migração Apiaká	115
Mapa 22 – Expansão Mundurukú	119
Mapa 23 – Aldeias Mundurukú	125
Mapa 24 – Áreas aproximadas dos conflitos entre Mundurukús com portugueses e outros povos indígenas (segunda metade século XVIII)	128
Mapa 26 – Territórios Indígenas (Séc. XVI)	136
Mapa 27 – Territórios Indígenas (Séc. XVII)	137
Mapa 28 – Territórios Indígenas (Séc. XVIII)	138
Mapa 29 – Territórios Indígenas (Séc. XIX)	139

Lista de Tabelas e Gráficos

Figura 1 – Representação esquemática da história de vida de um território (Zedeño 1997: 86)	48
Tabela 1 – Trajetórias, processos, atividades e correlatos materiais na história de formação territorial (Bespalez 2009)	49
Tabela 2 – Povos Indígenas – Rojas (1639), Acuña (1641) e Heriarte (1662)	68
Tabela 3 – Povos Indígenas – Fritz (1691) e Bettendorf (1662)	78
Tabela 4 – Povos Indígenas – Rodrigues (1714)	82

Tabela 5 – Povos Indígenas – São José (1763) e Monteiro Noronha (1768)	85
Tabela 6 – Povos Indígenas – Almeida Serra (1797)	91
Tabela 7 – Povos Indígenas – Castro & França (1812)	94
Tabela 8 – Povos Indígenas – Spix & Martius (1817-1820)	96
Tabela 9 – Povos Indígenas – Castelnau (1850)	102
Tabela 10 – Ofensiva Mundurukú	120
Tabela 11 – Aldeias Mundurukú	123

INTRODUÇÃO

Presenciamos, atualmente, o desenvolvimento de uma História Indígena no Brasil que vê os povos indígenas como parte essencial do processo de formação territorial, social, cultural e político pelo qual o país passou e vem passando. Essas sociedades são portadoras de uma história de longa duração que sempre desempenharam um papel ativo e criativo diante dos desafios impostos pelo avanço dos conquistadores no passado e na atualidade.

Diante desta premissa e com o intuito de contribuir para o escopo desta História Indígena, propomos a realização de um trabalho interdisciplinar a partir da utilização conjunta de dados advindos de diferentes fontes – históricas e arqueológicas – para elaborar uma narrativa da dinâmica de ocupação territorial indígena no Vale do Rio Tapajós.

Esta porção da Amazônia Meridional se destaca por várias razões: 1) é banhada por um dos mais importantes afluentes da margem sul do rio Amazonas; 2) possui uma arqueologia ainda incipiente em termos da análise e interpretação dos registros arqueológicos; 3) foi ocupada por diversos povos indígenas que, ao longo do tempo, foram desaparecendo ou tiveram seus territórios drasticamente reduzidos; 4) é uma área estratégica para o desenvolvimento de inúmeros empreendimentos econômicos (p.ex. Complexo Hidrelétrico do Tapajós) que ameaçam a integridade do seu patrimônio arqueológico, cultural e ambiental; 5) apresenta um contingente indígena que historicamente vem sendo ameaçado na sua autodeterminação e soberania territorial.

Sendo assim, para alcançar uma compreensão - ainda inicial - desta dinâmica adotamos os pressupostos teórico-metodológicos do modelo de “história de formação

territorial” concebido pela arqueóloga María Nieves Zedeño (1997). Neste sentido, nossa apreensão das fontes históricas e arqueológicas terá a preeminência de um olhar e objetivos arqueológicos. Em outras palavras, nosso objetivo principal com este trabalho é evidenciar: 1) a importância das informações históricas para a pesquisa arqueológica; 2) a peculiaridade do olhar arqueológico sobre as fontes históricas; 3) a importância da pesquisa das fontes históricas com um olhar arqueológico para o delineamento de pesquisas arqueológicas regionais, especialmente, em contextos onde há uma continuidade histórica entre as populações indígenas do passado e do presente.

No primeiro capítulo fazemos uma revisão bibliográfica sobre os pressupostos teórico-metodológicos adotados no âmbito da pesquisa em História Indígena no Brasil. Tomando como referência os trabalhos de historiadores e antropólogos, procuramos demonstrar que os objetivos desses pesquisadores ao trabalharem com as fontes históricas, embora tenham olhares distintos do arqueólogo, perseguem os mesmos objetivos, ou seja, compreender os processos de continuidade e transformação cultural pelos quais essas sociedades passaram no decorrer dos tempos. Ainda neste capítulo, apresentamos as pesquisas de alguns arqueólogos que através da utilização dos dados históricos procuraram definir a arqueologia como uma história indígena de longa duração, visão com a qual compartilhamos nesta dissertação. Finalmente, neste capítulo também é apresentado, com mais detalhe, o modelo etnoarqueológico/arqueológico utilizado na análise dos dados levantados.

No segundo capítulo, a partir das fichas elaboradas com a leitura e análise - orientadas pelo olhar da arqueologia - dos diários de viagem e correspondências de naturalistas/aventureiros e funcionários públicos procuramos: 1) (re) construir o panorama de ocupação indígena neste território (área piloto definida no Vale do Tapajós) localizando de forma estática os grupos indígenas no decorrer dos séculos; 2) e,

posteriormente, apresentar a dinâmica territorial destas populações neste espaço. No final do capítulo fazemos uma explanação sobre a diferença na distribuição territorial destas populações no passado e no presente, apresentando a configuração atual das Terras Indígenas nesta área do Vale do Tapajós.

No terceiro capítulo apresentamos uma síntese da pesquisa arqueológica no Vale do Rio Tapajós. Nosso objetivo foi chamar a atenção para a importância arqueológica desta área e, ao mesmo tempo, identificar os dados brutos produzidos pelos arqueólogos e que ainda não foram plenamente analisados e divulgados (Anexo 1). Queremos evidenciar com este capítulo que o Vale do Tapajós, no que concerne à pesquisa arqueológica, é extremamente rico do ponto de vista dos dados e que estes ainda necessitam de mais investigação. Além disso, queremos chamar a atenção para o fato de que os empreendimentos econômicos que estão sendo conduzidos no Vale do Tapajós poderão ocasionar o desaparecimento de um imenso patrimônio arqueológico, antes mesmo deste ser mais conhecido pela arqueologia.

Nesta pesquisa, buscamos traçar um panorama da ocupação indígena nessa importante região amazônica, destacando o fato de que seu patrimônio arqueológico ainda precisa ser mais conhecido e que as populações indígenas que ali vivem têm uma história de longa duração e modos de vida que merecem ser preservados e respeitados, apesar dos interesses econômicos desenvolvimentistas de nosso país.

CAPÍTULO I

CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO: VELHOS PROBLEMAS, NOVAS PERSPECTIVAS

1.1. Desafios da História Indígena

A História do Brasil tem sido insistentemente descrita como a “história da colonização”, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, diverso do europeu, sobre o qual estes vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual. Nesses relatos as populações indígenas entraram marcadas pelo acidental, pelo exótico e pelo transitório, como se a existência desses indivíduos fosse algo inteiramente fortuito, um obstáculo que logo viria a ser superado e, com o passar do tempo, foi sendo minimizado e quase inteiramente esquecido (Pacheco de Oliveira & Freire 2006; Carneiro da Cunha 2006 [1992]; Monteiro 2001).

Ao contrário de tal tendência, sobretudo nas últimas décadas, presenciamos o desenvolvimento de uma História Indígena que vê essas sociedades, seja no passado mais remoto ou no momento atual, como parte essencial do processo de formação territorial, social, cultural e político do país. Além disso, esta História Indígena tem revelado povos portadores de uma herança cultural que – apesar das perdas e transformações – vem desempenhando um papel ativo e criativo diante dos desafios impostos pelo avanço dos conquistadores no passado e na atualidade.

Diante deste fato e com o objetivo de contribuir no aprimoramento desta História Indígena e, no nosso caso, melhor compreendermos alguns aspectos da dinâmica de ocupação territorial no Vale do Rio Tapajós propomos a realização de um trabalho interdisciplinar a partir da utilização integrada de dados advindos de diversas fontes – históricas e arqueológicas – para elaborar uma narrativa dos processos de ocupação territorial realizados pelas sociedades indígenas que ocuparam e ocupam esta região da Amazônia Meridional.

É possível constatar que apesar das recentes contribuições feitas pela História Indígena, os povos indígenas – no senso comum – continuam a ser tratados como remanescentes do passado não fazendo parte, propriamente, da história, mas de uma distante e nebulosa pré-história. Os livros didáticos e mesmo algumas produções historiográficas tendem a liquidar rapidamente com essas populações dando-lhes destaque somente em alguns episódios da “colonização” (ver críticas em Lopes da Silva & Grupioni 1995; Carneiro da Cunha 2006 [1992], 1987/88/89; Monteiro 1999, 2001).

Davi Kopenawa, uma importante liderança Yanomami, refletindo sobre a chegada do “branco” ao “Novo Mundo” afirma:

“(...) nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui a longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou (...). Os brancos chamam hoje ‘Nós descobrimos a terra do Brasil’. Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kayapó e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos!” (Albert 1999: 18).

Dessa forma, a “descoberta” para a historiografia tradicional aparece como um casual desvio de rota e o encontro com os indígenas vem descrito como integrado quase por surpresa e estupor. Os relatos dos conquistadores exacerbaram a diferença, enfatizando unilateralmente o distanciamento de usos e costumes que de tanto ser reiterado, acabou por engendrar uma imagem estática e impositiva. Pouco a pouco esse

artifício narrativo cedeu lugar a uma retórica e a mobilização do trabalho indígena foi transformada em uma pedagogia moral e religiosa.

Porém, ao contrário de tal tendência os povos indígenas são parte essencial do processo de formação política, social e cultural do Brasil. As práticas e as representações que caracterizam a sociedade brasileira não podem ser compreendidas se não forem levadas em consideração as populações indígenas aqui estabelecidas anteriormente à conquista, com suas formas de organização sociocultural e com a sua interferência e controle sobre os recursos ambientais existentes (Pacheco de Oliveira & Freire 2006).

Além disso, se pode observar o equívoco de considerar que para os povos indígenas a história dos contatos se reduz necessariamente a uma história de perdas, tornando sua versão uma visão dos vencidos, ou ainda, que como resultado desse contato, existe apenas uma “política indigenista”, a nossa política, sem considerar a existência, também, de uma política mediatizada pelos próprios povos indígenas, uma “política indígena”, pela qual eles constroem seu relacionamento com a sociedade nacional. Esses personagens ou atores indígenas, portanto, são invisíveis ou, na melhor das hipóteses, representam um papel coadjuvante em grande parte da história que ainda vem, em parte, sendo contada (vide Carneiro da Cunha 2006 [1992], 1987/88/89; Monteiro 1995, 1996, 2001; Gallois, 1999; Lopes da Silva & Grupioni 1995).

A historiografia, com algumas exceções, ainda apresenta uma visão empobrecedora sobre a utilização dos dados históricos disponíveis para as populações indígenas, tanto nos arquivos quanto nas memórias de viajantes, naturalistas e aventureiros. Seus olhares estão, na maioria das vezes, comprometidos com o interesse em focalizar a inserção do indígena como mão-de-obra na economia colonial ou como alvo dos missionários. Os povos indígenas, para esses historiadores tradicionais, são sempre estranhas massas humanas, com nomes igualmente estranhos que vagam ao longo

dos trabalhos, aparecendo ora como bravos guerreiros, ora como índios “civilizados”, uma multidão de indivíduos que engrossa as raras estatísticas populacionais, indivíduos “domesticados” pelo trabalho, colaboradores pacientes do seu dominador. Nesse sentido, no seu silêncio, acabam por reproduzir a mentalidade colonizadora, sendo o indígena, historicamente, objeto de assimilação ou de extermínio, não interessando o conhecimento do seu mundo. O que se diz sobre ele é apenas o suficiente para operar o seu “encaixe” no esquema explicativo do universo colonial (Monteiro 2001; Carneiro da Cunha 2006 [1992]; Pacheco de Oliveira & Freire 2006).

Entretanto, alguns autores se insurgem contra o silêncio da historiografia e põem abaixo vários mitos estereotipados nela consagrados acerca do papel desempenhado pelos índios na “colonização” do Brasil. Os trabalhos de Monteiro (1990, 1992a, 1992b, 1992c, 1994) são antes de tudo um sólido exemplo deste tipo de pesquisa documental. Monteiro devassou inúmeros arquivos nacionais, sobretudo de São Paulo, coligindo vastíssima documentação cartorária, eclesiástica e epistolar. Pesquisou também importantes arquivos estrangeiros, sobretudo em Portugal e na Itália. Tal trabalho se dedica exatamente a resgatar o papel central que os povos indígenas desempenharam na história de São Paulo durante os séculos XVI e XVII, tempo em que a região nada mais era do que uma periferia da América Portuguesa. O autor desmistifica a idéia de que o bandeirantismo paulista tenha contribuído decisivamente para o alargamento territorial e povoamento do interior brasileiro. Muito pelo contrário, ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo colonizador, as incursões paulistas concorreram antes para a devastação de inúmeras sociedades indígenas. O bandeirantismo foi, na realidade, uma ação tragicamente despovoadora. Monteiro, ao longo de suas pesquisas, vai derrubando, uma a uma, com apoio documental, antigas “verdades” consagradas. Demonstrando, por exemplo, que a verdadeira riqueza do sertão

eram os índios, objeto da cobiça dos colonos ou do afã salvacionista missionário que, aliás, não excluía a utilização do trabalho indígena nos aldeamentos. Aponta, também, com máxima ênfase, o que foi o “despovoamento” perpetrado pela expansão bandeirante, heróica para uns, absolutamente trágica para as populações indígenas.

Ainda hoje presenciamos em alguns contextos de disputas de interesses político-econômicos, esses povos sendo tratados genericamente como “índios” e como “minorias”. Cabe ressaltar que a palavra “índio” avançou pela história e acabou chegando aos nossos dias, como sinônimo de exotismo e, com isso, determinando uma pseudo-inferioridade do índio em relação ao “colonizador”. Poderíamos começar mudando essa história, chamando esses povos pelos nomes com os quais são mais conhecidos, porém, surge outro problema, nem sempre o nome mais conhecido corresponde à sua autodenominação. Em muitos casos, esses nomes foram dados por outros povos indígenas, por missionários, conquistadores e outros “brancos”.

Essa versão insiste, ainda, em negar aos povos indígenas a capacidade de definir os próprios rumos de sua história, de tal forma que, há muito tempo, são desenvolvidas em todo o país políticas nacionais de “proteção” (vide Arnaud 1989; Lima 1995, 2006 [1992]). Acostumamo-nos a pensar que as sociedades indígenas devem ser protegidas, porém, a dependência que hoje caracteriza a situação da maior parte desses povos foi na verdade uma relação que eles mesmos se empenharam em construir, isto é, se eles mantiveram uma demanda continuada em relação à tecnologia e à proteção oferecida pelos brancos, também mostraram que nossas versões de sua história foram sempre empobrecidas a favor do interesse da “conquista”. É por esse motivo que, sem conhecer essa História Indígena, muitos setores da sociedade nacional continuam a vê-los como vítimas da civilização. Devemos ter em mente, porém, que desde os primeiros encontros, as populações indígenas não interagiram de forma passiva. Eles tinham motivos próprios

para aceitar a convivência com as frentes de expansão que chegavam até eles. Nessas tentativas fracassadas ou bem-sucedidas de aliança – inclusive nas alianças dos indígenas com os brancos, para enfrentar outros indígenas – esses povos mostraram que não apenas “resistiam”, passivamente. Uma revisão historiográfica, antropológica e arqueológica da relação entre os povos indígenas e a sociedade nacional tem procurado olhar com atenção a história contada por eles, de como souberam se aproveitar da presença dos brancos, deixando de salientar apenas os movimentos de resistência “contra” os mesmos, mostrando que as sociedades indígenas têm suas formas próprias de fazer política externa (vide Carneiro da Cunha 2006 [1992]; Monteiro 1999, 2001; Novaes 1999; Albert & Ramos 2002; Gallois 1999; Pacheco de Oliveira & Freire 2006).

Não há como negar que os povos indígenas sofreram reveses monumentais diante do impacto fulminante que foi a conquista européia. Porém, não podemos reduzir essa experiência à simples caracterização dessas populações como vítimas das iniquidades do conquistador. Essa perspectiva do senso comum não contempla os múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração de identidades que informaram e direcionaram as maneiras pelas quais diferentes segmentos indígenas se posicionaram diante da nova ordem que começou a se instaurar com a chegada dos primeiros conquistadores (Monteiro 1996, 2001; Carneiro da Cunha 2006 [1992], 1987/88/89; Gallois 1999; Pacheco de Oliveira & Freire 2006).

Até pouco tempo, as reivindicações indígenas eram feitas de maneira isolada e sem critérios gerais que envolvessem a situação de todos os povos indígenas no Brasil. Assim, durante a existência do SPI, por exemplo, sertanistas como os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas, além de Francisco Meirelles, traziam índios do Alto Xingu e Xavante para a capital federal e divulgavam seus problemas e necessidades específicos. Era uma relação paternalista, em que os índios dependiam da mediação dos indigenistas

para agir e se fazer ouvir, sendo que mais tarde tal aparato tutelar foi, também, empregado pela FUNAI para impedir qualquer mobilização dos índios em face do Estado (vide Pacheco de Oliveira 1988, 1998, 1999, 2001).

Entretanto, a partir da década de 1970, o “Movimento Indígena” se estruturou seguindo a convicção de que ao invés de aguardarem ou solicitarem a intervenção protetora de um “patrono” para terem suas reivindicações atendidas e direitos reconhecidos por um Estado que se esforçava em torná-los invisíveis, as sociedades indígenas deveriam estruturar uma mobilização política própria – desenvolvendo mecanismos de representação, estabelecendo alianças e levando seus pleitos à opinião pública. Somente a partir da constituição de um sistema de reivindicações e de pressões é que o Estado viria agir, procedendo à identificação e à demarcação das terras indígenas, melhoria dos serviços de assistência (de saúde e educação) ou resolvendo problemas administrativos diversos deixados no limbo por muitos anos. As décadas de 1970 e 80 foram os momentos de maior visibilidade dessa mobilidade de ação política indígena, que se constituía à margem da política indigenista oficial, opondo Estado e sociedade civil, delineando progressivamente novas modalidades de cidadania indígena (vide Pacheco de Oliveira 1988, 1998, 1999, 2001).

Essas experiências, vivências e estratégias vêm sendo esmiuçadas por um crescente número de estudiosos que buscam através de uma perspectiva interdisciplinar aliar as informações que emergem, em fragmentos dispersos, dos arquivos, museus, sítios arqueológicos e bibliotecas que guardam e escondem os mistérios do passado (p.ex. Heckenberger 1996, 2001, 2009; Noelli 1993, 1996, 1999; Eremites de Oliveira 1996; Neves 2005; Wüst 1990; Amoroso 1998, 2006 [1992]; Monteiro 1994, 2001, 2006 [1992]; Wright 1981, 1990, 1992, 2002, 2006 [1992]; Menéndez 1981/1982, 1983, 2006 [1992], 1984, 1989a, 1989b; Turner 2006 [1992]; Fausto 2006 [1992]; Dorta 2006 [1992];

Perrone-Moisés 2006 [1992]; Urban 2006 [1992]; Ribeiro & Velthem 2006 [1992]; Carneiro da Cunha 2006 [1992]b; Porro 1981, 1983-4, 1987, 1989, 1993 1994, 2006 [1992]; Taylor 2006 [1992]; Erikson 2006 [1992]; Roosevelt 2006 [1992]; Farage & Santilli 2006 [1992]; Farage 1991; Santilli 1989; Pacheco de Oliveira 1988, 1998, 1999, 2001).

É neste contexto, sobretudo nas últimas décadas que a História Indígena – a partir de esforços despendidos por alguns historiadores, arqueólogos e antropólogos – vêm desenvolvendo e aprimorando seu arcabouço teórico-metodológico. Assim, recuperar os múltiplos processos de interação entre as sociedades indígenas, o conquistador e as populações que surgiram a partir da “colonização” européia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos povos indígenas, apresenta-se como desafio essencial para a História Indígena que aqui defendemos. Assim, a partir do levantamento e análise de dados históricos buscamos alcançar um entendimento da dinâmica de ocupação indígena no Vale do Rio Tapajós, construindo um cenário que poderá orientar futuras pesquisas arqueológicas na região tendo em vista que entendemos arqueologia como história indígena de longa duração (Noelli 1999; Neves 1999).

1.2. Caminhos da História Indígena

O século XVIII foi marcado tanto por um ideal indígena oriundo das concepções difundidas pelo Estado colonial português, como pela circulação no Velho Mundo da imagem do “bom selvagem” veiculadas por filósofos iluministas como Rousseau. Enquanto os interesses materiais e as razões de Estado levavam os conquistadores europeus a supor que os povos indígenas deviam sofrer intervenção com o intuito de conformarem-se aos padrões da civilização, os pensadores iluministas, sustentando

padrões científicos e o discurso da história natural, veiculavam outros valores que seriam mais tarde formalizados pela Revolução Francesa (Franco 1976). Aspectos positivos e negativos direcionados aos povos indígenas também estiveram em confronto no século XIX, contrapondo visões tutelares e científicas, bem como assimilacionistas e românticas dos índios.

Desde o início do século XIX circulavam nos meios cultos brasileiro e europeu relatos e imagens sobre os povos indígenas produzidas por desenhistas, pintores (artistas) e viajantes/aventureiros que integravam missões científicas de história natural, cujo método de ação baseava-se na observação. Essas obras, posteriormente, se tornaram objeto de estudo para cientistas, ao mesmo tempo em que possibilitavam ao público leigo fortalecer impressões de senso comum, tanto positivas como negativas relativas às populações indígenas.

A produção desses viajantes – Castelnau, Debret, Spix e Martius, Rugendas, Wied, e outros – foi bastante heterogênea. Tais trabalhos, tendo por objetivo apresentar instituições e artefatos dos povos indígenas contatados nas expedições, permitiam um paulatino conhecimento da diversidade dessas populações. Daí o interesse nas representações e relatos, sobretudo relativos aos aspectos morfológicos e culturais. A partir dessas observações de campo, os índios seriam posteriormente enquadrados em “estágios sociais”, correspondentes às noções oriundas das idéias evolucionistas que começaram a impor-se na metade do século XIX (Pacheco de Oliveira 1987; Schwarcz 2008; Monteiro 1999).

Assim, o século XIX foi marcado pelo debate científico a respeito da classificação dos indígenas em termos evolutivos, sendo dado grande destaque à noção de raça. Alguns cientistas postularam a decadência dos povos da América, havendo dois

principais representantes dessa concepção nos estudos e nas discussões ocorridas no Brasil: Martius e Varnhagen. Esta era uma questão central para o destino dos índios, pois envolvia duas atividades políticas contraditórias, enfatizando ora os empreendimentos pedagógicos, ora as práticas repressivas e militares (uma vez que eram concebidos como a caminho da extinção) (Schwartz 2008; Monteiro 1999).

No Brasil, o principal defensor da postura repressiva foi o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen que escreveu a primeira “História Geral do Brasil” a partir de uma ampla e pioneira investigação em documentos do período colonial. Ao refletir sobre os povos indígenas Varnhagen concluiu que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (Varnhagen 1980: 1-30). Esta afirmação corroborava, sem dúvida, algumas visões já francamente em voga no Ocidente do século XIX que desqualificavam os povos “primitivos” enquanto participantes de uma história movida cada vez mais pelo avanço da civilização européia e os reduzia a meros objetos da ciência que, quando muito, podiam lançar alguma luz sobre as origens da história da humanidade, como fósseis vivos de uma época muito remota (p. ex., Schwartz 2008). Varnhagen também tomava como ponto de partida a sugestiva, porém, claramente pessimista, postura de Carl Friedrich Philippe von Martius que poucos anos antes havia vencido o concurso de “Como escrever a História do Brasil”, patrocinado pelo recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Condizente com as teorias sobre a degeneração dos povos indígenas, Martius considerava que essas populações em breve deixariam de existir. Segundo ele, o “atual indígena brasileiro não é senão o resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história” (Martius 1982: 91-92). O pessimismo foi mais contundente num texto anterior, de 1838, sobre “O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil”. Nele Martius escreveu que “não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno” (Martius 1982: 70).

“Povos sem história e sem futuro”. Com esta prerrogativa se instalava, no bojo dos estudos fundadores da história e da antropologia do país, uma vertente pessimista com fortes desdobramentos na política indigenista que se esboçava no Império (Carneiro da Cunha 2006 [1992]; Monteiro 1996, 1999, 2001; Pacheco de Oliveira & Freire 2006). Cumpre lembrar, entretanto, que não se tratava de única vertente, muito embora fosse à tendência dominante. De fato, os povos indígenas foram objeto de um intenso debate que atravessou o século XIX, antepondo a postura de Varnhagen a uma vertente mais filantrópica, inspirada em José Bonifácio. A tensão entre aqueles que promoviam a assimilação e os que patrocinavam a exclusão dessas populações remetia a conflitos que brotaram entre agentes coloniais já no século XVI e foi aprofundada pelas mudanças institucionais introduzidas na década de 1840, com a implantação das Diretorias Provinciais e com o apoio imperial ao projeto missionário dos capuchinhos. Tanto nos elegantes recintos das academias e institutos como no ambiente mais rude dos sertões do Império, tornaram-se cada vez mais ácidas as disputas entre partidários da “catequese e civilização” e os defensores do afastamento e mesmo extermínio dos indígenas (Monteiro 1996, 2001; Carneiro da Cunha 2006 [1992]).

São bem conhecidas as consequências deste suporte teórico para a política indigenista no país. Posta em prática ela desembocava no deslocamento de populações, na imposição de sistemas de trabalho que desagregavam as comunidades, na assimilação forçada, na descaracterização étnica, na violência premeditada e no extermínio físico. Mesmo nas fases mais esclarecidas da “proteção” oficial, os órgãos indigenistas trabalhavam no sentido de amenizar os impactos do processo “civilizatório” considerado um fato inevitável que dia-a-dia levaria à completa integração dos índios à nação brasileira (vide, por exemplo, Arnaud 1989; Lima 1995).

Assim sendo, prevalecem ainda hoje entre alguns historiadores brasileiros, duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos. Estes seriam objeto de investigação da antropologia, pois a grande maioria dos historiadores ainda considera não possuir as ferramentas analíticas para entender esses povos ágrafos que se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. Aliás, é uma abordagem minimamente compreensível diante do registro de guerras, epidemias, massacres e assassinatos, atingindo populações nativas ao longo dos últimos quinhentos anos (Monteiro 1996, 1999, 2001; Carneiro da Cunha 1987/88/89, 2006 [1992]).

É por esse motivo que a geração de historiadores que vivenciou o período de mobilização política e reorientação teórica contemporânea continuou a deixar de lado a temática indígena se dedicando aos estudos coloniais com a exploração de arquivos inéditos (como dos cartórios e das dioceses) e com um novo aproveitamento dos ricos acervos portugueses, com certo destaque para os processos do Santo Ofício. O resultado foi uma verdadeira explosão de estudos sobre os escravos e a escravidão, os cristãos novos e a Inquisição, as mulheres, os pobres, os “desqualificados”. Tratava-se de um vasto elenco de novos personagens que passaram a desfilar no palco da história brasileira, junto com novas perspectivas sobre a história social, demográfica e econômica. Porém, se alguns esquecidos da história começaram a emergir do silêncio dos arquivos para uma vida mais agitada nas novas monografias e trabalhos acadêmicos, os índios permaneceram basicamente esquecidos pelos historiadores (Monteiro 2001).

Esse desinteresse demonstrado pela historiografia tradicional é perigosa, pois investe em uma imagem cristalizada dos povos indígenas, tomando-os como habitantes

de um passado longínquo ou de uma floresta distante. A esfera de sociabilidade indígena é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso da “projeção etnográfica”, frequentemente, isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também, porque nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos” índios. De certo, a poderosa imagem dos índios como eternos prisioneiros de formações isoladas e primitivas tem dificultado a compreensão dos múltiplos processos de transformação cultural que ajudariam a explicar uma parte considerável da história social e cultural do país (Monteiro 1996, 1998, 2001; Carneiro da Cunha 2006 [1992]). Conforme salientou Florestan Fernandes (Fernandes 1975: 11), “ainda hoje se mantêm o ‘mito’ de que os aborígenes (...) limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. (...) nada está mais longe da verdade [pois], nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis”.

Devido a esse “esquecimento” por parte dos historiadores coube aos etnólogos darem o primeiro passo com relação à investigação da História Indígena se familiarizando com as técnicas da historiografia. A maioria desses etnólogos, porém, havia sido treinada para o trabalho de campo e não estava acostumada aos hábitos do trabalho em bibliotecas e a investigação em arquivos. Muitos deles acreditavam que os registros escritos documentavam, principalmente, as mentiras e os equívocos do passado. Eles temiam que se separando do trabalho de campo poderiam ficar presos a evidências falsas e inadequadas. Para impedir isso argumentavam que os “etno-historiadores” deviam seguir sendo etnógrafos tradicionais. Outros, mais positivistas, tendiam a tratar as fontes escritas como se fossem um informante nativo e analisar os documentos históricos como se fossem suas próprias anotações de campo. Esses intentos produziram muitas das mais características e valiosas relações de análises “etno-históricas”, porém, estiveram

frequentemente acompanhados por uma ingenuidade acerca da metodologia histórica (Trigger 1987).

Deve-se observar, assim, que alguns dos temas tratados pela História Indígena não são nada novos nem para a historiografia, que desde o século XIX enfocou o índio como matriz da nacionalidade, nem para a etnologia indígena, que construiu uma parte importante de seu edifício nos alicerces colocados, entre outros, por Florestan Fernandes.

Este sociólogo, no final dos anos de 1940, buscou rever a crônica dos viajantes quinhentistas e seiscentistas que estiveram no Brasil, para dela retirar dados sobre o funcionamento da sociedade Tupinambá. Sua análise demonstrava de forma convincente a viabilidade do documento histórico como fonte etnológica: “é possível analisar todos os aspectos da tecnologia guerreira, a integração do sistema guerreiro à organização tribal e a função do mesmo no sistema sociocultural” (Fernandes 1958: 100).

Conforme Fernandes (1958), caberia ao historiador a crítica histórica das fontes e ao etnólogo bastava lidar com o critério de coerência etnológica das informações, isto é, ao historiador caberia dar o fundamento heurístico à pesquisa e, ao sociólogo, ser crítico apenas em relação ao conteúdo etnográfico das fontes, não operando com a totalidade dos textos.

Assim sendo, Florestan Fernandes utilizou, basicamente, três técnicas para proceder à elaboração não arbitrária da sua pesquisa através de fragmentos de relatos de diversos cronistas. Em primeiro lugar, ele se apoiou no critério de autoridade, isto é, se uma fonte A é com relação a X situações mais verídicas que a fonte B, então, em questões controvertidas a fonte A merece mais crédito do que a fonte B (Fernandes 1975: 210). Em segundo lugar, ele rechaçou o critério histórico convencional de buscar estabelecer a independência das fontes. Em sua opinião, o fato de diversas fontes históricas estarem

conectadas entre si não deixa de fazer com que as observações efetuadas pela última delas não representem já uma prova documental, uma vez que “Tais informantes estavam em ótimas condições para verificarem a veracidade ou a inexatidão das informações estabelecidas anteriormente, pois possuíam, via de regra, conhecimento direto e íntimo das coisas em questão (...)” (Fernandes 1975: 210). Em terceiro lugar, ele elaborou um critério não utilizado na crítica histórica, ou seja, o de que entre duas descrições de um mesmo tema, deve ser privilegiada a descrição mais “rica”, isto é, a que apresenta um maior número de informações e que, portanto, é percebida como mais cuidadosa e refinada (Fernandes 1975).

Pacheco de Oliveira (1987: 158), argumenta que essas “técnicas de colagem” não podem ser plenamente entendidas senão dentro de um quadro neopositivista, na qual estava baseado o autor. O relato dos cronistas não é visto por Fernandes como um discurso, mas tão somente como registro de realidades etnográficas bem determinadas e como nem sempre os relatos concordavam entre si, o autor buscou definir um grau diferencial de confiabilidade a cada observador, capacitando-se, desse modo, a selecionar entre diferentes registros. Assim se pode argumentar: 1) o que garante que o autor que realiza maior número de observações verdadeiras (isto é, que coincidem umas com as outras), deverá necessariamente ser preferido a outro que tenha um número menor de observações verdadeiras? 2) qual a base para se admitir que diante de dois relatos, um mais extenso, outro mais reduzido, se deva necessariamente preferir o primeiro como um registro mais acurado? 3) qual o fundamento de que se dispõe para julgar que ao incorporar em seu relato uma descrição feita por outrem um autor está realizando, efetivamente, um novo registro de uma realidade positiva e não anexando a descrição de outros, justamente por não ter visto tal realidade ou não a ter registrado com igual acuidade? Todas essas questões só podem ser mantidas na medida em que o conhecimento

for visto como um processo “mecânico” e “neutro” sobre o qual se podem construir leis probabilísticas independentes do contexto histórico no qual estão inseridos.

Os cronistas/viajantes foram considerados por Florestan, nessa reconstrução, como atores da cena colonial, em cujas descrições a antropologia poderia recuperar a “cor” de um cenário desaparecido. As crônicas, segundo Fernandes forneciam o “ambiente” que serviria de meio para captar o significado de “comportamentos e valores tão estranhos à nossa mentalidade” (1958: 19 apud Amoroso 1991: 11-2). Nesse contexto, segundo Amoroso (1991), Fernandes descartava de sua análise o fato de a crônica dos viajantes ser, também, produto de outra mentalidade, talvez tão distante de nós como para ele parecia a sociedade Tupinambá.

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, novos questionamentos introduziram inovações práticas e teóricas e o surgimento de uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas de um emergente movimento indígena que encontrava apoio em largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava (Monteiro 1996, 1999, 2001). A reconfiguração da noção dos direitos indígenas enquanto direitos históricos – sobretudo territoriais – estimularam importantes estudos que buscavam nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos povos indígenas.

Essa nova forma de se pensar a História Indígena se encontra presente, por exemplo, moldando unidades e culturas novas cuja homogeneidade reside em grande parte numa trajetória compartilhada. Este é o caso do conglomerado piro/conibo/cambeba que forma uma cultura ribeirinha do Ucayali, apesar de seus componentes pertencerem a

três famílias linguísticas diferentes (Arawak, Pano e Tupi) (Erikson 2006 [1992]). Ou ainda, das fusões Arawak-Tukano do alto rio Negro (Wright 2006 [1992]), das culturas neo-ribeirinhas do Amazonas (Porro 2006 [1992]), das sociedades indígenas que Taylor (2006 [1992]) chama apropriadamente de coloniais porque geradas pela situação colonial.

Ela está presente ainda no entendimento das sociedades indígenas ditas “isoladas” ou que são descendentes de “refratários”, foragidos de missões ou do serviço de colonos e que se “retribalizaram” ou aderiram a grupos independentes, como os Mura; estes provavelmente se “agigantaram” na Amazônia por que reuniam trãsfulgas de outras etnias (Amoroso 2006 [1992]). Os Xavante também foram mais de uma vez contatados e mais de uma vez fugiram (Lopes da Silva 2006 [1992]). A partir desses estudos, a idéia de isolamento passou a ser usada com cautela, pois se entendeu que em diferentes situações houve um contato mediatizado por objetos, machados e miçangas que percorreu imensas extensões, mediante comércio e guerra e que gerou, de certo modo, uma dependência à distância. Objetos manufaturados e microorganismos invadiram o Novo Mundo numa velocidade muito superior à dos homens que os trouxeram (Turner 2006 [1992]; Erikson 2006 [1992]).

Essa História Indígena também procura explicar o fracionamento étnico para o qual Taylor (2006 [1992]) chama a atenção e que vai de par, paradoxalmente, com uma homogeneização cultural, perda de diversidade cultural e acentuação das micro-diferenças que definem a identidade étnica. É provável assim que as unidades sociais que conhecemos hoje sejam o resultado de um processo de atomização cujos mecanismos podem ser percebidos em estudos de caso como o de Turner (2006 [1992]) sobre os Kayapó, e de reagrupamentos de grupos linguisticamente diversos em unidades ao mesmo tempo culturalmente semelhantes e etnicamente diversos, cujos exemplos mais notórios são o do Alto Xingu e o do Alto Rio Negro (vide Wright 2006 [1992]; Franchetto 2006

[1992]). Em suma, o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo.

Em uma última análise, a História Indígena também está presente na explicação da relação dos homens com a natureza. As sociedades indígenas contemporâneas da Amazônia, inicialmente, foram apregoadas como sociedades igualitárias e de população diminuta. Alguns pesquisadores acreditavam que a razão dessas limitações se fundava numa limitação ambiental (Meggers 1954, 1971, 1977, 1985). Um acalorado debate se travou quanto à natureza última dessa limitação onde a pobreza dos solos, do potencial agrícola ou de proteínas animais eram os fatores explicativos. A pesquisa arqueológica (Roosevelt 2006 [1992]; Heckenberger & Neves 2009; Neves 1995, 1998, 1999, 2001, 2005, 2006; Heckenberger 1996) veio, no entanto, corroborar os relatos dos cronistas sobre a alta densidade populacional na várzea e interflúvios amazônicos (vide, p. ex., Porro 2006 [1992]). Elas demonstraram que estas populações eram sedentárias e possivelmente estratificadas, e que suas realizações culturais não eram provenientes dos Andes. As sociedades indígenas de hoje não são, portanto, o produto da natureza, pois suas relações com o meio ambiente são mediatizadas pelos seus próprios mecanismos culturais.

Para vários antropólogos no Brasil esta nova militância política do final dos anos 70 também proporcionou uma oportunidade para se repensar alguns pressupostos teóricos a respeito das sociedades indígenas. Marcada pela divisão entre uma tradição americanista – na qual passou a predominar o estruturalismo, sobretudo nos anos 70 – e outra voltada para os estudos de contato interétnico (vide Oliveira 1998; Viveiros de Castro 1999), a etnologia brasileira passava a integrar em seu repertório as discussões pós-estruturalistas de autores como Renato Rosaldo e Marshall Sahlins, cujas abordagens

davam um papel dinâmico para a história na discussão das culturas, das identidades e das políticas indígenas (vide Rosaldo 1980; Sahlins 1980, 1985). Neste sentido, a utilização inovadora de documentos históricos e de teoria social enriquecida por novas leituras sobre mito, ritual e narrativas orais como formas alternativas de discurso histórico, apresentava um roteiro bastante atraente para explorações em histórias nativas, colocadas de forma instigante no plural. Ainda se colhem os frutos deste esforço, porém é possível aferir alguns de seus pontos mais fortes e algumas de suas limitações no número cada vez maior de publicações sobre a História Indígena (Monteiro 2001).

Outros pesquisadores apresentam abordagens investigativas com o intuito de auxiliar na compreensão das diferentes percepções indígenas sobre o passado que incluem a tradição oral e que, segundo eles, permitem a elaboração de uma verdadeira história indígena ou etno-história. Como destaca Viveiros de Castro (1993: 25) a utilização da freqüentes pode propiciar “a exploração mais sistemática de domínios como a tradição oral dos povos indígenas, fonte essencial para a construção de uma história indígena que se preocupa em transcender uma perspectiva puramente externalista e que se abre para uma autêntica etno-história”. O autor define “etno-história” como sendo “aquelas investigações que procuram elucidar os modos pelos quais as sociedades indígenas administram ideológica e praticamente o contato com a sociedade ocidental (mito de origem dos brancos, reelaboração das identidades étnicas, reorganização da base material e do sistema político), isto é, o modo pelo qual as estruturas sócio cosmológicas nativas – historicamente determinadas – experimentam e respondem ao contato com a nossa história”.

Se a “Nova História Indígena”, segundo Monteiro (1999, 2001) brotou nesta particular conjuntura da relação da Antropologia com o Indigenismo encontrou um campo fértil para crescer a partir de uma série de elementos novos: 1) as populações

indígenas, em contínuo declínio desde a primeira metade do século XVI, se estabilizaram, mostrando até uma tendência de aumento; 2) o movimento em prol dos direitos históricos dos índios tem avançado muito, pois nos últimos anos, tem havido uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil; 3) ruptura com um longo passado de dependência do Estado e que remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América; 4) a busca de aliados supra-comunitários, de caráter nacional ou internacional por parte das organizações indígenas têm contribuído para uma reformulação fundamental no modo de se pensar o futuro das sociedades indígenas no Brasil. Portanto, esta reformulação tem repercutido de forma significativa não apenas no campo teórico como também no legislativo, a julgar pelos avanços da Constituição de 1988 e pela predisposição do Estado através do Ministério Público em afirmar os direitos históricos dos povos indígenas.

Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenistas não só a historiografia como, também, a Arqueologia e a Antropologia têm um papel fundamental. Cabe a estes estudiosos, através de uma revisão das abordagens vigentes não apenas resgatar mais esses “esquecidos” da História do Brasil, mas antes redimir a própria historiografia do papel que exerceu até há pouco tempo na tentativa – fracassada – de erradicar os povos indígenas.

A compreensão de todos esses impactos que o processo de “colonização” europeia desencadeou no Brasil como um todo e, particularmente, na Amazônia, sobre as sociedades indígenas é uma das tarefas mais importantes que vem sendo desenvolvidas na atualidade por inúmeros pesquisadores (Neves 1995, 1998a, 1998b, 1999, 2005, 2006; Heckenberger 1996, 2001, 2009; Monteiro, 1994, 1999, 2001; Porro, 1981, 1990, 1992, 2002, 2006 [1992]; White, 1981, 1990, 1992, 2002, 2006 [1992]; Urban, 2006 [1992]). Tais impactos provocaram e ainda provocam significativas transformações e rupturas nos

padrões econômicos, demográficos, sociais e políticos e no modo de vida das sociedades indígenas, sendo que os padrões de organização sócio-político desses povos na contemporaneidade são resultantes históricos de eventos marcados por conflitos, alianças, fugas, abandonos ou extermínios.

Até aqui, apontamos para a existência de uma série de transformações em curso no âmago de disciplinas como a Antropologia e a História e que culminaram na derrubada de inúmeras fronteiras existentes entre esses campos do saber. Não há mais como negar que a Antropologia e a História possuem o mesmo objeto (a vida social) e o mesmo objetivo (compreender o ser humano) e podem compartilhar estratégias metodológicas, variando apenas nas suas perspectivas de pesquisa (Sahlins 1989).

No caso específico da relação da História com a Arqueologia na construção dessa nova História Indígena, pode-se dizer, primeiramente, que a Arqueologia proporcionou uma perspectiva cronológica mais aprofundada que as fontes históricas, pois podia ir para além do século XVI. Ao mesmo tempo, pode identificar materialmente e situar cronologicamente alguns dos eventos narrados na tradição oral e, finalmente, possibilitou, através de estudos etnoarqueológicos, o entendimento dos possíveis processos de continuidade e mudança cultural no tempo (Brochado 1984; Wüst 1991, Noelli, 1993; Heckenberger 1996; Neves 1998; Eremites de Oliveira 2003; Rodrigues 2007).

No entanto, no Brasil, a elaboração de uma História Indígena contínua e de “longa duração” – na concepção de Braudel (1978) –, ainda não incorporou devidamente os resultados desta pesquisa arqueológica que se desenvolveu a partir da integração, de dados arqueológicos, etnográficos, históricos e freqüentes e que teve como objetivo abordar questões pertinentes à problemática indígena no passado e na

contemporaneidade. Wüst (1990: 2-3), por exemplo, através da abordagem etnoarqueológica enfatizou o papel da cultura material como produto e vetor das relações sociais, bem como as suas implicações na formação do registro arqueológico e na construção de uma visão “êmica” do processo histórico em contraponto com os dados “etno-históricos” buscando, assim, situar os Bororo – da Bacia do rio Vermelho no Estado do Mato Grosso – dentro de uma perspectiva histórica de longa duração. Ao longo do trabalho, a autora procurou evidenciar aspectos de continuidade e mudança entre o presente etnográfico e o passado arqueológico mais remoto no modo de vida dessas populações Bororo. Seu objetivo *ao fim e ao cabo* era o de demonstrar, através de dados históricos, arqueológicos e etnográficos a história de formação e de transformação dessas populações no Brasil Central.

A investigação arqueológica/etnoarqueológica em uma área ocupada por grupos indígenas etnograficamente e historicamente documentados requereu um aprofundamento nas fontes históricas que fornecessem dados relativos à natureza dos contatos e às suas implicações para os grupos indígenas e a sociedade nacional (Wüst (1990: 13).

Assim sendo, a autora restringiu sua pesquisa àquelas fontes “etno-históricas” e etnográficas que forneceram subsídios para a discussão das evidências arqueológicas observadas, levando em consideração as possíveis conseqüências dos contatos diretos e indiretos com o colonizador e que poderiam ter afetado a ocupação pré-colonial desta área. Também, a partir da suspeita de que os Bororo ocuparam, em tempo relativamente recente, essa área do rio Vermelho, a autora estendeu sua investigação às fontes “etno-históricas” e etnográficas de áreas vizinhas, com o objetivo principal de obter informações sobre possíveis pressões demográficas, deslocamentos, natureza dos aspectos sociopolíticos, relações interétnicas e a cultura material (Wüst 1990: 14).

Ao fim de sua investigação a pesquisadora concluiu que as populações Bororo atuais poderiam ser resultantes de complexas relações interculturais e mesmo étnicas, frequentemente camufladas pela cultura material na medida em que padrões culturais de uma sociedade podem ser impostos a outras. Neste sentido, este trabalho representou uma ruptura com a abordagem arqueológica brasileira vigente na época que, na maioria das vezes, concebia as sociedades etnograficamente conhecidas de forma estática, projetando, sem avaliação devida, modelos atuais a situações pré-contato, explicando mudanças culturais a partir de esquemas demasiadamente simplistas de difusão ou de mudanças do meio ambiente físico ou tratando os vestígios arqueológicos de forma exclusivamente descritiva.

Eremites de Oliveira (1996, 2003) que pesquisou os assentamentos e a subsistência da população indígena Guató, na região pantaneira, tratou de questões relativas à problemática ecológico-cultural baseando-se, fundamentalmente, na observação etnográfica, na bibliografia etnográfica e histórica.

Este autor ao longo de sua pesquisa recolheu e sistematizou as informações contidas na literatura etnológica e na documentação histórica com o objetivo de construir um arquivo de dados sobre os Guató. Na prática, todos os dados etnográficos apresentados numa determinada obra ou documento histórico consultado foram transferidos para uma única ficha de leitura, sendo organizados conforme temáticas específicas de interesse da arqueologia e da etnologia, tais como: tipos de assentamentos e suas estruturas, equipamento de subsistência, equipamento de uso doméstico e de trabalho, pesca, caça, coleta etc. Ele utilizou-se também de informações etnográficas para compreender aspectos comportamentais subjacentes à produção da cultura material e ao uso do espaço. Na conclusão de seu trabalho o autor evidencia um processo de continuidade no modo como essas populações pantaneiras exploravam este ambiente, desde o período colonial.

Ou seja, ele evidenciou que apesar do processo de transformação cultural havia uma relação de permanência e certa similitude entre os modos de vida das populações que habitaram os antigos aterros no Pantanal e o povo conhecido historicamente como Guató.

No caso da Arqueologia amazônica, Neves (1998) procurou verificar a antiguidade e as transformações da rede regional exogâmica multi-étnica encontrada entre os povos indígenas da bacia do Alto Rio Negro, na fronteira da Colômbia, Venezuela e Brasil. O autor trabalhou com a premissa de que “a dinâmica das mudanças sociais no Alto Rio Negro foi estruturalmente condicionada por categorias sociais e culturais nativas, uma conclusão a que se chega através do uso combinado de evidências arqueológicas, lingüísticas e etnográficas” (Neves 2005: 72).

Segundo Neves (2005), o grande número de fontes primárias e secundárias existentes para a bacia do Alto Rio Negro mostrava que os povos indígenas compartilhavam de uma série de características culturais que os faziam parecerem únicos quando comparados com outras sociedades de florestas tropicais conhecidas. Tais sociedades compartilhavam também muitas características culturais com diferentes populações espalhadas por uma grande área da Amazônia Ocidental. A presença desses elementos em uma vasta área sugeria que a Amazônia Ocidental teria sido uma área de intensa interação cultural no passado pré-colonial. A essa relativa padronização cultural, sobrepunha-se uma grande diversidade lingüística, já que essa grande área é ocupada por povos falantes de uma série de línguas independentes, isoladas ou sem parentesco entre si (Urban 2006 [1992] apud Neves 2005). Segundo Neves (2005: 79), para alcançar o entendimento dessas questões era necessária a realização de um estudo das fontes coloniais históricas primárias, da tradição oral indígena e da lingüística.

Para Neves (2005), as etnografias do Alto Rio Negro, fornecem esquemas históricos hipotéticos que podem ser arqueologicamente avaliados. Usando tal abordagem, esses esquemas podem ser testados mais detalhadamente para que se entenda a relação entre a história das formações multi-étnicas e a pressão exercida pelos conquistadores europeus na medida em que avançavam para o interior da Amazônia e forçavam os ameríndios nativos em direção a áreas de refúgio. Isso ocorreu à medida que os portugueses avançaram rio acima, construindo povoações e fortalezas nos locais de antigos assentamentos indígenas. Através da tradição oral foi possível, segundo Neves (2005), constatar que em fins do século XIX e inícios do XX a população indígena da região do Alto Rio Negro sofreu um grande declínio devido ao ciclo da extração da borracha. Muitas aldeias se transferiram para o interior da floresta, a fim de evitar ataques de surpresa por parte dos seringueiros brasileiros e colombianos que perambulavam pela região. Histórias sobre atrocidades praticadas durante a era do ciclo da borracha são ouvidas até hoje. As narrativas orais compiladas por viajantes e missionários que transitavam pela região contêm detalhadas informações sobre locais de antiga ocupação desses povos. Neves (2005: 87) chama à atenção para a menção a topônimos referidos nas “lendas” compiladas por viajantes/naturalistas que, em muitos casos, são os mesmos utilizados atualmente na região, mais de cem anos depois que esses viajantes passaram pela região. O interesse para a arqueologia é enorme: tais locais podem ser visitados e potencialmente escavados. As possibilidades de identificar e escavar alguns assentamentos referidos nessas narrativas permite duas importantes contribuições para o entendimento das histórias dos sistemas regionais amazônicos: 1) estabelecer a antiguidade dessas ocupações; 2) estabelecer uma antiguidade mínima para este sistema propriamente dito, através da tradição oral (Neves, 2005: 88-9).

Para Neves (2005: 91), o uso combinado da tradição oral indígena com a pesquisa arqueológica e a evidência lingüística mostra que o sistema regional do Alto rio Negro é de origem pré-colonial. Ao contrário de outras áreas da Amazônia, a conquista européia não estimulou a compressão da população indígena dessa região em áreas de refúgio. Em vez disso, uma das conseqüências da conquista foi a expansão de alguns grupos para áreas mais extensas. Com base nesse fato, o autor sugere que mesmo em face das mudanças demográficas, sociais e culturais provocadas pela conquista, o sistema regional do Alto Rio Negro é estruturalmente similar ao que era antes do século XVI. As etnografias contemporâneas mostram como esses povos continuaram bebendo seus caxirís, criando seus filhos, mesmo a despeito da forte pressão desagregadora exercida pela conquista. Em outras áreas da Amazônia, onde a escravidão ou a extração da borracha foram menos intensas restam poucas sociedades indígenas organizadas. Portanto, no seu estudo percebe-se que se, por um lado, a conquista européia provocou profundas modificações sobre os modos de vida das populações indígenas amazônicas, por outro mantêm-se no presente estruturas antigas e profundas que tem se reproduzido ao longo dos séculos (Neves 2005).

Rodrigues (2007) desenvolveu uma pesquisa que teve o intuito de pensar a ocupação humana na área da Bacia do rio Feio/Aguapeí. O objetivo principal da pesquisa foi o de entender a sociedade Kaingang no que se refere a sua produção material, em especial da cerâmica, assim como o seu modo de ocupação e utilização do espaço a partir do sistema de assentamento atual, a fim de construir modelos interpretativos sobre aspectos do seu comportamento e da sua dinâmica social no passado. Ao mesmo tempo visou compreender como os diferentes elementos históricos provenientes do processo de expansão capitalista, provocaram alterações no modo de ser indígena. Seu intuito era a elaboração de um panorama mais preciso da ocupação Kaingang no sertão paulista e a

geração de dados que pudessem contribuir com interpretações arqueológicas sobre os processos de formação do registro arqueológico relacionado a estas populações Jê.

Assim sendo, segundo Rodrigues (2007: 19), devido ao contato interétnico, acentuado ao longo da trajetória histórica dos Kaingang, ocorreu uma diminuição drástica de sua produção oleira. Nesse sentido, estudos contextualizados sobre esse tema são fundamentais na tentativa de preservação deste patrimônio e, juntamente com ele, de aspectos importantes das culturas indígenas.

A ocupação humana do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí, segundo Rodrigues (2007: 49), pôde ser compreendida através da análise de algumas fontes históricas de cronistas e viajantes. Mesmo só tendo as fontes materiais como testemunho dos encontros e confrontos étnico-culturais ocorridos na região, na época pré-contato, as fontes históricas podem fornecer subsídios para a reconstrução do panorama etnográfico da região em tempos remotos, na medida em que admitimos continuidades e descontinuidades no modo de vida indígena no pré e pós-contato com a sociedade ocidental.

Portanto, o panorama obtido a partir do cruzamento de informações históricas, arqueológicas e etnológicas, fortaleceu a premissa da presença dos Kaingang no contexto do oeste paulista, principalmente na região do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí, pelo menos, a partir do século XIV como se configura no resultado da datação do material cerâmico (Rodrigues 2007).

Como se pode verificar continuidade e mudança são aspectos fundamentais em todos estes trabalhos resumidos acima e esta perspectiva de dinâmica histórico-cultural é fundamental para a elaboração de uma História Indígena de longa duração. Finalmente, como sugere Eremites de Oliveira (2001: 121-22), “o desafio atual da História Indígena

está em assumir uma perspectiva interdisciplinar, holística e plural, diante das múltiplas interfaces existentes entre várias disciplinas, destacadamente entre História, Antropologia e Arqueologia, com o propósito de compreender o complexo transcurso histórico e sociocultural dos povos ameríndios”. Se, por um lado, historiadores têm recorrido à Antropologia para melhor tratar questões socioculturais, como é o caso das abordagens, concepções e conceitos etnológicos, etnográficos e etno-históricos; por outro, antropólogos têm igualmente mantido um estreito contato com a História para tratar da historicidade dos povos estudados, bem como dominando técnicas e métodos de análise de fontes documentais. Arqueólogos, por sua vez, na condição de especialistas em cultura material, têm dado grande importância a aportes da Antropologia e da História em suas pesquisas sobre populações indígenas pretéritas e contemporâneas, pois suas explicações teóricas quase sempre são baseadas em modelos etnográficos (Eremites de Oliveira 2001). Também não se pode esquecer das contribuições e das possibilidades do método da História Oral que, dentre outras coisas, possibilita a produção de novos documentos a partir do diálogo entre informante e analista, trazendo à luz das ciências sociais histórias até então não registradas textualmente. Entretanto, apesar dos avanços registrados no campo da História Indígena, Carneiro da Cunha (2006 [1992]: 11), chama a atenção para a seguinte questão, “Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe”.

Cabe aqui, por fim, salientar que as fontes etnográficas e linguísticas sobre os povos indígenas que persistiram no território do Vale do Rio Tapajós no decorrer dos séculos XX e XXI, destacadamente os Maué, Mundurukú, Kaiabi e Apiaká, trazem dados excepcionais para a elaboração de uma História Indígena de longa duração. Porém, dada a densidade de dados encontrados em tal documentação e o tempo necessário para

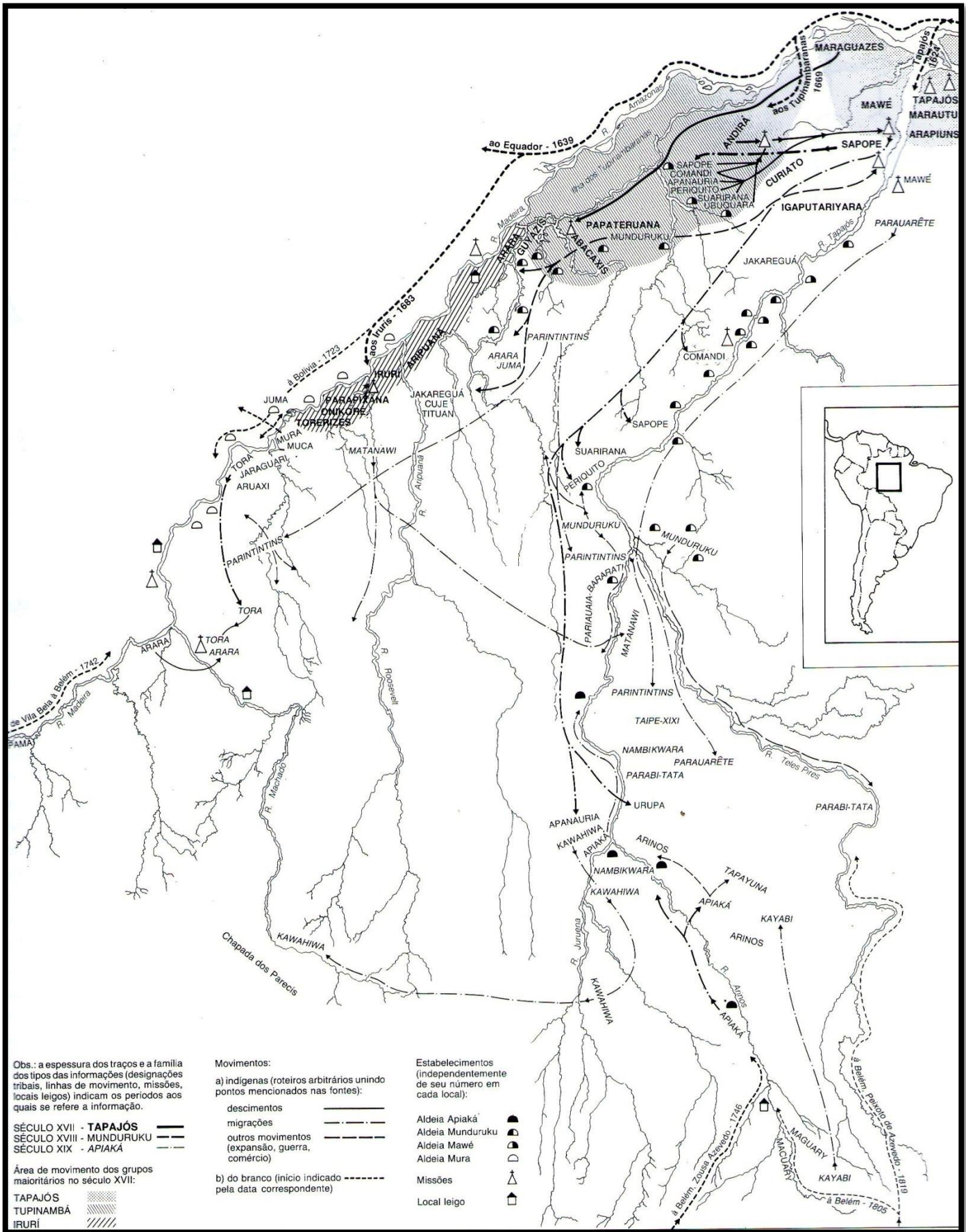
sintetizá-los e analisá-los satisfatoriamente, optou-se por não os utilizar na presente pesquisa que visou, principalmente, as fontes históricas e arqueológicas. No entanto, procedeu-se a um levantamento exaustivo desta documentação bibliográfica visando à realização de pesquisas futuras.

Possui interesse especial para esta pesquisa a síntese regional que Menéndez (1981/1982, 1981, 1992 [2006]) elaborou para a região dos Rios Madeira e Tapajós. Com o objetivo inicial de estudar o *continuum* simultâneo entre a sociedade igualitária e a sociedade segmentada para uma mesma cultura Tupi adaptada à mesma floresta tropical da área Tapajós-Madeira, o autor se deparou com a total ausência de trabalhos de cunho histórico para embasar sua pesquisa. Tal carência impediria, segundo Menéndez (1981/1982: 291) que se tivesse uma idéia unificada da área e dos processos que lhe deram sua atual feição, assim como uma melhor compreensão de uma sociedade indígena específica que nela se inscreve. Assim sendo, o autor optou por enveredar pelo caminho da “etno-história”, na procura de ferramentas que facilitassem a compreensão da área como um todo e na convicção de que isto permitiria preparar a pesquisa etnográfica sobre bases mais sólidas.

Uma vez escolhida essa orientação, o primeiro passo dado por Menéndez (1981/1982, 1981, 2006 [1992]) foi o de compulsar e sistematizar a documentação histórica disponível para o território do Tapajós-Madeira, de modo tal, que se permitisse a reconstrução dos movimentos populacionais indígenas e os processos que vieram a alterar o panorama etnográfico original. Esta pesquisa restringiu-se ao período entre os séculos XVII e XIX, como uma forma de contribuir à elaboração da “etno-história” da área Tapajós-Madeira, uma vez que os grupos indígenas localizados aí se encontram desde longa data em contato direto – ou indireto através de outros grupos – com o conquistador.

A pesquisa, em primeiro lugar, se debruçou sobre os processos de ocupação da área pelo “colonizador”, destacadamente as viagens exploratórias e, a seguir, a ação dos missionários, do governo e das frentes pioneiras. Em segundo lugar, encontramos uma narrativa que se foca na sequência cronológica do período histórico que o trabalho abrange – séculos XVII a XIX. Foram focalizadas as designações dos grupos indígenas e suas respectivas localizações no espaço, buscando relacioná-las com grupos modernamente conhecidos. Em terceiro lugar, tenta-se extrair dos dados os materiais para um estudo da mobilidade desses grupos indígenas. Nele trata-se de explicitar o processo de interação entre as diversas etnias localizadas na área e a sociedade nacional como fator de alteração do panorama etnográfico original. Por fim, o autor elabora um mapa síntese (vide Mapa 1), onde são reunidos os dados obtidos das fontes consultadas. As informações aí registradas referem-se às localizações de aldeamentos, missões religiosas, estabelecimentos do “colonizador”, movimentos indígenas e rotas das viagens exploratórias. Conforme Menéndez (1981/1982: 293), “o objetivo foi unificar toda a informação fornecida pela documentação e convertê-la num mapa etno-histórico, o mais amplo possível da região, tornando-o ponto de partida para mapas futuros, mais acurados”.

Portanto, segundo ressalta Menéndez (1981/1982, 1981, 2006 [1992]), o seu trabalho “não tem a veleidade de ser completo”. Assim sendo, o tomamos como pressuposto para o desenvolvimento de nossa pesquisa, através da aplicação de um novo olhar sobre as fontes.

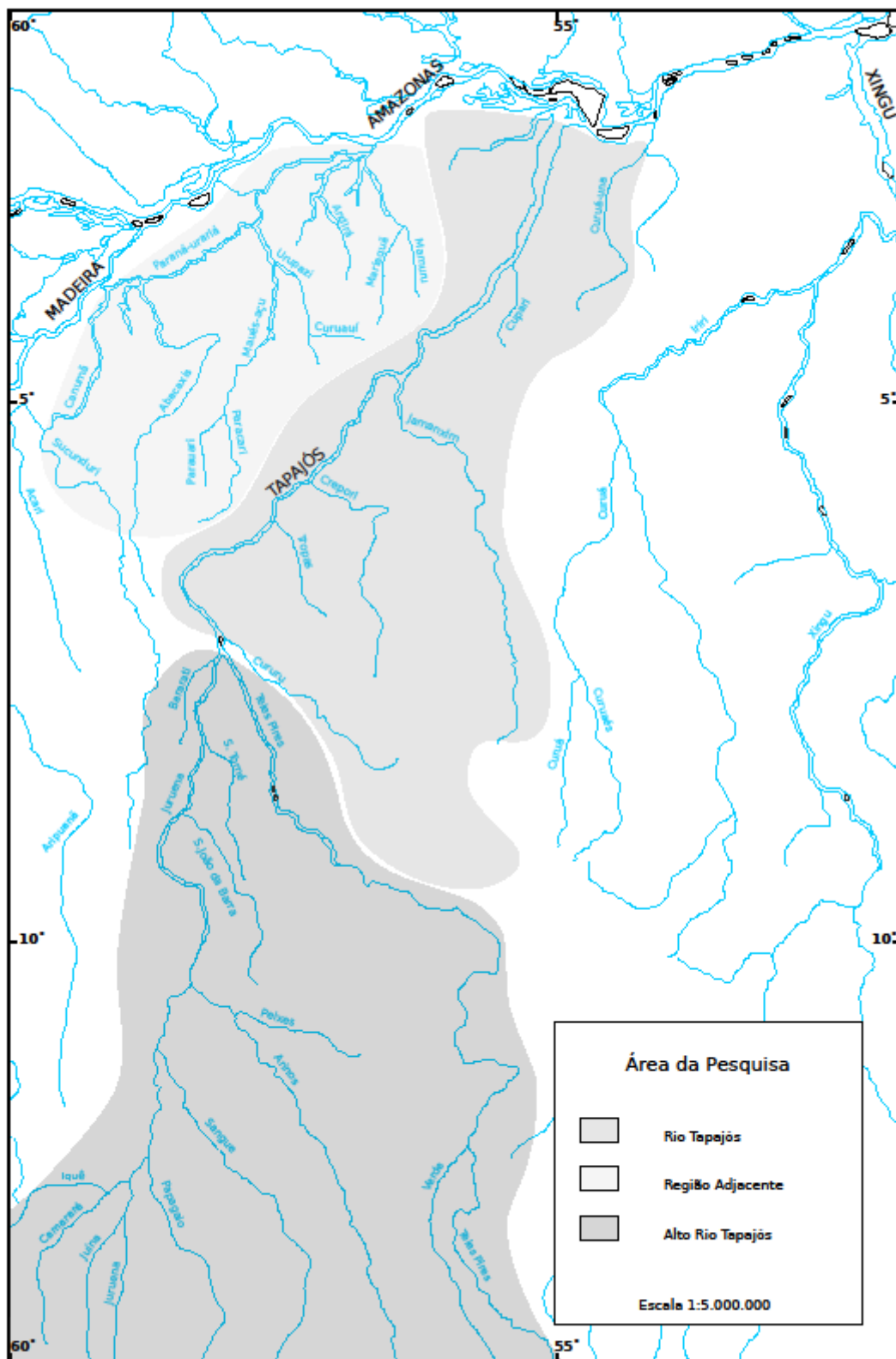


Mapa 1 - Mapa síntese de Menéndez (2006 [1992]: 293)

1.3. Quando o “campo” é o arquivo

Como nos ensinou Marc Bloch (1965: 35), “o passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”. Nesse sentido, através da apropriação de dados advindos de fontes documentais – históricas e arqueológicas –, pretendemos delinear alguns aspectos da dinâmica de ocupação indígena na região compreendida pelo Vale do Rio Tapajós, mais especificamente, em território localizado entre as coordenadas 0° N/ 15° S e 60° E/ 50° W (vide Mapa 2).

As razões para realizar a pesquisa sobre esta região são diversas: 1) o Rio Tapajós é um dos principais afluentes da margem direita do Rio Amazonas; 2) esta região é de grande importância em termos arqueológicos; 3) existe a necessidade de verificarmos o seu potencial para a pesquisa arqueológica 4) existe uma síntese histórica para a ocupação da região que serve de embasamento para uma retomada dos dados históricos a partir de uma problemática arqueológica relacionada com o processo de formação territorial na longa duração; 5) trata-se de uma região de ocupação indígena de longa duração conforme evidenciam as fontes históricas e arqueológicas; 6) é uma região ocupada, historicamente, por um grande número de povos indígenas 7) é uma região estratégica para o desenvolvimento de inúmeros empreendimentos econômicos (p. ex. Complexo Hidroelétrico do Tapajós) que ameaçam a integridade do seu patrimônio arqueológico e cultural; 8) apresenta um contingente indígena que está sendo ameaçado na sua autodeterminação e soberania territorial.



A compreensão da dinâmica de ocupação indígena nesta região, a partir das fontes históricas, abrangeu o estudo dos seguintes temas: 1) posição dos assentamentos indígenas e não indígenas; 2) datas que marcam sua ocupação e seu abandono; 3) deslocamentos no território. O resultado da análise das fontes históricas foi a elaboração de diversos mapas e tabelas que demonstram o palimpsesto das ocupações indígenas nesta região e a configuração dos diferentes territórios indígenas. A partir deles procuramos evidenciar a presença de diferentes populações na área da pesquisa e fornecer um esboço das suas dinâmicas territoriais.

A ocupação pré-colonial é atestada pela presença de inúmeros vestígios arqueológicos distribuídos ao longo de todo o Vale do Rio Tapajós. Atualmente, existem em torno de seiscentos sítios arqueológicos cadastrados na região (vide Anexo 2), sendo que um dos objetivos desta pesquisa foi a elaboração de uma tabela síntese, contendo as seguintes informações: 1) dados de localização dos sítios e 2) informações sobre a caracterização dos mesmos (p.ex. filiação às tradições e fases arqueológicas, presença de terra preta antropogênica (TPA), contexto de implantação). A partir disso, pretendemos traçar um panorama da pesquisa e dos dados arqueológicos disponíveis para esta área da Amazônia Meridional.

Para alcançar uma compreensão mais aprofundada desta dinâmica de ocupações indígenas na região do Vale do Rio Tapajós adotou-se os pressupostos teórico-metodológicos do modelo de “história de formação territorial” concebido por Zedeño (1997, 2007) acrescido do debate sobre os conceitos de migração e expansão (Noelli 1996, 1998).

No que se refere ao modelo de Zedeño este foi elaborado a partir de uma pesquisa etnoarqueológica junto aos Hopi, grupo indígena do noroeste americano e que contou

com a análise de dados históricos, etnográficos e arqueológicos. A partir do seu estudo, Zedeño (1997) conseguiu dar algumas respostas para a insatisfação indígena com relação ao processo de demarcação do seu território, datado do século XIX. A pesquisadora evidenciou uma forte discrepância entre a extensão do território reclamada pelos Hopi e o tamanho reduzido e a conformação da área para eles demarcada. Segundo ela, isso poderia ser explicado pelo fato da demarcação ter levado em conta, exclusivamente, o uso da terra e de seus recursos nos tempos modernos não considerando a história de formação territorial deste povo. Ou seja, esquecendo que os territórios devem ser entendidos enquanto objetos agregados, representados por terra, recursos naturais e objetos feitos pelo homem, reunidos historicamente através de processos dinâmicos de interação socioambiental (Zedeño 1997:73). Portanto, como unidades espaciais de uso contextual e cumulativo no tempo, envolvendo as interações entre os seres humanos e a terra que resultam em uma variedade de modificações na paisagem. Estas últimas, por sua vez, podendo ter sido registradas nas diversas fontes documentais e/ou serem passíveis de observação empírica.

Para Zedeño (1997: 85-95), a história de formação dos territórios passa por trajetórias e estratégias socioculturais de “estabelecimento, manutenção e transformação” territorial. Cada um destes elementos está associado com inúmeros outros processos, atividades e correlatos materiais (vide fig. 1 e Tab. 1).

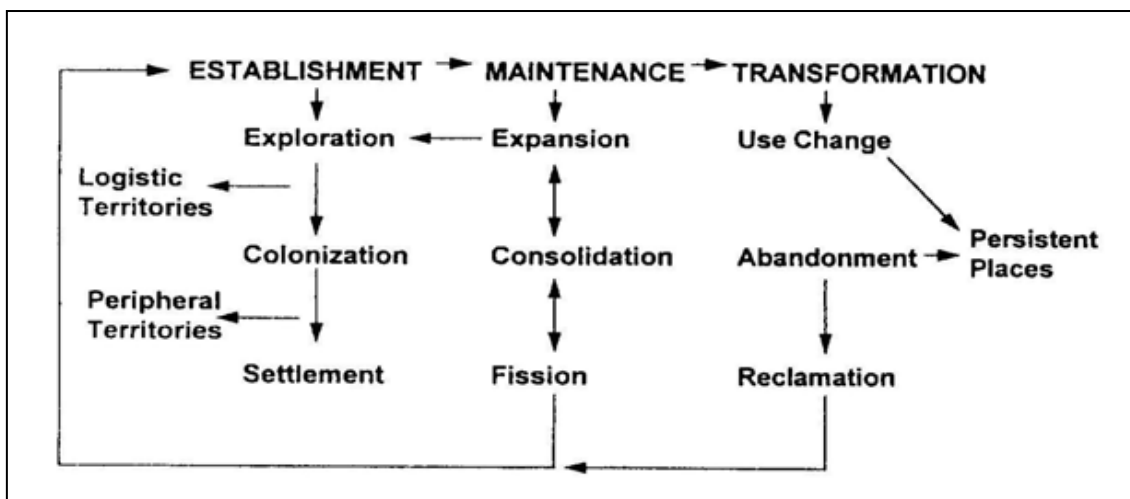


Figura 1 Representação esquemática da história de vida de um território (Zedeño 1997: 86)

Trajетórias	Processos	Atividades	Correlatos Materiais
Estabelecimento	Exploração	Reconhecimento, uso temporário e exploração restrita de recursos	Abrigos efêmeros, esconderijos e sinalizações
	Colonização	Uso prolongado e assentamentos semi-permanentes	Habitações permanentes e semi-permanentes, feições agrícolas e facilidades rituais
	Assentamento	Assentamentos permanentes e divisão formalizada do espaço	Estruturas e sítios funcionalmente diversos, facilidades produtivas e interativas e marcadores de fronteiras
Manutenção	Expansão	Uso de terras marginais, exploração de ecótonos diversos, deslocamento de fronteiras, ajuste do espaço de vida e expansão das redes de comunicação	Aparecimento de aldeias satélites, aumento na produção de comida e outros materiais, expansão das facilidades domésticas e interativas, assim como dos caminhos e das redes de comunicação
	Consolidação	Aumento nas atividades rituais, interativas, políticas e bélicas e aumento da	Expansão/modificação de facilidades interativas, arquitetura defensiva, feições de controle do solo e da água e baixo

		população e no controle de recursos	crescimento de facilidades domésticas
	Fissão	Fragmentação da comunidade, colonização de áreas distantes e consolidação de atividades em áreas fragmentadas	Abandono parcial de facilidades domésticas e de áreas periféricas, rápido crescimento de comunidades satélites distantes e colonização além do território fragmentado
Transformação	Mudança dos padrões de uso da terra	Mudanças na localização das áreas de produção, aldeias dentro do território e na função das estruturas	Abandono de campos e estruturas, remodelamento arquitetônico e construção de vilas e estruturas de controle da água
	Abandono	Deslocamento permanente da população fora do território, visita/uso esporádico ou regular das facilidades abandonadas	Estruturas dilapidadas e locais persistentes
	Reclamação	Colonização de territórios antigamente ocupados por populações relacionadas e usurpação de territórios através de guerra e conquista	Reocupação de facilidades abandonadas, mudanças drásticas na cultura material, morte violenta, facilidades defensivas e armamento

Tabela 1 – Trajetórias, processos, atividades e correlatos materiais na história de formação territorial (Bespalez 2009)

O quadro acima é a representação de um modelo etnoarqueológico que apresenta as trajetórias, os processos, as atividades e os correlatos materiais abstraídos e generalizados a partir do caso particular Hopi. Para a elaboração deste modelo a pesquisadora dispôs ainda de um banco de dados histórico, arqueológico e etnográfico construído ao longo de várias décadas a partir de uma abordagem interdisciplinar e que abrangia uma escala temporal de vários séculos.

Segundo esta pesquisadora as trajetórias específicas de formação de um território não incluem necessariamente todos os processos especificados no modelo, pois alguns podem não ter sido necessários na história de vida de um determinado território. A pesquisadora, portanto, pressupõe a flexibilidade de seu modelo.

Para Zedeño (1997: 87), a história de vida de um território começa com o estabelecimento de um grupo de pessoas em uma área particular, onde são desenvolvidos três processos associados: exploração, colonização e assentamento (vide Tab. 1). Estes dependem, por sua vez, da existência de terra disponível (idem: 89).

No caso de uma sociedade intentar adaptar-se a uma área já ocupada por outros grupos, diferentes mecanismos podem ser deflagrados na apropriação e exploração de seus recursos. Estes mecanismos podem variar de negociação pacífica de uso e direito de propriedade, até a guerra e a conquista.

Assim, uma vez estabelecida em um território, uma sociedade passa a exercer a “manutenção” do mesmo, a partir de uma variedade de processos que são condicionados por requisitos específicos da população colonizadora, a presença de grupos vizinhos, a produtividade da paisagem em longo prazo, ou os mecanismos de integração (Zedeño 1997: 89). Os processos relacionados à “manutenção” são: “expansão, consolidação e fissão” (vide Tab. 1).

O último momento a ser destacado na construção da história de um território é o que diz respeito à sua “transformação”, sendo constituída pelos seguintes processos: “mudança dos padrões de uso da terra, abandono e reclamação” (vide Tab. 1). Porém, segundo Zedeño (1997: 86), estes não constituem, necessariamente, as fases seguintes e obrigatórias da história de um território.

Conforme Zedeño (1997: 86), o abandono de um território por uma população indígena é um processo que pode ocorrer de repente, interrompendo total ou parcialmente a formação do território e abrindo a possibilidade para outros grupos ocuparem este espaço. Além disso, existem alguns processos específicos que ocasionam esse fato, como guerras ou conquistas que podem ser esclarecidas através da análise das fontes documentais e/ou do registro arqueológico.

Para a pesquisadora (1997: 94), a reclamação se refere à reciclagem, posse, ou até usurpação de um território previamente ocupado por outro grupo, com o subsequente reuso das modificações remanescentes da paisagem realizadas pelos antigos ocupantes. Em outras palavras, a reclamação constitui o início da formação do território onde um antigo grupo sem conexão teria residido.

No Brasil, trabalhos recentes de Bsepalez (2009) e Stuchi (2010) são exemplos da utilização deste modelo para explicar a dinâmica de ocupação territorial indígena. Assim sendo, a partir de uma perspectiva etnoarqueológica e interdisciplinar, com a utilização conjunta de dados históricos, etnográficos e arqueológicos os autores objetivaram construir uma história de formação territorial de longa duração na Terra Indígena Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kaiabi, respectivamente, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Os resultados apresentados nestas pesquisas demonstram que estes territórios se configuram como um exemplo de palimpsesto da trajetória de ocupação indígena e não indígena nestas regiões.

Destacamos que para os autores a idéia de palimpsesto na Arqueologia pressupõe uma diversidade e dinâmica de ocupações em um mesmo espaço. Ou seja, que um espaço (região, território, lugar ou sítio arqueológico) pode ter sido ocupado diversas vezes por sociedades culturalmente diferenciadas através do tempo, ou ainda, de maneiras

diferenciadas pela mesma sociedade durante um determinado período, sendo que ambas as possibilidades podem resultar em conjuntos materiais arqueológicos diversos e dispostos espacialmente de modo muito complexo (Bespalez 2009; Stuchi 2010).

Assim sendo, entender essa dinâmica de ocupações e reocupações dos sítios arqueológicos e das paisagens implica em entender também as estratégias de escolha, utilização e abandono dos mesmos.

Cabe ressaltar que a aplicação do modelo etnoarqueológico de história de formação territorial, para o caso do Vale do Rio Tapajós, trouxe importantes contribuições para o entendimento dos processos pelos quais passaram os grupos indígenas nesse território, podendo ser um importante subsídio nas lutas pelos seus direitos ao uso e manutenção de seus antigos territórios. Da mesma forma como ocorreu no contexto estudado por Zedeño (1997), as demarcações das terras indígenas nesta parte do Vale do Rio Tapajós também levaram em conta, principalmente, o uso da terra e de seus recursos nos tempos modernos não considerando toda a história de vida destes territórios indígenas e as dinâmicas de ocupação territorial das populações indígenas Munduruku, Apiacás e Kaiabi – que são as etnias que atualmente estão vivendo nesta área de pesquisa.

É importante dizer, porém, que dada a particularidade de nosso contexto de pesquisa e do enfoque bibliográfico do trabalho o uso do modelo foi flexibilizado em termos dos tipos de dados utilizados. Procuramos sistematizar e analisar, principalmente, os dados históricos, sendo que os dados arqueológicos foram utilizados apenas como indicadores de ocupação territorial; também não realizamos pesquisa de campo etnográfica e arqueológica. A investigação das fontes documentais revelou detalhes que permitiram entrever a trama de relações sociais e de interações com o território, tanto engendradas entre as populações indígenas como entre elas e os colonizadores.

Certamente, estes dados poderão nortear futuras pesquisas e interpretações arqueológicas sobre as trajetórias de ocupação indígena nesta área da Amazônia meridional em termos das suas continuidades e transformações ao longo do tempo.

Esta pesquisa reiterou a importância de se conjugar os dados históricos com a pesquisa arqueológica e, neste sentido, de se considerar os documentos escritos como mais uma fonte de informação para os arqueólogos, além do contexto arqueológico propriamente dito. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas. Segundo Cellard (2008: 295), “[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa (...) Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”.

Temos em mente, neste trabalho, que tanto a pesquisa documental como a bibliográfica tem o documento como objeto de investigação. Oliveira (2007: 69), argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “[...] o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”. Porém, com relação à pesquisa documental, a autora apresenta o seguinte posicionamento “[...] a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes [...]”.

Assim sendo, a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Neste trabalho, no primeiro momento, o objetivo foi o de encontrar as fontes e nelas os dados necessários para a pesquisa. Não havia preocupação com a análise propriamente dita que seria o núcleo do trabalho subsequente a partir da organização do material. Nessa primeira etapa importava tão somente a obtenção de informações advindas da documentação.

Desse modo, o conjunto de documentos teve a seguinte organização: 1) Diários de Viagem, 2) Correspondências e 3) Cartografias.

Paralelamente, necessitando obter subsídios para a análise referente ao palimpsesto de ocupações do referido território foram consultados, levantados e sintetizados em uma tabela dados advindos de fontes arqueológicas: 1) Artigos científicos; e 2) Relatórios de Trabalhos Acadêmicos e de Arqueologia Preventiva.

A interligação de dados advindos das fontes históricas e arqueológicas contribuiu para melhor compreender a dinâmica ocupacional dessa região.

Na primeira etapa de organização do material, tornou-se indispensável olhar para o conjunto de documentos de forma analítica, buscando averiguar como se deveria proceder para torná-los inteligíveis, de acordo com o objetivo a investigar.

Todos os documentos eram digitalizados e arquivados em pastas ao mesmo tempo em que se dava prosseguimento à coleta. O critério estabelecido para tal organização foi a fonte documental. As leituras e fichamentos tiveram papel central nessa fase. Para cada documento foi criada uma ficha de leitura contendo resumo, referência bibliográfica da publicação, além de algumas transcrições de trechos que poderiam ser utilizados posteriormente.

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios de análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e o manuseio. Dessas ações resultaram inúmeros quadros sínteses que serão apresentados no decorrer da pesquisa.

Tal organização permitiu identificar a posição dos antigos assentamentos indígenas e não indígenas, bem como as datas que marcaram sua ocupação e seu abandono, densidades demográficas, conflitos, deslocamentos, etc.

Numa segunda etapa, seguindo as orientações de Cellard (2008) sobre a avaliação documental, adotamos uma metodologia de análise que abarca, basicamente, duas dimensões: a contextual (conjuntura sócio-econômica, cultural e política, autor, autenticidade e confiabilidade do texto, natureza do texto, conceitos-chave e a lógica interna do texto) e a análise factual propriamente dita.

A construção do contexto no qual foi produzida a fonte é primordial em todas as etapas de uma análise documental. O pesquisador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômica, cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda,

identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma de organização e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. Tal etapa é tão importante que não se pode prescindir dela durante a análise.

Parte integrante do contexto é possuir uma boa identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade do texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento. Na mesma ordem de idéias, é salutar nos questionarmos porque essa fonte, preferencialmente a outras, chegou até nós, foi conservada e publicada. É preciso, então, poder ler nas entrelinhas, para compreender melhor o que os outros viviam, senão as interpretações correm o risco de serem grosseiramente falseadas.

Com relação à autenticidade e confiabilidade do texto, Cellard (2008: 301) nos informa que “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”. Para ele, não se deve negligenciar a procedência do documento. Em alguns casos, é também necessário considerar o fato de que alguns documentos nos chegam por intermédio de copistas que tinham, às vezes, de decifrar escritas quase ilegíveis. Por outro lado, é importante estar atento à relação existente entre o autor e o que ele escreve. Ele foi testemunha direta ou indireta do que relatou? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Ele reportou as falas de alguma outra pessoa? Ele poderia estar enganado? Ele estava em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento?

A natureza de um texto, ou seu suporte, diz respeito à liberdade do autor, os subentendidos e a estrutura que podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. É o caso, entre outros, de documentos de natureza teológica, médica ou jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção.

Em seguida, deve-se prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados. Finalmente, é útil examinar a lógica interna, o esquema ou plano do texto. Como um argumento se desenvolve? Quais são as partes principais da argumentação? Essa contextualização pode ser um apoio muito importante, quando, por exemplo, comparam-se várias fontes da mesma natureza.

Por fim, a etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. Feito a seleção e análise preliminar dos documentos, o pesquisador procederá à análise dos dados, “[...] é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (Cellard 2008: 303). O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial.

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em Ciências Humanas, porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se

constituir como instrumento metodológico complementar. Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados, visa o acesso às fontes pertinentes e, a esse título faz parte integrante da heurística de investigação. Enfim, a possibilidade que se tem de partir de dados passados, fazer algumas inferências para o futuro e, mais, a importância de se compreender os seus antecedentes numa espécie de reconstrução das vivências e do vivido. Portanto, a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (Cellard 2008).

No Brasil, são inúmeras as pesquisas arqueológicas e etnoarqueológica que vem contribuindo para a compreensão das trajetórias históricas e dos processos de continuidade e transformação sociocultural dos povos indígenas (vide Brochado 1984; Wüst 1991; Noelli 1993; Eremites de Oliveira 1996, 2002; Heckenberger 1996; Neves 1998; Silva 2000; Rodrigues 2007). Estas, longe de apresentarem povos indígenas como meros sobreviventes de culturas destroçadas e empobrecidas, revelam povos portadores de uma herança cultural que vem desempenhando um papel ativo diante dos desafios impostos pelo avanço dos conquistadores no passado e na atualidade. Para Carneiro da Cunha (2008: 20), “Ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso, a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades”. Assim, tal preceito, reforça o objetivo desta pesquisa de contribuir para o resgate da trajetória histórica dos povos que ocuparam e, ainda, ocupam o Vale do Rio Tapajós.

Finalmente, no caso deste trabalho, é importante dizer que as pesquisas – mesmo documentais – sobre a história de formação territorial podem trazer novas contribuições para o debate sobre as discrepâncias entre a extensão territorial ocupada pelas populações indígenas nos períodos pré-colonial e histórico e o tamanho e conformação das áreas

atualmente demarcadas. Existem inúmeros casos no país que retratam a insatisfação indígena com a forma como estes tiveram seus territórios delimitados.

CAPÍTULO 2

CORRELATOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO VALE DO RIO TAPAJÓS

1.4. Dinâmica Histórica da Ocupação Territorial Indígena (Séc. XVI – XIX)

A identificação da ocupação territorial indígena em uma determinada região e, ao mesmo tempo, das causas e efeitos dos deslocamentos indígenas que desencadearam esta ocupação se coloca como essencial para se entender a configuração espacial dos contextos arqueológicos e para a interpretação dos vestígios presentes nos mesmos. Assim sendo, neste capítulo discutiremos a aplicação dos conceitos de expansão e migração para entender a história de formação dos territórios indígenas nesta porção da Amazônia Meridional.

Nesse sentido, portanto, começaremos com a (re) construção de um quadro estático da localização dos povos indígenas que habitavam o vale do rio Tapajós nos quatro primeiros séculos da ocupação portuguesa. Tal reconstrução se mostra essencial para, mais tarde, compreendermos as causas e consequências dos deslocamentos indígenas na área abarcada pelo estudo.

Outro ponto a ser salientado são as diferenças encontradas de um autor para outro. Tudo isso nos levou à necessidade de comparar cuidadosamente cada designação registrada, desde as suas grafias, diferentes às vezes em cada autor, até sua ocorrência em um mesmo local ou em locais diferentes. Muitas vezes fomos auxiliados pela consulta à cartografia que, refletindo o paulatino conhecimento que se tomava da região, registra a localização para as designações consignadas e precisa as localizações que nos são fornecidas pela documentação para aldeias, missões ou estabelecimentos do conquistador, quando não facilmente identificáveis na cartografia moderna.

1.4.1. Panorama Etnográfico

Diversos grupos indígenas habitavam essa região da Amazônia Meridional quando o conquistador, uma vez consolidada sua presença na orla marítima, se dedica à conquista do sertão. Esta, por sua vez, aconteceu em três momentos sucessivos por apresentar contextos etnográficos e sócio-políticos distintos.

1.4.1.1. As margens do rio Amazonas – séculos XVI-XVII

Descrever tudo aquilo que era observado e informado durante as primeiras viagens que se realizavam pelo Rio Amazonas ficou a cargo de missionários (Carvajal [1542]; Rojas [1639]; Acuña [1641]) e funcionários coloniais (Heriarte [1662]). Apesar de esparsas e pontuais as informações legadas por estes cronistas possuem importante valor científico já que lançam uma luz sobre o panorama etnográfico da região nesse período inicial da ocupação, pelo espanhol e português, da vasta região amazônica.

A crônica da viagem de Orellana (1540-1542), redigida em forma de diário pelo padre Gaspar de Carvajal, nos dá as primeiras notícias sobre o Rio Amazonas e seus afluentes, dentre eles, o Rio Tapajós. Ele relata as dificuldades que passaram esses espanhóis no transcurso de sua jornada desde Quito, no Peru, até a foz do Rio Amazonas, trazendo as primeiras notícias sobre as populações indígenas que habitavam a Amazônia Meridional.

Ainda que esta viagem não tenha alcançado seus objetivos de encontrar o “El Dorado” e o “País da Canela”, as notícias dela procedentes realimentaram a crença na existência de reinos fabulosos, de riquezas incontáveis, perdidos no coração da floresta. Assim, em 1559, uma nova expedição, animada pelos relatos dos sobreviventes do grupo de Orellana, foi organizada por Pedro de Ursúa. Os envolvidos nesta “*Jornada para*

Omágua y Dorado” compunham um grupo numeroso e em boa parte formado pelos aliados da conquista, homens que não haviam obtido o quinhão desejado no Peru. A viagem foi marcada pela traição e violência e concluiu-se, também, sem que houvesse alcançado seus objetivos, em julho de 1561.

Os insucessos recorrentes, bem como o atrativo representado pela descoberta das minas de Potosi acabaram por redirecionar o interesse dos espanhóis que, durante as décadas seguintes, não organizaram novas expedições para a região. Por outro lado, os portugueses, desde o início do século XVII, haviam começado a se estabelecer na foz do Rio Amazonas, tendo a União Ibérica (1580 – 1640) contribuído para diluir os limites e facilitar o trânsito dos portugueses em território espanhol e vice-versa.

É neste contexto que os portugueses, estabelecidos na Vila de Nossa Senhora de Belém, foram surpreendidos pela chegada, em 1637, de uma canoa em que, acompanhados de seis soldados, dois franciscanos haviam empreendido uma longa e quase inacreditável navegação pelo Rio Amazonas. Andrés de Toledo e Domingos de Brieva eram sobreviventes de uma missão dirigida pelo Frei Laureano de La Cruz entre índios rebelados da região do rio Napo. Não existem notícias de que a viagem tenha sido documentada e as informações sobre ela procedem de uma crônica anônima, cuja autoria foi atribuída, no final do século XIX, ao jesuíta Alonso de Rojas. Supõe-se que, em Quito, tendo tido acesso a informações sobre ela, o jesuíta tenha escrito, em 1639, o “*Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas freqüentes...*”, ademais, não possuímos outras informações sobre este cronista.

Em que pese o fato de a Península Ibérica se encontrar sob a mesma monarquia, as autoridades portuguesas locais se sobressaltaram com a possibilidade de que o conhecimento da rota encorajasse outros empreendimentos espanhóis. Por isso,

organizaram uma frota que deveria subir o Amazonas e o Napo até Quito para, na volta, tomar posse das terras abaixo da região dos Omáguas.

Capitaneada por Pedro Teixeira e tendo como guia frei Domingos de Brieva, a expedição deixou o Pará em 1637 para chegar a Quito já em meados de 1638. Após as festividades protocolares, as autoridades espanholas, igualmente surpreendidas, determinaram o regresso de Teixeira, cumprindo o itinerário inverso daquele que o conduziu até Quito. Estabeleceram, ainda, que ele fosse acompanhado de observadores encarregados de prestar contas da viagem e relatar dados sobre a geografia, populações e possíveis riquezas da região percorrida. Assim, este viajante retorna acompanhado pelo missionário espanhol Cristóbal de Acuña. Em seu relato, “Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas”, Acuña se preocupa em detalhar sua jornada trazendo, diferentemente do que ocorre em relatos anteriores, dados mais precisos sobre os povos indígenas que habitavam o território amazônico.

Participou desta viagem, também, o ouvidor-mor Maurício de Heriarte que, a pedido do governador do Maranhão e Grão-Pará, redigiu em 1662, ou seja, mais de vinte anos depois de ter participado dessa expedição, uma crônica a partir, provavelmente, de informações coletadas por ele ao longo da jornada reunindo-as com outras, fornecidas por seus companheiros.

No entanto, as informações deixadas pelas primeiras incursões na área trouxeram dados relevantes sobre a localização, designação e densidade demográfica de alguns grupos indígenas, dentre eles, destacamos os Tapajós e Tupinambá.

A primeira referência sobre os indígenas que povoaram o Rio Tapajós e regiões adjacentes foi escrita pelo missionário Gaspar de Carvajal, em 1541, no seu

“Descobrimiento do Rio das Amazonas”. A partir deste diário foi elaborada a seguinte representação cartográfica:

A notícia de que um estranho grupo de pessoas descia o Rio Amazonas percorria tal qual rastilho de pólvora as povoações indígenas da região. Porém, junto a estas vinham outras que diziam respeito às atrocidades perpetradas por estes a partir das inúmeras pilhagens que realizavam ao longo de sua jornada. Sendo assim, foi possível notar no decorrer da narração de Carvajal passagens que chamam a atenção para o fato de que em muitos momentos o grupo de aventureiros se deparava com aldeias abandonadas pouco antes de sua passagem e com inúmeras emboscadas preparadas pelos indígenas ao longo de todo o percurso. Deprendemos do exposto que haveria uma intrincada rede de comunicação ligando as inúmeras povoações indígenas que abundavam tanto na margem como no interior do território neste período.

Outro dado a ser evidenciado no relato de Carvajal diz respeito à espantosa densidade de povoações observadas na margem sul deste rio “das Amazonas”. É possível ilustrar este fato através da seguinte passagem, “(...) de uma aldeia a outra não distava mais de meia légua, por toda aquela margem direita do rio, que é o lado sul. Para o interior, a umas duas léguas mais ou menos, apareciam grandes cidades (...)” (1941: 62). Além disso, o autor salienta, espantado, a imensa quantidade de pessoas habitando essas povoações prontas para atacá-los, ponto este recorrente ao longo de todo o relato.

Por fim, conforme observado no mapa anterior, Carvajal assinala a presença, para a margem direita do rio “das Amazonas”, de duas grandes concentrações indígenas que se diferenciariam pelo emprego ou não de flechas envenenadas. Para a primeira dessas concentrações, chamada de “província de São João”, possuía mais de 150 léguas de costa (aproximadamente, 750 quilômetros), densamente povoada e que estaria, a partir do início do século XVII, ocupada pelos Tupinambá; já a segunda, igualmente povoada, fazendo uso do curare (veneno) e abrangendo a área que, posteriormente, seria identificada como de domínio dos Tapajó, era chefiada por um indivíduo chamado Nurandaluguaburabara.

Agora, quase um século depois de transcorrida esta odisséia, nos deparamos com três fontes históricas concomitantes no tempo. Tomadas conjuntamente, a “Relación del Descubrimiento del Río de 68re Amazonas y sus dilatadas Províncias (...)”, de Rojas (1986 [1639]), o “Descobrimento do Rio Amazonas”, de Acuña (1941 [1641]) e, a “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e Rio das Amazonas”, de Heriarte (1975 [1662]), podem nos fornecer um panorama mais preciso dos grupos indígenas que se localizavam nos territórios em estudo. A partir das informações obtidas destas três fontes foi possível elaborar um quadro síntese:

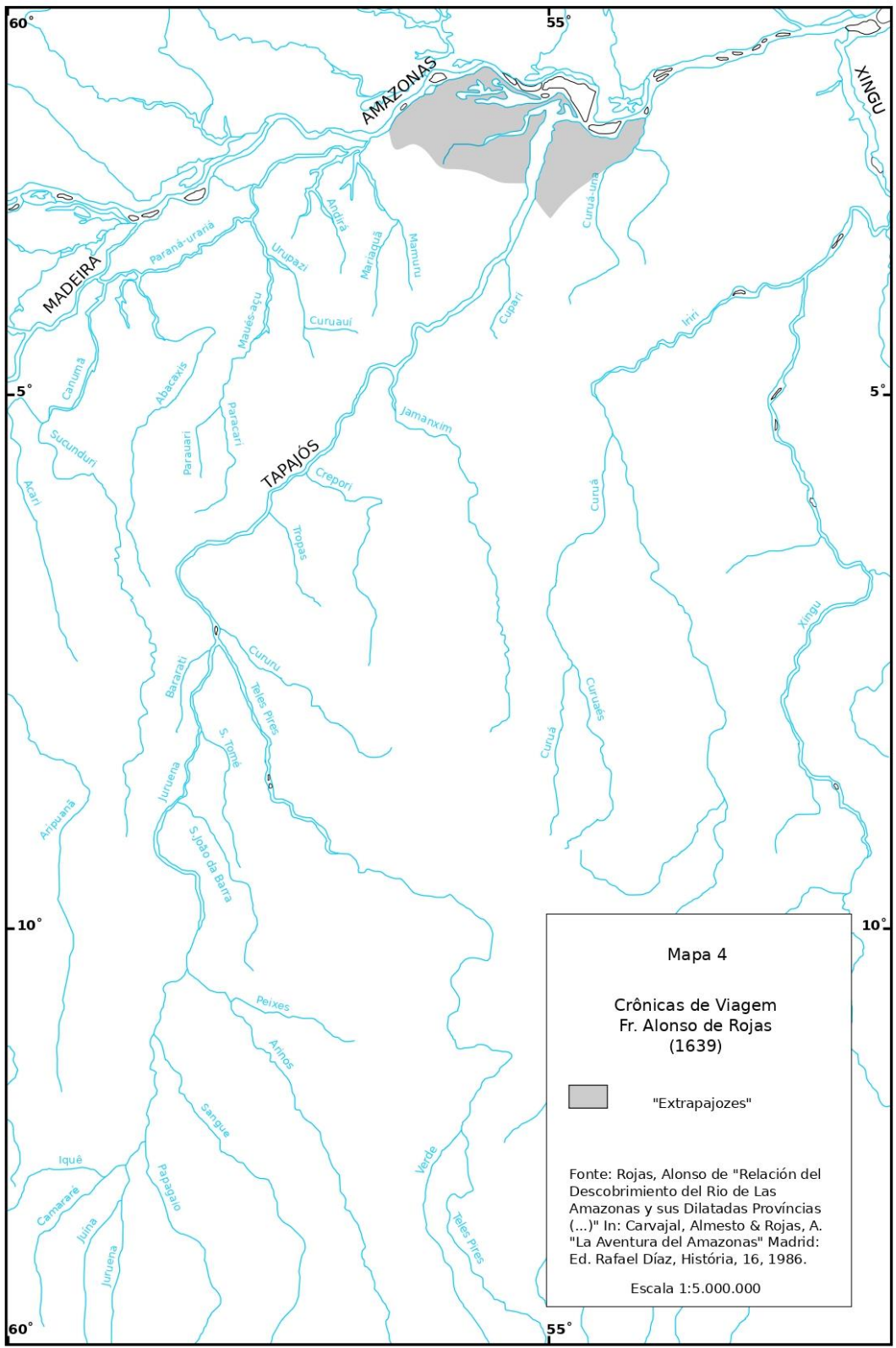
LOCALIZAÇÃO	ROJAS (1639)	ACUÑA (1641)	HERIARTE (1662)
RIO TAPAJÓS	Extrapajozes	Tapajozes	Tapajós Marautús Caguanas Orurucuzos
ILHA GRANDE OU DOS TUPINAMBARANAS	Tupinambaranas	Zapucaya Uruburinga Guaranaguaca Maragua Quimau Burai Punouy Oreguatu Apera Tupinambás Guayazis Mutayus	Tupinambaranas Aratu Apacuitáras Yaras Goduis Cariatos

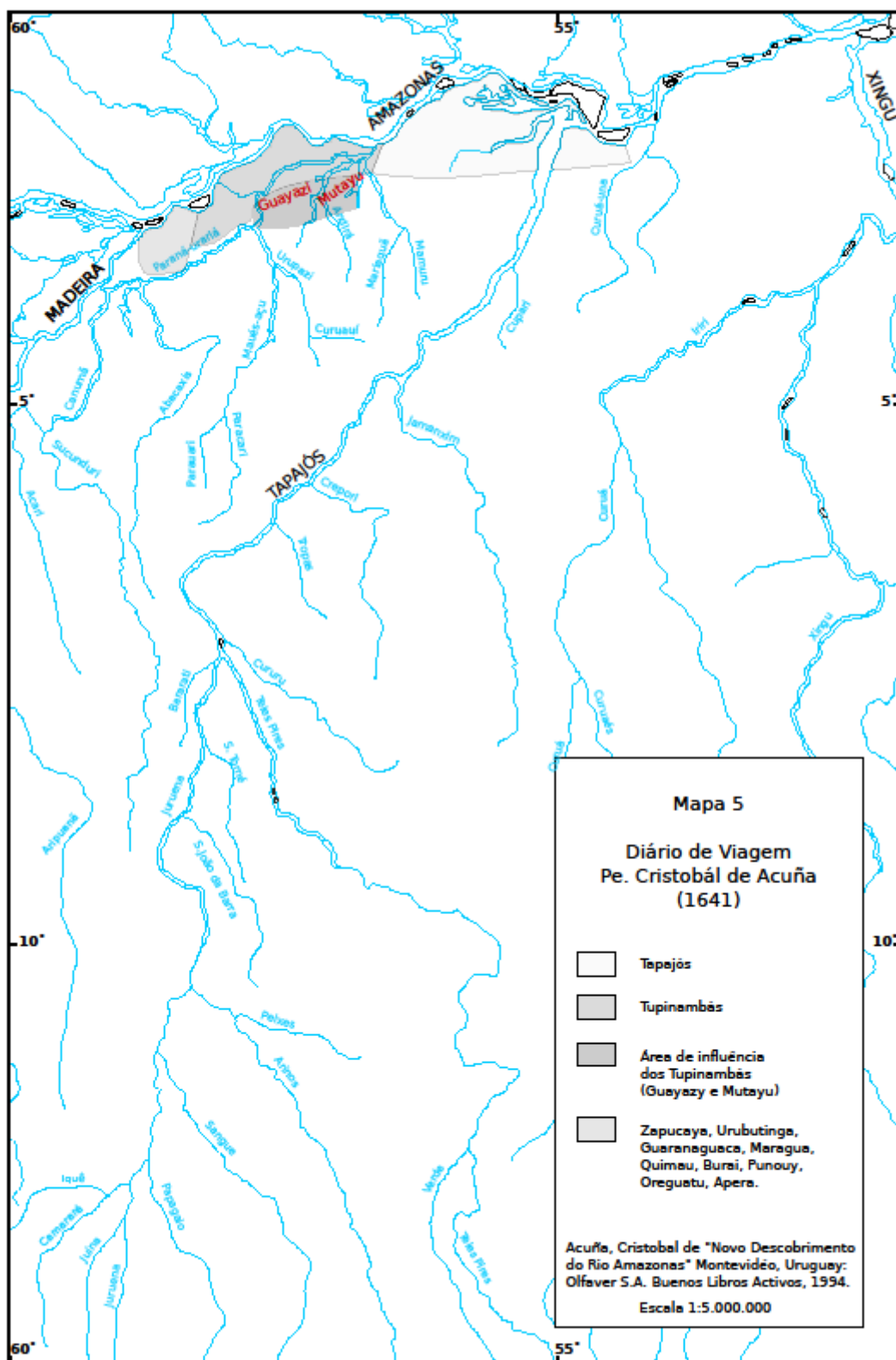
Tabela 2 – Povos indígenas segundo Rojas (1639), Acuña (1641) e Heriarte (1662)

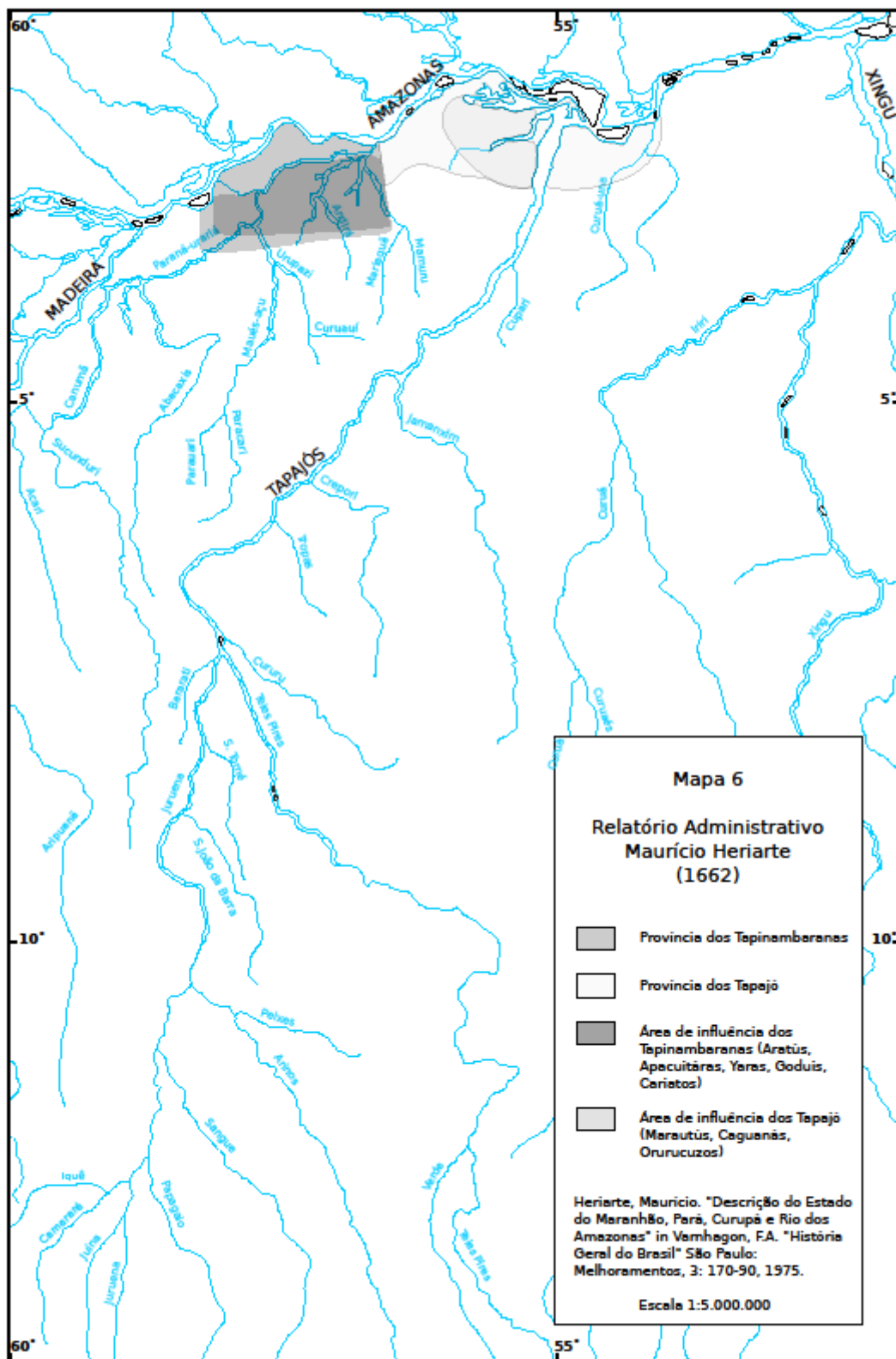
A leitura deste quadro nos permite observar que, excluindo os Tapajó e os Tupinambá, as outras denominações não coincidem nos três relatos, embora algumas delas voltem a ser mencionadas em períodos posteriores, como é o caso dos Maraguas, Cariatos e Guayazis. Por outro lado, é neste quadro que se encontram, pela última vez, as designações para os Zapucayas, Uruburingas, Guaranaguacas, Quimaus, Buraís, Punouys, Oreguatús, Mutayus, Marautus, Caraguanas, Aratus, Apacuitaras, Yaras e Goduis, que desde então desaparecem dos registros.

A partir de uma análise atenta das informações contidas nessas fontes históricas foi possível elaborar três mapas contendo as localizações aproximadas dos grupos indígenas elencados no quadro anterior (vide Mapas 4, 5 e 6).

Foi possível observar, no mapa de Acuña, três regiões distintas. A primeira, que se localiza no território que se estende da foz do Rio Madeira, ao longo da margem direita do Rio Amazonas, até a fronteira com a região habitada pelos Tupinambá e na qual Acuña identifica, sem maiores informações, inúmeros grupos indígenas, dentre eles, os Zapucaya, Urubutinga, Guaranaguaca, Maragua, Quimau, Burai, Punouy, Oreguatu e Apera. Em seguida, nos deparamos com o território ocupado pelos Tupinambá que, na época do cronista, se estendia por setenta e seis léguas (aproximadamente, 380 km) na direção leste-oeste apresentando, no extremo de sua margem ocidental, uma grande aldeia deste grupo indígena. Possuíam, como tributários, os Mutayu e Guayazi, ocupantes da terra firme mais ao sul que, segundo Acuña, eram responsáveis pelo fornecimento de machados de pedra utilizados na derrubada de árvores. Por fim, a terceira das áreas, de domínio dos Tapajó, possuía uma grande aldeia no baixo Rio Tapajós com, segundo Acuña (1941: 183), “mais de 500 famílias”. À época da chegada desta expedição à Belém o cronista destaca a organização de uma armada que, sob a chefia do sargento-mor Bento Maciel, deveria se dirigir a esta aldeia a fim de mover guerra contra esta população indígena acusada de possuir grande número de escravos.







Heriarte localiza quatro povoações Tupinambá às margens dos rios Orurucuses e Condurizes a partir das quais esse grupo indígena mantinha comunicação com outros povos, porém, por não existirem informações precisas sobre a localização desses rios, optamos por não as especificar no mapa elaborado a partir da descrição deste cronista. Outra informação de relevância diz respeito à utilização, na época do autor, das aldeias dos Tupinambá às margens do Rio Amazonas como ponto de descanso para as tropas que vão e vem do sertão.

A leitura do mapa de Heriarte nos permite inferir sobre a submissão de inúmeros povos, entre eles, os Aratús, Apacuitáras, Yaras, Goduis e Cariatos ao domínio dos Tupinambá. Outro dado interessante, agora com relação à “província dos Tapajó”, diz respeito à elevada densidade demográfica de sua principal aldeia localizada na foz do rio homônimo com, segundo Heriarte (1975: 179), “(...) 60 mil arcos, quando manda dar guerra (...)”, apresentando como tributários os Maratús, Caguanas e Orurucuzos.

Pode-se concluir, portanto, que no momento inicial do contato, o território ao sul do Amazonas, mais especificamente o Rio Tapajós e adjacências, encontrava-se sob o domínio dos Tapajó e Tupinambá. Porém, em fins do século XVII, o rápido declínio dessas populações abriu novos espaços para aqueles grupos que haviam sido submetidos ou que se embrenharam no interior da mata durante o período de domínio daquelas duas etnias.

2.1.1.2. EMPRESAS JESUÍTICAS E OS PRIMEIROS NÚCLEOS COLONIAIS (SÉCULO XVIII)

Este segundo momento se inicia com o estabelecimento, em 1661, da primeira missão dos jesuítas portugueses nessa região da Amazônia Meridional e se prolonga por todo um século terminando na década de 1760 com a última crônica redigida por um

missionário jesuíta a percorrer esse território no século XVIII. O período é caracterizado por se constituir única e exclusivamente de fontes históricas advindas de missionários que, por diversos motivos, percorreram essa área. Destacamos, entre elas, as de Fritz (1691), Bettendorf (1698), Rodrigues (1714), São José (1763) e Monteiro Noronha (1768).

A partir da segunda metade do século XVII, coube unicamente aos missionários (Fritz [1691]; Bettendorf [1698]; Rodrigues [1714]; São José [1763]; Monteiro Noronha [1768]) um duplo papel: por um lado, suas crônicas densas e minuciosas possibilitaram um conhecimento mais preciso do panorama etnográfico da região, por outro, ocasionaram uma ocupação mais efetiva do território pelo colonizador, intensificando o processo de deslocamento e transformação que vinham sofrendo os inúmeros povos indígenas que habitavam esta área da Amazônia Meridional.

Tais fontes revelam o quanto este território já se encontrava profundamente modificado. Elas dão a perceber, por exemplo, a drástica diminuição das populações indígenas ocorrida à medida que a várzea amazônica fora sendo perscrutada. Ao relatar sua viagem pelo rio, retornando de Belém, Fritz (1691) descreve a existência de sucessivas aldeias desertas em virtude, principalmente, das agressões sofridas por parte dos conquistadores europeus, das guerras intertribais que se acirravam, dos descimentos perpetrados por missionários ou pela fuga dessas populações para regiões distantes da calha dos grandes rios. Desta forma, na crônica de Bettendorf (1698) já quase não há notícias das grandes nações ou províncias descritas nos textos mais antigos.

Samuel Fritz foi, além de missionário da Companhia de Jesus, um importante cartógrafo a serviço da Espanha, tendo desempenhado um papel fundamental na catequização de vários povos indígenas nas várzeas do Rio Solimões. Em 1689, adoece e

pede para ser levado até a atual cidade de Belém, no Pará, para que recebesse maiores cuidados. Os motivos de sua ida ainda são incertos, pois, ao invés de se tratar entre seus irmãos espanhóis, preferiu seguir o caminho mais longo e adentrar em território português. É possível que tenha algum motivo político, uma vez que os portugueses atacavam constantemente as suas missões e aprisionavam os povos com os quais trabalhava. A coroa portuguesa, no entanto, alegou que o missionário só havia feito tal viagem para que pudesse mapear toda a região do Rio Solimões e do Rio Amazonas, com o intuito de transmitir essas informações e mapas à coroa espanhola. Por conta disso, passou quase dois anos aprisionado no Colégio dos Jesuítas. Em abril de 1691, chegou à autorização de D. Pedro II liberando o padre para retornar às suas missões. No entanto, para tal empreitada, uma escolta lhe acompanhou até as primeiras aldeias sendo que, quando lá chegaram os soldados alegaram que iriam tomar posse daquelas aldeias em nome do atual governador do Maranhão e Grão-Pará e que o missionário deveria se retirar daquela região. Ao retornar à Quito, relatou sua viagem ao Vice-rei do Peru para que este pudesse tomar providências diante das investidas portuguesas em território espanhol. Em anexo às suas declarações, lhe entregou um mapa detalhado de todo o Rio Solimões e Amazonas, citando aldeias, missões e povos indígenas em todo o seu trajeto.

O próximo a nos fornecer informações é padre João Felipe Bettendorf, missionário da aldeia dos Tapajós que, em 1661, desenvolveu intensa atividade nas regiões periféricas do Vale do Rio Tapajós. Posteriormente, foi, por duas vezes, superior da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará. Dada a sua atuação na área, Bettendorf possuía conhecimento aprofundado dessa região e de alguns de seus grupos indígenas. Destacamos o fato de as informações contidas em sua “Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”, quando não produto de sua experiência

peçoal, provém dos cuidadosos relatórios que os missionários apresentavam a seus superiores.

Sobre o jesuíta Bartolomeu Rodrigues não possuímos muitas informações. Sabemos que redigiu uma carta, em 1714, endereçada ao padre Carvalho narrando seu trabalho na aldeia dos Tupinambaranas onde se deparou com inúmeras sociedades indígenas.

João de São José foi Bispo do Grão-Pará e nos anos de 1762 e 1763 fez uma viagem de visita e inspeção à jurisdição de sua Diocese, viagem que o levou até o Rio Negro. São José percorreu o baixo curso do Rio Tapajós até as proximidades das primeiras cachoeiras do rio, porém, seu relato faz referência a todo curso do referido rio e dos grupos indígenas que ocupavam suas margens. Para compilar essas informações utilizou-se de uma “arrumação informe que principiava um jesuíta” (1847: 94) que se baseava em dados fornecidos por João de Souza Azevedo, um dos primeiros a percorrer de fato todo o rio. Além disso, São José também se encontrou em Santarém com João de Souza Azevedo que lhe forneceu informação adicional sobre o Tapajós e suas cabeceiras. Isto possibilitou a São José apresentar um relatório rico em dados geográficos que permitem uma localização bastante aproximada dos grupos ali sediados e, ainda, incluir em nossas considerações os formadores do Tapajós, os rios Arinos e Juruena.

Monteiro Noronha, vigário-geral do Rio Negro, deixou-nos um roteiro da sua viagem datada de 1768, em que se encontra informação adicional sobre os rios Mauhé, Abacaxis e Canumá, além do Tapajós.

Destacamos, primeiramente, que nesse período inicial, o território por nós estudado nesta pesquisa pertencia à coroa espanhola. As sucessivas investidas de portugueses para além da linha do Tratado de Tordesilhas, no entanto, ocasionou uma

série de disputas e a necessidade de se traçarem novas fronteiras. O Tratado de Madrid, em 1750, deu novos contornos à colônia estabelecendo como divisa, o Rio Paraguai, até a foz do Rio Jauru. Deste ponto, a linha demarcatória se dirigia ao Guaporé alcançando o Mamoré, de onde subia até meia distância da foz do Madeira e daí se dirigia a oeste procurando as nascentes do Rio Javari. Desta forma, ficava esboçado o atual espaço físico do Brasil.

Analisadas juntas as crônicas de Samuel Fritz (1691) e João Felipe Bettendorf (1698) revelam o quanto a orla do rio Amazonas já se encontrava profundamente modificada nessa época. Eles dão a perceber, por exemplo, a drástica diminuição das populações indígenas ocorrida à medida que a várzea amazônica fora sendo devassada. Ao relatar sua viagem pelo rio, retornando de Belém, Fritz descreve sucessivas aldeias desertas que encontra pelo caminho, em virtude das agressões sofridas por parte dos europeus, das guerras intertribais que se acirravam, pelos descimentos perpetrados por missionários ou pela fuga dessas populações para regiões menos inseguras. Desta forma, na crônica de Bettendorf já quase não há notícias das grandes nações ou províncias descritas nos textos mais antigos.

Dessa forma, a leitura das crônicas nos permitiu obter as seguintes designações e localizações para os grupos indígenas que passaram a ocupar esta região da Amazônia Meridional:

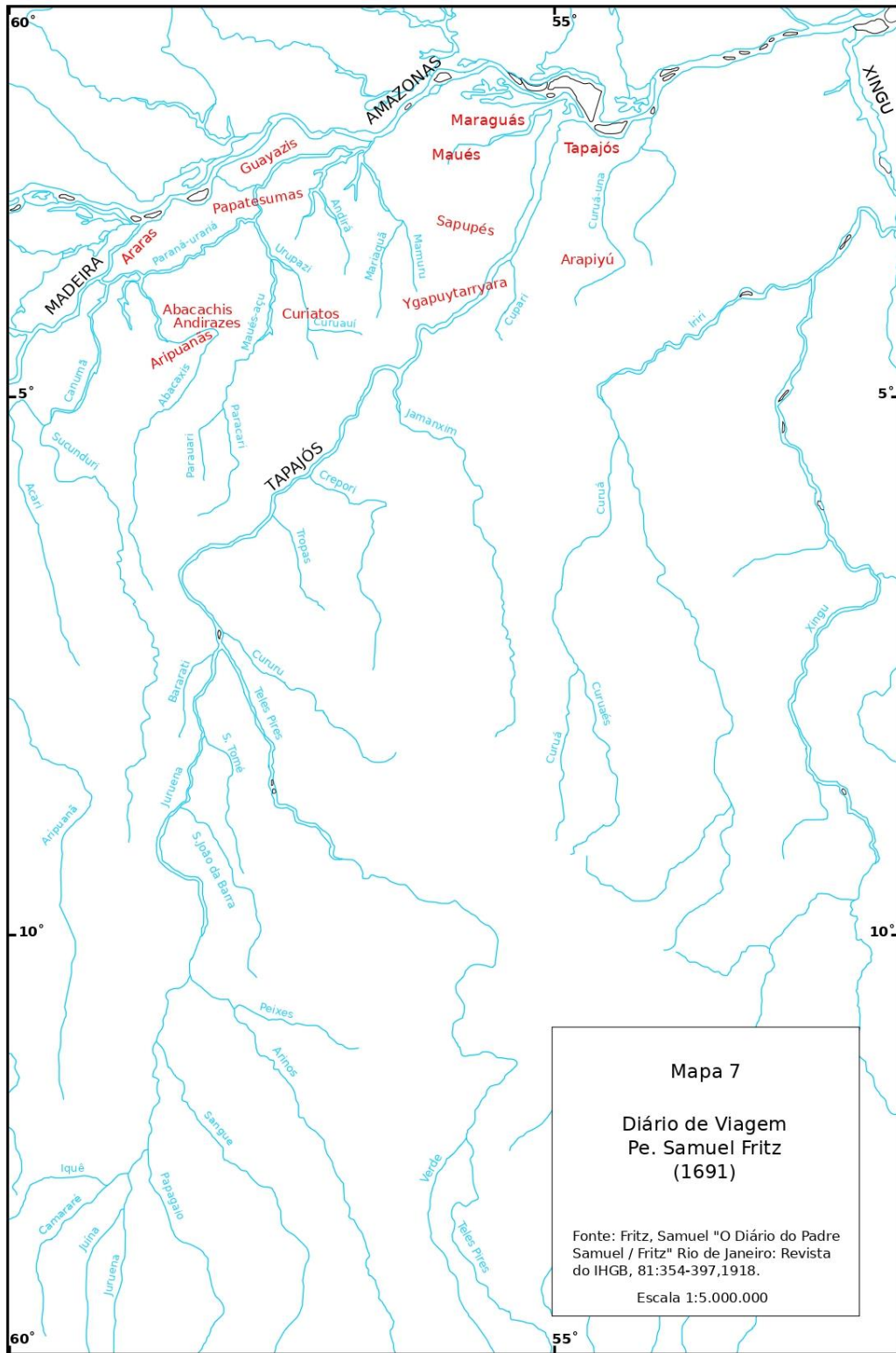
LOCALIZAÇÃO	FRITZ (1691)	BETTENDORF (1698)
RIO TAPAJÓS	Tapayós Maraguás Maués Sapupés	Tapajós Ururucús Carissorazes Quaxinazes

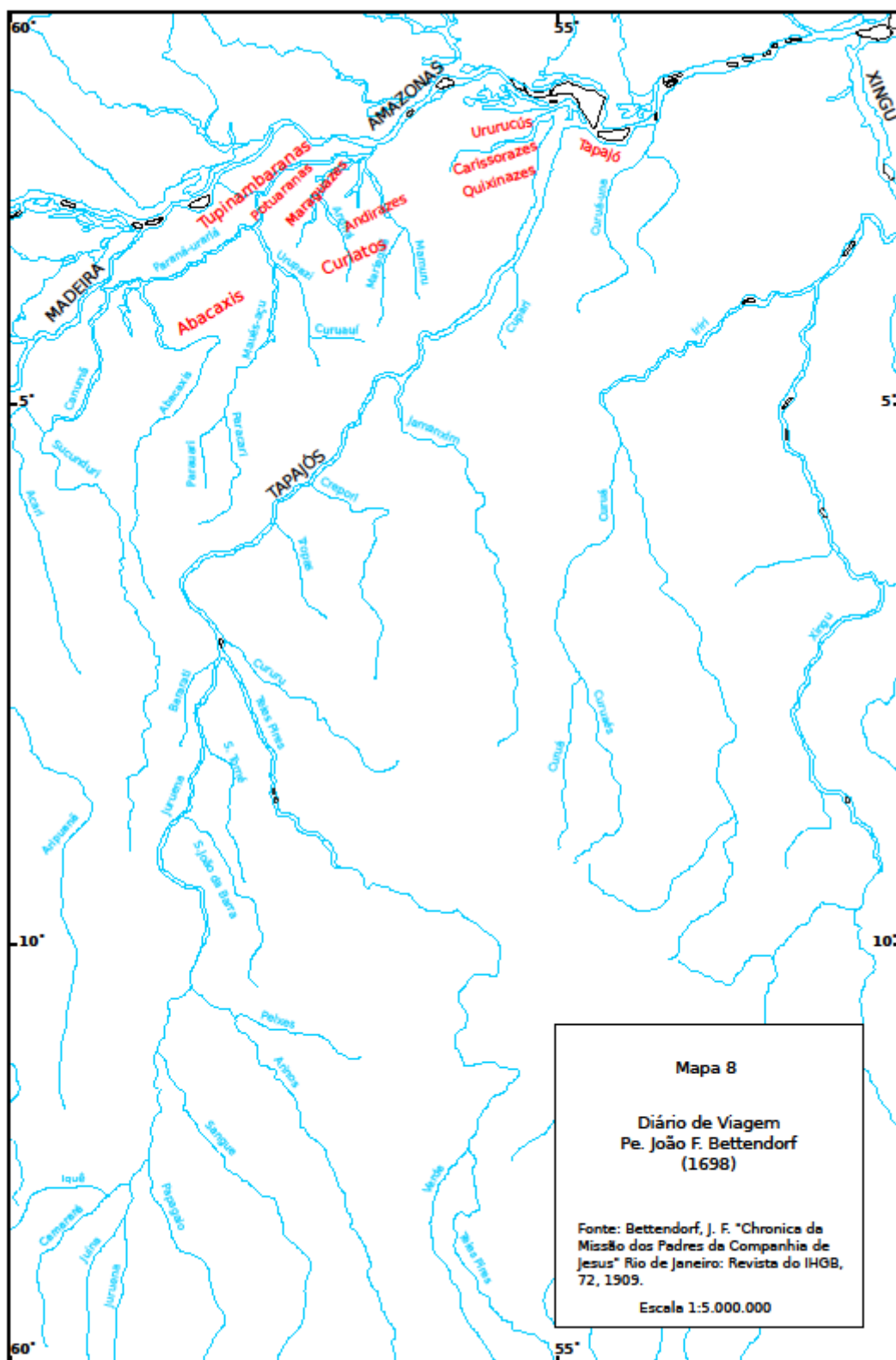
	Ygapuytarryara	
REGIÃO INTERMEDIÁRIA	Guayazis Araras Papatesumas Abacachis Andirazes Aripuanãs Curiatos	Patuaranas Tupinambaranas Maraguazes Andirazes Curiatos Abacaxis

Tabela 3 – Povos indígenas segundo Fritz (1691) e Bettendorf (1698)

Foi possível, também, a partir da leitura atenta das referidas crônicas a elaboração de um mapa para cada uma delas que buscasse localizar no espaço os referidos grupos indígenas (vide Mapas 7 e 8).

Em um primeiro momento, a análise do quadro e dos mapas permitiu constatar que, para o Rio Tapajós, são mencionadas nas duas fontes a presença dos Tapajó no rio homônimo, enquanto que, para a região intermediária, são coincidentes apenas os Curiatos, Andirazes e Abacaxis. Destacamos, porém, com relação aos Maraguás (Maraguazes), que os autores discordam quanto a sua localização, sendo que Fritz os localiza no Rio Tapajós e Bettendorf na região intermediária. Não coincidem entre as duas fontes os Maués, Sapupés, Ygapuytarryara, Guayazis, Papatesumas e Araras, no caso de Fritz e, com relação à Bettendorf, os Ururucús, Carissorazes, Patuaranas e Tupinambaranas.





Outro ponto a ser destacado diz respeito à comparação das designações e localizações encontradas em fontes anteriores (Rojas, Acuña e Heriarte) com as descritas por Fritz e Bettendorf. Assim sendo, Acuña localiza os Maragua entre a foz do Rio Madeira e a fronteira com o território dos Tupinambá, enquanto Fritz os coloca junto ao Rio Tapajós e, Bettendorf, na região intermediária. Acuña, também aponta os Guayazi como sendo tributários dos Tupinambá, enquanto Fritz os põe ocupando o antigo território dominado por estes indígenas. Nenhuma outra designação para grupos indígenas coincide nesses dois momentos históricos.

Dos nomes tribais fornecidos por Fritz e Bettendorf, alguns ainda serão mencionados em fontes posteriores. Entretanto, Carissorazes e Quaxinazes não são mais registrados.

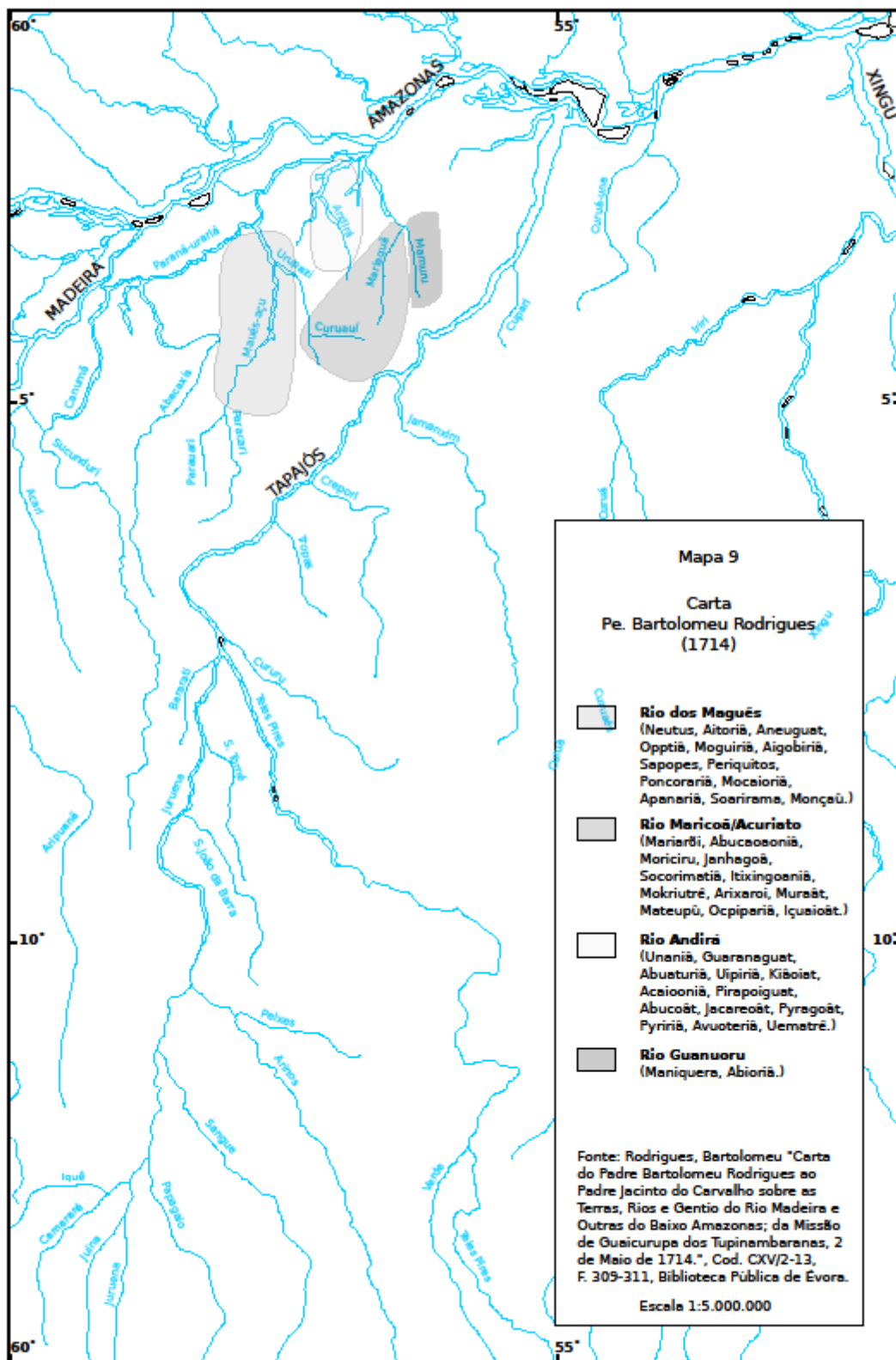
Passados mais de dez anos da crônica de Bettendorf (1698), nos deparamos com uma carta redigida pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues, em 1714, endereçada ao Pe. Carvalho. Nessa carta, única fonte histórica para a primeira metade do século XVIII, o religioso, missionário da aldeia dos Tupinambaranas, fornece ao todo 48 designações para o território compreendido pela região intermediária, dois para a Aldeia dos Andirá e oito para a dos Tupinambarana. Assim, em 1714, pelo menos 58 grupos são nominalmente registrados na região.

Esse elevado número de designações fornecidas para essa região intermediária evidencia o quanto se encontrava povoado este território em inícios do século XVIII. Assim sendo, temos os seguintes grupos indígenas habitando a área:

Rodrigues [1714]	REGIÃO INTERMEDIÁRIA					
Rio dos Maguês	Rio Andirá	Rio Mariacoã/Acuriato	Rio Guamuru	Aldeia dos Andirases	Aldeia dos Tupinambaranas	
Neutus	Unaniã	Mariarõi	Maniquera	Amoria	Arerutus	
Aitoriã	Guaranaguat	Abucaoniã	Abiariã	Acaiunia	Comandis	
Aneuguat	Abuaturiã	Moriciru			Ubucoaras	
Opptiã	Uipiriã	Janhagoã			Andirases	
Moguirião	Kiãoiat	Sacorimatiã			Japucuitabijaras	
Aigobiriã	Acaioaniã	Itixingoaniã			Puraioania	
Sapopes	Pyrapoiguat	Mokriutrê			Capiurematia	
Periquitos	Abucoât	Arixaroi			Mujuaria	
Pencorariã	Jacareoât	Muraât			Monçau	
Mocaioriã	Pyragoât	Mateupû			Sapopes	
Apanariã	Pyririã	Ocpiporiã				
Soarirana	Avueteriã	Içuaioât				
Monçau	Uematrê					
Paramoriã						
Surridiã						
Ubucoaras						
Sapium						

Tabela 4 – Povos indígenas segundo Rodrigues (1714)

Tais grupos indígenas distribuídos pelos referidos rios que compõe a região intermediária serviu de base para a elaboração de um mapa que auxiliasse na compreensão do panorama etnográfico da referida área, sendo ele:



Para a primeira dessas regiões – a do Rio Maguês –, destacamos a presença dos Sapupés que foram mencionados por Fritz (1691) para as margens do Rio Tapajós, indicando possivelmente um deslocamento dessa posição inicial em direção ao território do Rio Mahué. Porém, a grande maioria das designações mencionadas para este rio aparece unicamente nesta fonte, dentre eles, os Neutus, Aitoriâ, Aneuguat, Opptiâ, Moguiriâ, Aigobiriâ, Pencorariâ, Mocaioriâ, Monçaû, Paramoriâ, Surridiâ, Ubucoaras e Sapium, outros, no entanto, figuram nas seguintes, tais como, os Sapupé, Periquito, Apanariâ e Soarirana.

Das designações etnográficas para os outros rios – Andirá, Maricoã/ Acuriato e Guamuru – somente a dos Mateupû parece ter correspondência com o nome de um aldeamento no Tapajós, São José dos Matapús, também chamado Maitapus. Os demais nomes tribais já não aparecem em fontes posteriores.

Sobre a procedência dos índios das aldeias Andirases e Tupinambaranas, Rodrigues nos informa que para a primeira desceu as nações Amoria e Acaiunia, porém, não nos fornece sua localização original. Para a aldeia dos Tupinambaranas, o religioso efetuou vários descimentos, dos quais os Comandís, Ubucoaras, Mujuaria, Sapupé e Monçau localizavam-se na região do rio Mahué; quanto aos Andirases, Puraiuania e Capiurematia, habitavam o rio Mariacoã.

Quase meio século após Rodrigues ter escrito esta missiva, João de São José, Bispo do Grão-Pará, e José Monteiro Noronha, Vigário-Geral do Rio Negro, respectivamente, em 1763 e 1768, nos fornecem as últimas informações referentes ao panorama etnográfico desse território da Amazônia Meridional. O curto espaço entre as duas descrições – cinco anos – permite ter uma visão de conjunto das designações etnográficas conhecidas na região para a segunda metade do século XVIII. As

informações fornecidas por São José e Monteiro Noronha podem ser resumidas no seguinte quadro:

	Rio Tapajós	Confluência Arinos-Teles Pires	Rio Arinos	Rio Juruena	Região Intermediária
São José (1763)	Aripiuns Magués Muriva Jacareuarás Commandiz Bradocas Sapupes Motuaris Surinanas Necurias Periquitos Semicurids Urupás Anijuariás Apecuariás Amanajus	Apaunuariás Marixitás Apicuricús Murivas Muquiriás	Maguary Arinos Macuaris	Uarupás	
Monteiro Noronha (1768)	Tapakurá Cararí Jacaretapiya Maué Sapope Hiauahim Uarupa Suarirana Piriquita Uarapiranga				Comaní Sapupé Curitiá Aitouariá Acaraiuará Maturucu Bravará Urupá

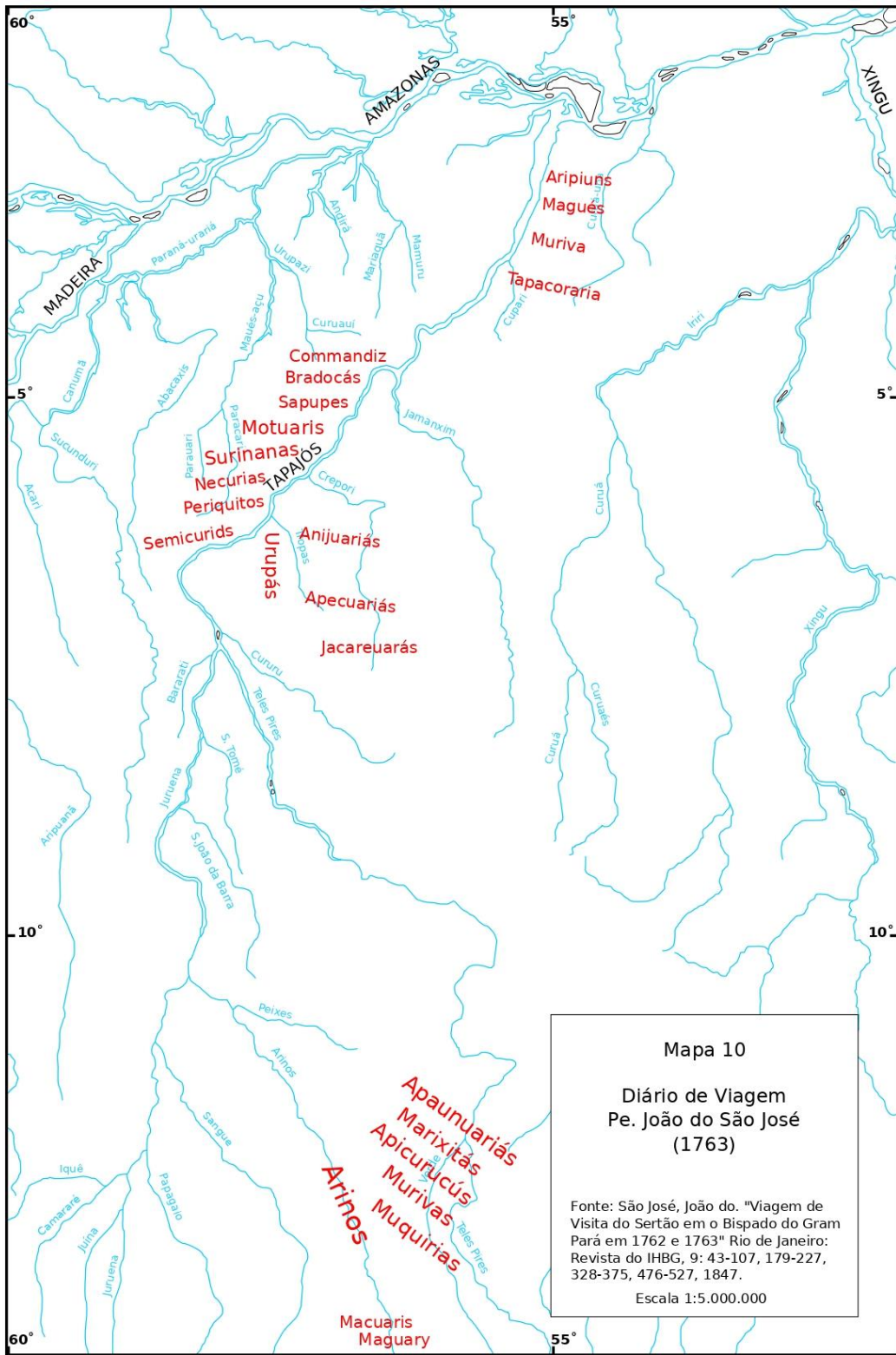
Tabela 5 – Povos indígenas segundo São José (1763) e Monteiro Noronha (1768)

Através de uma análise preliminar do quadro anterior foi possível constatar que apenas o Rio Tapajós é tratado conjuntamente pelas duas fontes, sendo que São José traz as primeiras informações para o Alto curso deste rio. Assim sendo, os grupos indígenas que aparecem em ambos os autores são os Tapacoraria (Tapakurá, Tapacora), Jacareuara (Jacaretapiya), Sapope, Suarirana (Surinanas), Maué (Magués) e Periquitos (Piriquitos). Noronha ainda fornece uma segunda localização para os Sapupé na região intermediária.

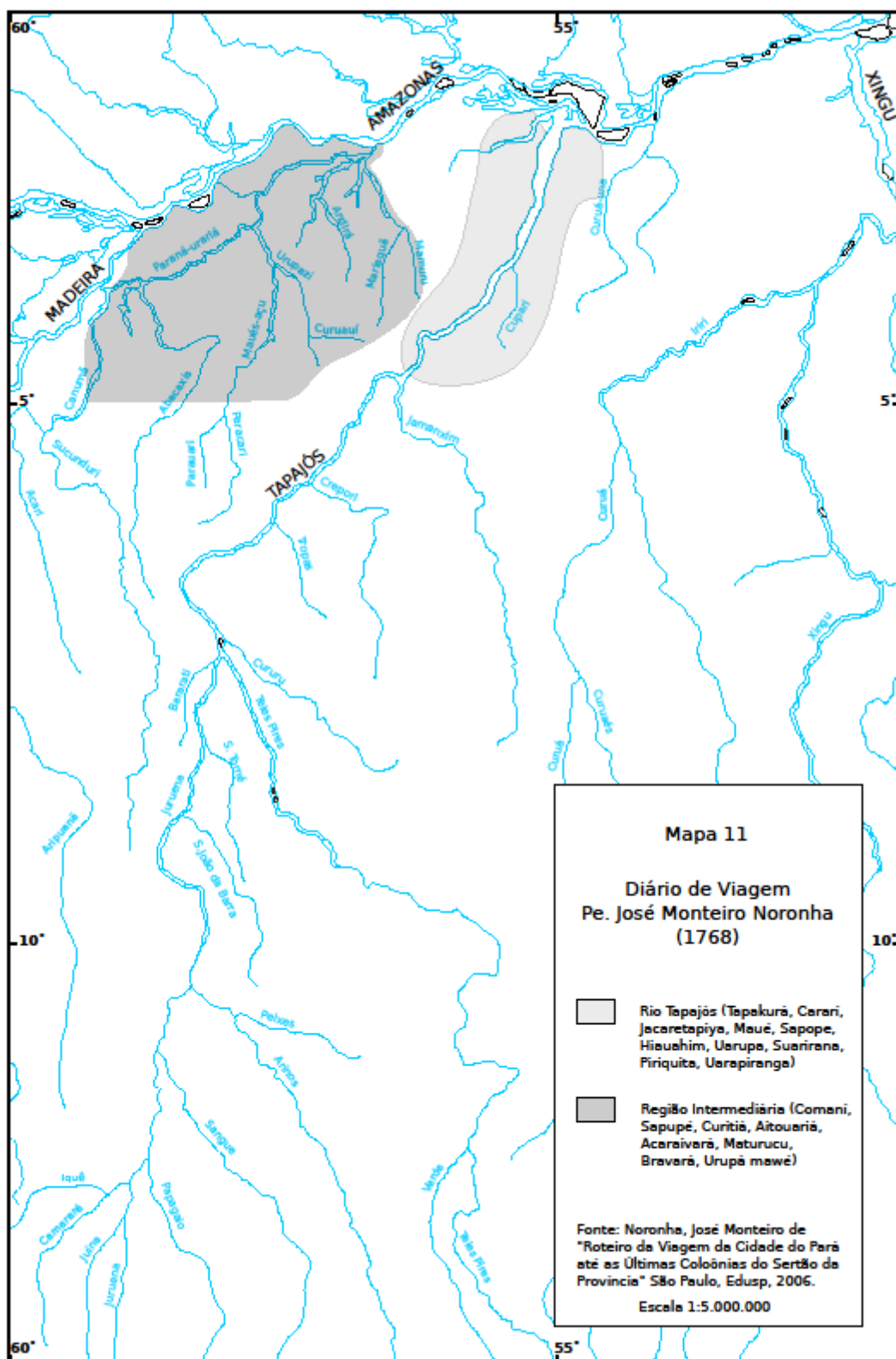
A preocupação observada por parte de São José e Monteiro Noronha em precisar a localização das designações etnográficas no espaço renderam mapas ricos em detalhes (vide Mapas 10 e 11).

É possível observar pelo mapa de São José que este localiza, abaixo da foz do Rio Cupari, os Arapiuns, Magués, Murivas, Jacareuarás e Tapacoraria. Quanto a estes últimos, o autor afirma que os rios Tapacora-uassu e Tapacora-mirim – afluentes pela margem direita do Rio Tapajós –, “Tomaram (...) o nome do gentio que os habitava, e de que se acha descido algum em Vila Franca” (1847: 100).

Quanto aos Commandiz (Comaní), presentes em ambos os autores, são localizados por São José na margem esquerda do Rio Tapajós, ao sul dos Jacareuarás dizendo, porém, que “(...) hoje sabemos que os Commandizes se internaram para os recôncavos do sertão, onde vivem, e algum resto d’elles se acha descido em Monte Alegre” (1847: 97). Noronha, por sua vez, já os coloca na região intermediária. Com relação aos Urupás (Urupá, Uarupás), São José os localiza na margem direita do Rio Tapajós tendo, pela porção oriental de seu território, os Anijuárias e Apecuariás e, pela porção meridional, os Arinos. Noronha, no entanto, localiza esse grupo indígena na região intermediária.



Mapa 10
Diário de Viagem
Pe. João do São José
(1763)
 Fonte: São José, João do. "Viagem de
 Visita do Sertão em o Bispado do Gram
 Pará em 1762 e 1763" Rio de Janeiro:
 Revista do IHGB, 9: 43-107, 179-227,
 328-375, 476-527, 1847.
 Escala 1:5.000.000



Agora, quanto às designações não coincidentes nessas duas fontes para o Rio Tapajós, São José localiza no médio curso desse rio, pela margem esquerda, os Bradocás, Motuaris, Necurias e Semicuridz.

Para o Alto Rio Tapajós, São José nos informa que a bacia do Rio Arinos era habitada por um grupo indígena homônimo. Seu território se estendia para o norte, até o Rio São João da Barra onde se limitava com os Urupá e, para o sul, até as nascentes deste rio, onde se encontravam os Maguary, pela margem direita e, os Macuaris, pela esquerda. A semelhança na grafia e a proximidade na localização nos fazem sugerir que se tratavam de um mesmo grupo. Agora, seu limite oriental era feito com os Apaunuariás, Marixitás, Apicuricús, Murivas e Muquiriás que habitavam a confluência dos rios Arinos e Teles Pires.

No que respeita àquelas designações dadas por Noronha para o Tapajós e que não coincidem com as de São José – os Carary e Uarapiranga – não possuímos outra informação além dessa vaga localização.

Passando agora às designações do quadro para a região intermediária, além dos Sapupé, Comany, Urupá e Mawé, Noronha fornece a dos Aitouaria, Acaraiuara, Brauara, Curitiba e Muturuçu. Das quatro primeiras não temos outras informações que a simples menção e não são registradas por fontes posteriores.

A combinação dessa tabela com as anteriores possibilitou constatar que os Sapupés persistem vivendo no médio Rio Tapajós desde a época de Fritz até Monteiro Noronha que os coloca, também, na região intermediária. Outro grupo observado por Fritz no médio Rio Curuá-há é localizado, posteriormente, por São José, habitando o Baixo Rio Tapajós. Os Maués citados por Fritz, São José e Monteiro Noronha ora habitando a

margem direita, ora a esquerda do Baixo Rio Tapajós, merecem destaque por persistirem na história de vida desse território da Amazônia Meridional até hoje.

Dos cinco grupos indígenas que habitam a confluência dos rios Arinos-Teles Pires, os Apaunuariás são os únicos já mencionados, anteriormente, por Rodrigues, para a região intermediária, mais precisamente a do rio Magués, com o nome de Apanariã. Não constam mais referências sobre este grupo nesta região intermediária.

2.1.1.3. VIAGENS CIENTÍFICAS (SÉCULO XIX)

Para o século XIX, transparece na documentação informações que nos permitem identificar com maior precisão a localização e a designação dos grupos indígenas. Poder-se-ia dizer que relatos e roteiros são os mais ricos nas informações elencadas, pois falam da navegação do Rio Tapajós e seus afluentes, o modo de fazê-la, as dificuldades que apresentava, a presença de assentamentos indígenas e os tipos de contato que se mantinham com eles.

Nas fontes históricas que possuímos verificamos, também, a predominância de informações sobre os Mundurucus e Maués que perambulavam por uma vasta região da Amazônia Meridional e pelo Rio Maués, respectivamente, e sobre os Apiaká e Kaiabi localizados na região dos rios Juruena, Arinos e seus afluentes.

A primeira das fontes para este terceiro momento remonta ao final do século XVIII. É o relato de Almeida Serra que nos fornece informações para a localização de diversos grupos indígenas para o sistema Arinos-Juruena-Tapajós.

	Rio Tapajós	Confluência Arinos-Juruena	Rio Juruena	Rio Arinos
Almeida Serra 1797	Tapajós Manducus Mondrucci Xavantes Urubus Passabus Hia-u-ahins Ereruwas Magues Ituarupas Hy-aií-ahim Urucú Tapujas Mombrianas U-y-apes Cabaibas	Apiacás	Mambares Sarumas Uhahias Camarares Matusares	Arinos Bacuris Guajojus

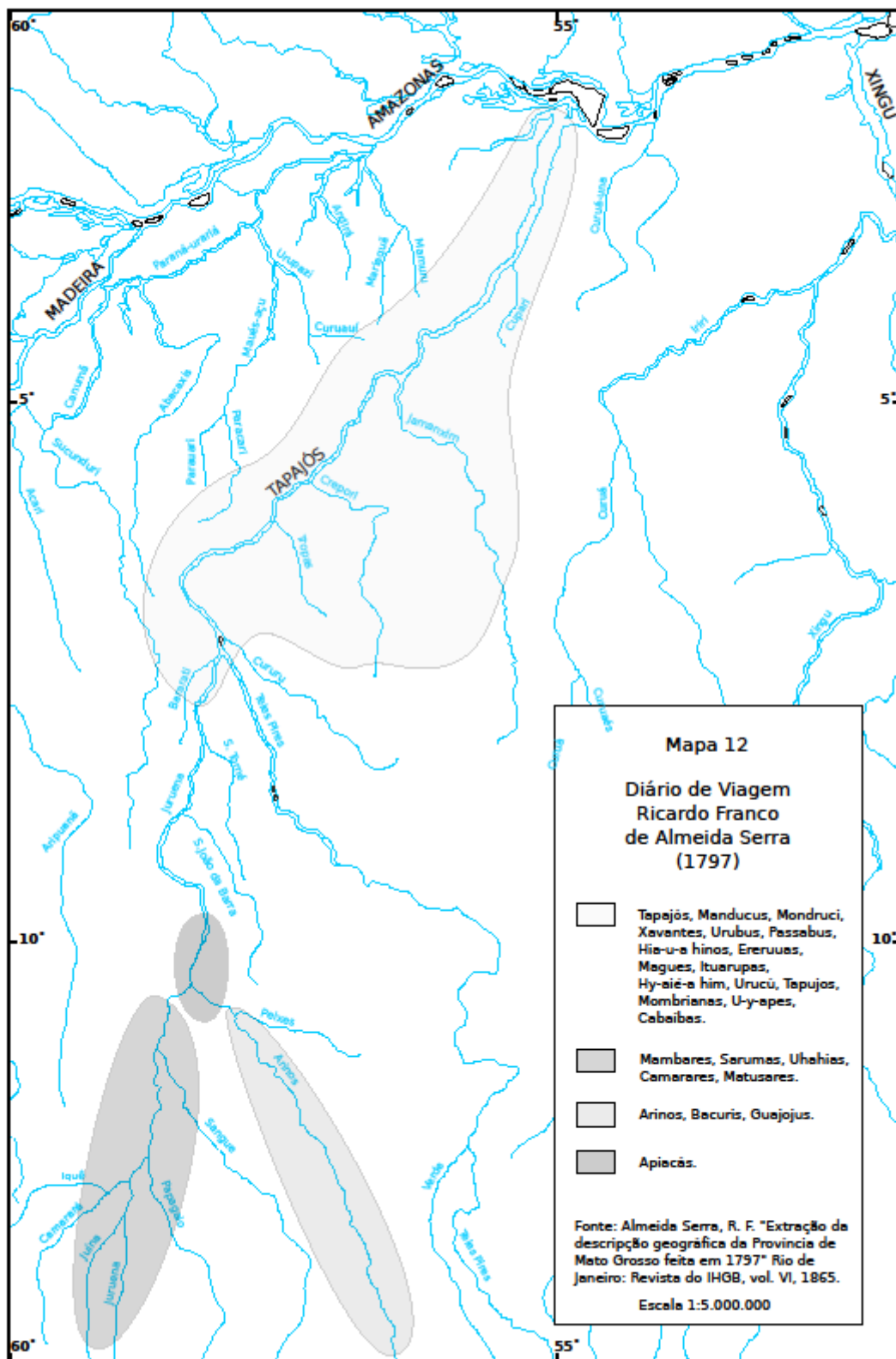
Tabela 6 – Povos indígenas segundo Almeida Serra (1797)

No entanto, no que diz respeito a uma localização mais precisa dos grupos apresentados por este autor, só temos referências concretas para os Ituarupas, Hy-aii-ahim, Mondrucci, Mombrianas, U-y-apes, Cabaibas e Apiaká. Das outras designações constantes no quadro não temos mais informações que a vaga referência geográfica.

A designação Mondruçi (Mundurukú) é a segunda referência para este grupo no Tapajós. Almeida Serra os identifica como moradores do rio Vermelho, um afluente do Juruena.

Por último, no Juruena, Almeida Serra localiza aos Apiaká, Mombrianas, U-y-apes e Cabaibas, sendo esta a primeira vez que as três últimas denominações aparecem na literatura (vide Mapa 12).

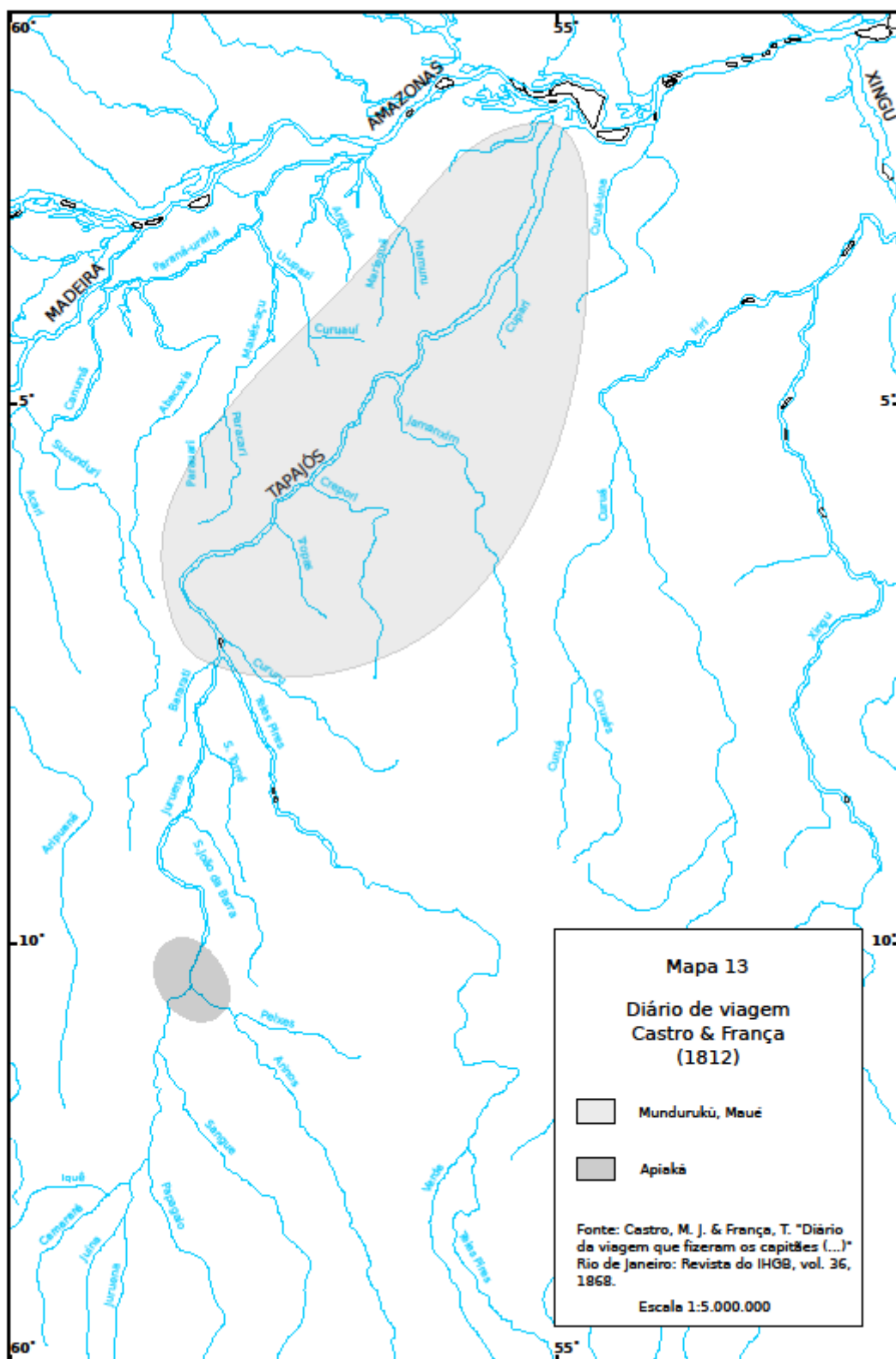
Segundo Grünberg (2004), a primeira viagem Arinos abaixo, em 1805, foi chefiada por Manoel Gomes dos Santos que, segundo consta nas fontes do autor (vide, por exemplo, CASTRO & FRANÇA 1865), foram atacados próximo da foz do Rio dos Peixes por Apiakás. Ainda segundo o autor, “[...] muito depois da embocadura do Arinos no Juruena, verificava-se denso povoamento por índios, cuja descrição não deixa dúvidas de que se tratava daqueles que nos anos seguintes seriam chamados de Apiaká” (Grünberg 2004: 33).



Outros viajantes cujos diários/relatórios Grünberg (2004: 33) teve acesso, tais como, Castro & França (1812), trazem informações dispersas sobre outros dois grupos, os Mundurukú e os Maués para o curso do rio Tapajós.

	TAPAJÓS	JURUENA-ARINOS
Castro & França 1812	Mundurukú Maué	Apiaká

Tabela 7 – Povos Indígenas segundo Castro & França (1812)



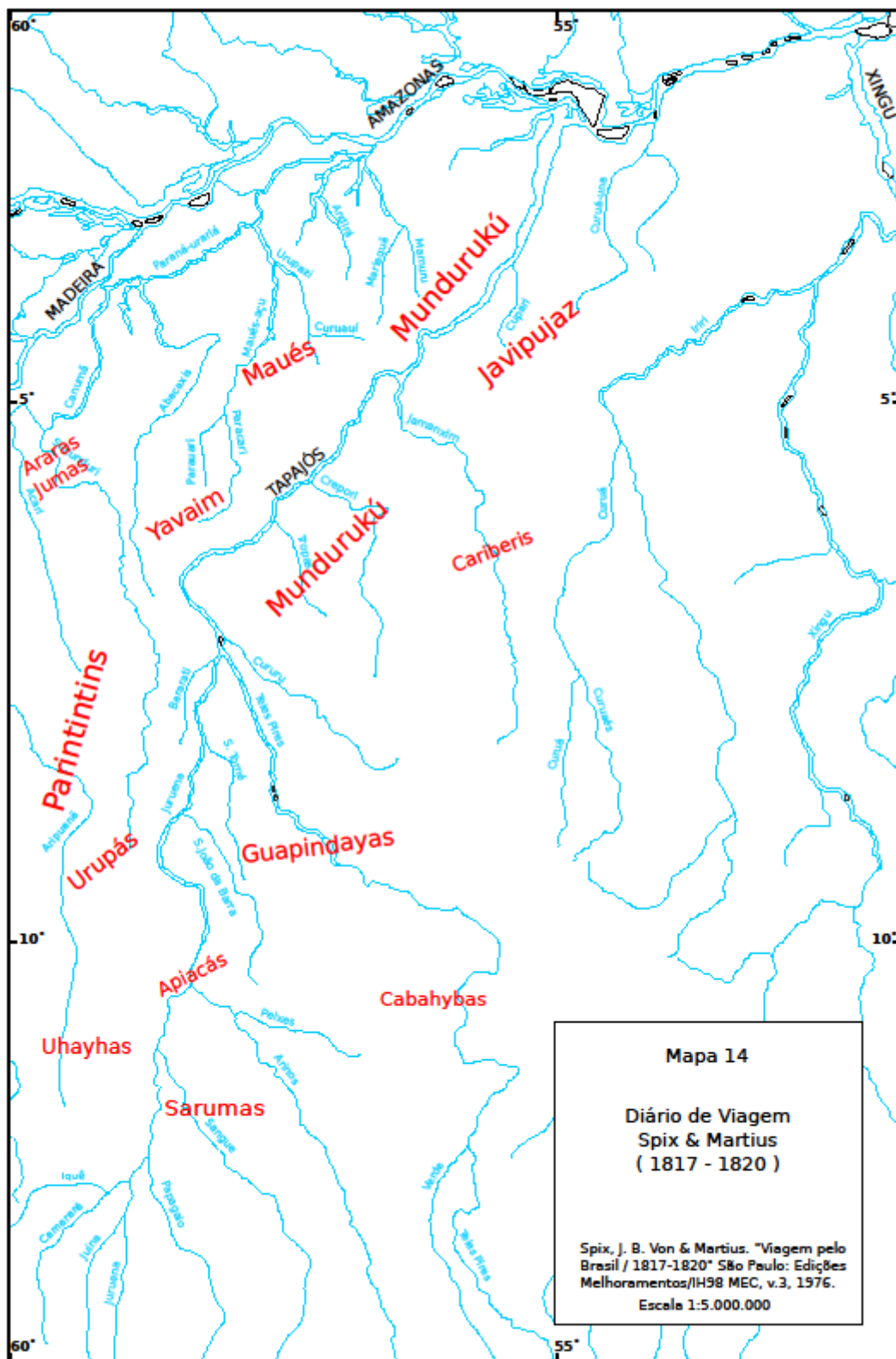
Spix e Martius (1976 [1817-1820]: 99), citam alguns grupos indígenas, mas sem localização precisa: os Yaucins, Uarapás, Ubaías, Mambriarás, Guajajás, Bacuris, Chacuruinhas, Tapacorás, Cararis, Jacaretapuia, Sacopés, Suariranas, Piriquitás e Uarapiranga.

	TAPAJÓS	REGIÃO INTERMEDIÁRIA	ALTO TAPAJÓS
Spix & Martius (1817 – 1820)	Mundurukú	Maués	Parintintins
	Javipujaz	Araras	Urupás
	Cariberis	Jumas	Guapindayas
			Apiacás
			Uhayas
			Sarumas
			Cabahybas

Tabela 8 – Povos Indígenas segundo Spix & Martius (1817-1820)

Spix e Martius (1976 [1817-1820]: 99), localizaram os Apiacás dispersos pelas margens do Rio Juruena e os Cabaíbas, vivendo ao sul.

Spix e Martius, a partir de seus informantes em Santarém, destacam a prevalência em todo o Rio Tapajós dos Mundurucus e Maués.



Sendo assim, para os primeiros, consideramos importantes as seguintes informações: 1) possuíam aldeias em ambas as margens do rio Tapajós; 2) avaliaram seu número em torno de 18.000 ou até 40.000 indivíduos; 3) perseguiram diversos grupos indígenas, dentre eles, os *Jumas*, *Parintintins* e *Araras* – que habitavam as nascentes dos rios Maués, Canomá e para os lados do Madeira.

Na região da aldeia de Itaituba – onde conviviam pacificamente Mundurucus e Maués –, localizada na altura da Cachoeira do Maranhão, habitavam os índios Maués. Avaliam este povo com 16.000 indivíduos, que viviam em pequenos grupos espalhados ao longo do interflúvio entre o Tapajós-Madeira e que falavam a mesma língua e faziam guerra conjuntamente. Estes sub-grupos são os seguintes, Tatus, Tassiuás, Jurupari-Pereiras, Mucuíns, Xubarás, Uu-Tapuias (isto é, “filhos da terra”), Guaribas, Inambus, Jauaretés, Saucanes, Pira-Pereiras e Caribunas (Spix & Martius 1976 [1817-1820]).

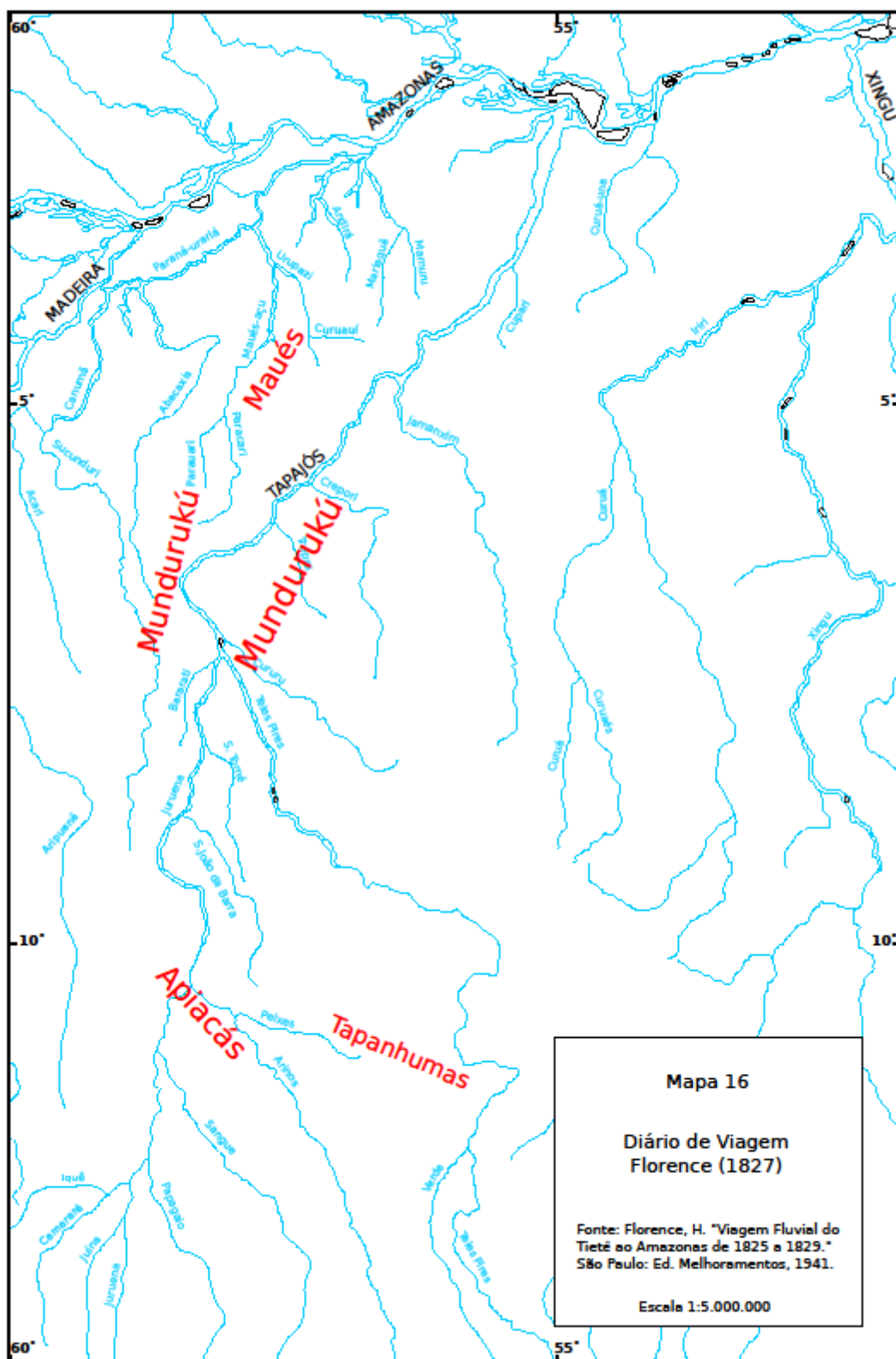
A expedição de Peixoto de Azevedo, em 1819, foi a primeira que desceu o Rio Paranatinga – também conhecido como São Manoel ou Teles Pires – em direção à foz do Rio Tapajós.

Através das informações contidas nas “memórias” elaboradas a partir desta viagem foi possível delimitar a localização aproximada de três grupos indígenas e, além disso, constatar, a partir da grande quantidade de vestígios humanos observados pelo viajante, a elevada densidade populacional para essa região (PEIXOTO DE AZEVEDO 1885 [1819]: 30). Mais adiante, a pouca distância da referida cachoeira, a expedição é atacada, pela margem direita, por um grupo de cem índios Mururá que haviam se estabelecido nesta área há pouco tempo acossados, segundo o autor, pelos Mundurucus, de suas antigas habitações ao norte.

Já nas proximidades da confluência com o Rio Juruena, na altura da Cachoeira das Três Ilhas, fora encontrada uma grande habitação. Segundo informantes Mundurucus que acompanhavam a expedição, se tratava de uma “maloca” pertencente a seus parentes dos campos do Rio Tapajós que para lá convergiam em busca de guerras contra os Paribitátá, os índios canoieiros mencionados anteriormente.

Segundo Grünberg (2004), em 1828, o francês Hercule Florence, que acompanhava a expedição do barão Georg Heinrich Von Langsdorff, embarcou no Alto Arinos. Segundo o autor, “[...] nas descrições de Florence, as aldeias Apiaká se excediam em hospitalidade e ele nos transmite a impressão de uma atmosfera invejavelmente aconchegante” (GRÜNBERG 2004: 37).

Além dos Apiaká, faz menção aos Tapanhumas, Mundurukús e Maués sem localizá-los precisamente.



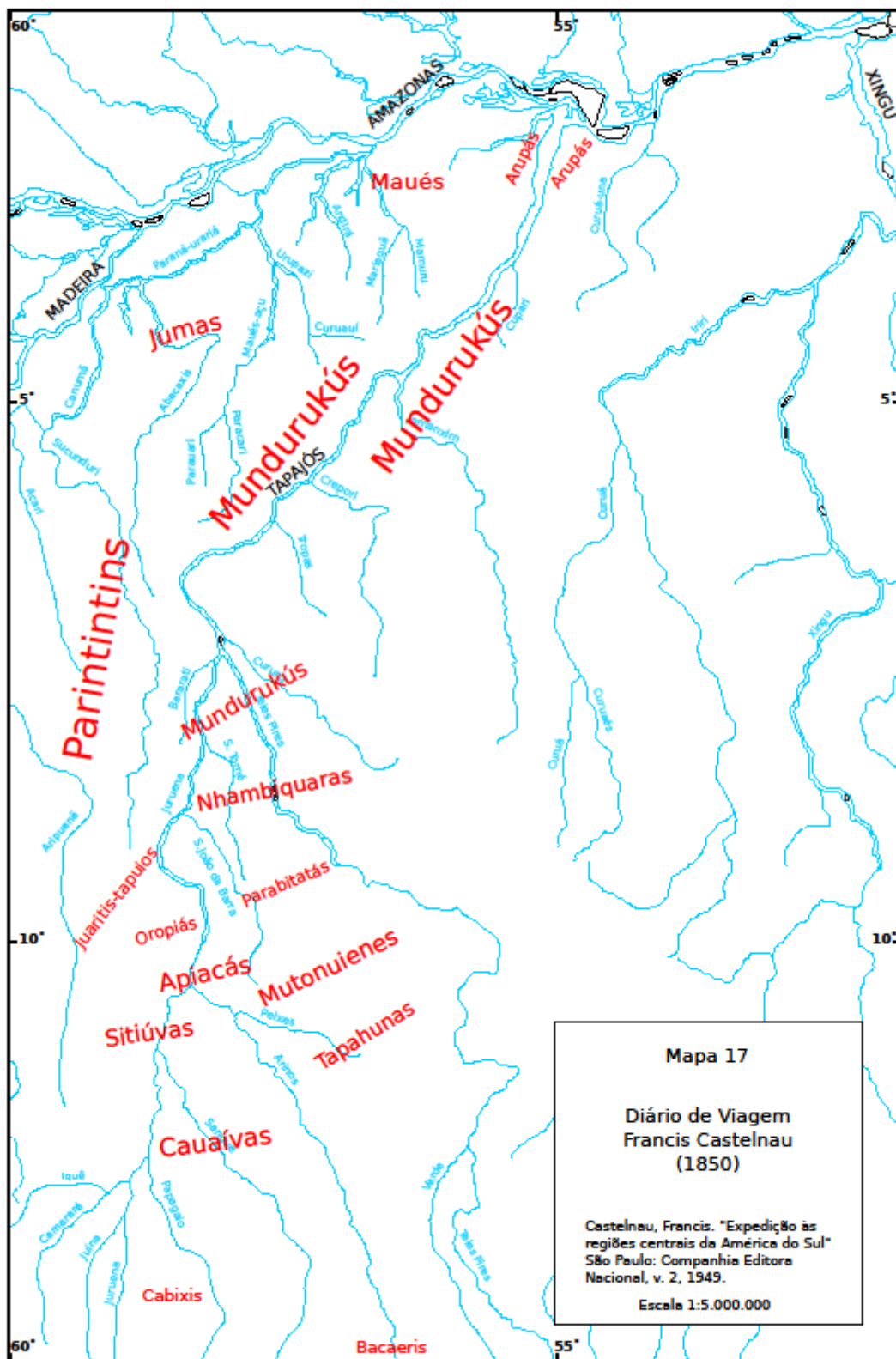
	ALTO TAPAJÓS	ARINOS	BAIXO JURUENA	ALTO JURUENA
Castelnau 1850	Parintintin Mitundué Jahuariti- Tapuyus	Apiaká Bacuri Tapanhuna	Tapaimuaca Nambiquara Temauanga Coroados Uyapes Parabi-tata	Apiaká Oropia Bororo Cauaiuas Sitihuava

Tabela 9 – Povos Indígenas segundo Castelnau (1850)

Castelnau (1949 [1844]: 178), através de um “certo homem que havia viajado muito nessa região (...)”, apresenta os seguintes dados sobre os povos indígenas que viviam na região dos rios Arinos e Juruena: 1) os Bacaeris habitavam as nascentes do Arinos e eram vistos constantemente em guerra contra os Cajaís; 2) os Tapanhunas habitavam o rio homônimo, afluente do rio Arinos e falavam o mesmo idioma dos últimos; 3) os Nhambiquaras viviam nas florestas centrais; 4) os Parabitatas e os Jauaritis-Tapuios (também conhecidos por Morcegos), possuíam hábitos análogos aos dos Nhambiquaras; 5) os Parecis viviam nos extensos campos situados entre Diamantino e Mato Grosso (Vila Bela).

O território banhado pelos rios Arinos e Juruena era, como vimos, ocupado por inúmeros e diversos grupos indígenas. Porém, destacamos dentre todos eles, devido a quantidade de dados relacionados e espaço temporal de ocupação na região, os Apiacás e Cabaíbas.

Este viajante menciona pela primeira vez a designação Kaiabi na forma Cajahi em conexão com os Bakairi.

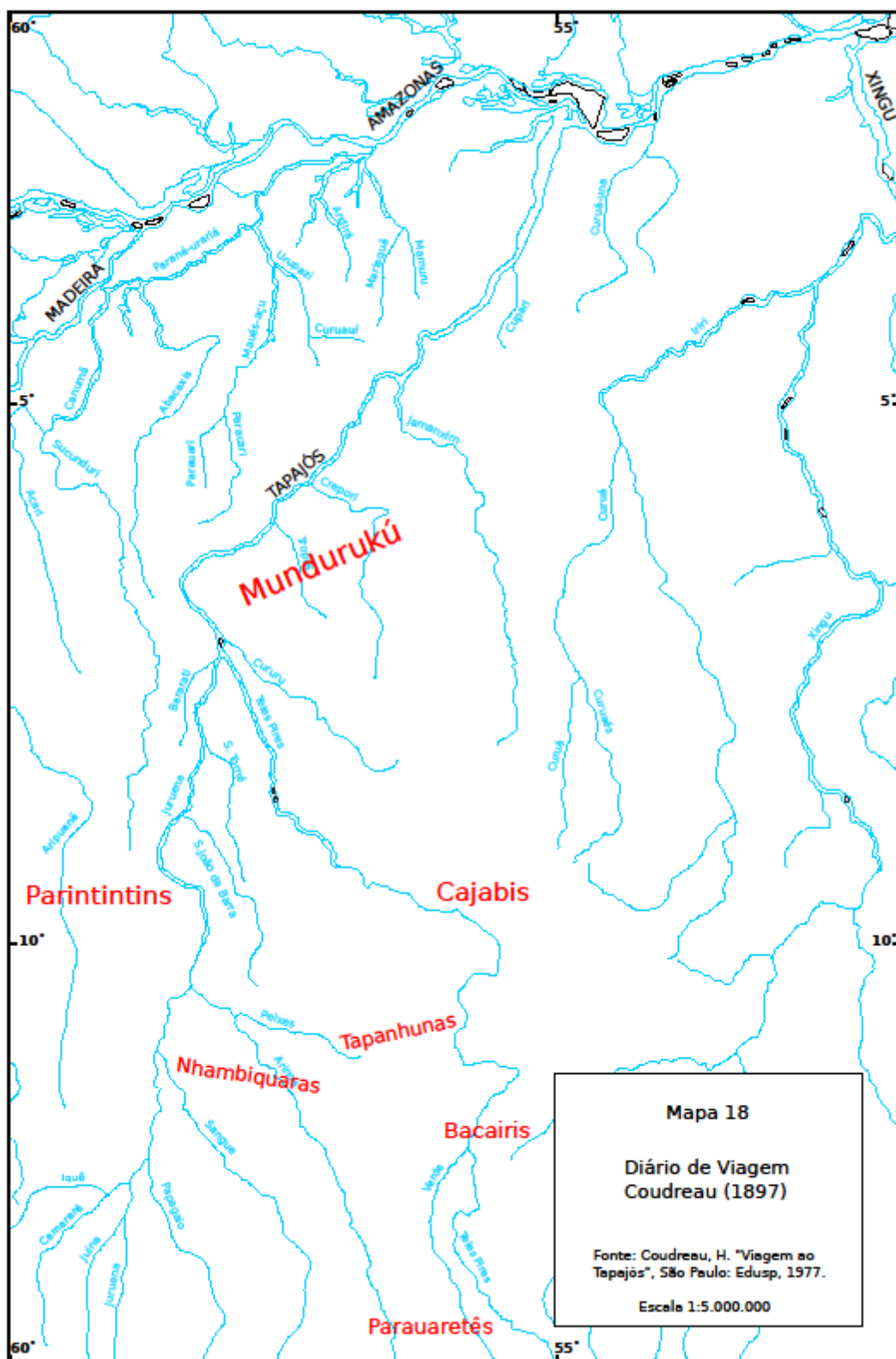


Segundo Grünberg (2004: 40), o geógrafo inglês Chandless que viajou de Diamantino a Santarém, em 1861, e João Barbosa Rodrigues que subiu o rio Tapajós, em 1875, relatam a fuga dos Apiaká, Teles Pires acima, muito provavelmente devido ao avanço dos seringalistas na região.

Henri Coudreau, em 1895, viajou Tapajós acima até o Salto Augusto no Baixo Juruena. O naturalista, se utilizando de fontes questionáveis (Apiaká ‘civilizados’ e seringueiros) comenta o fato de os Mundurukús, habitantes do Tapajós, estarem convivendo pacificamente com “branco”.

Posteriormente, o viajante fala sobre os Cajabis que viveriam entre o Alto Tapajós e o São Manoel, e no Xingu, a norte dos Bacairis; portanto, entre Tapanhunas e Parintintins. Os tapanhunas vivem nos campos do rio dos Peixes. Esses campos prolongam-se para leste na direção do Paranatinga, e para norte em direção ao São Manoel.

Defronte à foz do Rio dos Tapanhunas, ou seja, na margem esquerda ou ocidental, vivem outros índios “bravos” os Nhambiquaras, que já haviam sido mencionados em fonte anterior nessa mesma região.



2.1.2. Deslocamentos indígenas no Vale do Rio Tapajós

Como dito anteriormente, a elaboração de uma história de formação territorial passa, necessariamente, pela (re) construção dos deslocamentos empreendidos no mesmo.

Sendo assim, trataremos a partir de agora, primeiramente, de conceitos tão caros à Arqueologia como são o de Migração, Diáspora e Expansão e, por fim, da aplicação dessas noções na caracterização das movimentações empreendidas pelos povos indígenas que habitavam e habitam o Vale do Rio Tapajós.

2.1.2.1. Noções de Migração e Expansão

Para a caracterização dos deslocamentos indígenas no Vale do rio Tapajós nos apropriaremos de conceitos tais como, os de expansão de Noelli (1996) e migração de Zedeño (1997).

Entendemos expansão como um processo que é desencadeado por diversas razões, tais como crescimento demográfico, diversas modalidades sócio-políticas de fracionamento das aldeias, manejo agroflorestal, etc.

No caso dos Tupi, através de estudos arqueológicos e históricos, foi possível verificar que esses povos mantinham a posse de seus domínios por longos períodos, expandindo-se para novos territórios sem abandonar os antigos (Brochado 1984; Scatamacchia 1990; Noelli 1993, 1996).

Assim sendo, adotaremos o termo expansão com o significado de distensão, alargamento, no sentido de processo de conquista de novas áreas sem abandonar as anteriores para definir, em parte, as movimentações dos Mundurukú.

A migração diz respeito ao estabelecimento de um grupo em uma determinada área. Nesse processo estão associadas, segundo Zedeño (1997: 87), três características: exploração, colonização e assentamento.

O primeiro destes processos diz respeito ao reconhecimento e identificação dos recursos naturais presentes na área em questão. Sendo estas áreas vazias ou de uso comum com outros grupos indígenas. Caracteriza-se pelo uso temporário dos recursos desse território, limitando-se a: 1) exploração dos recursos naturais disponíveis no momento; 2) marcação de lugares potenciais para ocupação; 3) construção de abrigos efêmeros; 4) construção de abrigos para recursos que serão utilizados futuramente. Essas áreas podem ser incorporadas a um território pré-existente, quer através de exploração exclusiva ou conjunta de certos recursos.

O segundo passo, diz respeito à colonização que implica no movimento inicial de um grupo, geralmente um grupo pequeno, para um território recentemente explorado. A colonização é antes de tudo um prolongado período de experimentação, quando um grupo avalia a real potencialidade do território. Algumas modificações podem ser observadas, 1) construção de alojamentos permanentes ou semi-permanentes, 2) campos de agricultura, caça, pastoreio e intervalos de coleta, e 4) a exploração de matérias-primas para as ferramentas, embalagens e outras necessidades.

Por fim, se o território apresentar potencial em recursos naturais, um grupo pode decidir instalar-se definitivamente ou ocupar a área em intervalos fixos. É durante o processo de assentamento que a organização da vida no novo espaço pode ser organizada de forma permanente. O processo de assentamento pode, também, incluir a demarcação dos limites do território.

2.1.2.2. Migrações pelo Vale do rio Tapajós

A partir da segunda metade do século XVII, a presença do conquistador de uma maneira mais organizada e efetiva nessa porção da Amazônia Meridional se apresenta como um elemento desestabilizador do “status quo” existente até então na área.

O levantamento das informações contidas nas fontes do século XVIII mostrou o rio Mahué como o mais povoado e o mais rico em designações. E os jesuítas, cuja atuação foi intensa entre 1660 e 1757, recorreram particularmente à região do rio Mahué para descimentos de índios para seus aldeamentos. Esses contingentes indígenas entraram na literatura sob o nome genérico de Tupinambaranas, “nação” da qual o padre Daniel dizia ser “muita parenta da dos Tupinambazes, senão e a mesma com alguma corrupção da língua pela comunicação de outras nações” (1860: 175).

Entre os grupos melhor documentados nesse particular pela literatura da época se encontram os Comandi, Sapupé, Suarirana, Periquito e Apanauria. Em 1714, os dois primeiros grupos já se encontravam aldeados na missão dos Tupinambaranas, junto a outros grupos do rio Mahué. Por volta de 1720 um contingente de Sapupé foi levado para a aldeia dos Abacaxis na foz do rio homônimo, a oeste do Mahué. Em 1768, achamos registrado um contingente destes índios, junto com Periquito, no rio Matary, afluente da margem setentrional do Amazonas.

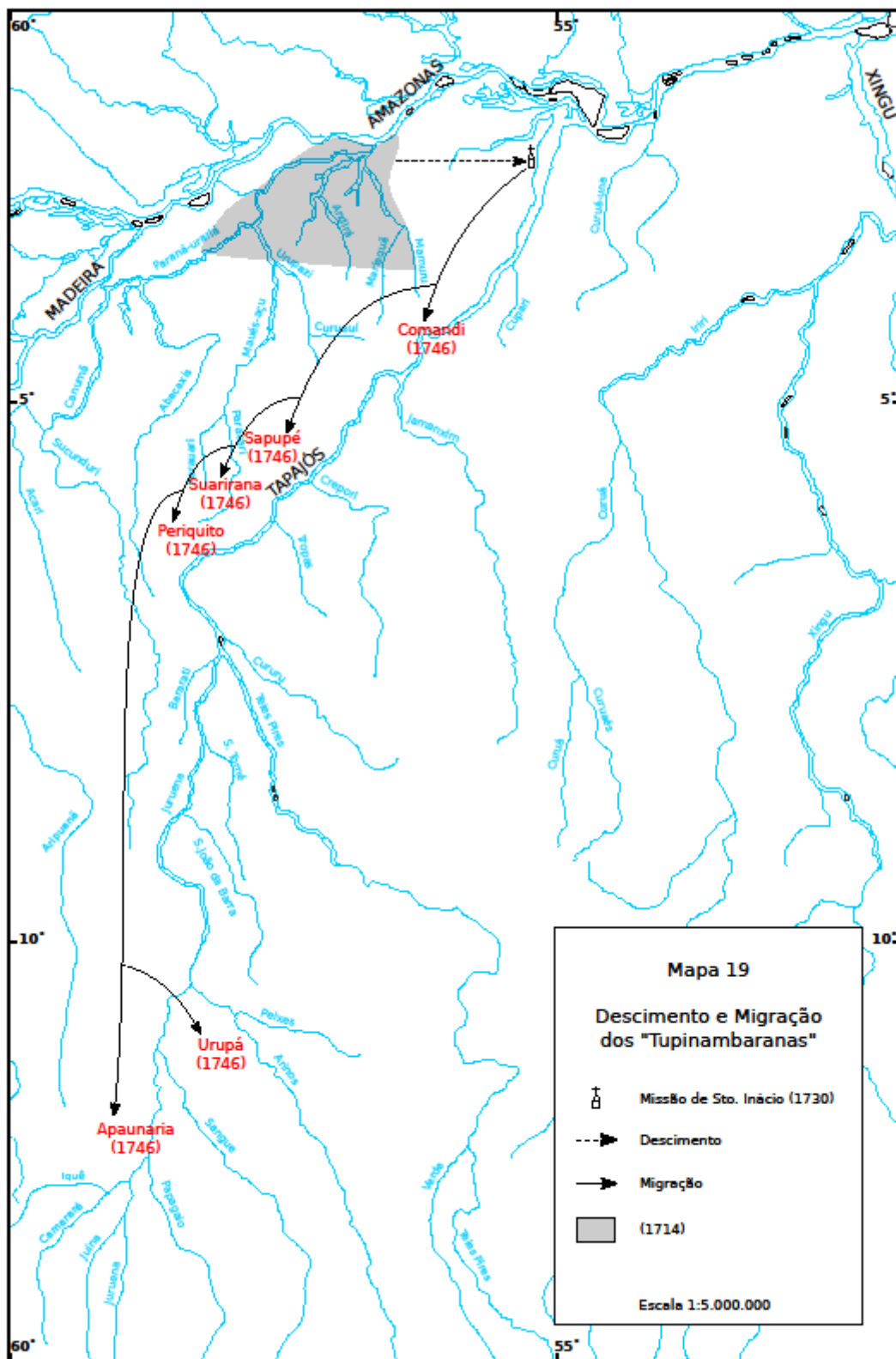
O rio Tapajós também é palco dos descimentos desses grupos. Por volta de 1730, Comandi, Suarirana, Periquito e Apanauria foram aldeados em Santo Inácio, às margens do rio Tapajós. Já em 1746, data da viagem de Sousa Azevedo por esse rio, esses grupos parecem ter se deslocado para o sul ao longo de seu curso. Não possuímos nenhuma informação de que estes indígenas tivessem abandonado essa localização; porém, as fontes são unânimes ao afirmar a instabilidade dos índios nos locais religiosos e os

frequentes abandonos que faziam dos mesmos (Caeiro 1936:491; São José 1857: 85; Daniel 1860: 171; Serafim Leite, 2006).

Assim sendo e aceitando que os grupos sobre os quais nos informa Sousa Azevedo sejam os mesmos contingentes mencionados por Caeiro, para aldeia de Santo Inácio e, por Rodrigues a dos Tupinambaranas e o rio Mahué, temos que os Apanauria abandonaram as missões do baixo Tapajós e se estabeleceram no Juruena fixando-se na confluência do Arinos com esse rio. Os Periquito da mesma maneira se fixaram mais ao norte no Tapajós e um pouco mais acima os Suarirana seguidos dos Motuari, Sapupé e Comandi.

Cabe destacar que todos esses grupos ocupavam, em 1746, a margem esquerda do Tapajós, segundo o testemunho de Sousa Azevedo. Aparentemente, essa migração dos mencionados grupos para o médio e alto Tapajós está ligada à ocupação maciça da região do Mahué pelos portugueses, onde a descoberta de minas de ouro na segunda metade do século XVIII criou um atrativo a mais (Daniel 1860: 439). Estes deslocamentos se caracterizam por assumirem uma conotação de fuga das péssimas condições de vida, abusos e investidas de portugueses em busca de mão-de-obra sofridas nas missões religiosas (vide Mapa 19).

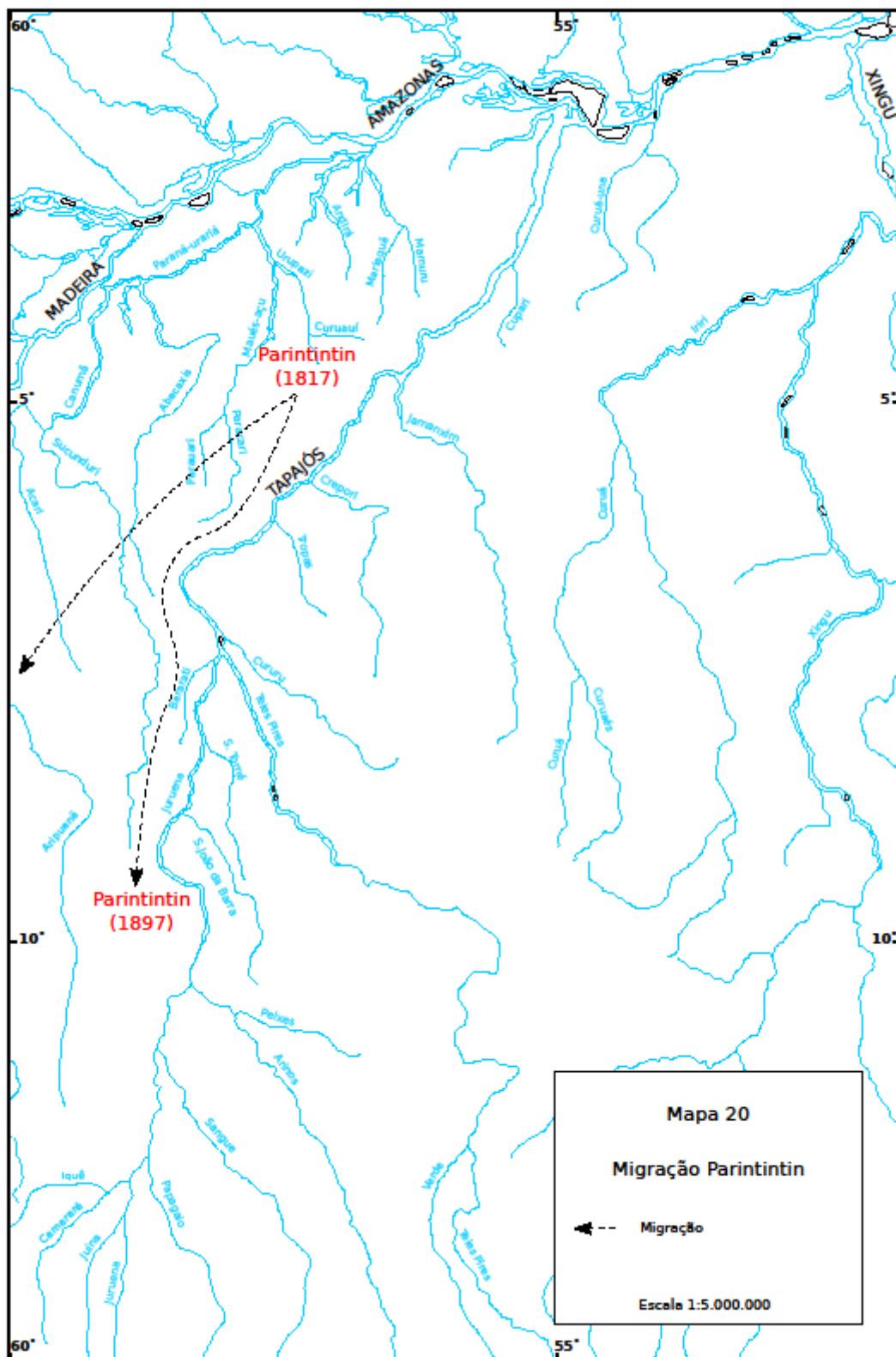
Pode-se dizer que os Parintintin localizados, em 1817, na região do Mahué deixaram esse local. Essa migração assume duas direções, uma ao longo do Tapajós, realizadas por pequenos grupos. Seguindo as fontes novecentistas pode-se concluir que essa movimentação teve como ponto final o território entre o Juruena e o Teles Pires, onde são registrados por Coudreau em 1897. A outra linha migratória, efetuada pela maioria da população teve como destino o curso médio do Madeira, do qual não trataremos aqui.



Finalmente, os Parauaretê do rio Copari, afluente oriental do baixo Tapajós, onde são localizados por Bates (1979: 179) em 1852, eram frequentemente atacados pelos Mundurukú. A localização seguinte que temos para este grupo data de 1897, como vizinhos meridionais dos Parintintin entre o Juruena e o Teles Pires, onde ambos os grupos eram hostilizados pelos Mundurukú (Coudreau 1977: 87). Hartt (1872: 130) que reúne as informações de Martius e Bates, os identifica como sendo Parintintin. A observação feita por esse autor de os Parauaretê tatuarem o rosto e o lado interno do antebraço sobre o pulso coincide com o costume idêntico dos Parintintin. Cabe lembrar que entre os Parintintin e Parauaretê, Coudreau localiza os Taipe-xixi, factíveis de serem identificados com os primeiros. Assim, poder-se-ia concluir que a região entre o Juruena e o Teles Pires recebeu levadas sucessivas de prováveis sub-grupos Parintintin vide Mapa 20).

Desde fins do século XVIII pode ser assinalado também um terceiro processo migratório a dos Apiaká, porém sem a força e magnitude daquele verificado até então.

Em 1746, o “reino dos Apiacas” encontrava-se na margem esquerda do Arinos, entre os rios Sumidouro e dos Parecis. Sousa Azevedo levou dois dias de canoa para ladeá-lo ao longo do rio (1880: 70). Em 1797 os Apiaká são localizados na confluência do Arinos com o Juruena (Almeida Serra 1844: 195). Em 1812 Castro e França já os registram na margem direita do Arinos à altura do rio dos Peixes. Em 1819, índios Apiaká em visita a Cuiabá fornecem ao cônego Guimarães informações que refletem a sua familiaridade com as áreas a leste e oeste do eixo do Arinos: dizem subir o rio dos Peixes à procura de pedras para os Machados, mantendo no seu curso médio contatos belicosos com os Tapayúna; e falam do rio do Sangue e de seus habitantes Kawahiwa. Finalmente, em 1850, Castelnau registra os Apiaká no próprio curso do alto Juruena.



Que o movimento Apiaká é de migração ainda atesta uma das fontes primárias do século XIX: “(...) e todos os anos saem bandeiras ou escoltas de 200 ou 300 arcos a aprisionarem seus inimigos, sendo unicamente o seu intento destruírem os outros para aumentarem a sua nação (...)” (Anônimo 1898: 101). Assim os Apiaká passaram a ocupar, num período de 100 anos, um território que abrangia ambas as margens do Arinos numa extensão de nove dias de viagem descontínua de canoa e avançava para o interior até o rio dos Peixes a leste e o Juruena a oeste.

Essa ocupação de novos territórios não se deu no vazio. Na margem direita do Arinos a tribo homônima é registrada ainda em 1797, e para a região compreendida entre o Arinos e Juruena a oeste as crônicas falam de uma série de outros grupos: Matusares, Kawahiwa, Oropia, Bororo e, talvez, os Sitihuavas. Sabe-se, também, que no período, os Apiaká tiveram conflitos com os Oropia e os Sitihuavas e que expulsaram os Kawahiwa para as margens do Juruena (Castelnau 1850, III: 313).

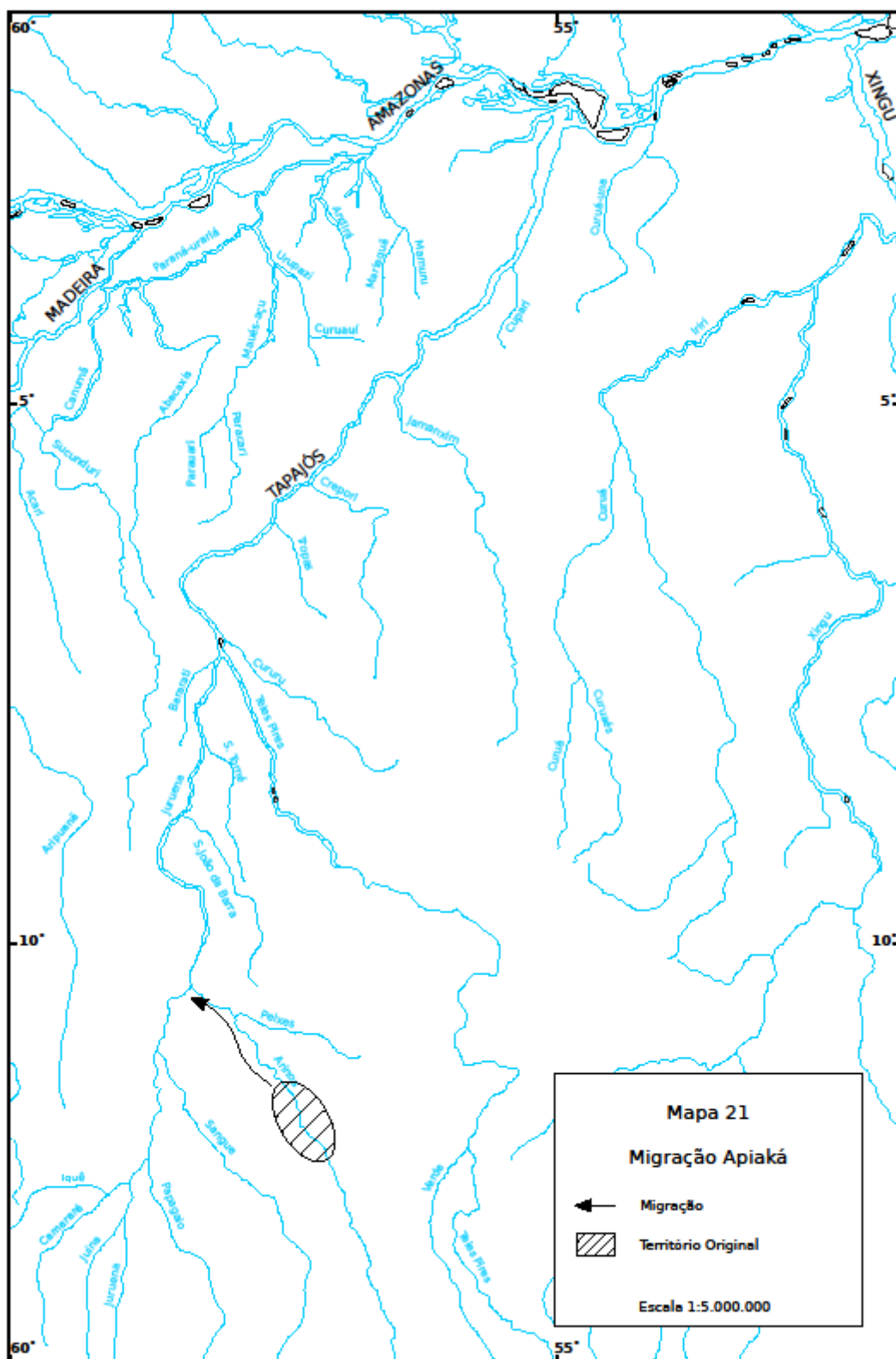
Para fora dos limites desse território os Apiaká mantiveram uma série de confrontos armados com seus vizinhos setentrionais e orientais, pondo de manifesto a capacidade de mobilização que o grupo possuía. As fontes do século XIX registram conflitos com Matanawi, Tapayúna, Mundurukú e Parabi-tatá, mantidos fora dos domínios Apiaká.

A migração Apiaká levou-os à aproximação com o português que, desde fins do século XVIII vai se fazendo presente, cada vez mais, nessa região. Desde início, essa aproximação se dá em termos pacíficos (Azevedo 1880). As hostilidades denunciadas para a expedição de Manoel Gomes em 1805 (Castro & França 1868: 114) não são um inconveniente para o relacionamento e os Apiaká se convertem rapidamente em eficazes

colaboradores do branco: fornecem-lhe mantimentos e engajam-se como remeiros nas monções que utilizam o sistema Tapajós-Juruena-Arinos.

Para facilitar essa navegação, o branco faz esforços, desde 1816, para fundar um estabelecimento no Salto Augusto, no baixo Juruena. Essas tentativas concretizam-se, em 1832, com auxílio dos Apiaká, o que significou o deslocamento para o norte de contingentes destes índios que, em 1828, ainda tinham como limite de seu território a confluência do Arinos com o Juruena. Um ano mais tarde o estabelecimento é abandonado pelo português, porém os Apiaká parecem permanecer no local e quando, em 1842, é retomado o povoamento do Salto Augusto, o local escolhido é uma aldeia Apiaká localizada na margem direita do Juruena (Leverger 1949: 360).

Assim sendo, pode-se dizer que a migração Apiaká começou a ser realizada muito antes do conquistador ter uma presença marcante na região, sendo, portanto, independente deste. Caracterizada pelas hostilidades contra os grupos vizinhos foi pacífica em relação ao branco, o que levou o grupo a um grau intenso de contato com a frente pioneira extrativista que passou a localizar-se nesse setor da área.



2.1.2.3. Expansão Mundurukú

Os Mundurukú das adjacências do alto Rio Tapajós, se expandiram para regiões do baixo Rio Madeira e Tapajós. Esse alargamento de seu domínio territorial iniciou-se por volta da segunda metade do século XVIII. Não obstante, esses territórios só foram penetrados depois que o grupo começou suas incursões contra os agrupamentos de outros índios e portugueses daquela área. Essas incursões belicosas dos Mundurukú não se restringiram apenas a esses pontos mencionados. Pela documentação compulsada verificamos que tais expedições bélicas foram muito além. Considerando todos esses fatos e somando-os à grande quantidade de informações constantes nos diários de viagens e nas correspondências coloniais, optamos por tratar individualmente essa população que impediu por longos anos o avanço português na região.

Esse grupo indígena foi apontado como a grande tribo guerreira da Amazônia, desde que surgiram na história da região na segunda metade do século XVIII. As notícias que envolviam esses índios diziam respeito aos seus ataques às populações lusobrasileiras que se fixavam às margens dos rios das regiões percorridas pelos grupos de guerreiros – território limitado ao norte pelo rio Amazonas, ao sul pelo Juruena, a leste pelo Tapajós e a oeste pelo rio Madeira. Mas suas expedições de guerra excediam largamente esses limites, ultrapassando a leste o rio Xingu e chegando mesmo às proximidades de Belém do Pará. O objetivo era perpetrar uma série de ataques tanto a outras tribos indígenas quanto às comunidades não-índias do vale amazônico. Mas, frequentemente elas se mantinham a caça de inimigos de outras etnias durante vários meses, período que podia chegar a um ano e meio.

Cada expedição era chefiada por dois experientes guerreiros que discutiam estratégias de luta com outros chefes de aldeia e com os índios mais velhos, que

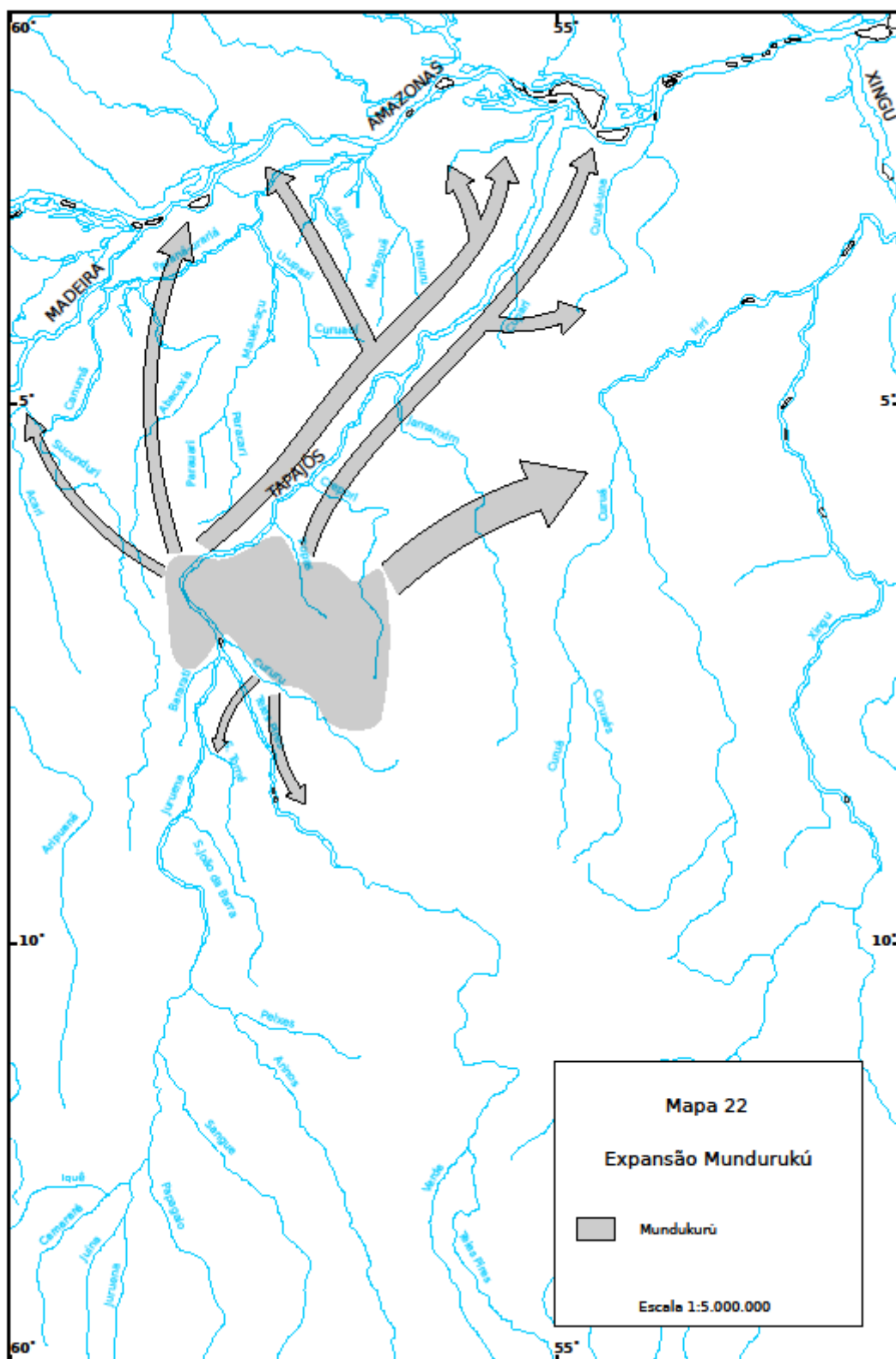
conheciam bem o assunto. Uma trombeta de guerra acompanhava cada expedição sob a guarda de dois homens que, orientados pelos líderes, davam o sinal de ataque (Murphy 1954).

As cabeças dos inimigos - e, nesse caso, por inimigo se entende qualquer outra etnia, pelo menos antes dos Mundurukú encetarem relações pacíficas com vários grupos indígenas ainda no período colonial – adquiriam poderes mágicos uma vez que se tornavam elementos indispensáveis à própria sobrevivência da tribo. Isto porque se ligavam à sua permanência e bem-estar uma vez que, segundo os índios, constituíam o elemento propiciador de uma grande caçada ou uma farta colheita. Eram, portanto, indispensáveis à vida Munduruku. Daí não se estranhar o fato de que a figura mais valorizada da tribo era exatamente o guerreiro, em particular aquele que se apropriava da cabeça do inimigo e a mantinha – depois de devidamente mumificada e enfeitada – como o mais valioso troféu que se podia exibir. Ela simbolizava o feito máximo a que qualquer homem podia aspirar, o que resultava em orgulho extremado e respeito – provavelmente também inveja – dos seus pares. O dono da cabeça – exuberante em prestígio e glória – conduzia-a freqüentemente implantada numa estaca e se tornava o elemento central de uma série de festividades e cerimônias celebrantes da cabeça-troféu, que, segundo Murphy (1954), se estendia por três estações chuvosas após a guerra em que havia sido conquistada.

Essa dedicação à atividade belicosa que será evidenciada por nós a partir de agora demonstra a importância da guerra para essa sociedade e a motivação de seu gigantesco movimento expansionista por grande parte da Amazônia Meridional.

Assim sendo, em carta de 1793, o governador do Pará cobrava do governador da Capitania do Rio Negro, providências com relação às investidas dos Mundurukú aos moradores da área da Vila de Borba, nas proximidades do Rio Madeira. E dizia mais, “(...) estes mesmos [ataques] tem havido nesta Capitania [do Pará]; no Xingu, em Portel, Melgaço, e até Oeyras, em Tocantins, e há dias até o Mojú tem descido cometendo as suas acostumadas atrocidades (...)” (Carta do Governador do Pará ao Governador do Rio Negro, 29 de agosto de 1773). Em outro documento datado de 1774, o Governador do Pará descreveu para o governo metropolitano, em Lisboa, as investidas Mundurukú da seguinte forma: “(...) finalmente do Tocantins passaram ao Rio Moju, de cujas cabeceiras se passa facilmente às do Capim, que conflue com o Guamá, e formam ambos o Rio desta cidade [Belém]” (Carta do Governador do Pará ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, 15 de agosto de 1774).

Desde a década de 1770, se tem notícias das atividades guerreiras dos índios Mundurukú. Dessa época até meados da década de 1790, esse povo indígena aterrorizou não só os portugueses, mas também seus vizinhos indígenas, Parintintin, Maué, Arara, Mura e outros, durante os seus movimentos expansionistas. Esses acontecimentos podem ser constatados a partir das correspondências trocadas entre as autoridades dos núcleos coloniais, destas com as autoridades metropolitanas e vice-versa. Pode-se também constatar isso nos relatórios e memórias de viajantes militares, das expedições científicas ou religiosas. Através destas fontes foi possível confeccionar o seguinte mapa e quadro síntese:



OFENSIVA MUNDURUKÚ			
Ano	Área/Local	Grupo atacante	Fonte
1770	Notícia dos primeiros ataques no baixo Tapajós	Munduruku	Sampaio 1774-1775
1774	Março: Ataque a Boim em 4 de março	Munduruku	Moraes 1774 ^a
1777	Julho: Ataque a Boim em abril; os morreu um rapaz e outro foi capturado; recolheram flechas e um buzina dos Munduruku	Munduruku	Moraes 1774b
1786	Dezembro: “agora se tem avançado para aquele rio [Amazonas], os outros gentios Mundurucus, habitantes do outro rio Tapajós... que não menos incômodo motivão” (p. 50)	Munduruku	Caldas 1786
1786	Novembro: Borba estava rodeada pelos Munduruku	Munduruku	Coutinho 1786b
1786	“o gentio Munduruk, que habita nos dois rios dos Tapajós e do Xingu e, ao dia de hoje se vem aproximando ao do Madeira”	Munduruku	Ferreira 1786
1786	1º sem: Ataque aos Mura nas campinas do Madeira, na área do rio Mamiá (Autases?)	Munduruku	Mardel 1786; Caldas 1786;
1786	1º sem: Ataque aos Guatazes nas campinas do Madeira, na área do rio Guatazes (Autases)?, pelos Munduruku ou Juma ou ambos	Munduruku ou Juma	Mardel 1786
1786	“hordas de 120reqüentes, das que haviam atravessado o território de Maués em perseguição dos Muras, se estabelecerão nos rios [em branco no original] e Abacaxis entre o Madeira e Maués; o que explica a surpresa de quem observa 120reqüentes fora do Tapajós, no Amazonas”	Munduruku	Anônimo 1826
1786	1º sem: Ataque aos Erury (Iruré) e aos Jaruary (Javari) atacados pelos Munduruku na área do rio Guatazes (Autases)?	Munduruku	Coutinho 1786 ^a ; 1786c
1788	Março: Alter do Chão e nas suas feitorias: “causado bastante estrago”; trata das cabeças reduzidas que foram remetidas ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro; fala da pintura corporal; fala de expedição punitiva saída de Santarém	Munduruku	Albuquerque 1788
1788	Sobre os Munduruku entre 1786-88?: “estes homens habitantes do Certão do Rio Tapajóz”, “não só descem às suas margens a encontrar as nossas canoas, mas adiantam-se a cada nos seus cursos, tem chegado por último a inquietar, e a atacar os moradores daqueles distritos...”	Munduruku	Albuquerque 1788
1788	Sobre os Mura: “em outro tempo temida também pelo seu grande número, e hostilidades	Munduruku	Albuquerque 1788

	que praticarão... hoje obrigada dos Munduruku com quem tem guerra, se vio precizada a fazer conosco essa aparente paz...”		
1793	Julho: Ataque a Melgaço, no rio Jacundá, morreram 11 e 4 foram capturados	Munduruku	Palha 1793; Coutinho 1793; Coutinho 1794b
1793	Setembro: Ataques na área de Cameté, uso de canoas	Munduruku	Betancourt 1793 ^a ; Coutinho 1794b
1793	Setembro: Medo dos Munduruku em Oeiras	Munduruku	Faria 1793; Coutinho 1794b
1793	Outubro: Ataques na área de Cameté	Munduruku	Betancourt 1793b; Coutinho 1794b
1793	1792-93 /1º sem? Ataque a Borba; fala dos Muras que ali se estabeleceram “com medo dos Munduruku”	Munduruku	Coutinho 1793; D’Almada 1793; Coutinho 1794b
1793	1792-93 /1º sem? Ataque ao Xingu, em Portel (confirmar a localização de portel)	Munduruku	Coutinho 1793; Coutinho 1794b
1793	1792-93/1º sem? Ataque a Oeiras, no Tocantins	Munduruku	Coutinho 1793; Coutinho 1794b
1793	1792-93/1º sem?: Ataque ao Mojú, (confirmar a localização perto de Belém)	Munduruku	Coutinho 1793; Coutinho 1794b
1793	1º sem?: 1792-93?Ataque a Óbidos	Munduruku	Coutinho 1793
1794	1º sem: Ordem e preparativos de ataque coordenado das “villas” em represália aos Munduruku. Conforme um guia de Vila Franca, eram 3 grandes aldeias, 10 dias de viagem depois das cachoeiras de Aveiros; fala dos Arupás, práticos do Tapajós; surto de malária em Santarém; a população dessas aldeias Munduruku foi estimada em “mais de 3 mil” pessoas onde na represália “onde lhes fizeram bastante mal, mas bem longe de se intimidarem”	Munduruku	Salgado 1794 ^a , 1794b, 1794c; Coutinho 1794 ^a , 1794b
1794	Janeiro: Ataque aos Pesqueiros Reais, no Rio Solimões [c. foz do Solimões], Distrito da Fortaleza da Barra do Rio Negro; “os Munduruku e outros gentios acometão com mais confiança esta Capitania, sabendo que Ella se acha destituída de tropa”...	Munduruku	D’Almada 1794 ^a
1794	Junho: Foram capturados dois Munduruku, um ficou preso no forte da barra do rio Negro, enquanto o outro iria buscar seu “principal” para falar com o comandante. Em novembro vieram c. 40 Munduruku (homens e mulheres), para o forte da barra.	Munduruku	D’Almada 1794b, 1794c, 1794d, 1794e; Coutinho 1794b, 1795
1794	Maió-junho: Houve, desde Santarém, a represália as 3 aldeias Munduruku, com tropa	Munduruku	Coutinho 1794 ^a ; Coutinho 1795

	de 200 homens, “onde lhes fizeram bastante mal, mas bem longe de se intimidarem”		
1794	Agosto? Trata dos diversos “insultos e as atrocidades” dos Munduruku, que “já haviam principiado em tempo de meu predecessor”; os ataques favoreceram os descimentos de outros grupos, como os Mura e os Magués	Munduruku	Coutinho 1794b
1794	Agosto? Ataque a Alter do Chão	Munduruku	Coutinho 1794b; Salgado 1794
1794	Dezembro: Munduruku saindo no rio Madeira, área da praia do Tamanduá, e rio Negro	Munduruku	Salgado 1794
1794	2º sem: O documento resume os ataques coordenados em diversas áreas contra os Munduruku, em 1794 (deduzimos que foram na estação seca = 2º sem), e as negociações de paz a partir do forte da barra do rio Negro. Sobre a população Munduruku na área mais próxima do rio Negro, comparada aos 2 mil Muras: “e muito mais das dos Mondurucus fazem um avultado número”...	Munduruku	Coutinho 1795 ^a
1794	1º sem: Ataques Munduruku no Tapajós, Xingú, Pacajá e Tocantins; foram armadas expedições de represália	Munduruku	Coutinho 1794 ^a
1794	Resumo do governador, considerando o seu “grande número” e o resultado do ataque às três aldeias, desde Santarém: “faz se difícil de crer que estes Barbaros, ainda que sejam de corso, não tenham outro azilo senão aquelle, quando ahum mesmo tempo apparecem em tão numerosos bandos por tão remotas situaçoens, e ocupando tão grande tracto de terra como o que encerrão aos rios Madeira e Tocantins”	Munduruku	Coutinho 1794b
1795	Abril: Resume tratativas de paz com os Munduruku da área de Pinhel, fala do “tuxaua do Tapajós”	Munduruku	Salgado 1795
1795	Agosto: Após a paz, os munduruku estavam “descendo com força o tapajós... são muitos...”	Munduruku	Coutinho 1795d, 1795e
1819	Munduruku, aliados aos Mawé; ataques aos Jumas, Parintintins e Araras (estes nas nascentes dos rios Canomá e Maués)	Munduruku	Spix e Martius 1938 3:409
1852	Ataque contra os Pararauató, na área do rio Cupari	Munduruku	Bates 1863:181
1852	Início da década, vários ataques contra os Arara, rio Madeira	Munduruku	Bates 1863
1872	Os mundurucus têm relações de amizade e comércio com os Juruna do rio Xingu	Munduruku	Tocantins e Miranda 1872

Tabela 10 – Ofensiva Mundurukú

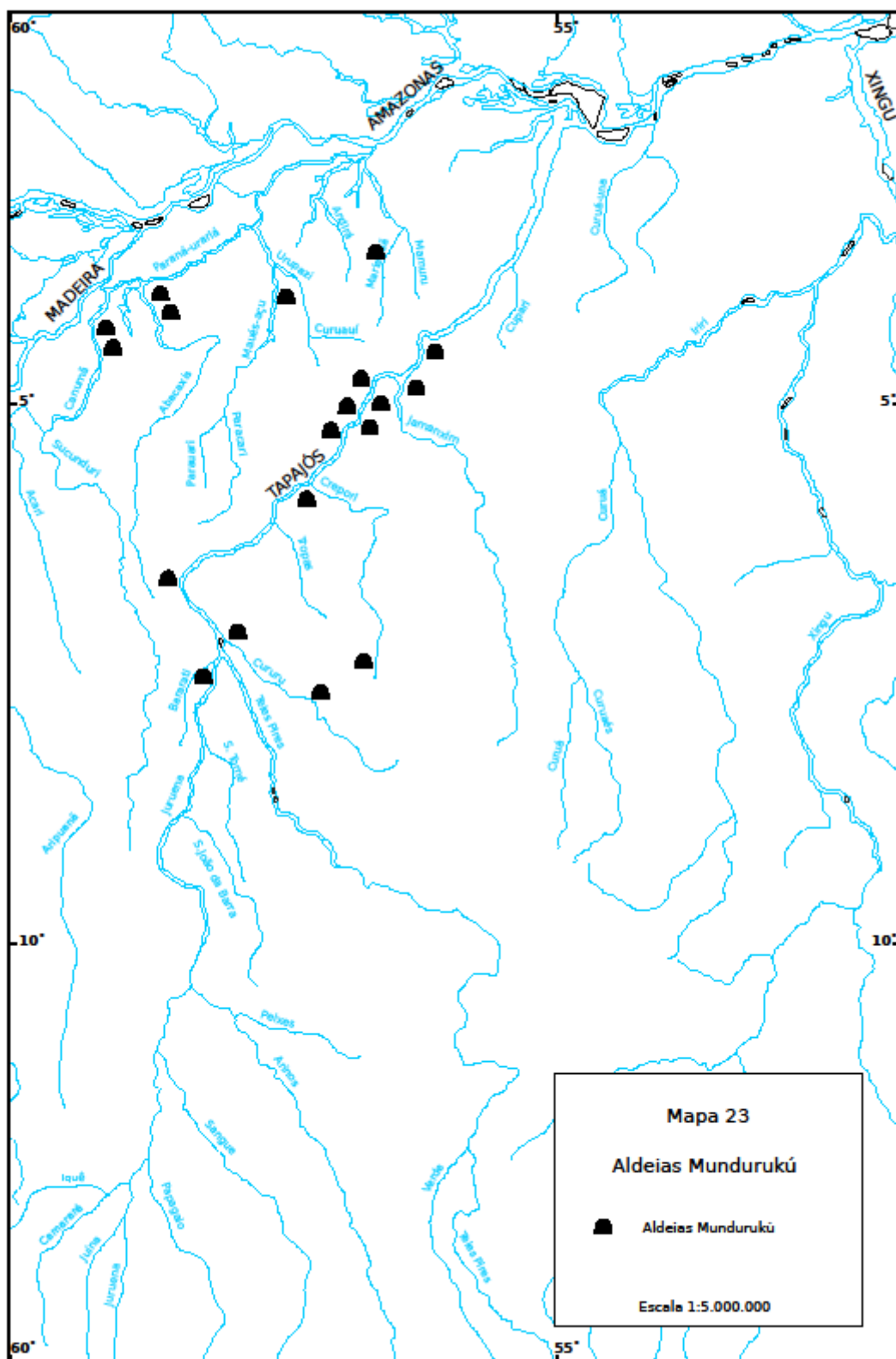
Outro quadro que nos fornece uma idéia da grandeza do território ocupado pelos

Mundurukú diz respeito à localização de suas aldeias (vide Mapa 23):

Aldeias Mundurukú					
Ano	Aldeia	Posição	Rio	Bacia	Fonte
1779	Abaixo da foz do Arinos		Arinos	Tapajós	Almeida Serra 1797
1769	Descem o Tapajós			Tapajós	Horton 1948:272-273
1768	“gentio Matacurus”		Abacaxis	Madeira	
1768	“gentio Matacurus”		Canumans	Madeira	
1768	“gentio Matacurus”		Maué	Madeira	
1773	“muitos Mundurucus”		das Tropas	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1824	Juriti		Juriti?		Reis 1979:47
1836	Várias	Campinas	Canumans	Madeira	Hurley 1936
1836	Várias	Campinas	Abacaxis	Madeira	Hurley 1936
1849	Santa Cruz			Tapajós	Coelho 1849
1849	Cory [Curi]			Tapajós	Coelho 1849
1849	Ixituba			Tapajós	Coelho 1849
1872	Jacareacanga		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Iri		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Maloquinha		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Ponta Grossa		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Rato		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Montanha		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Curuçã		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872

1872	Bacabal		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Boa vista		Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Boburé	Margem esquerda do Tapajós (antes era na margem direita, mudou por causa de ataques Parintintins)	Tapajós	Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1872	Taba das Campinas	“fora do Tapajós”		Tapajós	Tocantins e Miranda 1872
1852	Rio Cupari	c. 45km da foz, com cerca de 30 casas dispostas entre 9 ou 10km	Cupari	Tapajós	Bates 1863

Tabela 11 – Aledeias Mundurukú



O administrador da Vila Boim, no Rio Tapajós, em março de 1774 escreveu para o Governador do Pará informando que, no início desse mês, os Mundurukú haviam atacado aquela Vila “(...) e pelo repentino acometimento em tempo não esperado, ficam os moradores bastante atemorizados, e sem poderem utilizar-se cultivar suas roças (...)” (Carta do administrador da Vila de Boim ao Governador do Pará, 7 de março de 1774). Documentos como este há diversos, todos remetidos de núcleos coloniais, tais como, Borba, Santarém, Gurupá, Oeiras, Alter do Chão e muitos outros lugares. Um outro documento remetido de Belém para Lisboa em agosto de 1788 pelo Governador do Pará se inicia nos seguintes termos:

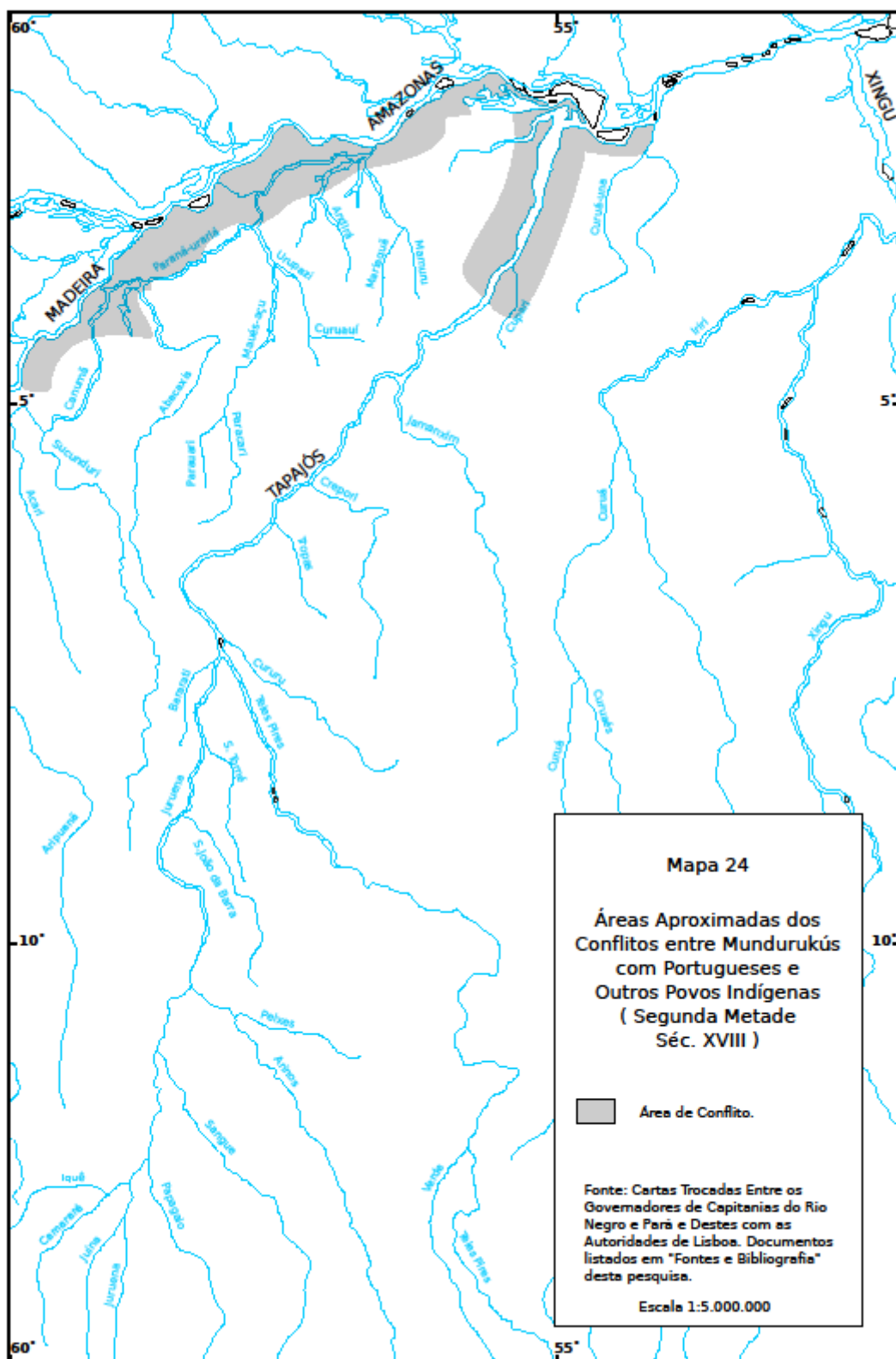
“Entre as Nações Gêntias, q. aqui temos próximas à Nós, são os Mundurucúzaquelles que sefazem presentemente mais terríveis, tanto tanto em razão do seu grande numero, como da sua ilimitada barbaridade. Estes homens habitantes do certão do Rio Tapajós (...) tem chegado por ultimo a inquietar, e attacar os moradores daquelles districtos dentro mesmo dos seus sítios, eroças, roubando ematando tudo quanto encontrão, sem reserva, nem piedade (...) nas suas 126reqüent expedições, fui informado de haverem ultimamente cauzado bastante estrago no território da Villa de Altér do Chão (...), eles não attendem nem à idade, nem ao sexo, só sim ao maior numero de victimas, para augmentarem com ellas o seu triunfo, e executarem aquelladeshumanidade, Que já fiz ver a V. Exa. Nas cabeças, que lhe remeti de alguns infelizes, por eles mortos, equevinhão preparadas e conservadas para ornato horrorozo das suas cazas (...)” (Carta do Governador do Pará ao Governo ao Ministro de Negócios Ultramarinos, 17 de agosto de 1788).

Há notícias de vários outros conflitos por toda a Amazônia Meridional os quais mapearemos daqui em diante a partir de uma documentação produzida pelos contemporâneos aos acontecimentos, isto é, pelos funcionários coloniais (governadores,

ouvidores, intendentess, entre outros agentes da colonização) que estavam a serviço nessa região, além dos relatos de inúmeros viajantes/aventureiros que se adentraram por esses sertões.

Vila Boim, em 4 de março de 1774, foi atacada pelos Mundurukú. Segundo informações contidas nas correspondências remetidas pelo administrador dessa localidade ao Governador da Capitania do Pará, João Pereira Caldas, as investidas se sucederam pelo menos por dois meses. Numa das missivas o administrador se expressava da seguinte maneira, “Este motivo que me obrigava muito a escrever a V. Exa. Rogandolhe o verdadeiro, e único remédio pa. Sucego de todas as Vas. [Vilas] deste Rio, que só oterão mando V. Exa. Escolta militar dirigida por bom Cábo, a harrancalos de uma 127re fora de suas terras, e quando haja algum motivo que Embarça Esta Expedição (...)” (Carta do administrador de Vila Boim ao Governador do Pará, 7 de março de 1774).

Em outra carta, o mencionado administrador faz um pequeno balanço da situação de seu povoado em relação aos últimos acontecimentos. Nesta afirma que não há novidade alguma a respeito do “(...) Gentio Mundurucú antes se achão tudo sucegadoà ponto de três mezes depois que aqui matarão a hum rapaz e outro que levarão (...)” (Carta do Administrador da Vila de Boim ao Governador do Pará, 24 de julho de 1774).



Pelo exposto até o momento, podemos preliminarmente concluir que os Mundurukú, em suas investidas belicosas não só roubavam mantimentos, mas também matavam e raptavam pessoas dos núcleos coloniais portugueses do baixo Rio Tapajós (podemos incluir nessa zona de conflito, além da Vila de Boim, Santarém, Alter do Chão, Vila Franca e Pinhel).

Outras referências sobre a expansão Mundurukú nesse território foram apontadas pelo viajante/naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, quando traçava considerações acerca das causas da decadência da agricultura na Capitania. Rodrigues Ferreira transcreve e comenta uma carta do Governador do Pará, datada de 3 de outubro de 1778 que versava sobre os meios de conter os índios Mundurukú, pois suas incursões guerreiras estavam influenciando negativamente no desenvolvimento da colônia. Dizia o trecho da carta: “(...) não só expondo-lhe a precisão do castigo, contra (...) o Mundurucu, que igualmente muito infesta as povoações do rio Tapajós e sua vizinhança, pertencentes a esta capitania” (Ferreira 1983: 537).

O sargente-mór e engenheiro João Vasco Manuel Braum, no seu “Roteiro Corographico”, apresenta informações sobre as atividades bélicas dos Mundurukú, quando em nota, deu conta da presença desses índios, em 1780, no Rio Curuá, próximo à foz do Rio Tapajós. Este militar descreveu a ação dos índios nos seguintes termos: “Tem a direção do N. O. ao S. é habitado de muitas nações gentias, razão por que a sua barra se refugiaram no anno de 1780 mais de duzentas pessoas, que a nação Mundurukú tinha acossado” (Braum 1860: 448-49).

Como se pode notar se trata de uma informação sintética, porém revela a direção que estavam tomando esses indígenas. Seguindo o sentido de sua expansão e acompanhando-os cronologicamente, com o auxílio de Alexandre Rodrigues Ferreira

para a complementação de outros dados, temos em correspondência datada de 15 de março de 1784, endereçada ao Governador do Pará, o seguinte fato: “(...) quando cheguei ao Pará em Outubro de 1783, depois de ter presenciado uns, e ser informado de outros acommettimentos, também eu discorri não só a respeito dos Muras, mas geralmente sobre os Mundurucús dos rioXingú e dos Tapajós e sobre os Apinajés de outro rio dos Tocantins (...)” (Ferreira 1983: 358).

Até essa altura do nosso mapeamento da expansão Mundurukú e os freqüentes choques com outros grupos indígenas e com os portugueses, podemos acompanhá-los nas seguintes direções: partindo de seu território ancestral nas adjacências do alto Rio Tapajós, cruzaram a região que medeia os rios Tapajós e Madeira chegando nas imediações deste último. Seguiram daí para o baixo Rio Tapajós e, de acordo com as nossas fontes, alcançaram o Rio Curuá por volta de 1780, afluente do Amazonas pela margem direita. Por volta de 1783, os Mundurukú já teriam alcançado o Rio Xingu, sempre atropelando os núcleos coloniais portugueses que encontravam pela sua frente, ou pelas suas frentes, pois acreditamos não se tratar de um único grupo apenas, mas de vários grupos de guerreiros Mundurukú se expandindo por toda esta área da Amazônia Meridional.

Há informações de que os Mundurukú teriam chegado ao Maranhão, transpondo o Rio Tocantins, onde forram derrotados pelos Apinajé. Diz o nosso informante, “(...) no oitavo decênio do precedente século [XVIII], saiu de suas malocas uma horda de mais de 2.000 homens, a qual atravessou os rios Xingu e Tocantins e seguiu espalhando guerra e devastação, até as fronteiras da Província do Maranhão; aí, porém, sofreram pesada derrota, contra os belicosos Apinajés” (Spix & Martius 1981: 291-92).

Dando continuidade ao nosso mapeamento, em carta data da de 17 de agosto de 1788, do Governador do Grão-Pará e Rio Negro ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios e Domínios Ultramarinos, em Lisboa, o funcionário colonial fez à metrópole o seguinte relatório a respeito da ação dos Mundurukú na Capitania do Pará. Dizia o Governador:

“(...) Estes homens habitantes no certão do Rio Tapajós, não sodescem repetidas vezes às suas margens a encontrar as nossas Canoas, mas adiantando-se cada dia nos seus cursos, tem chegado por último ainquietar e a atacar os moradores os daqueles districtos dentro mesmo dos seus sítios, eroças, robandoematando tudo quanto encontrão, sem reserva, nem piedade” (Carta do Governador do Pará e Rio Negro ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, 17 de agosto de 1788).

E continua, “(...) fui informado de haverem ultimamente causado bastante estrago no território da Villa Altér do Chão, não só nas roças dos moradores, que todas já tem desamparados por cauza deste Inimigo (...)”. Esse funcionário revela, ainda, que os Mundurukú obrigaram os índios aldeados nessa localidade a abandonarem as feitorias onde estavam coletando as drogas do sertão.

Em seguida, o Governador do Pará se refere à matança causada pelos Mundurukú, em 10 de março, elaborando um quadro das atrocidades perpetradas dando, como exemplo, as cabeças mumificadas dos seus inimigos que o dito Governador já teria remetido para Lisboa, juntamente com um jovem guerreiro Mundurukú que conseguiram capturar. O Governador prossegue: “A vista de huns taes excessos praticados por esta feroz Nação, eobrigado dos rogos daqueles oprimidos povos, fui precisado a ordenar ultimamente ao Capm. Commande. Do Destacamento da Fortaleza de Santarem no

mesmo Rio Tapajóz (...) fosse desalojar, e impedir ao inimigo o progresso das suas hostilidades (...)" (Ibid.).

Pelos dados que possuímos, esta foi a primeira manifestação nesses termos do Governador do Pará, apesar dos freqüentes pedidos feitos, ao longo dos anos, pelos funcionários das vilas e outros núcleos coloniais e das notícias que lhe chegavam, inclusive da Capitania do Rio Negro. Essa "declaração de guerra" aos Mundurukú a partir daí ganha corpo e só terminará com o "tratado de paz", em 1795.

Da Vila de Melgaço escreveu seu administrador ao Governador do Pará, participando o assalto que os Mundurukú fizeram "nos cittios dos moradores brancos desta Villa", existente no Rio Jacundá, no dia 11 de julho de 1793, onde "matarão 11 pessoas e levarão quatro vivaz". Diz o administrador que os moradores logo se retiraram das suas locações e se refugiaram numa ilha onde se acham acuados e temerosos pela eminência de a qualquer instante sofrerem outra carga beligerante dos Mundurukú.

O administrador de Melgaço prossegue informando na mesma carta ao Governador que tal rio e as suas adjacências encontravam-se infestados de inimigos. A guerra entre os Mundurukú e portugueses estava acontecendo literalmente, as autoridades das vilas e lugares insistiam na solicitação de reforços militares para conter o avanço Mundurukú na Capitania do Pará.

Por fim, na Capitania do Rio Negro, em fins da década de oitenta do século XVIII, começa-se a verificar que o avanço Mundurukú se intensifica em direção às margens do Rio Madeira, sendo os documentos referentes ao processo de paz com os Mura testemunhas deste fato. Em carta assinada na Vila de Borba, no Rio Madeira, endereçada ao Governador da Capitania do Rio Negro, fornece os seguintes detalhes: "Em 6 do mês próximo passado de maio, vieram dois Principais, um de nação Iruré e outro de nação

Javari e trouxeram setenta e dois índios de arco, nove mulheres e oito crianças e me disseram que os Mundurucus lhes tinham morto muitas mulheres e alguns homens e tinham ido com sua gente para o dito Rio Antazes (...)” (Carta do Comandante do Registro da Villa de Borba ao Governador da Capitania de São José do Rio Negro, 13 de junho de 1786).

Em carta de 26 de novembro de 1786, o Comandante da Vila de Borba pede ao Governador da Capitania do Rio Negro mais munição para guarnecer aquela Vila que, no momento, estava servindo de estabelecimento aos índios Mura que continuavam em descimento. Informava também que “(...) por quanto está esta Villa rodeada de Mundurucus Q. Quaze todos os dias movem os Muras com novidades delheacharem trilhas, motivo porque (...)” assegura o Comandante ter distribuído quase toda a munição ali existente ao destacamento militar, aos moradores brancos e índios, “(...) pa. Qualquer ataque q. houver (...)” (Carta do Comandante da Vila de Borba ao Governador da Capitania do Rio Negro, 26 de novembro de 1786). Numa correspondência-resposta, do Governador João Pereira Caldas, é possível se perceber a preocupação das autoridades coloniais com a expansão dos limites territoriais que os índios Mundurukú vinham conquistando desde a sua primeira aparição aos brancos, em 1768, na região do Rio Madeira. Diz o Governador em resposta ao Comandante da Vila de Borba: “Tendo advertido aos governadores interinos da Capitania, para, em havendo ocasião, remeterem a V. Mercê o novo pedido de fornecimento de pólvora e perdigotos a fim da devida cautela e defesa contra os insultos Mundurucu; e mau é que, livre esses rio do flagelo dos Muras, venha aquele outro gentio ocasionar novos incômodos, avançando-se tanto desde o Rio Tapajós, em que até agora eram os limites dos seus domicílios e das suas praticadas barbaridades. Também tenho advertido de ir de armas e do mais que V. Mercê requerer

(...)” (Carta do Governador do Rio Negro ao Comandante da Vila de Borba, 30 de dezembro de 1786).

Até essa época, a expansão Mundurukú rumo a oeste na Capitania do Rio Negro alcançou a região do Rio Autazes, e acreditamos que tenha apenas ficado circunscrita a essa área sem se estender mais acima no Solimões ou no Rio Negro. Porém, na Capitania do Pará essa elasticidade Mundurukú continuou acontecendo até cerca de 1795 e, em termos de espaço, esses índios chegaram às proximidades da cidade de Belém do Pará.

Os Mundurukú, partindo do alto Rio Tapajós, penetraram e dominaram uma vasta região da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, entrando em choque com a população de brancos, de índios aldeados e outras sociedades indígenas ao longo de sua expansão, provocando, com isso, verdadeiro clima de terror entre autoridades e entre tais populações. Tais circunstâncias ocasionaram problemas econômicos e políticos, uma vez que os choques geraram um verdadeiro pandemônio na região, privando, muitas vezes, os índios aldeados de lavrar a terra para produção de alimentos básicos para se auto-sustentar, suprir os centros urbanos e as tropas militares. Isso fez com que as autoridades coloniais considerassem a resistência Mundurukú um sério obstáculo ao desenvolvimento da região, por causa disso propuseram, não só a guerra, mas também o cativo. Porém, sem recursos materiais, militares e espirituais satisfatórios, isto é, não dispunham de religiosos para “domá-los”, nem tropas suficientes para exterminá-los, o Governo Colonial se declarou impotente frente à audácia do gentio Mundurukú. Além disso, os portugueses ainda estavam em guerra com os Mura, às voltas com as questões de limites e com a ameaça latente de uma invasão francesa.

Entretanto, ao sentir que já estavam às portas de Belém, capital da Província, o Governo resolveu enviar tropas militares para contê-los, ocasionando, em meados da

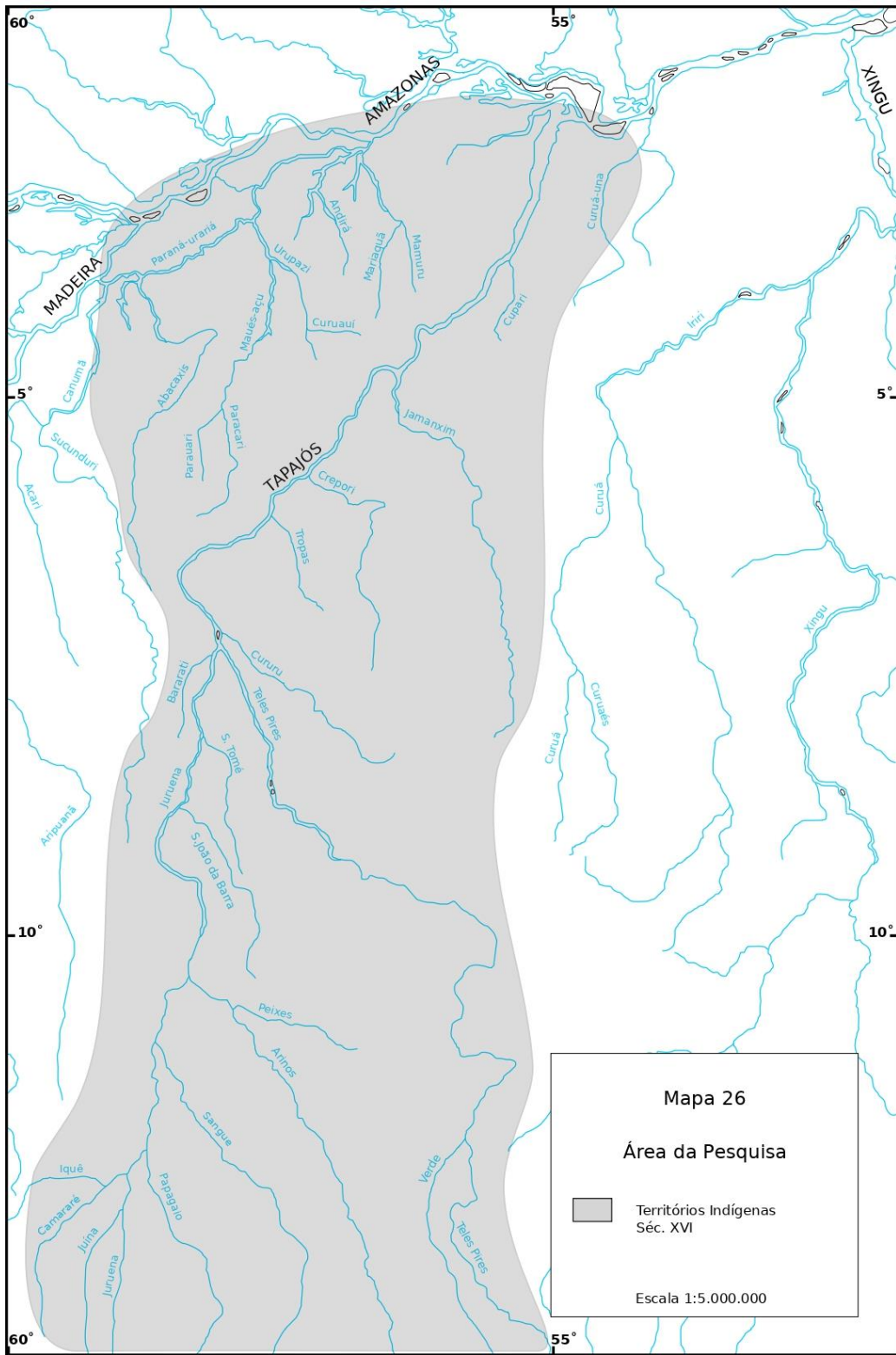
década de 1790, a formalização de um “tratado de paz” entre os Mundurukú e as ditas autoridades coloniais.

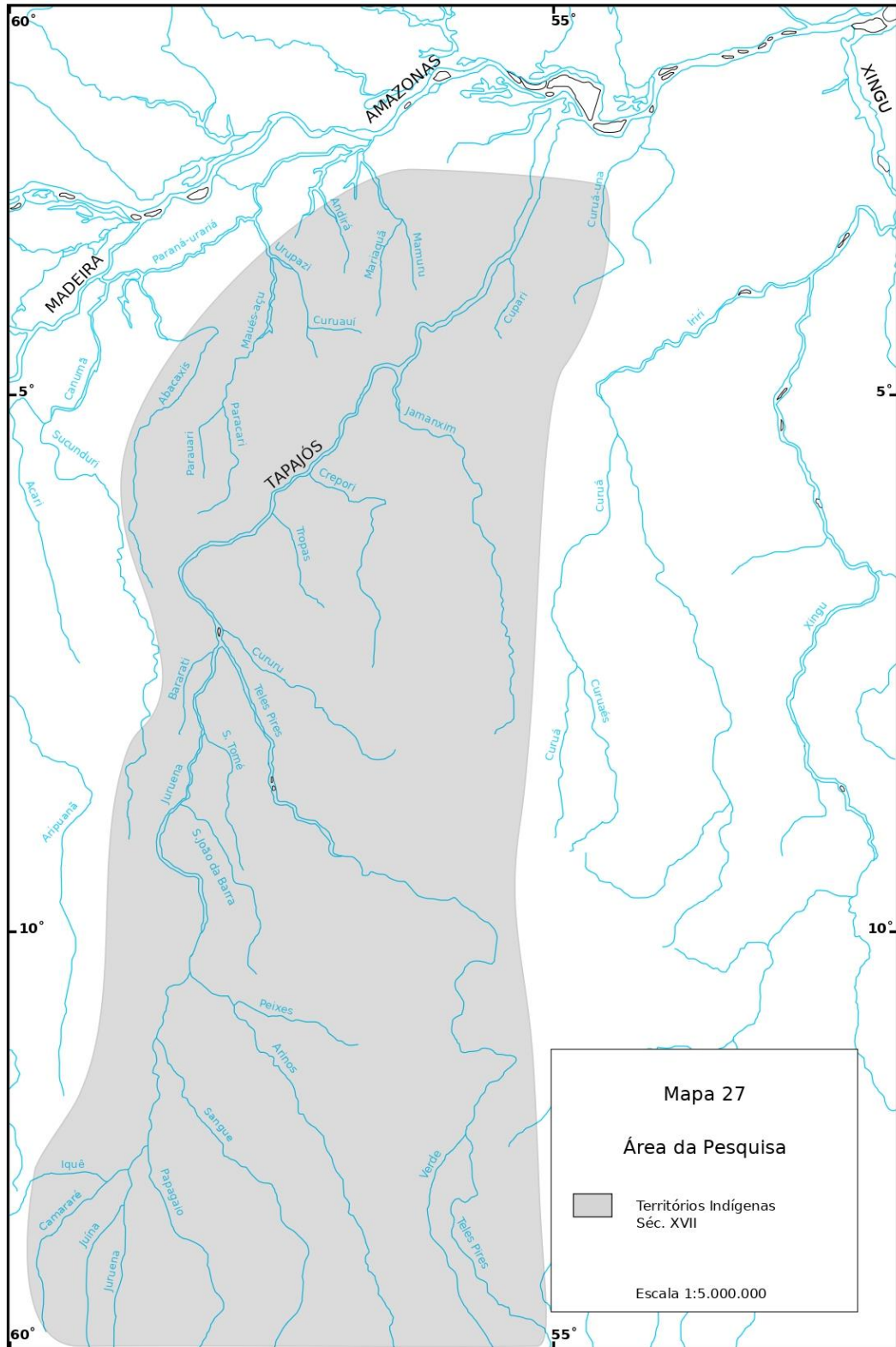
Portanto, partindo das adjacências do alto Rio Tapajós, os Mundurukú penetraram numa vasta área das Capitânicas de São José do Rio Negro e do Pará, entrando em choque e provocando verdadeiro clima de terror entre as autoridades portuguesas, população “branca” e índios aldeados, ao longo de seu trajeto.

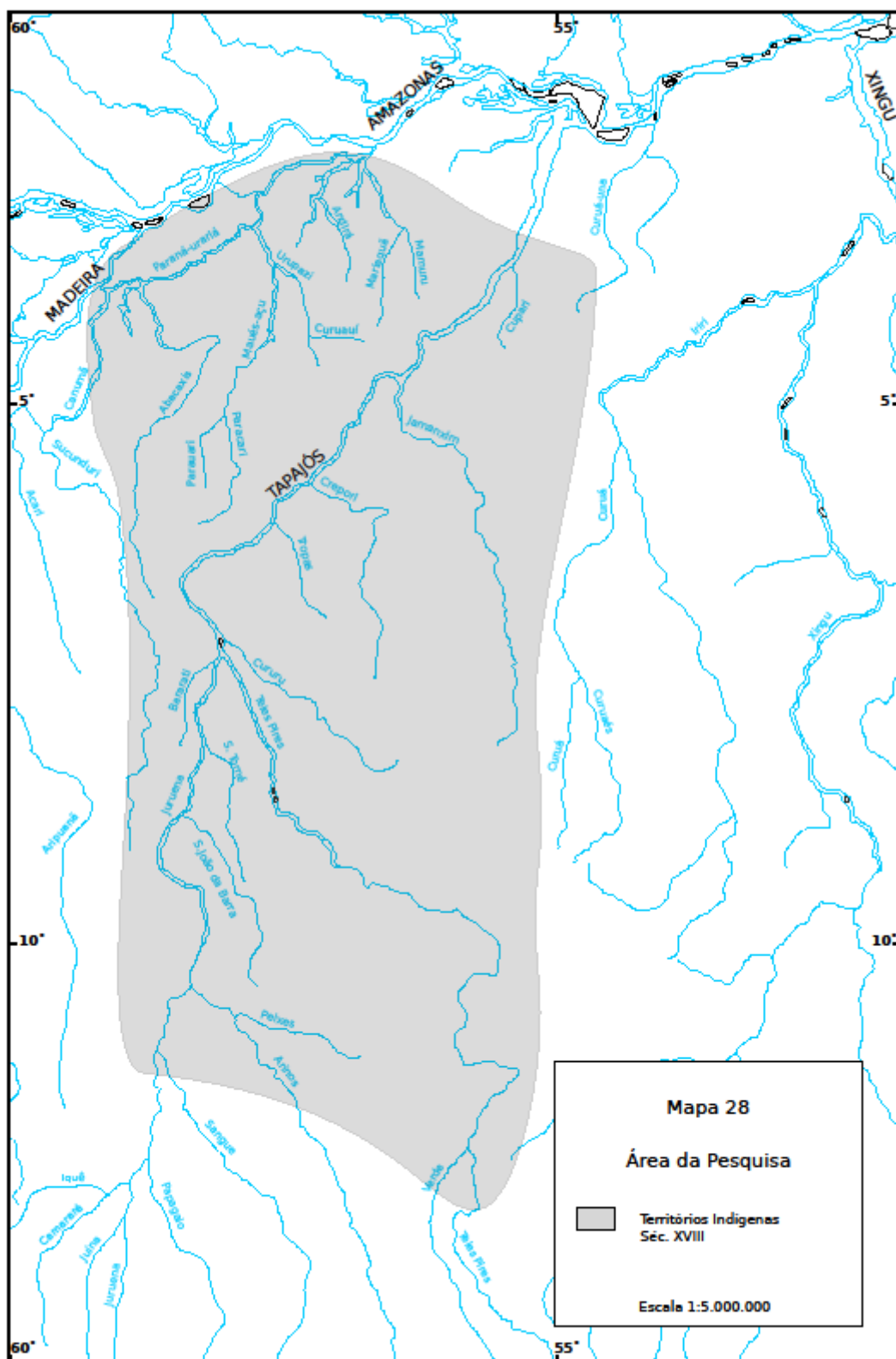
2.1.3. A situação atual dos territórios indígenas no Vale do Tapajós

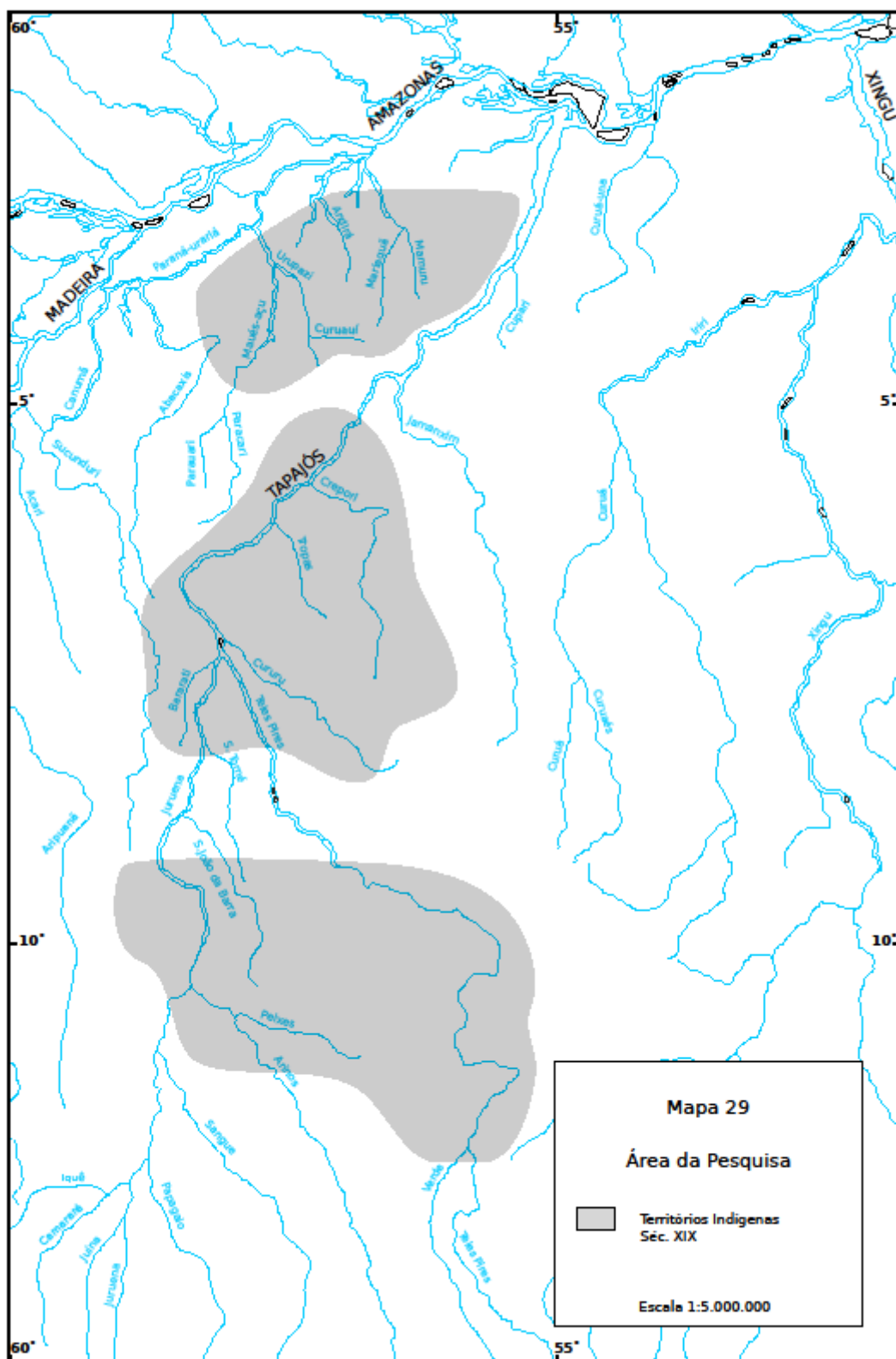
Nesta parte, tendo como base as informações anteriores, propomos realizar uma crítica relativa à extensão das áreas ocupadas historicamente pelos povos indígenas e os diminutos territórios onde estão enclausurados na atualidade.

Elaboramos uma série de mapas com o intuito de facilitar a observação da progressão na diminuição histórica destas áreas, culminando com o espaço ocupado por estes grupos no momento presente (vide Mapas 26, 27, 28 e 29).









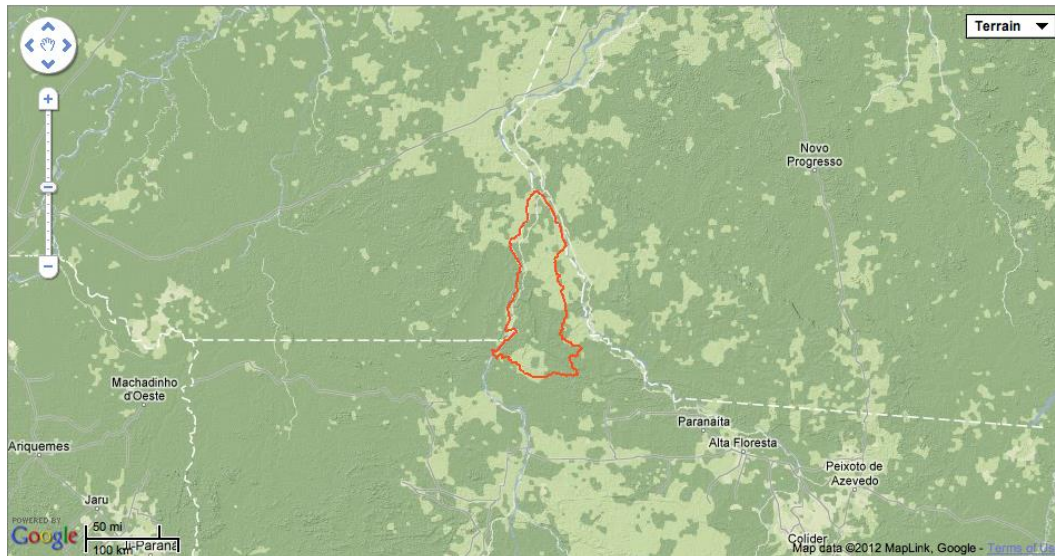
Finalmente, no caso deste trabalho, é importante dizer que as pesquisas – mesmo documentais – sobre a história de formação territorial podem trazer novas contribuições para o debate sobre as discrepâncias entre a extensão territorial ocupada pelas populações indígenas nos períodos pré-colonial e histórico e o tamanho e conformação das áreas atualmente demarcadas. Como já foi dito anteriormente, existem inúmeros casos no país que retratam a insatisfação indígena com a forma com que estes tiveram seus territórios delimitados.

Mesmo nos casos em que a demarcação das terras contempla rigorosamente a Constituição e as expectativas dos povos ocupantes, ela representa certo confinamento histórico: tais comunidades passam a ter de equacionar suas necessidades dentro daqueles limites, no presente e no futuro, sejam quais forem sua dinâmica populacional, o crescimento da sua demanda de consumo e a disponibilidade de recursos naturais.

A seguir, podemos observar as Terras Indígenas nos quais os povos indígenas do Vale do rio Tapajós que sobreviveram ao etnocídio perpetrado, primeiramente, pelo conquistador português e, posteriormente, pelo governo nacional, hoje estão confinados, segundo dados obtidos no site do Instituto Socioambiental (ISA), acessado em janeiro de 2013.

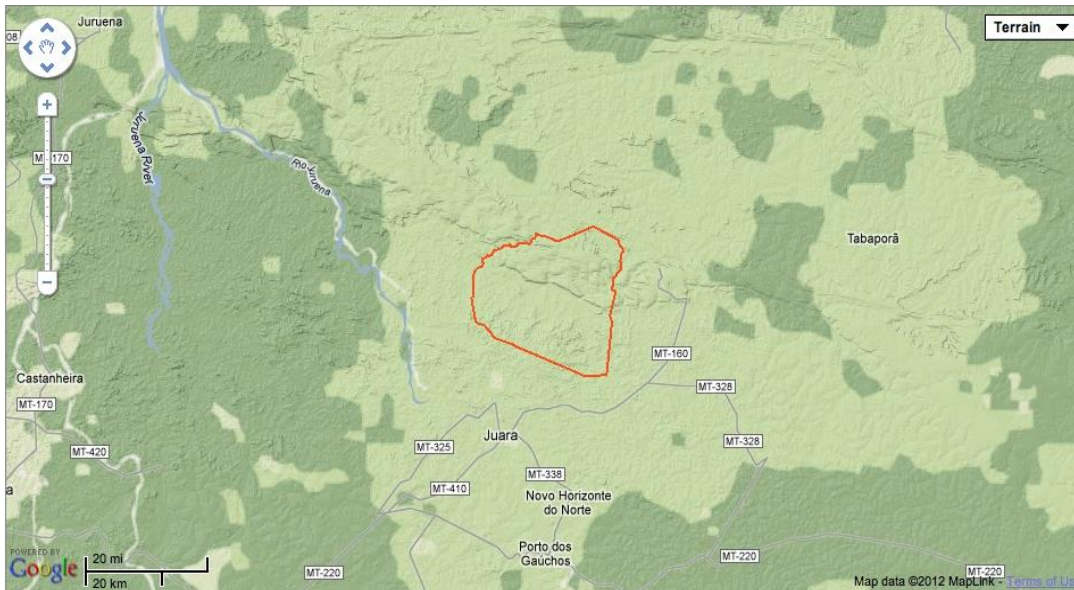
Territórios Indígenas – Século XX e XXI

T.I. Apiaká do Pontal e Isolados



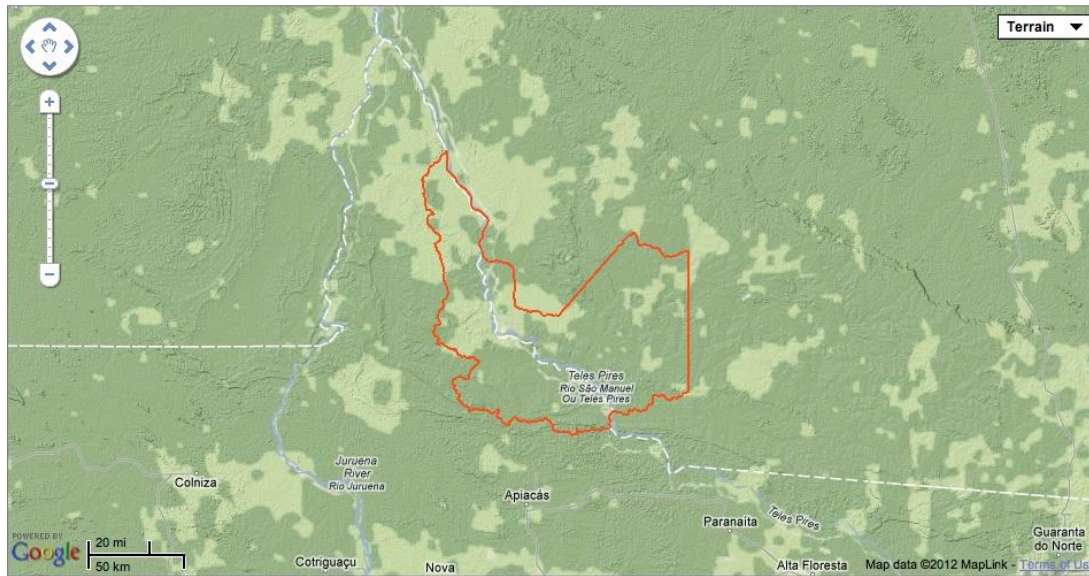
Povos	Apiaká, Munduruku e Apiaká isolados
População	144
Área Oficial	982.324 há
Situação Jurídica	Identificada/Aprovada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Mato Grosso

T.I. Apiaká-Kayabi



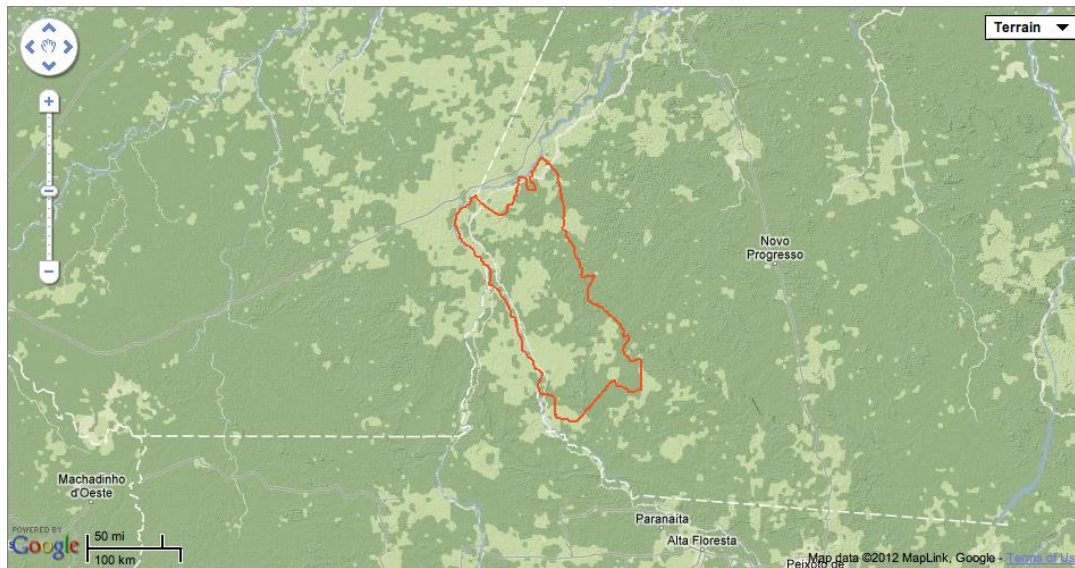
Povos	Apiaká, Kaiabi e Munduruku
População	446
Área Oficial	109.245 há
Situação Jurídica	Homologada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Mato Grosso

T.I. Kayabi



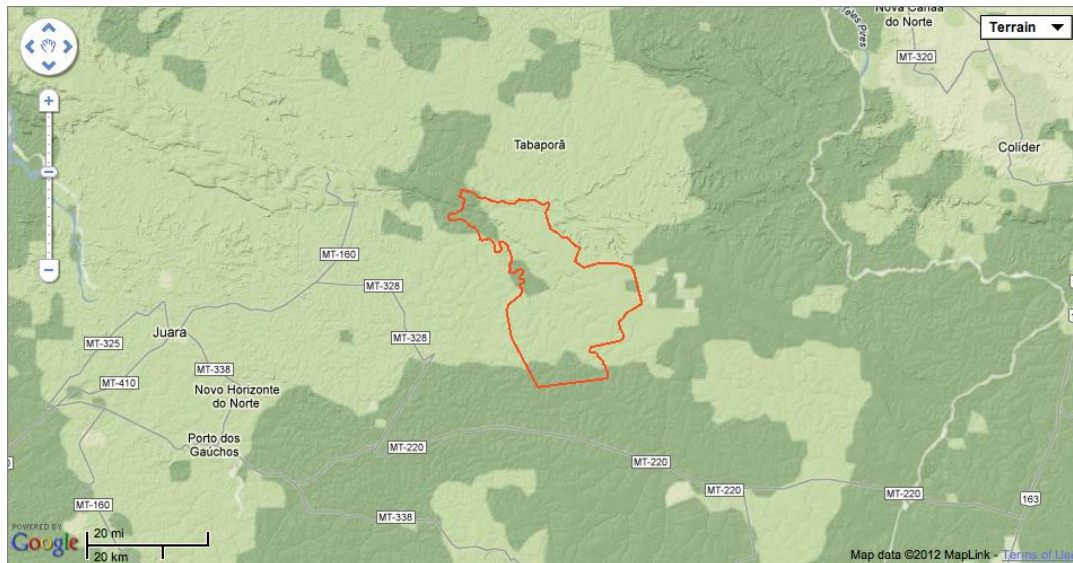
Povos	Apiaká, Kaiabi e Munduruku
População	387
Área Oficial	1.053.000 há
Situação Jurídica	Declarada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Mato Grosso/Pará

T.I. Mundurukú



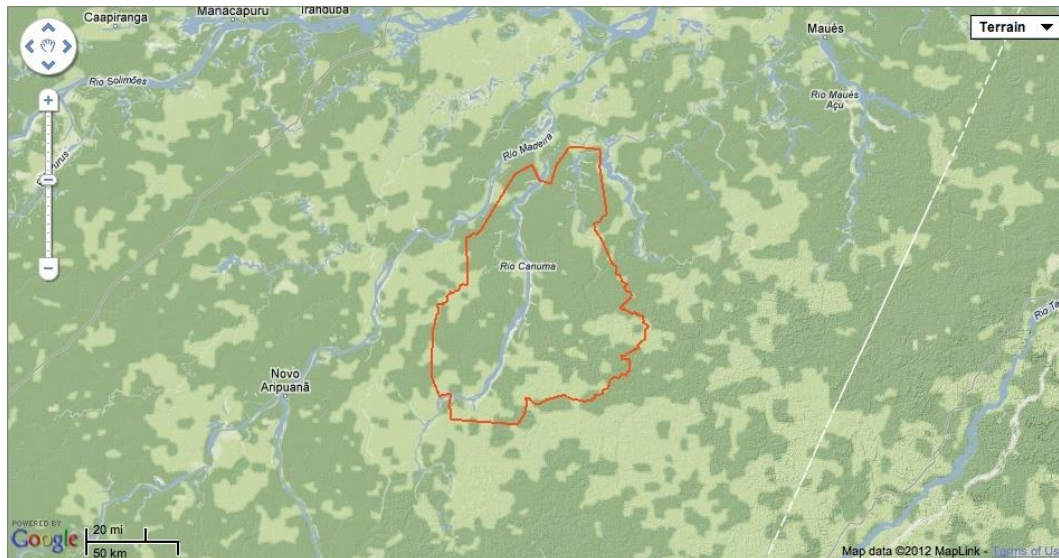
Povos	Apiaká e Munduruku
População	6518
Área Oficial	2.381.800 há
Situação Jurídica	Homologada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Pará

T.I. Batelão



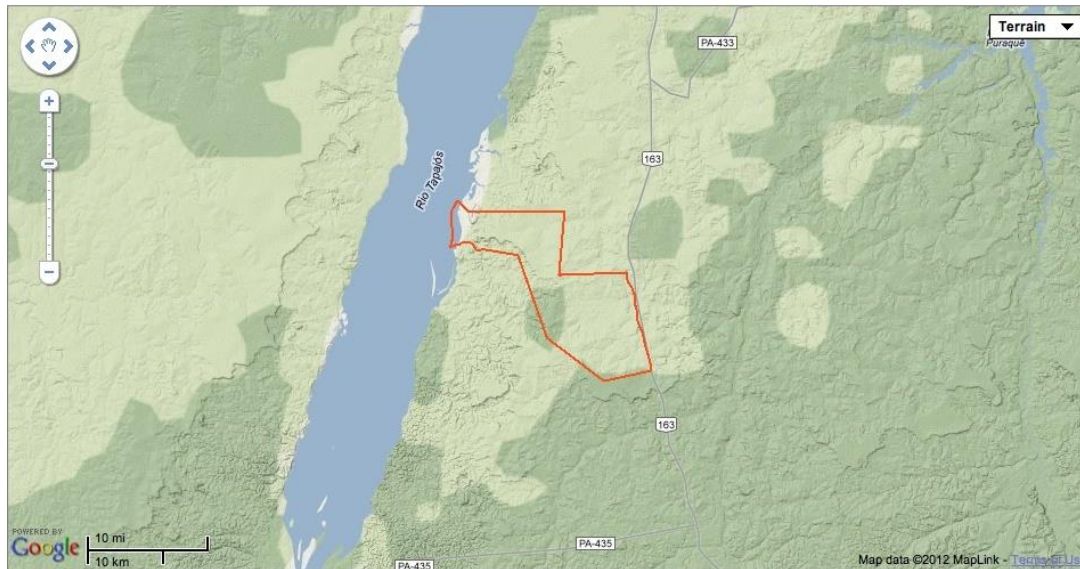
Povos	Kaiabi
População	150
Área Oficial	117.050 há
Situação Jurídica	Declarada/Suspensos os efeitos da portaria através de liminar
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Mato Grosso

T.I. Coatá-Laranjal



Povos	Munduruku e Sateré Mawé
População	2484
Área Oficial	1.153.210 há
Situação Jurídica	Homologada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Amazonas

T.I. Mundurukú-Taquara



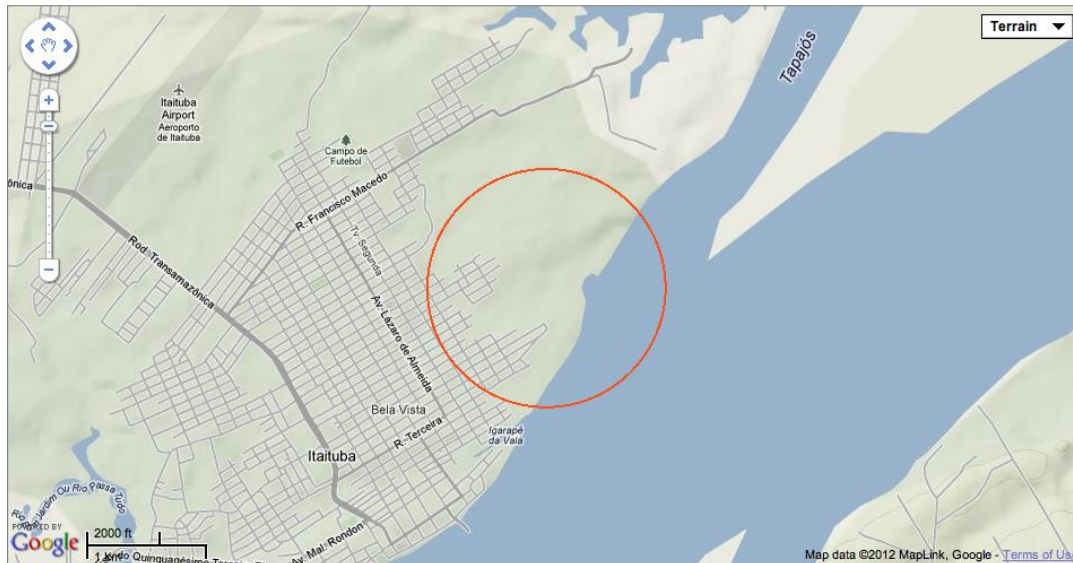
Povos	Munduruku
População	171
Área Oficial	25.323 há
Situação Jurídica	Identificada/Aprovada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Pará

T.I. Praia do Índio



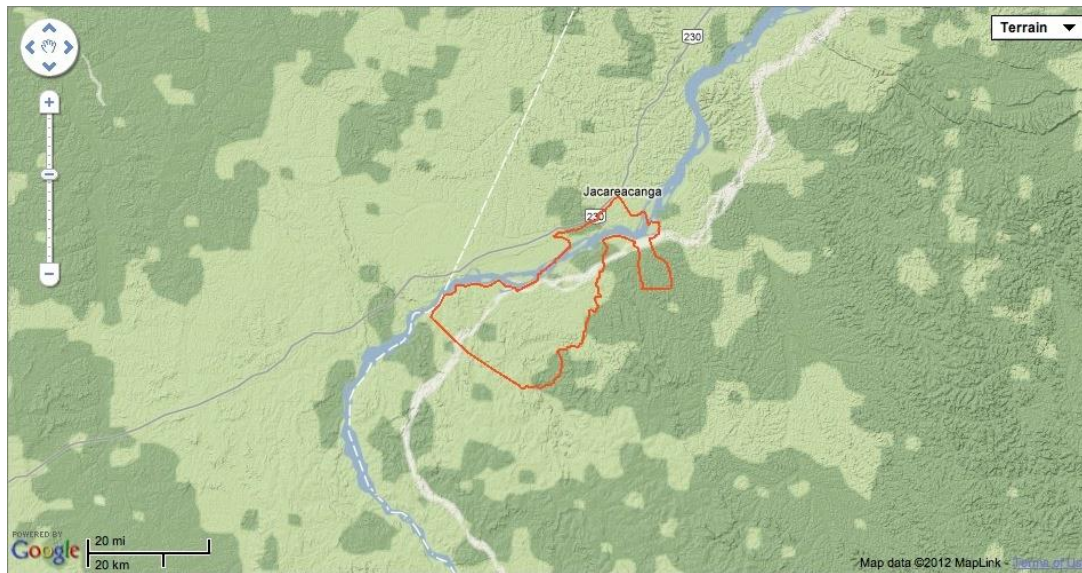
Povos	Munduruku
População	125
Área Oficial	28 há
Situação Jurídica	Reservada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Pará

T.I. Praia do Mangue



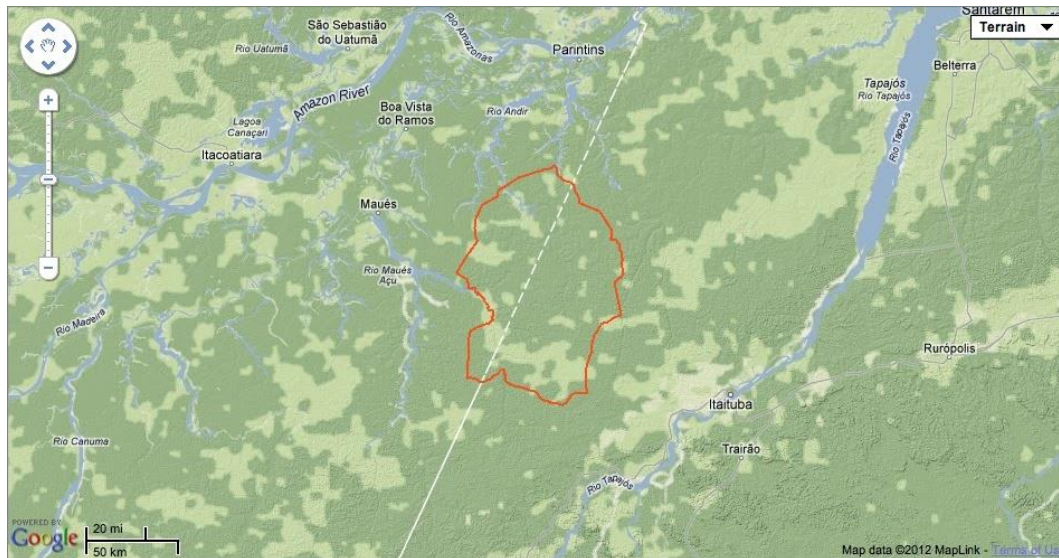
Povos	Munduruku
População	168
Área Oficial	30 há
Situação Jurídica	Reservada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Pará

T.I. Sai Cinza



Povos	Munduruku
População	1371
Área Oficial	125.552 há
Situação Jurídica	Homologada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Pará

T.I. Andirá-Marau



Povos	Sateré Mawé
População	7376
Área Oficial	788.528 há
Situação Jurídica	Homologada
Jurisdição Legal	Amazônia Legal
Unidade da Federação	Pará/Amazonas

A Amazônia acolheu uma grande diversidade de povos, ao longo da história, no interior de suas matas e na beira dos rios. Depois da conquista, iniciada em 1500, estes povos desapareceram ou foram encerrados em pequenos espaços denominados Terras Indígenas.

Os relatos dos cronistas das primeiras viagens, ao longo dos rios amazônicos, nos séculos XVI e XVII, fazem inúmeras referências à abundância de alimentos que encontraram em todas as povoações ao longo dos rios principais e de seus afluentes e à alta densidade populacional de numerosas “nações” que habitavam a região (vide, por exemplo, Acuña 1941; Heriarte 1965).

No entanto, a trajetória histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que se valendo da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes (Monteiro 1993, 2000, 2001; Carneiro da Cunha 1993, 1994, 2006 [1992]).

As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas foram reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 como sendo de posse permanente desses povos, com direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes. Constitucionalmente, este é um direito inalienável, indisponível e imprescritível. No entanto, este direito está sendo desrespeitado (Carneiro da Cunha 1987, 2006 [1992], 2009).

A Constituição Federal consagrou o “direito originário” dos índios sobre suas terras: ela reconhece que eles as habitavam antes da formação do Estado Nacional e, portanto, tal direito deve prevalecer sobre outros. A Carta Magna confere aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas TIs. De acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 231, as terras tradicionalmente

ocupadas pelos índios são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Ainda segundo a Constituição, o Poder Público é obrigado, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), a promover o reconhecimento das TIs por ato declaratório que tornem públicos os seus limites, assegure sua proteção e impeça sua ocupação por terceiros. O processo de reconhecimento formal dessas áreas é feito por etapas e obedecem a alguns procedimentos administrativos, originalmente estabelecidos pelo Estatuto do Índio, de 1973, e posteriormente alterados e hoje dispostos no Decreto 1.775/96.

As TIs têm importância fundamental tanto na proteção dos direitos e da cultura dos índios quanto na conservação do meio ambiente. Muitas terras indígenas, entretanto, têm sido invadidas por grileiros, madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, pescadores e caçadores em busca dos recursos naturais ali preservados.

A regularização dessas áreas indígenas visa acabar com os conflitos fundiários e assegura a integridade do território brasileiro, já que, segundo a Constituição Federal, elas são patrimônio da União. A criação de TIs não diminui as terras disponíveis à agropecuária, que são mais que suficientes para a sua expansão no país. Governo e lideranças ruralistas admitem que a recuperação de propriedades degradadas ou abandonadas pode multiplicar a produção agrícola nacional sem que seja preciso desmatar ainda mais.

Mas o problema vai além, e está ligado ao modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro continua adotando não apenas para aquela região, mas para todo o país:

um desenvolvimento voltado para atender as necessidades do mercado externo, no qual os recursos naturais sofrem toda a sorte de pressão e no qual as diversidades culturais e étnicas do país são vistas como entrave à expansão dos lucros ou à elevação do saldo da balança comercial.

O saldo dessa guerra desigual, ainda que não tenha representado o fim de todos os povos indígenas, deixou traumas profundos nos grupos sobreviventes que, com a população reduzida e dispersa e o dinamismo sociocultural abalado, encontram grandes dificuldades para reconstruir sua identidade e seus projetos de vida.

Hoje, o avanço capitalista sobre a Amazônia é como uma fera, quase indomável. Motosserras e tratores fazem parte de programas oficiais de devastação. As grandes serrarias que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, agora seguem resolutas em direção à Amazônia, vestidas em peles de cordeiro, com o discurso da “exploração/ devastação sustentável”, ostentando diplomas de “certificação verde” e com projetos de “auto-sustentabilidade” na Amazônia. Quem vivenciou a devastação em décadas passadas tem razões de sobra para prever novas catástrofes ambientais, atingindo particularmente os territórios indígenas. As mineradoras e companhias de petróleo estão afiando suas unhas para cavar cada vez mais fundo e mais rápido, para acumular ao máximo seu capital globalizado. Fazem pressão sobre o Congresso Nacional para que seja regulamentada a exploração mineral em terras indígenas. Há pedidos de pesquisa e exploração mineral sobre terras indígenas de toda a Amazônia.

CAPÍTULO 3

CORRELATOS ARQUEOLÓGICOS DA OCUPAÇÃO INDÍGENA NO VALE DO RIO TAPAJÓS

3.1. SÍNTESE ARQUEOLÓGICA NO VALE DO RIO TAPAJÓS

O interesse pela arqueologia da área do rio Tapajós começou no século XIX, com as escavações e coletas de superfície realizadas pelo geólogo Frederick Hartt nos anos de 1870 e 1871 (Hartt 1885) e no ano seguinte pelo botânico Barbosa Rodrigues (Rodrigues 1875). No início do século seguinte, entre os anos de 1923 e 1926, a região foi investigada pelo etnólogo Curt Nimuendajú, que registrou 144 sítios arqueológicos localizados entre as cidades de Santarém e o povoado de Alter-do-Chão, nas margens do rio Tapajós, e na região de Arapixuna, na margem meridional do Lago Grande de Vila Franca, no rio Amazonas (Nimuendaju 1948, 2005; Palmatary 1960). Segundo Nimuendajú (1948), entre todas as regiões visitadas por ele no rio Tapajós, foi a cidade de Santarém o local onde encontrou maior quantidade de material arqueológico, refere à cidade como uma “mina inesgotável de cerâmica”.

Os primeiros relatos de que se tem notícia sobre arqueologia na área do Baixo Tapajós são dos anos de 1870 e 1871, escritos por Charles Hartt, referindo-se à grande quantidade de Terra Preta existente nessa porção do rio (Hartt, 1874a, 1874b; 1885). Tanto Hartt como seu assistente Herbert Smith, em seu livro *The Amazons and the Coast* (1879), fizeram uma conexão clara entre Terras Pretas e aldeias indígenas. Hartt, em 1885, sugeriu que TPAs seriam solos vegetais, para os quais os índios eram atraídos devido à alta fertilidade da terra; e fundamentou essa hipótese, por ter encontrado fragmentos cerâmicos em toda a camada de refugo ocupacional.

Em 1870, Hartt (1885) realizou escavações no sambaqui da Taperinha, localizado no rio Paraná-mirim do Ayay, afluente da margem direita do rio Amazonas, 40 km a leste de Santarém, onde coletou fragmentos de ossos, carvões e cerâmica, sendo a maioria sem decoração, e poucos fragmentos com incisões, além de identificar sítios com Terra

Preta, a qual inicialmente atribuiu uma origem natural. Contudo, em uma segunda investigação no sambaqui, um ano depois, encontrou artefatos cerâmicos naquele solo escuro, o que lhe sugeriu a origem indígena daquele material (Hartt 1885). O geólogo também menciona outros sítios situados em áreas elevadas e serras circunvizinhas à Taperinha, onde também ocorria a Terra Preta.

Com relação à cerâmica encontrada, informou a presença de artefatos ornamentados, rodela de fuso e estatuetas de forma humana. A cerâmica, segundo o geólogo, era composta por material decorado com impressão de dedos, não ornamentadas, ou “lastrada com barro branco e pintada”, além dos fragmentos de apliques modelados na forma de animais, e fragmentos de cabeças, pés, e braços de “ídolos”, semelhantes aos encontrados no Marajó (1885:13). Esta caracterização cerâmica foi estendida para as demais localidades investigadas por ele, tais como Itaituba, Diamantina, Panema e Ipaupixuna, que foram consideradas como ocupadas por grupos tapajônicos.

Hartt localizou ainda uma série de urnas funerárias em Itaituba, na localidade denominada Cafezal, na margem esquerda do rio Tapajós, “atrás de uma grande ilha arborizada, umas cinco ou seis milhas abaixo da villa de Itaituba” (1885:15). Esta localidade, a qual denominou de Estação Funerária de Cafezal, apresentava um padrão de sepultamento com diversas urnas cerâmicas que foram quebradas em ocasião do nivelamento do terreno feito pelo seu proprietário, Sr. Castillo.

O botânico João Barbosa Rodrigues (1875), que percorreu o rio Tapajós realizando um inventário da flora, inicialmente focado nas palmeiras, mas que se estendeu a diversos tipos de plantas, como as de efeito curativo, sempre interessado nas informações dos indígenas. Aproveitou para fazer coletas arqueológicas que lhe

induziram a projetar a expansão do domínio Tapajônico até a cachoeira do Boruré, localizada próximo a Itaituba.

As investigações de Barbosa Rodrigues (1875) e Hartt (1885), ainda que de naturezas diferenciadas, sugeriram que a área que compreendia a foz do rio Tapajós até a Cachoeira do Boruré, a 40 km acima de Itaituba, esteve sob a influência dos índios que habitavam a foz do rio, os Tapajó. Essas inferências foram produzidas a partir da presença de solos férteis, cerâmica com pintura vermelha e com adornos modelados semelhantes aos encontrados na cidade de Santarém e no sambaqui da Taperinha.

A região de Santarém foi visitada várias vezes, entre 1922 a 1926, por Curt Nimuendaju, indigenista associado ao Museu Goeldi e ao Museu de Gotemburgo, na Suécia. Preocupado em mapear as culturas pré-colombianas e coletar artefatos arqueológicos e etnográficos para museus europeus, nas cartas que escreve para Carlos Estevão de Oliveira percebe-se seu enorme interesse pelas “pedras verdes”, conferindo todas as informações que obtinha sobre sua ocorrência. Nimuendaju observou que a cidade de Santarém estava construída sobre depósitos arqueológicos, ao identificar a Terra Preta contendo fragmentos de cerâmica, propondo que ali na cidade se encontraria o ponto principal de difusão da cultura tapajó (Amoroso 2001, Nimuendaju 2000). Identificou inúmeros sítios arqueológicos na região abrangida por Santarém, Vila Franca, Alter do Chão, rio Curuá-Uma e a margem direita do Amazonas (Gomes 2002: 26).

Nimuendajú (2004) supôs que as Terras Pretas foram desenvolvidas por meio de atividades de habitação indígenas associadas com assentamentos permanentes, e que os solos férteis resultantes foram então utilizados para produção agrícola. Ele produziu um manuscrito em 1925, "Die Tapajó", tendo início em 1923 uma série de mapas mostrando a localização dos sítios de terra preta; com relevantes publicações até mesmo após a sua

morte (Nimuendajú, 1948; 1949; 1952; 1953; 2004). A localização dos sítios era efetuada apenas por observação direta, haja vista a escassez e precariedade das cartas topográficas da época; mesmo assim, observa-se o grande esforço por parte do autor em alocar os sítios com TP em mapas de sua autoria que eram bastante precisos.

Nas décadas posteriores (de 1940 e 1970), a ênfase dos estudos sobre a ocupação humana do baixo Amazonas esteve voltada para a caracterização estilística da cultura material tapajônica, a partir do estudo de coleções museológicas reunidas desde o século XIX (Palmatory 1939, 1960; Frederico Barata 1950, 1951, 1953a, 1953b, 1954; Corrêa 1965). Palmatory (1939, 1960) realizou a caracterização estilística da cerâmica Tapajônica, propondo uma classificação, e explorou prováveis rotas de dispersão que interligavam a foz do rio Tapajós ao Caribe, via rio Orinoco. Seus estudos foram baseados em coleções de museus americanos e europeus, trabalho este publicado em 1939, e depois, vindo ao Brasil, expandiu sua pesquisa para incluir as coleções brasileiras, publicando novo estudo em 1960 (Palmatory 1939, 1960).

Já os estudos de Frederico Barata (1950, 1951, 1953a, 1953b, 1954), a partir de suas escavações e coletas no bairro Aldeia, em Santarém, resultaram em descrições minuciosas daquele estilo cerâmico e das representações dos seus elementos zoomorfos e antropomorfos. Percebeu, por exemplo, que os cachimbos de cerâmica encontrados, com decorações foliáceas e com feições humanas, de inspiração nitidamente européia, diferiam do estilo indígena encontrado nos vasos denominados como cariátides e de gargalo, assim como em outros tantos objetos, assegurando que foram produzidos durante a época colonial pelos índios aldeados nas missões (Barata 1953). Barata escreveu diversos trabalhos não somente sobre a cerâmica, mas também sobre os muiiraquitãs, as lendárias pedras verdes dos tapajós. Ele possuía sua própria coleção de cerâmica tapajônica coletada no bairro Aldeia, em Santarém, que atualmente encontra-se sob a

guarda do Museu Goeldi, em Belém, e foi estudada também por Vera Guapindaia, resultando em sua dissertação de mestrado (Guapindaia 1993).

Corrêa (1965) propõe uma descrição tipológica das estatuetas antropomorfas e zoomorfas, apontando para a possibilidade de migrações pelo rio Amazonas que poderiam responder pela expansão do estilo Tapajônico.

Na década de 1970 ocorreram alguns levantamentos arqueológicos no rio Tapajós bem, realizados por arqueólogos como Ulpiano Meneses e Celso Perota, vinculados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA).

Entre os anos de 1971 e 1973, Ulpiano Meneses realizou prospecções em Prainha e Santarém, localizando 25 sítios arqueológicos (Simões e Araújo-Costa 1978).

Em 1973, o geógrafo Nigel Smith identificou um sítio de terra preta com cerca de 2 hectares na rodovia Cuiabá-Santarém, na intersecção com o igarapé Moju, a cerca de 125km ao sul de Santarém (Simões e Araujo-Costa 1978).

Já Celso Perota prospectou as margens do rio Tapajós até os seus formadores, na confluência dos rios Juruena e Teles Pires (Perota 1979, 1882). Na primeira etapa de campo, realizada em 1979, a área abrangida correspondeu à foz do rio Curi, aproximadamente no limite entre Itaituba e Aveiro, até uma área acima do rio Jamanxim. Neste trecho foram encontrados 33 sítios arqueológicos às margens do Tapajós e Teles Pires; entre os vestígios arqueológicos havia pequena incidência de material cerâmico tapajônico, constante presença de fragmentos com pintura policroma e excisões, sítios com sepultamentos secundários em urnas cerâmicas, Terra Preta, além de diversos machados de pedra em quase todos os sítios registrados (Perota 1979 apud Martins 2012).

Na segunda, em 1982, foi investigada a área compreendida entre Jacareacanga até a confluência dos rios Juruena e Teles Pires. Os artefatos presentes nos sítios catalogados foram atribuídos ao Horizonte Inciso-Ponteadado e a outro tipo de cerâmica sem decoração que, todavia, não havia sido estudada e definida, a qual Perota sugere pertencer aos índios Mundurucú, que dominavam a região (Perota 1982 apud Marins 2012).

Partindo destas informações, reitera-se a presença de cerâmica do Horizonte Inciso-Ponteadado na região do baixo curso do rio Tapajós e pode-se inferir que o setor de cachoeiras do rio Tapajós (próximo à atual sede do município de Itaituba) possa ter correspondido a um divisor geográfico natural entre os grupos portadores da cerâmica do Horizonte Inciso-Ponteadado e os grupos associados a contextos do Brasil Central (Perota 1979, 1982).

Em 1992, uma equipe de pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) realizou escavações em Itaituba, identificando que a cidade está assentada sobre um grande sítio arqueológico. Foi encontrado material cerâmico, lítico e urnas funerárias. Através da datação radiocarbônica de material orgânico associado a duas urnas, obtiveram datações que localizam a ocupação indígena da região do Médio Tapajós no período arcaico – segundo os autores –, em cerca de 5.000 anos AP (Lisboa & Coirolo 1995).

Gomes (2002, 2008), após ter realizado um estudo da coleção Tapajônica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/ USP), que objetivou realizar uma minuciosa análise e descrição de diversos atributos da cerâmica de Santarém nos modelos cronológicos de ocupação da região amazônica (entre AD 1.000-1.500), identificou algumas variações estilísticas em meio à cerâmica do estilo

Santarém/Aldeia, que poderiam representar “comunidades satélites” interagindo culturalmente com os Tapajó. Para testar essa hipótese, Gomes realizou pesquisas arqueológicas entre 2001 e 2003 registrando 10 sítios arqueológicos na comunidade Parauá, localizada na margem esquerda do Tapajós. Os resultados dessa pesquisa fizeram parte de sua tese de doutoramento, com o objetivo de investigar os limites territoriais do domínio Tapajônico. A partir dos resultados de sua pesquisa, sugeriu a existência de grupos anteriores aos Tapajós habitando a foz do rio homônimo no período Formativo (entre 3.800-3.600 AP), e os caracterizou como produtores de cerâmica pertencente à Tradição Borda Incisa, menos elaborada em relação à tapajônica, e com uma considerável mobilidade territorial, sugerida pela presença de depósitos arqueológicos pouco profundos (Gomes 2005, 2008, 2009).

Nos contextos de ocupação mais recentes (1.320-910 AP), a pesquisadora identificou sítios maiores e com cultura material mais diversificada, em que a cerâmica apresentava traços estilísticos do Horizonte Inciso-Ponteadado, amplamente difundido na foz do rio Tapajós e demais áreas da região do Baixo Amazonas. Com isto, sugere que a região era ocupada por grupos horticultores anteriores aos Tapajó e que, em um período tardio, a partir do primeiro milênio da era cristã, mantiveram contatos regionais com os tapajó e com os konduri, sem necessariamente terem sido subordinados ao cacicado tapajônico (Gomes 2008).

A seqüência de ocupação mais recuada para a região do baixo Amazonas foi sugerida pelas pesquisas de Anna Roosevelt em Santarém e Monte Alegre (1987, et al. 1991, 1991b, 1992, et al. 1996). Os achados no sambaqui da Taperinha em Santarém (inicialmente investigado por Hartt e Barbosa Rodrigues no século XIX) e em Monte Alegre (caverna da Pedra Pintada) indicaram que a ocupação humana mais antiga na região do baixo Amazonas remonta a 11.200 AP (Monte Alegre), sendo contemporânea

à cultura Clóvis no sul dos Estados Unidos (Roosevelt et al. 1996). A longa sequência estabelecida para a Caverna da Pedra Pintada incluiu ainda ocupações do período arcaico (7.580 a 6.625 AP), formativo (4.000 a 2.000 AP) e, em período mais recente, a ocorrência de cerâmica dos Horizontes Policromo e Inciso-Ponteadado.

Pesquisas recentes coordenadas por Roosevelt, Silveira e Schaan no sítio Porto de Santarém (Schaan 2010), e em Belterra (Schaan 2006; Stenborg 2009; Schaan e Lima 2011), têm fornecido informações acerca da ação das sociedades pretéritas e o manejo da paisagem, indicando a presença de numerosos poços (alguns anteriormente descobertos por Nimuendajú) e apontando para a grande quantidade de sítios arqueológicos na região com presença de Terra Preta Arqueológica (TPA).

Na área do planalto de Belterra, pesquisas arqueológicas vêm sendo realizadas desde 2006 e resultaram no registro de 103 sítios arqueológicos, alguns dos quais foram objeto de escavações (Schaan e Lima 2011). A caracterização estilística dos vestígios recuperados, a investigação do padrão de ocupação dos sítios, suas características morfológicas e funcionais, bem como a distribuição na paisagem, também sugerem similaridades com demais contextos arqueológicos do baixo rio Amazonas, inclusive com os assentamentos localizados nos rios Nhamundá e Trombetas (Schaan 2012).

A cultura material recuperada por estas intervenções também pode ser relacionada ao Horizonte Inciso-Ponteadado, com a ocorrência ainda de estatuetas, tortuais de fuso com incisões geométricas, e vasos de contornos complexos semelhantes aos encontrados em Santarém e atribuídos aos índios Tapajó (Schaan e Lima 2011). Dadas essas similaridades da cultura material, os “moradores dos altos” (parafrazeando Nimuendajú 1949), ao que parece, relacionavam-se com os grupos da várzea do rio compartilhando dos mesmos gestos de fabrico de utensílios e símbolos.

Adentrando o rio Tapajós, a, aproximadamente, 260km ao sul de Santarém, foi realizado um Programa de Arqueologia nas adjacências das rodovias BR-230 e BR-163, onde foram registradas dezenas de antigos assentamentos indígenas com TPA, e cerâmica do Horizonte Inciso- Ponteadado (Schaan 2006; Schaan e Martins 2009), e por isto correlacionáveis aos grupos da foz da confluência dos rios Tapajós e Amazonas (Martins 2010). No tópico seguinte se apresentam informações mais detalhadas do Programa de Arqueologia mencionado.

Dentre os estudos mais recentes, Guapindaia procurou caracterizar culturalmente os tapajós reunindo informações etnohistóricas, além de realizar um estudo tecnológico da cerâmica, centrado na coleção Frederico Barata. Outra arqueóloga que se dedicou ao estudo de uma coleção arqueológica foi Denise Gomes, que em seu trabalho discute as diversas teorias sobre complexidade social na Amazônia e contextualiza sua pesquisa no âmbito das descobertas arqueológicas mais recentes para a área (Gomes 2002).

Há inúmeras pesquisas e projetos sendo desenvolvidos no Biáxo Tapajós e, Gomes faz uma seleção dos principais:

Em 1998, o Iphan recebe denúncia sobre a destruição de que tratores abrindo a rodovia interpraiais, que ligaria Alter do Chão a Ponta de Pedras, teriam atingido um sítio arqueológico. Daniel Lopes, arqueólogo do Museu Goeldi esteve no local mas não encontrou vestígios arqueológicos.

Em 1999, a 2ª superintendência regional do Iphan em Belém recebe denúncias de que havia sido encontrado material arqueológico no porto de Santarém devido às obras de modernização e de que havia irregularidades também na área da linha de transmissão Santarém-Vila de Ponta de Pedras, onde teria sido encontrado um sítio arqueológico. Solicita então ao Museu Goeldi que envie um arqueólogo ao local para averiguar a

situação. Atendendo à solicitação, a arqueóloga Vera Guapindaia desloca-se até Santarém e realiza uma vistoria, com o objetivo de prospeccionar áreas não contempladas pelo levantamento de Roosevelt. Em seu relatório: “Levantamento Arqueológico no Porto de Santarém”, Guapindaia concluiu que parte do sítio delimitado anteriormente por Roosevelt estava sendo arrendado pela Companhia das Docas do Pará para a construção de galpões para armazenamento de grãos, recomendando a realização de salvamento arqueológico¹. O sítio está registrado como PA-ST-42: Porto de Santarém (2°25'16.2'', 54°44'20''). Quanto à linha de transmissão, Guapindaia identifica um sítio localizado a cerca de 5 km do ramal de Pajuçara e a cerca de 500m a oeste do ramal que liga a PA-457 à vila de Carapanari. O sítio está localizado em local alto, com vista para o rio Tapajós, comportando uma mancha de terra preta de cerca de 200m de largura e que se estenderia até o rio. Guapindaia recomenda também o salvamento deste sítio tendo em vista a futura construção da estrada interpraiais. Segundo informação técnica Iphan nº 16/2006 – Copedoc, o sítio localiza-se sob as coordenadas UTM 739356, 9731924.

Em 2000, Anna Roosevelt encaminha ao Iphan pedido de autorização para o desenvolvimento do projeto “A seqüência do desenvolvimento no baixo Amazonas: proposta para a terceira fase do projeto de pesquisa de campo – 2000-2005”. Em maio e outubro de 2002, Anna Roosevelt denuncia novamente ao Iphan a destruição do sítio arqueológico do porto de Santarém, por parte da CDP.

Denise Maria Cavalcante Gomes, em 2001, iniciou sua pesquisa de doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo na comunidade Parauá, localizada a cerca de 120km ao sul de Santarém, à margem esquerda do rio Tapajós, com o projeto “Dinâmica populacional das ocupações barrancóides no baixo Tapajós”. Um de seus objetivos era o de verificar a extensão da ocupação relacionada à sociedade dos tapajós e melhor entender como áreas periféricas se relacionavam àquela sociedade. (Gomes 2003).

Partindo dos relatos de Nimuendaju de que os tapajós ocupavam a margem direita do rio tapajós, Denise Gomes queria saber se a ocupação estendia-se também pela margem esquerda do rio. De maneira contrária às suas expectativas (e provavelmente às de Roosevelt), Gomes identificou, nos nove dos 10 sítios pesquisados em uma área de 40km², cerâmica associada com a Tradição Borda Incisa (definida por Meggers e Evans 1961, citados por Gomes 2006), tendo os mesmos sítios sido datados entre 3800 e 1000 anos AP, representando ocupações horticultoras que estendem-se até o início da ocupação Santarém e com ela convivem por curto período de tempo (Gomes 2006).

Em 2004, o arqueólogo Paulo Canto Lopes, do Museu Goeldi, realiza, a pedido do Iphan, uma vistoria próximo ao lago Arauepá, no município de Aveiros, em terras de propriedade da Antares Mineração e Comércio Ltda. Lá identifica um sítio arqueológico que foi registrado como PA-ST-43: Paraná do Arauepá (UTM 21M 659421,95500400). O sítio havia sido parcialmente afetado pela construção de um ramal ligando Transforlândia ao porto localizado à margem direita do rio Tapajós, de propriedade da empresa. Em 2005, após negociações com a empresa, outro arqueólogo do Museu Goeldi, Marcos Magalhães encaminhou um projeto de salvamento arqueológico para a área, intitulado “Programa de salvamento do sítio PA-ST-43: Paraná do Arauepá, localizado na área do projeto Antares Mineração e Comércio Ltda, Aveiros/PA”. Segundo Magalhães, o sítio teria 40.000m² de área, com uma camada arqueológica de cerca de 0,50m. Os vestígios eram encontrados a cerca de 800 metros do rio Tapajós, ao longo de uma faixa de aproximadamente 500m. Neste projeto estavam planejadas cinco etapas de campo, mas somente a primeira, que realizou o mapeamento e algumas escavações de poços teste foi concluída.

Em 2004, Ellen Quinn, uma estudante de antropologia da Universidade de Illinois defende sua dissertação de mestrado sobre a cerâmica encontrada em Santarém pela arqueóloga Anna Roosevelt (Quinn 2004).

Em 2006, a arqueóloga Catarina Eleonora Ferreira da Silva, do Iphan, faz visita a Santarém, acompanhada da arqueóloga Denise Gomes, tendo em vista as várias denúncias de irregularidades vindas de Santarém. Na oportunidade visita sítio arqueológico identificado no 8º BEC-Batalhão Engenharia do Exército, localizado no KM 10 da BR-163. O sítio localiza-se no topo de um platô de aproximadamente 120m de altura, de onde se avista o rio Tapajós, distante aproximadamente 10km. Lá encontraram fragmentos de cerâmica sem decoração, associada à terra preta arqueológica (UTM 752120, 9723528).

Ainda um levantamento arqueológico realizado na região partiu de uma iniciativa do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo em vista as inúmeras denúncias que chegam ao órgão sobre tráfico de material arqueológico e achados fortuitos na própria cidade de Santarém. O trabalho foi coordenado pela arqueóloga Denise M.C. Gomes, agora ligada ao PPGAS-UFRJ, e resultou na identificação de 58 locais com vestígios arqueológicos no contexto urbano de Santarém. O sítio na área urbana foi delimitado e chamado de sítio Aldeia, que se estende por uma faixa de 1,7km por 0,4km de largura paralela ao rio Tapajós, sobrepondo-se aos bairros Aldeia e Centro. As investigações foram feitas em terrenos vazios e quintais de casa, onde foram coletados 358 fragmentos de cerâmica.

O estado do conhecimento arqueológico na área permite concluir que existe uma potencialidade grande de sítios arqueológicos que não foram identificados até agora por falta de pesquisas. A maioria dos sítios identificados relacionam-se à ocupação tapajônica ou anterior, com datas que remontam a 2 mil anos atrás. São poucos os sítios ainda

conhecidos na área de interflúvio, e a maioria dos sítios, mesmo os da cultura tapajônica são pouco estudados. O que se conhece corrobora a idéia corrente de que a ocupação de áreas de interflúvio se deu em épocas mais recentes (2 a 3 mil anos atrás), quando crescimento populacional ao longo dos rios principais deve ter pressionado populações a buscar sua subsistência também em áreas do interior. Essa expansão ocorre simultaneamente com o aumento populacional que se assiste ao longo do Amazonas e dos seus principais afluentes a partir do início da Era Cristã. No entanto, sociedades complexas e regionais, conhecidas como cacicados, surgem apenas em torno do século X. Entre estas, a representada pelos Tapajó, estabelecida na área que é hoje a cidade de Santarém, é tida como uma das mais complexas, que teria uma organização regional composta por várias vilas que obedeceriam a uma chefia regional. De acordo com informações de viajantes dos séculos XVI e XVII, essa chefia regional tinha o poder de cobrar tributos que eram usados para sustentar uma elite administrativa, assim como funções especializadas, guerras, festas e rituais comunitários (Roosevelt 1999).

Por fim, destacamos os trabalhos de Stuchi (2010) e Rocha (2012) que também foram desenvolvidos no âmbito acadêmico. O primeiro foi desenvolvido a partir de uma perspectiva etnoarqueológica que trabalha em conjunto dados históricos, etnográficos e arqueológicos com o objetivo de contribuir para a construção da história indígena do baixo curso do rio Teles Pires, compreendendo a atual Terra Indígena Kaiabi, localizada nos municípios de Jacareacanga (PA) e Apiacas (MT). Os resultados apresentados demonstram que esta Terra Indígena configura-se como um exemplo de palimpsesto da trajetória de ocupação indígena e não-indígena desta região. A ocupação pré-colonial é atestada a partir dos vestígios arqueológicos (cerâmicos e líticos) em trinta e quatro locais visitados, dentre os quais, pelo menos vinte e cinco estão associados ao contexto das terras pretas na Amazônia. Os Kaiabi, que – historicamente habitavam o Vale do Médio Teles

Pires no Mato Grosso – ao serem pressionados pelos processos de colonização do Brasil Central, se deslocam e passam a ocupar o baixo Teles Pires, no início do século XX. A ocupação Kaiabi se deu de forma a priorizar as áreas já manejadas no passado. Os dados apresentados procuram evidenciar os processos de ocupação, reocupação e abandono empreendidos pelos Kaiabi ao longo da história de formação de um território que hoje reivindicam como deles (Stuchi 2010).

O trabalho de Rocha (2012) busca fornecer alguns dados sobre a arqueologia do rio Tapajós em um contexto regional mais amplo, em uma área tão pouco conhecida. Seu foco está na análise da decoração cerâmica coletada em 24 sítios arqueológicos, e sua posterior comparação ao de áreas adjacentes. Após a análise deste material foi possível identificar duas tradições distintas através da comparação destes vestígios com o de outras áreas e consulta de relatos históricos.

Os dados de história indígena e arqueológicos apresentados neste capítulo e no anterior demonstram diversas referências às interações culturais indígenas, reportadas por diversos viajantes que percorreram a região desde o século XVII. É importante salientar que, ainda que tragam informações lacônicas sobre comércio, trocas, e sobre uma rede regional de articulações político-administrativas e ideológicas, os registros históricos parecem corroborar as pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas últimas décadas e vice-versa, especialmente sobre a forte evidência de alta densidade populacional à época do contato com os portugueses. Desta forma, a contextualização histórica e arqueológica é extremamente importante na construção de inferências sobre interações culturais indígenas, uma vez que convergem para o debate arqueológico aqui provocado. Tal construção precisa ser continuada, aprofundando e sistematizando o conhecimento sobre as populações indígenas.

CONCLUSÕES FINAIS

A pesquisa interdisciplinar é fundamental para a compreensão dos processos de ocupação humana em qualquer região do mundo. O propósito é ter a capacidade de observar as sociedades a partir das teorias e dos métodos de várias ciências, para alcançar a interpretação mais ampla e consistente possível. Nos países onde a História Indígena é mais desenvolvida, a exemplo dos Estados Unidos, Canadá, México, Austrália, Nova Zelândia, a investigação considera todos os dados históricos, etnográficos, biológicos, linguísticos e arqueológicos. Incluindo o fato de que existe, em constante desenvolvimento científico, as perspectivas das arqueologias “colaborativas”, “indígenas” e “ativistas”, que propõem diversas pautas para a análise e interpretação dos dados e do passado. E tudo isso em constante reavaliação a cada avanço teórico e metodológico das disciplinas científicas envolvidas.

Com essa perspectiva, esta dissertação teve por objetivo reunir e ordenar alguns dados históricos e etnográficos para mostrar a quantidade, a diversidade e a localização das populações indígenas no Vale do Tapajós. Considerando apenas o processo histórico iniciado no período Colonial, fica demonstrado que existia na bacia daquele rio um grande contingente humano em termos demográficos. Também fica explícito que havia uma grande diversidade cultural, cujos vestígios podem/poderão ser identificados e situados no tempo.

Portanto, cumpriu-se a meta de estabelecer um cenário geral e amplo da ocupação humana nos últimos 500 anos no que se refere à pesquisa história que realizamos. Ao mesmo tempo, evidenciamos a relevância das pesquisas arqueológicas realizadas nestas terras da Amazônia Meridional e com isso, reiteramos a importância desta região para questões fundamentais do debate arqueológico contemporâneo: demografia,

complexidade social, dinâmica e interação cultural. Dessa forma, está aberto o caminho para aprofundar a investigação sobre os grupos humanos identificados, sobre as áreas onde eles viveram, para cumprir os diversos objetivos da arqueologia, antropologia e da história.

Cabe ressaltar que ainda existe um grande manancial de dados a serem explorados, incluindo aí inúmeros documentos inéditos da burocracia estatal colonial portuguesa, da burocracia brasileira, das ordens religiosas, de comerciantes, de viajantes, de órgãos indigenistas, etc. O próximo passo, pensando apenas na perspectiva da Arqueologia, será identificar, grupo a grupo, quais são as características dos seus territórios, da sua cultura material, da sua economia, da sua sociedade, das suas relações interculturais e de outros temas de interesse arqueológico.

De um lado existem muitos dados históricos e etnográficos que permitem situar no tempo e no espaço as populações do Vale do Tapajós. De outro, a arqueologia ainda é uma promessa. Em que pese o fato de o rio Tapajós estar entre as primeiras partes do Brasil a ter pesquisa arqueológica, apenas as áreas do baixo curso e de Santarém são conhecidas em suas linhas mais gerais. O Anexo I mostra que já existem, pelo menos 423 sítios arqueológicos registrados. Todavia, não existe ainda um *corpus* de dados analisados e descritos do registro arqueológico que permita definir com precisão a relação entre os contextos arqueológicos e sistêmicos, salvo a área do baixo curso do rio e de Santarém.

Esse vazio analítico é, em parte, resultado da descontinuidade das pesquisas, como fica explicitado no capítulo 3. Poucos investigadores avançaram suas pesquisas até a capacidade de explicar os processos locais e regionais de ocupação do espaço e de descrever, classificar, analisar e interpretar o registro arqueológico. Mais raros ainda foram aqueles que conseguiram estabelecer relações entre o contexto arqueológico e as

populações historicamente conhecidas. Avançar nessas pautas é o grande desafio interdisciplinar, especialmente da parte da arqueologia.

No caso específico da relação da História com a Arqueologia na construção de uma nova História Indígena, como a que defendemos nesta dissertação, acreditamos que a Arqueologia pode proporcionar uma perspectiva cronológica mais aprofundada do que as fontes históricas, pois pode ir além do século XVI. Ao mesmo tempo, pode identificar materialmente e situar cronologicamente alguns dos eventos narrados na tradição oral e, finalmente, possibilitar através de estudos etnoarqueológicos, o entendimento dos possíveis processos de continuidade e mudança cultural no tempo.

No entanto, no Brasil, a elaboração de uma História Indígena contínua e de “longa duração” – na concepção de Braudel (1978) – ainda não incorporou devidamente os resultados desta pesquisa arqueológica que se desenvolveu a partir da integração, de dados arqueológicos, etnográficos e históricos e que teve como objetivo abordar questões pertinentes à problemática indígena no passado e na contemporaneidade.

Outra questão que se coloca é o do papel da arqueologia na preservação do patrimônio cultural que vem sendo ameaço pelo avanço desenfreado do desenvolvimento capitalista sobre a Amazônia. Motosserras e tratores fazem parte de programas oficiais de devastação. As mineradoras e companhias de petróleo estão afiando suas unhas para cavar cada vez mais fundo e mais rápido. A implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós ameaça a sobrevivência de inúmeros povos indígenas, a destruição dos vestígios materiais e do meio ambiente da região. Como vimos o Vale do rio Tapajós apresenta uma riquíssima história indígena, uma enorme quantidade de sítios arqueológicos catalogados e para serem descobertos e, além disso, um meio ambiente único e ainda preservado da Amazônia Meridional. Há pedidos de pesquisa e exploração mineral e do potencial

hidrelétrico sobre terras indígenas e rios de toda a Amazônia (Folha de S. Paulo 07/06/2011, 13/07/2011, 10/02/2012, 03/08/2012, 27/09/2012).

A determinação do governo brasileiro em levar adiante o plano de explorar este último baluarte ainda preservado poderá impor um custo cultural e ambiental sem precedentes na história do país. Nesse sentido, se coloca como fundamental que nós, arqueólogos, nos posicionemos em defesa de toda a diversidade cultural e ambiental do território do Vale do Rio Tapajós.

BIBLIOGRAFIA

1. ACUÑA, C. de. [1641]. 1994. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Uruguai: Oltaver S.A. Buenos Libros Activos, Consejería de Educación de La Embajada de España em Brasil.
2. ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (Org.). 2002 “Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico”. São Paulo: Editora UNESP.
3. ALBUQUERQUE, Martinho de Souza. 1788. Carta ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro. Pará, 17 de agosto de 1788. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):36-38. 1995.
4. AMOROSO, M. R. 1991 “Guerra Mura no século XVIII: versos e versões, representações dos Mura no imaginário colonial” Campinas: Dissertação (Mestrado), Unicamp.
5. AMOROSO, Marta. 2006 [1992] “Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp. 297-310.
6. ANÔNIMO. 1826. Observações adicionais a ilustração sobre o gentio Mura, escripta por hum anônimo no anno de 1826. In. Carlos de Araújo Moreira Neto. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. pp. 258-266.
7. ARCOS, Conde dos. 1803. Carta ao Vinconde de Anádia. Belém, 27 de outubro de 1803. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da

- Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):102-103.
1995.
8. ARNAUD, Expedito. 1989 “O índio e a expansão nacional” Belém: Cejup.
 9. BALDUS, H. 1954 “Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira” São Paulo: Comissão do VI Centenário da Cidade de São Paulo, v.1.
 10. BALDUS, H. 1968 “Bibliografia crítica da etnologia Brasileira” Hannover: Volkerkunde Abhandlungen, band IV.
 11. BARATA, F. 1950. A arte oleira dos Tapajó I: considerações sobre a cerâmica e dois tipos de vasos característicos. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará* 2:1-47.
 12. BARATA, F. 1951. A arte oleira dos Tapajó II: os cachimbos de Santarém. *Revista do Museu Paulista* 5:183-198.
 13. BARATA, F. 1953a. Uma análise estilística da cerâmica de Santarém. *Cultura* 5:185-205.
 14. BARATA, F. 1953b. A arte oleira dos Tapajó III: alguns elementos para a tipologia de Santarém. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará* 6:1-16.
 15. BARATA, F. 1954. O muiiraquitã e as contas dos Tapajó. *Revista do Museu Paulista* 8:229-259.
 16. BARBOSA RODRIGUES, J. 1875. Exploração e estudo do valle do Amazonas e rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
 17. BARRETO, C. 2008. *Meios místicos de reprodução social: Arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-

Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE,
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

18. BARTH, F. 1976. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica.
19. BATES, H. W. 1979. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia.
20. BERREDO, B. P. de. 1905 [1718]. *Anais históricos do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o que mais nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o ano de 1718*. Tomo I, 3ª edição. Florença: Typographia Barbera.
21. BETANCOURT, Hilário de Moraes. 1793a. Carta ao governador do Pará. Cametá, 4 de setembro de 1793. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):42-43. 1995.
22. BETANCOURT, Hilário de Moraes. 1793b. Carta ao governador do Pará. Cametá, 1 de outubro de 1793. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):46-47. 1995.
23. BETTENDORF, J. F. 1909. Crônica da missão dos padres da companhia de Jesus no estado do Maranhão (1625-1698). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 119.
24. CALDAS, João Pereira. 1786. Carta a Martinho de Melo e Castro. Sítio de nossa Senhora de Nazaret, 31 de dezembro de 1786. In. Marta Rosa Amoroso e Nádia Farage (orgs). *Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII*. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994. pp. 49-50.

25. CALDAS, João Pereira. 1786. Carta-resposta ao comandante do registro da Vila de Borba. Barcelos, 28 de junho de 1786. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):33. 1995.
26. CARNEIRO DA CUNHA, M. 1987/88/89 “Introdução” São Paulo: Revista de Antropologia/USP, v.30/31/32, pp.1-8.
27. CARNEIRO DA CUNHA, M. 2006 [1992]a “Introdução a uma história indígena” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.9-24.
28. CARNEIRO DA CUNHA, M. 2006 [1992]b “Política indigenista no século XIX” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.133-154.
29. CARNEIRO DA CUNHA, M. 2009 “Cultura com Aspas” São Paulo: Cosacnaify.
30. CARVAJAL, G. de. 1941 [1542]. Descobrimento do rio de Orellana. Tradução de C. de Mello- Leitão. São Paulo: Editora Nacional.
31. CHMYZ, I. 1976. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*. Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá, Universidade Federal do Paraná.
32. COIROLO, A. D. 1992 Povoamento pré-histórico e Etnohistórico da micro região do Tapajos e sua relação com meio ambiente In: Relatório Preliminar viagem a Itaituba, MPEG.
33. CONDAMINE, C. M. de la. 2000. Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas (1743-1744). Vol. I e II. Brasília: Senado Federal.

34. CORRÊA, C. G. 1965. Estatuetas de cerâmica na cultura Santarém. *Publicações do Museu Paraense Emílio Goeldi* 4.
35. COUDREAU, H. 1977. *Viagem ao Tapajós*. São Paulo: Livraria Itatiaia.
36. COUTINHO, Antonio Carlos da Fonseca. 1786a. Carta do comandante do registro da Vila de Borba ao general João Pereira Caldas. Borba, 13 de julho de 1786. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):32. 1995.
37. COUTINHO, Antonio Carlos da Fonseca. 1786b. Carta do comandante do registro da Vila de Borba ao governador do Pará. Vila de Borba, 26 de novembro de 1786. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):34. 1995.
38. COUTINHO, Antonio Carlos da Fonseca. 1786c. Do comandante do registro da Vila de Borba. Borba, 13 de julho de 1786. In. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias, Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974. pp. 143-146.
39. COUTINHO, Francisco de Souza. 1793. Carta ao governador do Rio Negro. Pará, 29 de agosto de 1793. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):41-42. 1995.
40. COUTINHO, Francisco de Souza. 1794a. Carta ao governador do Rio Negro. Rio Arari, 31 de julho de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):55. 1995.

41. COUTINHO, Francisco de Souza. 1794b. Carta ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro. Pará, 15 de agosto de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):36-38. 1995.
42. COUTINHO, Francisco de Souza. 1795a. Carta ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro. Pará, 15 de janeiro de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):70-72. 1995.
43. COUTINHO, Francisco de Souza. 1795b. Carta ao governador do rio Negro. Pará, 13 de março de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):73-74. 1995.
44. COUTINHO, Francisco de Souza. 1795c. Carta ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro. Pará, 17 de abril de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):77. 1995.
45. COUTINHO, Francisco de Souza. 1795d. Carta ao comandante militar do Gurupá. Pará, 19 de agosto de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):86. 1995.
46. COUTINHO, Francisco de Souza. 1795e. Carta ao comandante militar de Santarém. Pará, 19 de agosto de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):86-87. 1995.

47. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1793. Carta ao governador do Pará. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 23 de novembro de 1793. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):47-48. 1995.
48. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1794a. Carta ao governador do Pará. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 18 de janeiro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):50. 1995.
49. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1794b. Carta ao governador do Pará. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 28 de junho de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):52. 1995.
50. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1794c. Carta ao governador do Pará. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 19 de novembro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):61-62. 1995.
51. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1794d. Carta ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 21 de novembro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):63-64. 1995.
52. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1794e. Post Scriptum a carta ao ministro dos negócios ultramarinos Martinho de Mello e Castro. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 28 de novembro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para

- história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):65. 1995.
53. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1795a. Carta ao governador do Pará. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 15 de julho de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):79-80. 1995.
54. D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. 1795b. Carta ao governador do Pará. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 15 de julho de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):81-83. 1995.
55. DAMY, Antonio Sérgio & HARTMANN, Thekla. 1986 “As coleções etnográficas do Museu Paulista: composição e história” São Paulo: Revista do Museu Paulista, n.s., XXXI, pp.220-272.
56. DORTA, S. P. 1981 “Etnografia de um artefato plumário” São Paulo: Coleção Museu Paulista, Etnologia, n.4.
57. DORTA, Sonia Ferraro. 2006 [1992] “Coleções Etnográficas: 1650-1955” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.501-528.
58. DREYFUS, Simone. 1993 “Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino)” in: VIVEIROS DE CASTRO, E. & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.). “Amazônia: etnologia e história indígena” São Paulo: NHII/USP, FAPESP.
59. DUARTE FILHO, A. 2010. *Do rio Nhamundá ao Amazonas e Tapajós: uma rota transversal pré-colonial na região do Baixo Amazonas*. Monografia de

- Especialização em Arqueologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
60. DUNNELL, R. C. 1992. The notion site, in *Space, time, and archaeological landscapes*. Editado por J. Rossignol & L. Wandsnider, pp. 21-42. New York: Plenum Press.
61. EREMITES DE OLIVEIRA, J. 1996 “Guató – argonautas do Pantanal” Porto Alegre: Edipuc/RS.
62. EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2002 “Da Pré-História à História Indígena: (re)pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal” Porto Alegre: Tese (doutorado), PUC-RS.
63. ERIKSON, Philippe. 2006 [1992] “Uma singular pluralidade: a etno-história Pano” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.239-252.
64. FARAGE, Nádia & SANTILLI, Paulo. 2006 [1992] “Estado de sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.267-278.
65. FARIA, Manoel Pereira de. 1793. Carta ao governador do Pará. Oeiras, 30 de setembro de 1793. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):45. 1995.
66. FAUSTO, C. 2001 “Os índios antes do Brasil” Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

67. FAUSTO, Carlos. 2006 [1992] “Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.381-396.
68. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. 1786. Memória sobre o gentio Mura. In: Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias, Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974. pp. 59-67.
69. FERREIRA, Maritelmá de Sousa 2009 “Projeto Tocantinzinho”
70. FLORENCE, H. 2007 (ed.). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, vol. 93.
71. FRANCHETTO, B. 1993 “A celebração da história nos discursos cerimoniais Kuikúro (Alto Xingu)” in: VIVEIROS DE CASTRO, E. & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.). “Amazônia: etnologia e história indígena” São Paulo: NHII/USP, FAPESP.
72. FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. 2001 “Os povos do Alto Xingu: história e cultura” Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
73. FRANCHETTO, Bruna. 2006 [1992] “O aparecimento dos caraíba: para uma história Kuikuro e alto xinguana” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.339-356.
74. FRIKEL, Protásio. 1973 “Catálogo de campo do rio Cururu” Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Arqueologia, Fichas: 916-917, 928-934.

75. GALLOIS, D. T. 1986 “Migração, guerra e comércio: os Waiapi na Guiana” São Paulo, FFLCH-USP.
76. GALLOIS, D. T. 1988a “Introdução” In: GALLOIS, D. (coord.) “Catálogo do Acervo Plínio Ayrosa” Departamento de Antropologia FFLCH-USP.
77. GALLOIS, D. T. 1988b “O acervo etnográfico como centro de comunicação intercultural” In: GALLOIS, D. (coord.) “Catálogo do Acervo Plínio Ayrosa” Departamento de Antropologia FFLCH-USP.
78. GALLOIS, D. T. 1999 “Contatos” in: “Índios no Brasil” Brasília: MEC.
79. GELL, A. 1992. The technology of enchantment and the enchantment of technology, in *Anthropology, art and aesthetics*. Editado por J. Coote & A. Shelton, pp. 40-63. Oxford: Clarendon Press.
80. GOMES, Denise Maria Cavalcante. 2001 Dinâmica Populacional das Ocupações Barrancóides no Baixo Tapajós, Projeto de Doutorado, Fapesp.
81. GOMES, D. M. C. 2002. *Cerâmica arqueológica da Amazônia: vasilhas da coleção tapajônica MAE-USP*. São Paulo: FAPESP/EDUSP/ Imprensa Oficial de São Paulo.
82. GOMES, D. M. 2005. *Análise dos padrões de organização comunitária no Baixo Tapajós: o desenvolvimento do Formativo na área de Santarém, PA*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
83. GOMES, Denise Maria Cavalcante. 2006 Relatório do Projeto "Identificação de Sítios Arqueológicos da Cultura Santarém na área Central da Cidade de Santarém, PA, PPGAS-Museu Nacional, manuscrito inédito, 33p.

84. GOMES, D. M. 2008. *Cotidiano e poder na Amazônia pré-colonial*. São Paulo: Eudsp/FAPESP.
85. GOMES, D. M. 2009. Os Tapajó e os outros, in *Cenários regionais na Arqueologia brasileira*. Organizado por W. F. Morales & F. P. Moi, pp. 235-251. São Paulo: Annablume.
86. GOMES, D. M. 2010. Os contextos e os significados da arte cerâmica dos Tapajó, in *Arqueologia Amazônica*. Vol.1. Organizado por E. Pereira & V. Guapindaia, pp. 213-234. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
87. GONÇALVES, C. R. L. e VANZOLINI, M. 1988 “Concervação do Acervo” In: GALLOIS, D. (coord.) “Catálogo do Acervo Plínio Ayrosa” Departamento de Antropologia FFLCH-USP.
88. GOSDEN, C. 2005 “What do objects want?” *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol 12, n. 3. pp. 193-211.
89. GRÜNBERG, G. 2004 “Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnologia” São Paulo: ISA.
90. GRUPIONI, L. D. B. 1989 “Levantamento de coleções Bororo em museus brasileiros” *Belém: Ciência em Museu*, 1(2): 123-36.
91. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1998 “Coleções e Expedições Vigeadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil” São Paulo: Ed. Hucitec, ANPOCS.
92. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1995 “Livros Didáticos e Fontes de Informação sobre as sociedades indígenas no Brasil” In: LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). “A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus”. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, pp. 481-525.

93. GUAPINDAIA, Vera. 1999 Relatório de Viagem a Santarém. Museu Emílio Goeldi. MS Inédito.
94. GUAPINDAIA, V. 2008. *Além da margem do rio: as ocupações Konduri e Pocó e na região de Porto Trombetas, PA*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
95. HARDIN, M. A. and MILLS, B. J. 2000 “The social and historical context of short term stylistic replacement: A Zuni case study. *Journal of Archaeological Method and Theory*” v. 7 (3): p. 139-163.
96. HARTT, Carlos Frederico. 1885 “Contribuições para a ethnologia do valle do Amazonas” Rio de Janeiro: Archivos do Museu Nacional, VI, pp.1-174.
97. HARTMANN, T. 1982 “Artefatos indígenas brasileiros em Portugal” Lisboa: Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa.
98. HARTMANN, T. 1984 “Bibliografia Crítica da etnologia brasileira” Berlin: Völkerkunde Abhandlungen, band IX.
99. HECKENBERGER, M. 1996 “War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of southeastern Amazonia 1400-2000 A.D.” Tese de Doutorado, University of Pittsburgh.
100. HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G. & PETERSEN, J. B. 1998 “De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia central” São Paulo: *Revista de Antropologia*, v.41, n.1, pp.69-96.
101. HECKENBERGER, M. J.; PETERSEN, J. B. & NEVES, E. G. 1999 “Village permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil” *Latin American Antiquity*, v.10, n.4, pp.353-376.

102. HECKENBERGER, M. B. 2001 Estrutura, História e Transformação. In: FRANCHETTO, B. e HECKENBERGER, M. B. “Os povos do alto Xingu: história e cultura” Rio de Janeiro: UFRJ.
103. HECKENBERGER, M. J. & NEVES, E. G. 2009 “Amazonian Archaeology” *Annual Review of Anthropology*, v.38, pp.251-266.
104. HEGMON, M. e KULOW, S. 2005 “Painting as agency, style as structure: innovations in Mimbres pottery designs from Southwest New Mexico” *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol 12, n. 3. pp 313-334.
105. HERIARTE, M. de. 1964 [1874]. *Descrição do estado do Maranhão, Para, Corupa, rio das Amazonas*. Viena: Carlos Gerold.
106. HILBERT, P. P. 1955. A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*. Publicação n° 9. 76p.
107. HILBERT, Peter Paul. 1958 “Urnas Funerárias do rio Cururu, Alto Tapajós” Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.s., Antropologia, n.6.
108. HILBERT, Peter Paul. 1975 “Pesquisas arqueológicas no rio Fresco e na região do baixo Trombetas e Nhamundá. Relatório de excursão e fichas de cadastro dos sítios” Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Arqueologia.
109. HILBERT, P. P. & K. HILBERT. 1980. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, baixo Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 75:1-15.

110. HOSLER, D. 1998 Sound, color and meaning in the metallurgy of ancient west Mexico. In: WHITLEY, D. S. (ed) "Reader in Archaeological Theory: Post-Processual and Cognitive Approaches" London: Routledge.
111. JONES, S. 1997 "The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present" London: Routledge.
112. JONES, S. 2005 Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, P. P., ORSER, C. E., SCHIAVETTO, S. N. O. (org.) "Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea" São Paulo: Annablume.
113. LÉVI-STRAUSS, C. 1996 "Tristes Trópicos" São Paulo: Cia das Letras.
114. LIMA, Antônio Carlos de Souza. 1995 "Um grande cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado Brasileiro" Petrópolis, RJ: Vozes.
115. LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2006 [1992] "O governo dos índios sob a gestão do SPI" in: CARNEIRO DA CUNHA, M. "História dos índios no Brasil" São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.155-172.
116. LISBOA, P. e A. COIROLO. 1995. Notas sobre implementos indígenas com madeira de 5.000 anos da microrregião do Tapajós, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Série Botânica* 11(1):7-17.
117. LOPES DA SILVA, A. & GRUPIONI, L.D.B. (Org.). 1995 "A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus". Brasília: MEC/MARI/UNESCO.
118. LOPES DA SILVA, Aracy. 2006 [1992] "Dois séculos e meio de história Xavante" in: CARNEIRO DA CUNHA, M. "História dos índios no Brasil" São

- Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.357-378.
119. MACHADO, J. S. 2005-2006. O potencial interpretativo das análises tecnológicas: um exemplo amazônico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 15-16:87-111.
120. MARDEL, João Baptista. 1786. Carta ao general João Pereira Caldas, 1786. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):30-31. 1995.
121. MAGALHÃES, Marcos Pereira 1999 “Prospecção Arqueológica no Traçado da Alça Rodoviária – Belém”.
122. MARTINS, C. M. P. 2010. *Ocupações humanas pré-coloniais na bacia do baixo rio Tapajós, Amazônia brasileira*. Monografia de Especialização em Arqueologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
123. MARTINS, C. M. P. 2012. Os moradores do centro: Ocupações indígenas pré-coloniais no baixo Tapajós, in *Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada: Pesquisando ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém- Cuiabá, Pará*. Editado por D. P. Schaan. Belém: JKNoronha, no prelo.
124. MARTINS, C. M. P., A M. A. LIMA, D. P. SCHAAN, I. M. A. Bezerra & W. F. V. Silva. 2010. Padrões de sepultamento na periferia do domínio Tapajó. *Amazônica* 2(1):167-171.
125. MARTINS, José de Souza. 1996a “Um Documento Falso sobre a Conquista do Território dos Índios Goitacá no Século XVII”, *Revista de Antropologia*, 39:2, pp. 141-163.

126. MARTINS, J. S. 1996b “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira” São Paulo: Tempo Social, v.8, n.1, pp.25-70.
127. MARTINS, J. S. 2009 “Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano” São Paulo: Contexto, 2. ed.
128. MARTIUS, C. P. 1867 “Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Sudamerikas zumals Brasiliens” Leipzig: Friedrich Fischer.
129. MEGGERS, B. J. 1954 “Environmental limitations on the development of culture” *American Anthropologist*, 56: 801-24.
130. MEGGERS, B. J. 1971 “Amazonia: man and culture in a counterfeit paradise” Chicago: Aldine.
131. MEGGERS, B. J. 1977 “Amazônia: a ilusão de um paraíso” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
132. MEGGERS, B. J. 1985 “Aboriginal adaptation to Amazonia” in: PRANCE, G. & LOVEJOY, T. (orgs.) “Amazonia” Oxford: Pergamon Press.
133. MEGGERS, B., e C. EVANS. 1961. An experimental formulation of horizon styles in the tropical forest of South America, in *Essays in pre-columbian art and archaeology*. Editado por S. Lothrop, pp. 372-88. Cambridge: Harvard University Press.
134. MELLO, P. J. Campos. 1999 - Relatório de Levantamento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela PCH-Baruto-MT. (IGPHA – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia).
135. MENÉNDEZ, Miguel Angel. 1981 “Uma contribuição para a etnohistória da área Tapajós-Madeira”. São Paulo: Dissertação (mestrado), FFLCH-USP.

136. MENÉNDEZ, M. A. 1981/82 “Contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira” São Paulo: Revista do Museu Paulista, n.s., 28: 289-388.
137. MENÉNDEZ, M. A. 1984 “Contribuição ao estudo das relações tribais da área Tapajós-Madeira” São Paulo: Revista de Antropologia, 27-8(5): 271-86.
138. MENÉNDEZ, M. A. 1989a “O branco na mitologia Kawahiwa: história e identidade de um povo Tupi” São Paulo: Revista de Antropologia, 302: 331-53.
139. MENÉNDEZ, M. A. 1989b “Os Kawahiwa, uma contribuição para o estudo dos Tupi centrais” São Paulo: Tese (doutoramento), FFLCH/USP.
140. MENÉNDEZ, Miguel Angel. 2006 [1992] “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.281-296.
141. MENEZES, Ulpiano B. 1983 “A cultura material no estudo das sociedades antigas” São Paulo: Revista de História/USP, n.s., n.115, pp.103-17.
142. MÉTRAUX, A. 1927 “Migrations historiques des Tupi-guarani” Paris: Journal de La Societé de Américanistes, n.s., 19: 1-45.
143. MÉTRAUX, A. 1928 “La civilisation matérielle des tribus Tupi-guarani” Paris: Librairie Orientaliste.
144. MILLS, B. 1995 “Gender and the Reorganization of Historic Zuni Craft Production: Implications of Archaeological Interpretation” Journal of Archaeological Research, 51. pp: 149-172.
145. MONTEIRO, J. M. 1988a “Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVI” São Paulo: História 7: 1-12.

146. MONTEIRO, J. M. 1988b “From indian to slave: forced native labour and colonial society in São Paulo during the seventeenth century” *Slavery and Abolition*, 9(2): 105-27.
147. MONTEIRO, J. M. 1989/90 “Os escravos índios de São Paulo no século XVII: alguns aspectos demográficos” *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*: 5: 11-8.
148. MONTEIRO, J. M. 1989 “Alforrias, litígios e desagregação da escravidão indígena em São Paulo” *Revista de História*, 120.
149. MONTEIRO, J. M. 1990 “Brasil indígena no século XVI: dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial” *Ler História*, 19: 1-103.
150. MONTEIRO, J. M. 1992 “Tupis, Tapuias e a História de São Paulo. Revisitando a Velha Questão Guaianá” São Paulo: Novos Estudos Cebrap.
151. MONTEIRO, John Manuel. 1994a “Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo”. São Paulo: Cia. Das Letras.
152. MONTEIRO, J. M. (coord.) 1994b “Guia de fontes para a História indígena e do indigenismo em Arquivos brasileiros” São Paulo: NHII-USP.
153. MONTEIRO, J. M. 1999 “Armas e Armadilhas” in: NOVAES, Adauto (org.) “A outra margem do ocidente” São Paulo: Companhia das Letras, pp.237-250.
154. MONTEIRO, J. M. 2001 “Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo” Campinas: Tese de Livre Docência.
155. MONTEIRO, J. M. 2006 [1992] “Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.475-498.

156. MORAES, Venceslao Jozé de Sousa. 1774a. Carta ao governador do Pará. Vila Boim, 7 de março de 1774. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):28. 1995.
157. MORAES, Venceslao Jozé de Sousa. 1774b. Carta ao governador do Pará. Vila Boim, 24 de julho de 1774. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):29. 1995.
158. MORALES, Walter Fagundes. 2001 “Relatório entregue ao IPHAN, intitulado: "PCH Rio Sacre / MT. Diagnóstico Arqueológico e Antropológico.
159. NASON, J. 1987 “The determination of significance: curatorial research and private collections” in: REYNOLDS, B. & STOTT, M. (orgs.) “Material anthropology” Boston: University Press of America, pp.31-67.
160. NETO, A. B. 2001 “O universo visual dos Xamãs Wauja (Alto Xingu)” *Journal de la Société des Americanistes*, 87: p. 13-160.
161. NETO, A. B. 2002 “A arte dos sonhos: uma iconografia ameríndia” Lisboa: Assírio & Alvim.
162. NEVES, E. G. 2008. Ecology, ceramic chronology and distribution, long term history, and political change in the Amazonian floodplain, in *Handbook of South American Archaeology*. Editado por H. Silverman & W. H. Isbell. New York: Springer.
163. NEVES, E. G. 1995 “Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil” in: LOPES DA SILVA, A. & GRUPIONI, L. D. B. (org.) “A temática indígena na escola” Brasília: Ministério da Educação e Cultura, pp.171-192.

164. NEVES, E. G. 1998a “Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro” São Paulo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n.3, pp.319-330.
165. NEVES, E. G. 1998b “Twenty years of Amazonian Archaeology in Brazil” Cambridge: *Antiquity*, v,72, pp.625-632.
166. NEVES, E. G. 1999 “O velho e o novo na arqueologia amazônica” São Paulo: Revista USP/USP, v.44, pp.87-113.
167. NEVES, E. G. 2005 “Tradição Oral e Arqueologia na história indígena no alto rio Negro” in: FORLINE, C.; MURRIETA, R. & VIEIRA, I. (orgs.) “Amazônia além dos 500 anos” Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
168. NEVES, E. G. 2006 “Arqueologia Amazônica” Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
169. NEWTON, D. 1981 “The Individual in Ethnographic Collections” *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 376, p. 267-288.
170. NEWTON, D. 1986 “Cultura material e história cultural” in: RIBEIRO, B. (org.) “Suma Etnológica Brasileira” Petrópolis: Vozes/FINEP, v.2, pp.15-25.
171. NIMUENDAJÚ, C. 1949. Os Tapajó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 10:93-106.
172. NIMUENDAJÚ, Curt. 2000 “Carta de 18 de dezembro de 1924” in: “Cartas do sertão de Curt Nimuendajú para Estevão Pinto de Oliveira” Lisboa: Assírio & Alvim, 2000. pp. 65-67.
173. NIMUENDAJÚ, C. 2004 “In pursuit of a past Amazon: archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon region” Göteborg: *Etnologiska Studier, Ethnological Studies*, 45.

174. NOELLI, F. S. 1993 “Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS” Porto Alegre: Dissertação (mestrado em História), PUC-RS.
175. NOELLI, F. S. 1996 “As hipóteses sobre o centro de origem e as rotas de expansão dos Tupi” São Paulo: Revista de Antropologia – USP, 39(2): 7-53.
176. NOELLI, F. S. 1998 “The Tupi: explaining origin and expansion in terms of Archaeology and Historical Linguistics” *Antiquity*, 72(277): 648-63.
177. NOELLI, F. S. 2008 “José Proenza Brochado: vida acadêmica e a Arqueologia Tupi” in: André Prous & Tania A. Lima (Eds.) “Os ceramistas Tupiguarani” Belo Horizonte: Sigma, 17-47.
178. NOVAES, Adauto (org.) 1999 “A outra margem do ocidente” São Paulo: Companhia das Letras.
179. OLIVEIRA, Wesley; BARBOSA, Luiz Alexandre; SILVA, Wagner. 2010 Diagnóstico Arqueológico da Área do Parque Nacional da Amazônia (PNA), Itaituba - PA. Relatório de Pesquisa. Belém: Inside Consultoria Científica.
180. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1998 Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 47-77.
181. PACHECO DE OLIVEIRA FILHO, J. 1997 Pardos, Mestiços Ou Caboclos? Os Índios Nos Censos Nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre (RS), v. 6, p. 60-83.
182. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1996a Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: Os Movimentos Migratórios e as Sociedades Indígenas. *Travessia*, São Paulo, v. 24, p. 5-9.

183. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1996b Cidadania, Racismo e Pluralismo: A Presença das Sociedades Indígenas Na Organização dos Estados Nacionais. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 24, p. 27-33.
184. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1996c Uma revisão das terras indígenas?. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 26, n.119, p. 36-37.
185. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1994 A Busca da Salvação: Ação Indigenista e Etnopolítica Entre Os Ticuna. Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 4, p. 81-110.
186. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1993a Três Modelos de Política Indigenista. Brasil - 1985-1992. Revista Con Textos, Misiones - AR, v. 1.
187. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1993b Os Povos Indígenas no Nordeste: fronteiras étnicas e identidades emergentes. Tempo Presença, Rio de Janeiro, v. 270, p. 31-35.
188. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1992a A pesquisa tutelada. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. espec.
189. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1992b Fazendo etnologia com os caboclos de Quirino: Curt Nimuendaju e a história Ticuna. Comunicações do PPGAS/MN, Rio de Janeiro, v. 1, p. 109-126.
190. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1992c Remilitarização, modernização e ambientlismo. Políticas Governamentais, Rio de Janeiro, v. 8, n.80, p. 28-32.
191. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1990a Massacre D'Indiens Le Nord Amazonien: Les Tikuna Et Leur Lutte Pour La Terre. ETHNIES, France, v. 11/12, p. 136-142.

192. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1990b Terres Indiennes Et Frontiere Economique. ETHNIES, Paris, v. 11/12, p. 16-22.
193. PACHECO DE OLIVEIRA, J. & LIMA, A. C. S. 1990c Apresentação a Antropologia e Indigenismo. Antropologia e Indigenismo, Rio de Janeiro, v. 1, p. 7-9, 1990.
194. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1990d Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. Antropologia e Indigenismo, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-22.
195. PACHECO DE OLIVEIRA, J. & ALMEIDA, A. W. B. 1989 Demarcação e Reafirmação Etnica: Um Ensaio Sobre Funai. COMUNICACAO - OS PODERES E AS TERRAS DOS INDIOS., Rio de Janeiro, v. 14, p. 13-75.
196. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1988a Os Atalhos da Magia. Reflexoes Sobre Os Relatos dos Naturalistas Viajantes e A Etnografia Indigena.. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI., Belém.
197. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1988b Fronteiras de papel: o reconhecimento oficial das terras indígenas. Revista Humanidades, Brasília, v. 18, p. 91-102.
198. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1983a Os índios e a política fundiária. Tempo Presença, Rio de Janeiro, v. 182, p. 17-19.
199. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1983b Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. Boletim do Museu Nacional. Zoologia, Rio de Janeiro, v. 44.
200. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1981 A difícil etnografia de uma tribo em mudanças. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 79, p. 277-290.

201. PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1979 A Questão do Índio. Encontros Com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. IV, p. 111-114.
202. PALHA, Boaventura Jozé Bentes. 1793. Carta ao governador do Pará. Melgaço, 2 de agosto de 1793. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):39. 1995.
203. PALMATARY, H. C. 1939. Tapajo pottery. *Etnologiska Studier* 8:1-136.
204. PALMATARY, Helen C. 1960 “The archaeology of the lower Tapajós valley, Brazil” Philadelphia: Trans. Amer. Phil. Soc., n.s., 50(3).
205. PARDI, M.F.L., 1988. Ficha de Registro de Sítios do IBPC (manuscrito).
206. PARDI, M. L. F. 1994 Relatório de Reconhecimento Arqueológico na Região de Alta Floresta e Rio Teles Pires Mato Grosso - 1994 - 18ª SR II/IPHAN/MT. Maria Lúcia Franco Pardi (Arqueóloga 9ª CR/SP).
207. PARDI, Maria Lucia F; Eurico Miller & Josuel Ravani. 2009 “Vistoria Iphan CNA”.
208. PEARCE, S. 1999 “Thinking about things” in: PEARCE, S. (ed.). “Interpreting Objects and Collections” London: Routledge.
209. PENNA, D. S. F. 1869. A região ocidental da Província do Pará. Resenhas estatísticas das comarcas de òbidos e Santarém. Belém, Tipografia do Diário de Belém.
210. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 2006 [1992] “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São

- Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.115-132.
211. PEROTA, Celso. 1978 “PRONAPA. Relatório de trabalho de campo” Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
212. PEROTA, Celso. 1979 “PRONAPABA. Relatório de atividades” Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
213. PEROTA, Celso. 1982 “PRONAPABA. Relatório de trabalho de campo” Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
214. PORRO, Antônio. 2006 [1992] “História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI e XVIII” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.175-196.
215. PORRO, A. 1981 “Os Omágua do alto Amazonas: demografia e padrões de povoamento no século XVII” in: “Contribuições à antropologia em homenagem ao professor Egon Schaden” São Paulo: Coleção Museu Paulista, pp.207-231.
216. PORRO, A. 1983/84 “Os Solimões ou Jurimaguas: território, migrações e comércio intertribal” São Paulo: Revista do Museu Paulista, n.s., 29: 23-38.
217. PORRO, A. 1989 “Mitologia heróica e messianismo na Amazônia Seiscentista” São Paulo: Revista de Antropologia/USP, v.30/32.
218. PORRO, A. 1993 “As crônicas do rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas” Petrópolis: Vozes.
219. PORRO, A. 1994 “Social organization and political Power in the Amazon floodplain” in: ROOSEVELT, A. C. (org.) “Amazonian Indians: transformations in time” Arizona: University of Arizona Press.

220. PORRO, A. 1995 "O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica"
Rio de Janeiro: Vozes.
221. QUINN, E. R. 2004. "Excavating "Tapajó" Ceramics at Santarém: Their
Age and Archaeological Context". M.A., University of Illinois at Chicago.
222. REIS, A. C. F. 1993. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira:
fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Vol. 1. Belém: SECULT.
223. REIS, A. C. F. 2003. A Ocupação portuguesa do vale amazônico, in
História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial.
Tomo 1: A Época Colonial. Organizado por S> B. Holanda, pp. 283-299. Rio de
Janeiro: Bertrand Brasil.
224. RIBEIRO, B. 1980 "Possibilidade de aplicação do 'critério de forma' no
estudo dos contatos intertribais, pelo exame da técnica de remate e pintura de
cestos" São Paulo: Revista de Antropologia/USP, v.23.
225. RIBEIRO, Berta G. 1985a "Os estudos de cultura material: propósitos e
métodos" São Paulo: Revista do Museu Paulista, n.s., XXX, pp.13-41.
226. RIBEIRO, B. 1985b "A arte do trançado dos índios do Brasil: um estudo
taxonômico" Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
227. RIBEIRO, B. G. 1986 "A linguagem simbólica da cultura material" in:
RIBEIRO, B. G. (org.). "Suma Etnológica Brasileira" Petrópolis: Vozes/FINEP,
v.3.
228. RIBEIRO, B. G. 1988 "Dicionário do Artesanato Indígena" Belo
Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
229. RIBEIRO, B. G. 1991 "Museu e Memória: reflexões sobre o
coleccionismo" Belém: Ciência em Museus, 1(2): 109-22.

230. RIBEIRO, B. G. & VELTHEM, L. H. van. 2006 [1992] “Coleções Etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.103-112.
231. ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. 2002 Diagnóstico Arqueológico. Projeto de Asfaltamento: Rodovia BR-163/PA (Trecho divisa MT/PA a Rurópolis) Rodovia BR-230/PA (Trecho BR-163 a Mirindiba).
232. ROBRAHN-GONZÁLES, Erika Marion. 2006 “Relatório encaminhado ao IPHAN”.
233. ROOSEVELT, A. C. 1987. Chiefdoms in the Amazon and Orinoco, in *Chiefdoms in the Americas*. Editado por R. Drennan & C. Uribe, pp 153-185. Lanham: University Press of America.
234. ROOSEVELT, A. C. 1991. *Relatório preliminar sobre o levantamento e escavações na Caverna da Pedra Pintada, Monte Alegre, Pará, Brasil*. Segunda etapa de campo do projeto arqueológico Santarém.
235. ROOSEVELT, A. C. 1992. *Arqueologia Amazônica, in História dos índios no Brasil*. Organizado por M. C. Cunha, pp. 53-86. São Paulo: Cia. das Letras.
236. ROOSEVELT, A. C., R. A. Housley, M. Imazio da Silveira, S. Maranca & R. Johnson. 1991. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science* 254:1621-1624.
237. ROOSEVELT, A. C., M. Lima da Costa, C. L. Machado, M. Michab, N. Mercier, H. Valladas, J. Feathers, W. Barnett, M. Imazio da Silveira, A. Henderson, J. Silva, B. Chernoff, D. S. Reese, J. A. Holman, N. Toth e K. Schick.

1996. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. *Science* 272:373-384.
238. ROOSEVELT, Anna Curtenius. 2006 [1992] “Arqueologia Amazônica” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.53-86.
239. ROSALDO, Renato. 1980 “Ilongot Headhunting, 1883-1974” Stanford, Stanford University Press.
240. SAHLINS, Marshall. 1980 “Historical Metaphors and Mythical Realities” Ann Arbor, Univ. of Michigan Press.
241. SAHLINS, M. 1985 “Islands of history” Chicago: University of Chicago Press.
242. SALGADO, José Antonio. 1794. Carta ao governador do Pará. Santarém, 29 de dezembro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):68-69. 1995.
243. SALGADO, José Antonio. 1794a. Carta ao governador do Pará. Santarém, 9 de janeiro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):49. 1995.
244. SALGADO, José Antonio. 1794b. Carta ao governador do Pará. Santarém, 20 de janeiro de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):51. 1995.
245. SALGADO, José Antonio. 1794c. Carta ao governador do Pará. Santarém, 31 de julho de 1794. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história

- indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):53. 1995.
246. SALGADO, José Antonio. 1795. Carta ao governador do Pará. Santarém, 1 de abril de 1795. In. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8):75. 1995.
247. SALZANO, M. 2006 [1992] “O velho e o novo: antropologia física e história indígena” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.27-36.
248. SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. 1774-1775. *As viagens do ouvidor Sampaio*. Manaus: ACA/Fundo Editorial, 1985.
249. SCHAAN, D. P. 2006. *Diagnóstico do patrimônio arqueológico na área de Influência da Rodovia BR-163: Trecho Santarém-Rurópolis*. Relatório Técnico. Belém, UFPA. Inédito.
250. SCHAAN, D. P. 2007a. Os Filhos da Serpente: Rito, mito e subsistência nos cacicados da Ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology* 1:50-56.
251. SCHAAN, D. P. 2007b. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 2(1):77-89.
252. SCHAAN, D. P. 2008 Patrimônio Arqueológico BR-163 (Guarantã do Norte/ Entronc. BR-230), e BR-230 (Miritituba-Rurópolis). Relatório Semestral (Ago-Dez) 2008. Belém: UFPA.

253. SCHAAN, D. P. 2009. *Programa de Identificação e salvamento do Patrimônio Arqueológico na BR-163 (Guarantã do Norte/Entroncamento BR-230) e BR-230 (Miritituba/Rurópolis)*. Belém: Universidade Federal do Pará. Relatório de Campo Semestral (Ago-Dez/2008). Inédito.
254. SCHAAN, D. P. 2010. *Relatório Final de Salvamento do sítio PA-ST-42: Porto de Santarém*. Belém: UFPA. Inédito.
255. SCHAAN, D. P. 2012. *Sacred geographies of ancient Amazonia. Historical ecology of social complexity*. Walnut Creek: Left Coast Press.
256. SCHAAN, D. P. & C. M. P. Martins. 2009. *Programa de Identificação e Salvamento do Patrimônio Arqueológico na BR-163 (Guarantã do Norte/Entroncamento BR-230) e BR-230 (Miritituba/Rurópolis)*. Relatório de Campo: Salvamento Arqueológico na BR-230: Trecho Km30 a Rurópolis. Belém: Universidade Federal do Pará. Inédito.
257. SCHAAN D. P. & e A. M. A. Lima. 2011. *Programa de Arqueologia & Educação Patrimonial BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (Excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí. 5º Relatório Parcial – Rodovia BR-163: Trecho Santarém-Rurópolis*. Belém: Universidade Federal do Pará. Inédito.
258. SCIENTIA Relatório Final 2003 Levantamento Arqueológico na Área de Intervenção do Projeto de Mineração Juruti, PA. São Paulo, Scientia Consultoria Científica.
259. SILVA, F. A. 2000 “As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica” Tese (doutorado), FFLCH-USP.

260. SILVA, F. A. et al. 2006 “Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena: um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kayabi e a aldeia Lalima” Projeto FAPESP.
261. SILVA, F. A. 2005 “A curadoria etnográfica Kayapó-Xikrin no âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP” Projeto FAPESP.
262. SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F. & POUGET, F. C. 2008 “Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena. Um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a Terra Indígena Kaiabi e a aldeia Lalima” São Paulo: Relatório Científico/FAPESP.
263. SIMÕES, M. 1977 “Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica” *Acta Amazônica*, 7(3): 297-300.
264. SIMÕES, Mario F. & ARAUJO-COSTA, Fernanda 1978 “Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e Cadastro dos Sítios Arqueológicos” Belém, Publicações Avulsas do Museu Goeldi, n. 30.
265. SIMÕES, Mario F. 1983 “Pesquisa e Cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal brasileira” Belém, Publicações Avulsas do Museu Goeldi, n. 38.
266. SKIBO, J. M. & FEINMAN, G. M. 1999 “Pottery and people: a dynamic interaction” Salt Lake City: University of Utah Press.
267. SPIX & MARTIUS. 1937. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Vol. III. Rio, Melhoramentos.

268. STUCHI, F. F. 2010 A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA): História Indígena e Etnoarqueologia. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
269. STURTEVANT, W. 1976 “First visual images of native America” in: CHIAPPELLI, F. (org.) “First images of America: the impact of the New world on the old” Berkeley University California Press.
270. TAYLOR, Anne Christine. 2006 [1992] “História pós-colombiana da alta Amazônia” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.213-138.
271. TEIXEIRA, P. 1950 [1639]. Relación del general Pedro Teixeira de el rio de las Amazonas para el Sr. Presidente, in *O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos*. Anais do IV Congresso de História Nacional. Editado J. Cortezão, pp. 173-204. Rio de Janeiro.
272. TELLES, M.A. 2003 Relatório Final do Projeto de Resgate da Área Diretamente Afetada pela PCH Barúto - MT, Griphus Consultoria Ltda. Goiânia – GO.
273. TOCANTINS, Antônio Manoel Gonçalves; MIRANDA, Julião Honorato Corrêa de. 1872. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província pelos engenheiros Julião Honorato Corrêa de *Miranda e Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, sobre a exploração do rio Tapajós*. In. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.a legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da provincia, dr. Abel Graça. Belém: Typ. do Diário do Gram-Pará, pp. A1-A21.

274. TRIGGER, B. G. 1987 “Etnohistoria: problemas y perspectivas” San Juan: Instituto de Investigaciones Arqueologicas y Museo, Traducciones y Comentarios, 1.
275. TURNER, Terence. 1993 “De cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó” in: VIVEIROS DE CASTRO, E. & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.). “Amazônia: etnologia e história indígena” São Paulo: NHII/USP, FAPESP, 1993.
276. TURNER, Terence. 2006 [1992] “Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.311-338.
277. URBAN, Greg. 2006 [1992] “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp. 87-103.
278. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1980 “História geral do Brasil” São Paulo: Melhoramentos.
279. VELTHEM, L. H. van. 1984 “A pele de tuluperê: estudo dos trançados dos índios Wayana-Apolai” São Paulo: Dissertação (mestrado, FFLCH/USP).
280. VELTHEM, L. H. 1992 Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos. In: CHAUI, M. S. e GRUPIONI, L. D. B. (org.) “Índios no Brasil” São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.
281. VIVEIROS DE CASTRO, E. B. 1993a “Histórias Ameríndias” Novos Estudos – CEBRAP, n.36, p.22-33.

282. VIVEIROS DE CASTRO, E. & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.) 1993b “Amazônia: Etnologia e História Indígena” São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/USP, FAPESP, 1993.
283. WRIGHT, R. M. 1981 “History and religion of the Baniwa peoples of the upper rio Negro valley” Ph.D. thesis, Stanford University, 1981.
284. WRIGHT, R. M. 1990 “Guerras e alianças nas histórias dos Baniwa do alto rio negro” *Ciencias Sociais Hoje*, pp.217-36.
285. WRIGHT, R. M. 1991 “Indian slavery in the northwest Amazon” Belém: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.s., Antropologia*, 7(2): 149-79.
286. WRIGHT, R. M. 1992 “Uma conspiração contra os civilizados: história, política e ideologia dos movimentos milenaristas dos Arawak e Tukano do noroeste da Amazônia” Brasília: *Anuário Antropológico*, 89, pp.191-234.
287. WRIGHT, R. M. 2005 “História indígena e do indigenismo no Alto rio Negro” Campinas, SP: Mercado das Letras.
288. WRIGHT, Robin M. 2006 [1992] “História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas” in: CARNEIRO DA CUNHA, M. “História dos índios no Brasil” São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp.253-266.
289. WÜST, I. 1983 “Aspectos da ocupação pré-colonial em uma rea do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial” São Paulo: Dissertação (mestrado), FFLCH/USP.
290. WÜST, I. 1987/88/89 “A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo” São Paulo: *Revista de Antropologia/USP*, v.30/31/32, pp.21-36.

291. ZEDEÑO, María Nieves. "Landscapes, Land Use, and the History of Territory formation: na Example from the Puebloan Southwest" *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol. 4, n° 1, 1997.
292. ZEDEÑO, M. N. 2008 The Archaeology of Territory and Territoriality. In *The Handbook of Landscape Archaeology*, edited by B. David and J. Thomas, pp. 210-217. Left Coast Press, California.

ANEXOS

ANEXO I

Levantamento Arqueológico

Nº	NOME DO SÍTIO	CÓDIGO	COORDENADA	MUNICÍPIO	TRADIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE
1	Porto Alegre							Nimuendajú 2005
2	P. Sapucaya							Nimuendajú 2005
3	Tricheira dos Cabanos							Nimuendajú 2005
4	Cemitério							Nimuendajú 2005
5	Ponto							Nimuendajú 2005
6	Ens. Cururu							Nimuendajú 2005
7	P. Cururu							Nimuendajú 2005
8	P. Livramento							Nimuendajú 2005
9	M. Galucio							Nimuendajú 2005
10	Ens. Uruary							Nimuendajú 2005
11	P. Uruary							Nimuendajú 2005
12	Contradansa							Nimuendajú 2005
13	P. Paturá							Nimuendajú 2005
14	Ens. Perézinho							Nimuendajú 2005

15	P. Peré							Nimuendajú 2005
16	Ens. Peré							Nimuendajú 2005
17	P. Stahelena							Nimuendajú 2005
18	P. Ajamory							Nimuendajú 2005
19	Ens. Ajamory							Nimuendajú 2005
20	P. Acai							Nimuendajú 2005
21	P. Tucumã							Nimuendajú 2005
22	P. Cajuá							Nimuendajú 2005
23	Cemitério							Nimuendajú 2005
24	P. Acutyreçá							Nimuendajú 2005
25	P. Jacaré							Nimuendajú 2005
26	Ens. Jacaré							Nimuendajú 2005
27	Ens. Jacarézinho							Nimuendajú 2005
28	P. Maracú							Nimuendajú 2005
29	Pesqueira							Nimuendajú 2005

30	P. Itacuminy							Nimuendajú 2005
31	Ens. Itacuminy							Nimuendajú 2005
32	Castello Br							Nimuendajú 2005
33	Lago Mutuquara							Nimuendajú 2005
34	P. Cururú							Nimuendajú 2005
35	S. Anna							Nimuendajú 2005
36	Bom Jesus							Nimuendajú 2005
37	Patacho							Nimuendajú 2005
38	P. Itapeua							Nimuendajú 2005
39	Cuipiranga							Nimuendajú 2005
40	P. Guajará							Nimuendajú 2005
41	Guajará							Nimuendajú 2005
42	Guajará Miry							Nimuendajú 2005
43	Membecá							Nimuendajú 2005
44	Jacão							Nimuendajú 2005

45	Paricatuba							Nimuendajú 2005
46	P. Paricatuba							Nimuendajú 2005
47	Aninduba							Nimuendajú 2005
48	Marajuba							Nimuendajú 2005
49	Carariacá				Cerâmica Tapajós		Terra Preta	Nimuendajú 2005
50	Joaq. Motta							Nimuendajú 2005
51	Carariacá				Cerâmica Tapajós			Nimuendajú 2005
52	Lago Carariacá							Nimuendajú 2005
53	Baladão							Nimuendajú 2005
54	Arapixuna							Nimuendajú 2005
55	Tucumanduba							Nimuendajú 2005
56	Laranjal							Nimuendajú 2005
57	Arapixuna							Nimuendajú 2005
58	Sucurú							Nimuendajú 2005
59	Villa Franca							Nimuendajú 2005

60	P. da Pedra							Nimuendajú 2005
61	Bom Socego							Nimuendajú 2005
62	Novo Mundo							Nimuendajú 2005
63	Bom Futuro							Nimuendajú 2005
64	Samaúma							Nimuendajú 2005
65	P. Laguinho							Nimuendajú 2005
66	Cementerio S. Maria							Nimuendajú 2005
67	P. Mirarema							Nimuendajú 2005
68	L. Yroiçanga							Nimuendajú 2005
69	Genipapal							Nimuendajú 2005
70	P. Pindobal							Nimuendajú 2005
71	L. Jurucuy							Nimuendajú 2005
72	P. Jurucuy							Nimuendajú 2005
73	Caxambú							Nimuendajú 2005
74	P. Moretá							Nimuendajú 2005

75	P. Moracaíçara							Nimuendajú 2005
76	L. Jacundá							Nimuendajú 2005
77	P. Guarita							Nimuendajú 2005
78	Araçazal							Nimuendajú 2005
79	P. Tauá							Nimuendajú 2005
80	L. Piranhas							Nimuendajú 2005
81	P. Cururú							Nimuendajú 2005
82	P. Jacaré							Nimuendajú 2005
83	L. Jacaré							Nimuendajú 2005
84	L. Mangueiras							Nimuendajú 2005
85	Sierra Piroca							Nimuendajú 2005
86	Lago Miriti Apina							Nimuendajú 2005
87	Serra da Avenca							Nimuendajú 2005
88	Serra do Pobre Alegro							Nimuendajú 2005
89	L. Macaco							Nimuendajú 2005

90	Serra Capiranga							Nimuendajú 2005
91	L. Pirarucury							Nimuendajú 2005
92	Etelheiro Rurubú							Nimuendajú 2005
93	P. da Barra							Nimuendajú 2005
94	S. Anna							Nimuendajú 2005
95	Guajará							Nimuendajú 2005
96	Jardim							Nimuendajú 2005
97	Ynema							Nimuendajú 2005
98	L. Curuary							Nimuendajú 2005
99	Cuictaera							Nimuendajú 2005
100	Igarapé Acú							Nimuendajú 2005
101	Igarapé Arú							Nimuendajú 2005
102	B. Esperançal							Nimuendajú 2005
103	Serra do Mocotó							Nimuendajú 2005
104	B. Fim							Nimuendajú 2005

105	Villa Nova							Nimuendajú 2005
106	S. Luiz							Nimuendajú 2005
107	Bom Logar							Nimuendajú 2005
108	Cacaoalinho					Alter do Chão	Terra Preta	Nimuendajú 2005
109	Igarapé Tijucal							Nimuendajú 2005
110	Igarapé Andirobalzinho							Nimuendajú 2005
111	Igarapé Castanhalzinho							Nimuendajú 2005
112	Conceição							Nimuendajú 2005
113	Serra Curucuruy					Alter do Chão	Terra Preta	Nimuendajú 2005
114	Fortaleza							Nimuendajú 2005
115	Cemiterio Mojuim							Nimuendajú 2005
116	Maracajá							Nimuendajú 2005
117	Jacú							Nimuendajú 2005
118	S. Maria							Nimuendajú 2005
119	Acuzal					Santarém	Terra Preta	Nimuendajú 2005

120	Lavras					Santarém	Terra Preta	Nimuendajú 2005
121	Boa Fé							Nimuendajú 2005
122	Trindade							Nimuendajú 2005
123	São José					Santarém	Terra Preta	Nimuendajú 2005
124	Genipapo					Santarém	Terra Preta	Nimuendajú 2005
125	Cuiarana							Nimuendajú 2005
126	Poco Branco							Nimuendajú 2005
127	Cipozal							Nimuendajú 2005
128	Traquá							Nimuendajú 2005
129	Montanha							Nimuendajú 2005
130	Ploiatuba							Nimuendajú 2005
131	Mararú							Nimuendajú 2005
132	Igarapé Carahgueijal							Nimuendajú 2005
133	Laguinho							Nimuendajú 2005
134	Serrado da Saubal							Nimuendajú 2005

135	Igarapé Urumary							Nimuendajú 2005
136	Urumary							Nimuendajú 2005
137	Igarapezinho							Nimuendajú 2005
138	P. Negra							Nimuendajú 2005
139	P. Periquitos							Nimuendajú 2005
140	S. José							Nimuendajú 2005
141	Vera Paz				Cerâmica Tapajó e TPA	Santarém, Ponta Cayera	Terra Preta, 1.4m prof.; cerâmica Tapajó e TPA	Nimuendajú 2005
142	Alter do Chão					Alter do Chão, Aldeia Boarary do Tapajós		Nimuendajú 2005
143	Bella Vista					Alter do Chão	Terra Preta	Nimuendajú 2005
144	Aramanahy					Alter do Chão	Terra Preta	Nimuendajú 2005
145	Igarapé do Paraíso	AM-TS-1			Cerâmica	Margem esquerda do Tapajós, na confluência do Igarapé do Paraíso	O sítio ocupa área elevada, c.100x200m, arenoso 40cm prof. e muito material cerâmico superficial. Foi, no	Perota 1982; Simões 1983

							passado, ocupado por roças	
146	Igarapé do Ipixuna	AM-TS-2			cerâmica	Margem esquerda do Tapajós, na confluência do Igarapé do Ipixuna	O sítio ocupa elevação com c. 20m a.n.r. julho, c. 100x150m. Arenoso, 20cm prof. Foi aldeia Mundurukú	Perota 1982; Simões 1983
147	Cachoeira da Saída	AM-TS-3			Cerâmica	Margem esquerda do Tapajós, fronteiro à cachoeira da Saída	c. 100x150m, distante 100m da margem do rio, arenoso-argiloso, 30cm prof.	Perota 1982; Simões 1983
148	Baracati	AM-TS-4			Cerâmica	Margem esquerda do Juruena, em Baracati, perto do Igarapé Baracati	c. 50x100m, arenoso e 20cm prof. Foi aldeia Mundurukú	Perota 1982; Simões 1983
149	Ilha Grande do Mamauru					Ilha Grande do Mamauru		Nimuendajú 2000
150	Aripuanã	MT-AP-1			Fase Aripuanã	Localizado na mata da margem direita do rio Aripuanã, junto à vila de Aripuanã e a Cidade Laboratório de Humboldt	Sítio-habitação de formato elipsóide	Miller, 1977; Simões e Araújo 1978
151	Corredeira dos Patos	MT-AP-2			Fase Aripuanã	Margem direita do rio Aripuanã, em frente à corredeira dos Patos, c. 5km do MT-AP-1	Sítio-habitação com formato elipsóide	Miller, 1977; Simões e Araújo 1978

152	Alto Aripuanã	MT-AP-3			Fase Aripuanã	Margem direita rio Aripuanã, perto da BR-172, entre Vilhena e Aripuanã	Sítio-habitação com forma elipsóide	Miller, 1977; Simões e Araújo1978
153	Maloca dos Índios	MT-JU-1			Cerâmica	Margem direita do Juruena, à jusante da foz do Igarapé do Gorobal	sítio ocupa área reduzida de 30x30m de arenoso e refugio de ocupação superficial e bastante perturbado	Perota 1982; Simões 1983
154	Largo do Souza I	PA-BI-1			Cerâmica Iriri	Margem esquerda do Rio Iriri, c. 100m da margem e a 5m de altura em relação às águas	Sítio-habitação, o material arqueológico foi encontrado até uma prof. de 15cm numa superfície de 150x50m	Perota 1978; Simões e Araújo1978;
155	Largo do Souza II	PA-BI-2			Cerâmica Pacajá	Margem esquerda do rio Iriri, a 150m da margem, a 500m do PA-BI-1. Perto do largo do Souza	sítio c. 250x50m, prof. de 50cm, 5m a.n.r. junho	Perota 1978; Simões e Araújo1978
156	Largo do Souza III	PA-BI-3			Cerâmica Pacajá	Margem esquerda do Iriri a 1km da margem e a 15m a.n.r. julho, diante de lagoa sem nome	O sítio tem c. 200x50m, 10cm prof.	Perota 1978; Simões e Araújo1978
157	Cachoeira Grande do Iriri	PA-BI-4			Cerâmica Curuá	Margem esquerda do Rio Iriri, c. 500m da margem, 15m a.n.r. julho	c. 150x30m, prof. de 30cm	Perota 1978; Simões e Araújo1978
158	Missão	PA-CH-1			Cerâmica	Localizado no barranco da margem	Terra preta 50cm espessura; Sítio-	Frikel 1973; Hilbert 1958;

						direita do rio Cururu, aflente da margem direita do rio Tapajós	habitação, atualmente ocupada pelos Mundurukú e pela Missão Franciscana do Cururu. Possui eixo de área 160 maior paralelo à margem do rio, e sua altura em relação ao nível do rio é de 5 a 6m	Simões e Araújo 1978
159	Roça Velha	PA-CH-2			Cerâmica	c. 5km ao sul do PA-CH-1	Sítio-habitação	Frikel 1973; Hilbert 1958; Simões e Araújo 1978
160	Caroçal I	PA-CH-3			Cerâmica	Localizado à margem esquerda do rio Cururu, c. 18km da missão, sob roças da aldeia Caroçal dos Mundurukú	Sítio-habitação	Frikel 1973; Hilbert 1958; Simões e Araújo 1978
161	Caroçal II	PA-CH-4			Cerâmica	Margem esquerda do rio Cururu, topo de pequena elevação, c. 1km do PA-CH-3	Sítio-habitação	Frikel 1973; Hilbert 1958; Simões e Araújo 1978
162	Caroçal III	PA-CH-5			A ser designado	Margem de Igarapé, no rio Cururu, c. 5km rumo ESE da aldeia Caroçal	Sítio-habitação e conhecido localmente como “terra preta do Caroçal”	Frikel 1973; Hilbert 1958; Simões e Araújo 1978
163	Morro I	PA-CH-6			Cerâmica	Margem esquerda do rio Cururu, c.	Sítio-habitação, ocupa pequena elevação que	Frikel 1973; Hilbert 1958;

						8km da aldeia Caroyal	chega até o barranco do rio, na época ocupada por uma pequena aldeia de índios Munduruku Aldeia do Morro	Simões e Araújo 1978	
164	Morro II	PA-CH-7				Cerâmica	c. 1km do PA-CH-6, no local denominado pelos Munduruku como “terra preta do morro”	Sítio-habitação	Frikel 1973; Hilbert 1958; Simões e Araújo 1978
165 #	Samaúma do Cururu	PA-CH-8				Cerâmica	Junto à foz do Rio Cururu no Tapajós, na localidade Samaúma do Cururu, Reserva Florestal de Mundurucânia	Sítio-habitação, ocupa área elevada, com c. 100x150m, 30cm de prof., apresenta-se praticamente intacto com apenas uma parte ao sul perturbada	Perota 1982; Simões 1983
166	São Manuel	PA-CH-9				Cerâmica	Na margem direita do Teles Pires, próximo da confluência com o Juruena	Sítio-habitação ?, ocupa área elevada de 60x150m, refugio ocupacional de 30cm de prof.	Perota 1982; Simões 1983
167 #	Maloquinha	PA-IT-1				Cerâmica	Margem esquerda do rio das Tropas, a 40km da sua foz, no distrito de Jacareacanga, município de Itaituba. C. 70m da margem	Sítio-habitação com altura máxima em relação ao nível do rio, c., 5m. Na época ocupado por roças de um garimpo Maloquinha	Silva, 1966; Simões e Araújo 1978

168	Outros sítios sem localização precisa	PA-IT					Nimuendajú assinala em seu mapa do baixo Amazonas, margem sul do lago Grande de Vila Franca e rio Arapiuns, em sua maioria da Cultura Santarém	Nimuendajú 2005; Palmatary, 1960: mapa 3
169 #	Paredão	PA-IT-2			Cerâmica Curi	Margem esquerda do Tapajós, entre este e a estrada que liga Itaituba ao Km 53, numa elevação de c. 20m a.n.r	Sítio-habitação, c. 150x50m, encontra-se perturbado por construção da estrada.	Perota 1979; Simões 1983
170	Maloquinha II	PA-IT-3			Cerâmica	Margem esquerda do Rio Tapajós, c. 30m da falésia com uma altura de 50m em relação ao nível do rio junho	Sítio-habitação, c. 50x50m, sofre constante aplainamento, o que resulta em uma redução contínua do refugio. Na parte norte do sítio deságua um Igarapé e a 5km a leste passa o Km 22 da Transamazônica. foi missão religiosa	Perota 1979; Simões 1983
171	Ipiranga	PA-IT-4			Cerâmica Curi	Margem esquerda do Rio Tapajós numa elevação de 100m a.n.r junho e afastado dessa margem c. 300m	arenoso-argiloso tornando-se argiloso a partir de 10cm de prof., quando terminam as evidências arqueológicas. A cerâmica se encontra	Perota 1979; Simões 1983

							numa área de 200x100m sobre terreno de declive. Ao lado do sítio passa o Igarapé do Ipiranga	
172	São Francisco	PA-IT-5			Cerâmica Curi	Margem esquerda do Rio Tapajós, numa plataforma de c. 30m a.n.r do rio junho.	Sítio-habitação, área de 1000x100m numa única mancha de “terra preta”, embora as evidências arqueológicas sejam mais abundantes a partir do nível d 10cm. Pela Rodovia Transamazônica o acesso ao sítio é feito pelo Km 21 do trecho Itaituba - Jacareacanga	Perota 1979; Simões 1983
173	Piracaná	PA-IT-6			Cerâmica Cajuá	Margem esquerda do Rio Tapajós c. 5km em linha reta de Itaituba pelo rio, distando 50m da barranca do rio	Sítio-habitação com material arqueológico esparso e misturado com sedimentos erodidos, com maior parte desse material junto às raízes das mangueiras que impediam o deslocamento dos cacos. argiloso-arenoso bastante erodido não permitindo verificar a área exata do sítio. Cacos de cerâmica	Perota 1979; Simões 1983

							recolhidos numa área de 50x20m, Cerâmica com decoração inciso-exciso	
174	Ipaupixumã	PA-IT-7			Cerâmica Curi	Margem esquerda do Rio Tapajós e à direita do Igarapé Ipaupixumã, numa elevação de 10m a.n.r do rio junho e c. 20m distante da margem do rio	Sítio-habitação, fragmentos de cerâmica encontrados numa área de 200x500m, com predominância de decoração policrômica	Perota 1979; Simões 1983
175	Castanha	PA-IT-8			Cerâmica Castanha	Margem esquerda do Rio Tapajós, numa lagoa denominada Pagão, dista da margem do rio 1500m e da margem da lagoa 100m, c., sobre elevação de 10m a.n.r junho	Sítio-habitação, arenoso de coloração bastante escura, com plantação de bananeiras. Cacos de cerâmica até uma prof. de 40cm, apresentando material com decoração pintada e incisa	Perota 1979; Simões 1983
176	Pedra Branca	PA-IT-9			Cerâmica Castanha	Localiza-se a c. 50m da margem do Rio Tapajós, numa elevação de 30m a.n.r do rio junho. A erosão em certas partes do sítio facilitou o	Sítio-habitação, a erosão em certas partes do sítio facilitou o afloramento de cacos de cerâmica, arenoso com cacos espalhados numa área de 800x500m, no local perto do rio há um pequeno povoado, o	Perota 1979; Simões 1983

						afloramento de cacos de cerâmica.	qual perturbou essa parte do sítio. Refugo arqueológico até uma prof. de 1,1m. Material cerâmico com decoração plástica e, em menor proporção, pintura. Alguns sepultamentos estavam aflorando à superfície motivados pela erosão	
177	Terra Preta	PA-IT-10			Cerâmica Castanha	Margem esquerda do Rio Tapajós c. 3km em linha reta do sítio PA-IT-9, distando ainda 10m da margem do rio numa elevação de 20m a.n.r junho	Sítio-habitação, arenoso com plantação de mandioca e bananeira, apresentando-se em alguns pontos fortes sinais de erosão. Material arqueológico disperso numa área de 100x50m, com características semelhantes ao PA-IT-9	Perota 1979; Simões 1983
178	São Vicente	PA-IT-11			Cerâmica Castanha	Margem esquerda do Rio Tapajós, sobre uma elevação de 10m do nível do rio junho, distante c. 20m da barranca do rio	Sítio-habitação, arenoso bastante trabalhado, apresentando-se já muito claro. Evidências arqueológicas numa área de 200x50m	Perota 1979; Simões 1983

							plantada com cacau, bananeira e outras frutíferas	
179	Curi I	PA-IT-12			Cerâmica Mari	Aveiro, Localizado junto à foz do Igarapé lago do Curi, na margem esquerda do rio Tapajós. Situado a c. 1m a.n.r junho, o que representa durante os meses de “inverno” ficar totalmente inundado	Sítio-habitação, argilo-arenoso, c. 300x50m, com refugo até 30cm de prof., já em de coloração negra	Perota 1979; Simões 1983
180	Curi II	PA-IT-13			Cerâmica	Aveiro, Localizado no interior do lado Curi c. 6km de sua foz na margem esquerda do Rio Tapajós. O sítio dista da margem do lago 20m, ocupando uma elevação de 10m acima do nível do lago junho	Sítio-habitação, fragmentos de cerâmica dispersos numa área de 200x100m, em terreno bastante trabalhado por práticas agrícolas, atualmente com roças de mandioca e bananeiras	Perota 1979; Simões 1983
181	Itaituba	PA-IT-14			Cerâmica Cajuá	Margem esquerda do Rio Tapajós, sobre uma plataforma elevada 30m. Nessa	Sítio-habitação, arenoso, perturbado pela construção da pista. prof. de 1,2m	Perota 1979; Simões 1983

						plataforma tem início a pista de pouso do aeroporto de Itaituba, bem como se localiza o prédio da Prefeitura Municipal		
182	Laje I	PA-IT-15			Cerâmica	Margem direita do Rio Tapajós, distando c. 5km do porto de Jacareacanga, sobre uma elevação com 50m de altura em relação ao nível do rio junho, afastada 150m da margem do rio	Sítio-habitação, ocupa uma área ovalada de 100x100m, de “terra preta” até 20cm de prof., com vegetação de capoeiras e roças de mandioca	Perota 1982; Simões 1983
183	São Martins	PA-IT-16			Cerâmica	Margem esquerda do Tapajós, logo abaixo do sítio PA-IT-15: Laje I, diante de corredeira, sobre elevação de 20m a.n.r. julho	Sítio-habitação, área ligeiramente inclinada, c. 100x100m	Perota 1982; Simões 1983
184	Fortaleza	PA-IT-17			Cerâmica	Margem esquerda do Tapajós, abaixo PA-IT-16: São Martins, perto da cachoeira do	Sítio-habitação, c. 50x300m, areno-argiloso, perturbado por práticas agrícolas	Perota 1982; Simões 1983

						Chapéu, c. 50m do rio, 30m a.n.r. julho		
185	Laje II	PA-IT-18			Cerâmica	Margem direita do Tapajós, ligeiramente abaixo do PA-IT-15: Laje I, sobre pequena elevação 30m a.n.r. julho, contornada por laje de pedra parcialmente destruída por erosão	Sítio-habitação dúvida, c. 50x200m, argiloso, espessura até 20cm	Perota 1982; Simões 1983
186	Cabruá	PA-IT-19			Cerâmica	Itaituba, Margem direita do rio Cabruá perto da confluência com o Rio das Tropas	Sítio-habitação, c. 50x100m, arenoso, perturbado por garimpo, evidências arqueológicas esparsas	Perota 1982; Simões 1983
187	Sai Cinzas	PA-IT-20			Cerâmica	Margem esquerda do rio Tapajós, em Sai Cinzas, P.I. FUNAI, c. 30 min. de barco-motor acima de Jacareacanga, a 50m, em local elevado	Sítio-habitação, c. 100x30m, areno-argiloso, até 20cm de espessura; cerâmica e líticos. perturbado pelas casas do Posto	Perota 1982; Simões 1983
188	Terra Preta Grande	PA-ST-1			Cerâmica	Localizado em Taperinha, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978

189	Terra Pretinha	PA-ST-2			Cerâmica	Localizado em Taperinha, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
190	Abacatal	PA-ST-3			Cerâmica	Localizada em Taperinha, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
191	Santana	PA-ST-4			Cerâmica	Localizado na Vila de Santarém, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
192	Frechal	PA-ST-5			Cerâmica	Localizado na Serra de Santana, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
193	Terra Preta dos Patos	PA-ST-6			Cerâmica	Localizado na Vila dos Patos, no Município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
194	Terra Preta da Aperema	PA-ST-7			Cerâmica	Localizado em Taperinha, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
195	Carapanã	PA-ST-8			Cerâmica	Localizado em Taperinha, município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978

196	Boião	PA-ST-9			Cerâmica	Localizado em Taperinha, no município de Santarém	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
197	Hidrelétrica	PA-ST-10			Cerâmica	Localizado na Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
198	Paraíso	PA-ST-11			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
199	Colônia do Pacoval	PA-ST-12			Cerâmica	Localizado no Pacoval do Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
200	T. P. de Jupindá	PA-ST-13			Cerâmica	Localizado no Igarapé do Caranã, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
201	T. P. Paricatuba	PA-ST-14			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
202	Luís Costa	PA-ST-15			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, Município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978

203	Mungubal	PA-ST-16			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, município Prainha	de	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
204	Tapurumacá	PA-ST-17			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, município Prainha	no de	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
205	São Bento	PA-ST-18			Cerâmica	Localizado em São Bento, no município de Prainha		Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
206	Sertão	PA-ST-19			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, município Prainha	no de	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
207	Brota	PA-ST-20			A ser designado	Localizado em Curuá-Una, município Prainha	no de	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
208	Ituquzinho	PA-ST-21			A ser designado	Localizado em Curuá-Una, município Prainha	no de	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
209	Ilha das Pombas	PA-ST-22			Cerâmica	Localizado em Curuá-Una, município Prainha	no de	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978

210	Jaraquituba	PA-ST-23			Cerâmica	Localizado no Igarapé de Jaraquituba, Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
211	Pacoval	PA-ST-24			Cerâmica	Localizado no Pacoval de Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
212	Santa Maria	PA-ST-25			A ser designado	Localizado em Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
213	Capiranga	PA-ST-26			Cerâmica	Localizado em Boa Vista de Capiranga, em Curuá-Una, no município de Prainha	Sítio-habitação	Menezes 1977; Simões e Araújo 1978
214	Cernambí de Taperinha	PA-ST-27				Localizado em Taperinha, no município de Santarém	Sambaqui fluvial, de 200m do Paraná Aiaiaí??	Hartt 1885; Menezes 1977; Simões e Araújo 1978; Roosevelt et al 1992???

215	sem localização precisa	PA-ST					terra preta c. 2 ha, na rodovia Cuiabá-Santarém, intersecção com o Igarapé Moju,	Smith 1973; Simões e Araújo 1978
216	Nova Vida	PA-ST-28			Cerâmica	Margem direita do Tapajós, em grande enseada, 80m a.n.r junho, a 500m da margem	Sítio-habitação, arenoso sobre elevação, c. 500x100m, 40cm prof. Cerâmica Incisa Ponteadada	Perota 1979; Simões 1983
217	Itapacurá I	PA-ST-29			Cerâmica Mari	Margem direita do Tapajós, a c. 1,5km da enseada do PA-ST-28. 100m a.n.r junho	Sítio-habitação, argilo-arenoso bastante escuro c. 500x100m, até 25cm prof.	Perota 1979; Simões 1983
218	Itapacurá II	PA-ST-30			Cerâmica Curi e Mari	Margem direita do rio Tapajós, perto da foz do Igarapé do Itapacurá. C. 1,8km do PA-ST-29, na mesma enseada, a 150m, 70m a.n.r	Sítio-habitação, arenoso, até 40cm prof., lítico e cerâmica em grande quantidade, predominando a pintura policrômica	Perota 1979; Simões 1983
219	Paraíba	PA-ST-31			Cerâmica	Aveiro, A c. 300m da margem direita do Tapajós, 80m a.n.r do rio	Sítio-habitação, c. 500x200m; argiloso, cerâmica.	Perota 1979; Simões 1983
220	Pedreira	PA-ST-32			Cerâmica	Aveiro, Margem direita do Tapajós e a esquerda do IgarapéIgarapézinho, a a 100m da	Sítio-habitação, c. 300x200m; cerâmica à superfície.	Perota 1979; Simões 1983

						margem do rio, 50m a.n.r		
221	Santarenzinho	PA-ST-33			Cerâmica Cajuá	Margem direita do Tapajós, em Santarenzinho, 100m a.n.r.	Sítio-habitação, c. 800x200m, sinais de erosão. Cerâmica Santarém	Perota 1979; Simões 1983
222	Castanheiro	PA-ST-34			Cerâmica Curi	Margem direita do Igarapé Itambacurazinho margem direita do Tapajós, c. 5km da foz, 50m a.n.r	Sítio-habitação, c. 200x30m, com refugos até 40cm. Cerâmica Santarém	Perota 1979; Simões 1983
223	Itambacurazinho	PA-ST-35			Cerâmica Curi	Margem direita do Igarapé Itambacurazinho, a 6km da foz, margem direita do Tapajós, a 10m a.n.r, no início de extensa várzea	Sítio-habitação, c. 50x50m, arenoso, Fragmentos de cerâmica	Perota 1979; Simões 1983
224	Novo Progresso 1	NP1	UTM 0668167 9253534		Cerâmica	Novo Progresso		Robrahn-González 2002
225	Novo Progresso 2	NP2	UTM 0671295 9229880		Cerâmica	Novo Progresso		Robrahn-González 2002

226	Castelo dos Sonhos 1	CS1	UTM 0702124 9124100		Cerâmica	Castelo dos Sonhos		Robrahn- González 2002
227	Castelo dos Sonhos 2	CS2	UTM 0707630 9067118		Cerâmica	Castelo dos Sonhos		Robrahn- González 2002
228	Cachoeira do Curuá 1	CC1	UTM 0723801 9020656		vasilhas cerâmicas de duas indústrias diferentes	Cachoeira do Curuá		Robrahn- González 2002
229	Ocorrência 1		UTM 0588542 9453752		Lítico			Robrahn- González 2002
230	Ocorrência 2		UTM 0599310 9432968		Cerâmica			Robrahn- González 2002
231	Ocorrência 3		UTM 0666274 9262206		Cerâmica			Robrahn- González 2002
232	Ocorrência 4		UTM 0705793 9099194		Cerâmica			Robrahn- González 2002

233	Água Azul	PA00991			Lito-cerâmico	Rurópolis, Proximidade com Rio Água Boa (aprox. 1,6km)	Sítio Lito-cerâmico em uma grande área de terra preta arqueológica, com grande quantidade de cerâmica e alguns fragmentos de lâminas de machados.	Schaan 2008
234	Piquizeiro ou Aldeia do Hélio	PA00992			Lito-cerâmico	Rurópolis, Proximidade com o Rio Cupari (aprox. 2km)	Sítio Lito-cerâmico, com terra preta arqueológica na estrada vicinal do Km 75.	Schaan 2008
235	Fazenda Cacau	PA00993			Lito-cerâmico	Rurópolis, Proximidade com o rio Cupari (aprox. 3,5 km)	Sítio lito-cerâmico localizado em uma grande área de terra preta arqueológica.	Schaan 2008
236	Vicinal do Km 75	PA00994			Cerâmico	Rurópolis, Proximidade com o Rio Cupari (aprox. 3km).	Sítio cerâmico com pequena quantidade de material cerâmico localizado na Vicinal do Km 75, aprox. 312m da BR 230.	Schaan 2008
237	Floresta Verde	PA00995			Lito-cerâmico	Rurópolis, Proximidade com o Rio Água Boa (aprox. 3,5Km).	Sítio Lito-cerâmico localizado no Km 65 da BR 230 na margem esquerda da rodovia no sentido Entroncamento Rurópolis.	Schaan 2008
238	Nossa Senhora de Fátima	PA00996			Cerâmico.	Rurópolis, Localizado na	Sítio cerâmico encontrado em relevo plano, mas circundado	Schaan 2008

						margem de um Igarapé (sem nome).	por terreno acidentado, localizado no km 88 na Gleba 24 lote 7	
239	Nossa Senhora de Lourdes	PA00997			Arte Rupestre.	Rurópolis, Localizado na margem de um Igarapé (sem nome).	Sítio de gravuras rupestres localizado em uma caverna a 2600m da BR 230 no ramal conhecido como travessão do Manoel Tupi.	Schaan 2008
240	Pedra Branca	PA00998			Lito-cerâmico	Rurópolis, Proximidade com o Rio Tinga (aprox. 1,5Km).	Sítio lito-cerâmico localizado no Km 65 da BR-230	Schaan 2008
241	Castanha	PA00999			Cerâmico	Rurópolis, Localizado a 500m de um Igarapé (sem nome).	Sítio cerâmico com uma grande área de terra preta com bastante cerâmica em superfície.	Schaan 2008
242	Carro Velho	PA01000			Cerâmico	Rurópolis, Proximidade com o rio Cupari (aprox. 500m).	Sítio cerâmico localizado no Km 76 da BR- 230.	Schaan 2008
243	Três Corações	PA01001			Lito-cerâmico	Rurópolis, Localizado a 10m de um Pequeno Igarapé (sem nome)	Sítio lito-cerâmico de relevo plano e área do sítio arqueológico bastante preservado.	Schaan 2008
244	Santa Maria	PA01002			Cerâmico	Rurópolis, Localizado a 120m de um Igarapé (sem nome).	Sítio cerâmico localizado no Km 62 da BR- 230 a 550m da rodovia.	Schaan 2008

245	Serrarias	PA01003			Lito-cerâmico	Rurópolis, Localizado no rio Cupari.	Sítio lito cerâmico com TPA e grande quantidade de material localizado em duas propriedades no Km 80 da BR 230.	Schaan 2008
246	Pedro das Tintas	PA01004			Lito-cerâmico.	Rurópolis, Localizado a 500m de um Igarapé (sem nome).	Sítio Lito cerâmico cortado pela rodovia, localizado no km 65 da BR 2-30.	Schaan 2008
247	Céu Azul	PA01005			Cerâmico	Rurópolis, Localizado na margem de um Igarapé (sem nome).	Sítio Cerâmico localizado no Km 67 da BR- 230 com uma área de terra preta arqueológica de pequenas dimensões.	Schaan 2008
248	Santa Luzia	PA01006			Lito-cerâmico	Rurópolis, Localizado a 600m de um Igarapé (sem nome).	Sítio lito cerâmico com TPA, localizado a 4,5 km da BR- 230 no ramal do km 60.	Schaan 2008
249	Serra do Bibão	PA01007			Cerâmico	Rurópolis.	Sítio cerâmico localizado no topo de uma serra na vicinal do Km 45 da BR- 230, a 3,4 Km da rodovia.	Schaan 2008
250	Serra Anapuru	PA01008			Lito-cerâmico	Rurópolis, Localizado a 200m de Vertente na serra.	Sítio lito cerâmico com bastante cerâmica na superfície e sub-superfície localizado no topo de uma serra.	Schaan 2008

251	Raimundona	PA01010			Lito-cerâmico	Rurópolis, Localizado a 80m de um Igarapé (sem nome).	Sítio lito cerâmico com uma grande área de terra preta, localizado na vicinal do Km 40 da BR 230.	Schaan 2008
252	Paraná do Arau-é-pá	PA01195			Lito-cerâmico	Aveiro, Margem do rio Tapajós.	Sítio Arqueológico com fragmentos de artefatos cerâmico e lítico em superfície e terra escura espalhando-se por grande área, localizado à margem direita do Rio Tapajós, apresentando moradias no local, sendo parte do terreno utilizado para pasto.	Paulo Roberto de Canto Lopes
253	Caldeirão do Teles Pires ou Cachoeira do Tucunaré	PA00156				Jacareacanga	Sítio a céu aberto - Petroglifos.	Pardi 1994
254	Aldeia Minhocuçu	PA01175 PA-TP-01			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado no Rio Teles Pires.	Trata-se de um sítio pré-colonial a céu aberto líto-cerâmico implantado em área de planície fluvial na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
255	Ywantã	PA01176 PA-TP-02			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 10m do rio Teles Pires.	Multicomp, pré-colonial e contato líto-cerâmico e histórico, a céu aberto, c/ terra preta. nas	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et

							encostas baixa e média de uma colina suave na confluência da margem direita de pequeno igarapé com a margem direita do baixo curso do rio Teles Pires. 320x260m.	al. 2007a; Silva 2007b
256	Aldeia Tukumã	PA01177 PA-TP-03			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires.	Trata-se de um sítio multicomponencial pré-colonial e histórico, a céu aberto, lítocerâmico associado a terra preta, implantado em área de planície fluvial na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires. 400x200m.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
257	Aldeia Coelho	PA01178 PA-TP-04			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires	Trata-se de um sítio multicomponencial pré-colonial e histórico, lítocerâmico, a céu aberto, associado a terra preta. O sítio está implantado nas encostas baixa e média de colina suave na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires (T.I. Kaiabi).	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b

258	Aldeia São Benedito	PA01179 PA-TP-05			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 30m do rio São Benedito	Sítio pré-colonial lítocerâmico a céu aberto em terraço fluvial na margem direita do rio São Benedito no estado do Pará, Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
259	Aldeia Kururuzinho	PA01180 PA-TP-06			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 10m do rio Teles Pires.	Sítio pré-colonial lítocerâmico a céu aberto e histórico, localizado em terraço fluvial na margem direita do médio curso do rio Teles Pires, na Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
260	Roça Albertino Munduruku	PA01181 PA-TP-07			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires.	Sítio pré-colonial lítocerâmico a céu aberto, localizado em base de vertente suave na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, na Terra Indígena Kaiabi em sua porção Paraense.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
261	Capoeira 31	PA01182 PA-TP-08			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 150m do rio São Benedito	Sítio pré-colonial cerâmico a céu aberto, localizado em baixa vertente, suave, na margem direita do rio São Benedito, na porção	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b

							paraense da Terra Indígena Kaiabi.	
262	Capoeira 32	PA01183 PA-TP-09			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio São Benedito.	Sítio pré-colonial cerâmico a céu aberto, com terra preta, localizado em baixa vertente na margem direita do rio São Benedito, na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
263	Saúva	PA01184 TP-PA-10			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 20m do rio Teles Pires	Sítio a céu aberto pré-colonial cerâmico e histórico, localizado em baixa vertente de colina suave na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
264	Itapawku	PA01185 PA-TP-11			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires	Sítio a céu aberto, pré-colonial cerâmico associado a terra preta. Localizado em baixa vertente com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b

265	Roça do João	PA01186 PA-TP- 12			Lito- cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires	Sítio a céu aberto, pré-colonial lítio-cerâmico associado a terra preta. Localizado em média a baixa vertente com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
266	Iniã itu	PA01187 PA-TP- 13			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 200m do rio Teles Pires	Sítio a céu aberto, pré-colonial cerâmico associado a terra preta. Localizado em média a baixa vertente com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
267	Pirape wyi	PA01188 PA-TP- 14 (Tapera véia)			Lito- cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 50m do rio Teles Pires	Sítio lítio-cerâmico a céu aberto, pré colonial e histórico (antiga aldeia Kaiabi reocupada) sobre TPA. Em média a baixa vertente com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires,	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b

							na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	
268	Jaci'uok	PA01189 PA-TP-15			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 50m do rio Teles Pires	Sítio cerâmico a céu aberto, pré colonial e histórico (antiga aldeia Kaiabi). Em planície fluvial com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
269	Roça Fernando Apiaká	PA01190 PA-TP-16			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires	Sítio lítio-cerâmico a céu aberto, pré colonial assoc. TPA. Em planície fluvial com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
270	Ogapywit	PA01191 PA-TP-17			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires.	Sítio lítio-cerâmico a céu aberto, pré colonial e histórico (antiga aldeia) assoc. TPA. Em planície fluvial com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires,	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b

							porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	
271	Massisin	PA01192 PA-TP-18			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Teles Pires	Sítio cerâmico a céu aberto, pré colonial e histórico (antiga aldeia) assoc. TPA. Em planície fluvial com declividade suave, na margem direita do baixo curso do rio Teles Pires, porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
272	Itaipawuk i	PA01193 PA-TP-19			Cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 100m do rio Cururu açu	Sítio cerâmico a céu aberto, pré colonial e histórico (antiga aldeia) assoc. TPA. Em planície fluvial com declividade suave, na margem esquerda do baixo curso do rio Cururu-açu na porção paraense da Terra Indígena Kaiabi.	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b
273	Kuruné	PA01194 PA-TP-20			Lito-cerâmico	Jacareacanga, Localizado a 50m do rio Teles Pires	Sítio pré-colonial, a céu aberto lítico-cerâmico associado a TPA e histórico (antiga aldeia). Localizado em baixa vertente com declividade suave na planície fluvial da	Stuchi 2010; Silva & Stuchi 2009; Silva et al. 2007a; Silva 2007b

							margem esquerda do baixo curso do rio Teles Pires, porção paraense da T.I. Kaiabi.	
274	Serraria Trombetas	PA01009			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 1km do Igarapé Preto	Sítio cerâmico localizado com TPA e bastante material na superfície, localizado no Km 32 da BR 230.	Schaan 2008
275	Nossa Senhora de Fátima Km 35	PA01011			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 50m de um Igarapé (sem nome)	Sítio cerâmico localizado no ramal do Km 75, com TPA e bastante destruído por atividades agrícolas.	Schaan 2008
276	9 BEC	PA01112			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 70m do rio Tapajós	Sítio lito cerâmico de grandes dimensões com TPA, localizado nas margens do rio Tapajós em terreno que abriga o 9 batalhão de Engenharia de Construção (destacamento Miritituba) do Exército Brasileiro.	Schaan 2008
277	Alvorada	PA01113			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 70m de um Igarapé (sem nome)	Sítio lito cerâmico de TPA, cortado pela rodovia, localizado no km 28 da BR-230	Schaan 2008

							próximo da comunidade Campo Verde.	
278	Km 30	PA01114			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 50m do Igarapé Água Fria	Sítio lito cerâmico localizado na Comunidade Campo Verde, também conhecida como Km30, no entroncamento das BR's 230 e 163.	Schaan 2008
279	Santo Antonio	PA01115			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 220m de um Igarapé (sem nome)	Sítio lito cerâmico localizado a 3 km do entrocamento das BR's 230 e 163, destruído por atividade de uma empresa, que usou área para extração de piçarra durante trabalhos de pavimentação da rodovia.	Schaan 2008
280	Funai	PA01016 PA-IT-29			Lito-cerâmico	Itaituba	Presença lítico e cerâmica na superfície.	Coirolo 1992
281	Passatudo	PA01017 PA-IT-27			Cerâmico	Itaituba, Localizado no Igarapé Passatudo	O sítio localiza-se sobre a transamazônica a altura do KM7, a margem direita do Igarapé Passatudo.	Coirolo 1992
282	Mutururi	PA01018 PA-IT-26			Cerâmico	Itaituba	O sítio apresenta mancha de terra preta estendendo-se por 50m	Coirolo 1992

							à beira da rod. Transamazônica.	
283	Capituã	PA01019 PA-IT-25			Cerâmico	Itaituba, O sítio localiza-se na confluência do Igarapé Capituã com o Rio Tapajós.		Coirolo 1992
284	Maloquinha	PA01020 PA-IT-24			Cerâmico	Itaituba, Localizado na margem esquerda do Rio Tapajós	Sítio aberto	Coirolo 1992
285	Laranjal	PA01021 PA-IT-23			Cerâmico	Itaituba, Localizado a nordeste da cidade de Itaituba sobre a margem esquerda do rio Tapajós.	Sítio aberto	Coirolo 1992
286	Barranco	PA01022 PA-IT-22				Itaituba, Situada a 150m oeste da sede da prefeitura e 50m da borda do barranco estendendo-se 10m ao Oeste.		Coirolo 1992
287	Prefeitura	PA01023 PA-IT-21				Itaituba	Situado em área totalmente urbanizada.	Coirolo 1992
288	Morro da Terra Preta	PA01074			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 2km do Igarapé São José	Sítio cerâmico com TPA situado em área plana no topo do Morro da Terra Preta, na área do PNA. É aparentemente circundado por um	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							montículo de terra, onde foram identificados vestígios arqueológicos. Trata-se de uma antiga propriedade agrícola.	
289	Flechal	PA01075				Itaituba, Localizado a 100m do Igarapé Grotá	Sítio com TPA situado em área plana próxima à BR-230, em frente à cachoeira do Flechal, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
290	Base Uruá	PA01076				Itaituba, Localizado a 500m do rio Tapajós	Sítio com TPA situado em área plana e bastante elevada na margem esquerda do rio Tapajós, onde foi construída a Base Uruá do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
291	Pedral do Uruá	PA01077				Itaituba, Localizado na margem do rio Tapajós	Sítio com grande quantidade de afiadores e polidores situado em um afloramento rochoso na margem esquerda do Tapajós, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
292	Gameleira	PA01078			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 500m do rio Tapajós	Sítio lito-cerâmico com TPA situado em área plana e elevada. Trata-se de um sítio extenso e com grande quantidade de vestígios em superfície situado	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							próximo à margem esquerda do rio Tapajós, na área do PNA.	
293	Capelinha	PA01079			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 500m do Igarapé Nambuái	Sítio lito-cerâmico com TPA de grandes dimensões situado em área plana próxima à margem esquerda do igarapé Nambuái. Localiza-se aproximadamente a 2 km da margem esquerda da BR-230, km 80, área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
294	Pedral 1 da Capelinha	PA01080				Itaituba, Localizado no Igarapé Nambuái	ítio de afiadores e polidores situado em um afloramento rochoso no igarapé Nambuái a aproximadamente 310m do Sítio Capelinha, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
295	Pedral 2 da Capelinha	PA01081				Itaituba, Localizado no Igarapé Nambuái	Sítio de afiadores e polidores situado em um afloramento rochoso no igarapé Nambuái a aproximadamente 375m do Sítio Capelinha, no trecho entre o Sítio Capelinha e a BR-230, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

296	Pedral 3 da Capelinha	PA01082				Itaituba, Localizado no Igarapé Nambuáí	Sítio de afiadores e polidores situado em um afloramento rochoso no igarapé Nambuáí no trecho entre o Sítio da Capelinha (aproximadamente a 1km) e a BR-230, área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
297	Cocalino	PA01083				Itaituba, Localizado a 20m do Igarapé Tracoá	Sítio cerâmico com TPA localizado em área plana próxima ao igarapé Tracoá. Trata-se de um sítio extenso situado, em parte, numa propriedade agrícola, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
298	Novo Arixi	PA01084			Cerâmico	Itaituba, Localizado no Igarapé Arixi	Sítio cerâmico com TPA situado em área plana no topo de um pequeno morro. É atravessado pelo ramal do Arixi e está localizado na propriedade do Sr. Raimundo Leão, fora da área do PNA, na área conhecida como "dente da CAIMA". Trata-se de um sítio extenso.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

299	Faturão	PA01085			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 150m do Igarapé Faturão	Sítio histórico e pré-colonial com cerâmica com TPA de pequenas dimensões. Trata-se de uma antiga área de assentamento de seringueiros situado em área plana próxima ao igarapé Faturão. Situa-se na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
300	Mangal	PA01086			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 100m do Igarapé Arixí	Sítio cerâmico com TPA e vestígios históricos situado em área plana próximo ao igarapé Arixí. Trata-se de um antigo assentamento de seringueiros. É ocupado atualmente pelo Sr. Raimundo Freitas Barbosa (Raimundo Catequista). Situa-se na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
301	Morro Santa Rosa	PA01087			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 500m do rio Tapajós	Sítio lito-cerâmico com ocorrência de TPA em grande área. Situa-se em área plana e bastante elevada no topo do Morro Santa Rosa, próximo à margem esquerda do Tapajós,	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							área do PNA. Trata-se de uma antiga aldeia indígena e propriedade agrícola.	
302	Maloca	PA01088			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 200m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com TPA de pequenas dimensões, situado no topo de um morro elevado na margem esquerda do Tapajós, área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
303	Pedral do Cabano	PA01089				Itaituba, Localizado no rio Tapajós	Sítio de afiadores e polidores situado em um afloramento rochoso no local denominado Cabano, setor encachoeirado do rio Tapajós, área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
304	Ilha Redonda	PA01090			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 30m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com TPA e vestígios históricos situado na ilha homônima. A ilha situa-se próxima à margem esquerda do Tapajós, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
305	Ilha do Bananal	PA01091			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 20m do rio Tapajós	Sítio lito-cerâmico com TPA e vestígios históricos situado em área plana na ilha homônima. A ilha está localizada próxima à	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							margem direita do rio Tapajós, próximo à comunidade Pimental.	
306	Acará	PA01092			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 30m do rio Tapajós	Pequeno sítio cerâmico localizado numa antiga propriedade na localidade Acará, margem direita do rio Tapajós, na área da FLONA Itaituba II, à jusante do Igarapé da Montanha.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
307	Guabiraba	PA01093			Cerâmico	Itaituba, Localizado próximo a um Igarapé (sem nome)	Sítio cerâmico com TPA de grande dimensões situado em área plana no topo de um morro bastante elevado localizado atrás da sede da fazenda Guabiraba, margem direita do rio Tapajós, área da FLONA Itaituba II.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
308	Buburé	PA01094			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 100m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com TPA de pequenas dimensões, localizado em área plana no topo de um pequeno morro no porto Buburé, área do PNA. Trata-se de uma antiga vila e	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							assentamento de seringueiros.	
309	Pedra 1 da Ponta da Bahia	PA01095				Itaituba, Localizado no rio Tapajós	Sítio de afiadores e polidores de grandes dimensões identificado na Ponta do Bahia, margem esquerda do Tapajós, à montante do porto Buburé, na área do PNA. Trata-se do sítio com a maior quantidade de afiadores e polidores identificados na região.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
310	Pedra 2 da Ponta da Bahia	PA01096				Itaituba, Localizado no rio Tapajós	Sítio de afiadores e polidores de grandes dimensões situado na Ponta do Bahia, margem esquerda do rio Tapajós, à montante do Porto Buburé, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
311	Ponta da Bahia	PA01097			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 30m do rio Tapajós	Sítio lito cerâmico com TPA de grandes dimensões situado no topo e encosta de um pequeno morro localizado em frente ao Sítio Pedral 2 da Ponta do Bahia, margem	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							esquerda do Tapajós, área do PNA.	
312	Usina de Pau Rosa	PA01098			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 50m do rio Tapajós	Sítio histórico localizado antiga Usina de Pau Rosa, margem esquerda do rio Tapajós, na área do PNA. Foi identificada pequena ocorrência de material cerâmico em superfície.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
313	Lorena	PA01099			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 30m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com TPA situado no topo de um pequeno morro onde localizava-se o povoado de Lorena, margem esquerda do Tapajós, na área do PNA.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
314	Ponta do Bom Futuro	PA01100			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 60m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com TPA localizado na Ponta do Bom Futuro, área do PNA. Trata-se de um antigo assentamento de seringueiros e agricultores.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
315	Francês	PA01101			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 40m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com vestígios históricos situado na Ponta do Francês, área do PNA. Trata-se de um antigo	Oliveira, Barbosa & Silva 2010

							assentamento de seringueiros.	
316	Montanha	PA01102			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 200m do rio Tapajós	Sítio cerâmico com TPA de grandes dimensões localizado à montante do igarapé da Montanha, fora da área do PNA. Situa-se em área plana no topo de um morro bastante elevado. Trata-se de uma antiga propriedade de agricultores.	Oliveira, Barbosa & Silva 2010
317	Igarapé do Veado	PA01144				Itaituba, Localizado a 1m do Igarapé do Veado	Na Cachoeira do Igarapé do Veado foi encontrado grande concentração de afiadores e pelo menos cinco polidores, na margem direita	Ferreira 2009
318	Do Caxias ou Acampamento e Garimpo do Caxias	PA01145			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 1m do rio Tocantins	O sítio encontra-se no acampamento do Sr. Caxias, neste local foi verificada uma grande concentração de material cerâmico em superfície , além de um objeto de madeira e uma lâmina de machado polido.	Ferreira 2009

319	Nova Aliança	PA01146			Cerâmico	Itaituba, Localizado no rio Tocantins	Sítio localizado no acampamento abandonado do Igarapé Nova Aliança, na margem esquerda do rio Tocantins. Foi verificada ocorrência esparsa de material cerâmico	Ferreira 2009
320	Pista de Poso das Nações	PA01147			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 200m do Igarapé do Teodorão	O material cerâmico encontra-se em superfície . O solo era areno-argiloso com pequena camada de materia orgânica. O sítio encontra-se bastante impactado por ações antrópicas.	Ferreira 2009
321	Igarapé Tiodorão	PA01148			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 1m do Igarapé Tiodorão	Sítio lítico localizado no curimã do igarapé Tiodorão, bastante impactado pela ação de garimpagem.	Ferreira 2009
322	Porto da Pista Velha	PA01149			Cerâmico	Itaituba, Localizado a 100m do rio Tocantins	Localizado na margem direita do rio Tocantins, o Porto da Pista Velha fica na parte baixa da serra em que se localiza a Pista Velha (topo). Foi verificada presença de	Ferreira 2009

							material arqueológico cerâmico, no caminho de acesso que sai da Pista Velha para o Porto.	
323	Paraná-miri	PA01197			Lito-cerâmico	Itaituba, Localizado a 20m do rio Tapajós	Sítio lito cerâmico , localizado nas margens do rio Tapajós na comunidade Paraná-Miri a aproximadamente 8,5 km de Miritituba.	Schaan 2008
324	Américo	PA00814		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé do Balaio	Sítio Cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
325	Assis II	PA00815		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Comprido	Sítio Cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
326	Assis IV	PA00816		Juruti	Cerâmico	Localizado a 20m do Igarapé Juriti Grande	Sítio Cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
327	Capitão II	PA00817		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Capitão	Sítio Cerâmico a céu aberto	Scientia 2003
328	Cauerão	PA00818		Juruti		Localizado a 10m do Igarapé Juriti Grande	Sítio histórico a céu aberto	Scientia 2003
329	Cavalinho	PA00819		Juruti	Cerâmico	Localizado a 30m do Lago Parintinzinho	Sítio multicomponencial com vestígios cerâmicos histórico e pré-histórico (?) a céu aberto	Scientia 2003
330	Da Ordem	PA00820		Juruti	Lito-cerâmico	Localizado no Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003

331	Da Ordem II	PA00821		Juruti	Lítico	Localizado no Igarapé Estronda	Sítio lítico a céu aberto (oficina lítica)	Scientia 2003
332	Fé em Deus	PA00822		Juruti	Cerâmico	Localizado a 150m da cabeceira do Igarapé Ubim	Sítio Multicomponencial com vestígios cerâmicos históricos e pré-coloniais a céu aberto.	Scientia 2003
333	Fortaleza II	PA00823		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
334	Mangueirinha	PA00824		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
335	Muari	PA00825		Juruti	Cerâmico	Localizado na cabeceira do Maruim	Sítio cerâmico a céu aberto	Scientia 2003
336	Maurino	PA00826		Juruti	Cerâmico	Localizado no Lago Parintinzinho	Sítio Cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
337	Nova Vida	PA00827		Juruti	Cerâmico	Localizado a 100m do Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto	Scientia 2003
338	Parintinzinho I	PA00828		Juruti	Cerâmico	Localizado a 30m do Lago Parintinzinho	Sítio cerâmico Konduri.	Scientia 2003
339	Parintinzinho II	PA00829		Juruti	Cerâmico	Localizado a 20m do Lago Parintinzinho	Sítio cerâmico a céu aberto, provavelmente konduri.	Scientia 2003
340	Piquiá II	PA00830		Juruti	Cerâmico	Localizado na cabeceira do Igarapé Piquiá	Sítio cerâmico a céu Aberto.	Scientia 2003

341	Piquiá III	PA00831		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Piquiá	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
342	Piquiá IV	PA00832		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Piquiá	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
343	Pompom II	PA00833		Juruti	Cerâmico	Localizado a 100m do Igarapé do Coró	Sítio cerâmico pré colonial em platô.	Scientia 2003
344	Salomir	PA00834		Juruti	Cerâmico	Localizado a 50m do Igarapé Capitão	Sítio cerâmico a pré colonial.	Scientia 2003
345	Saudade	PA00835		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Estronda	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
346	Serra do Babaçu	PA00836		Juruti	Cerâmico	Localizado no Lago Alemanha	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
347	Serra do Cajú	PA00837		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé do Sonho Feio	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
348	Serra do Capiranga	PA00838		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Cachoeira	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
349	Simião	PA00839		Juruti	Cerâmico	Localizado em afluyente do Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
350	Uruá	PA00840		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
351	Uxituba	PA00841		Juruti	Cerâmico	Localizado próximo a um Lago (sem nome)	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
352	Babaçuzal	PA00842		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Taxi	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
353	Do Mangal	PA00843		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Terra Preta	Sítio Habitação cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003

354	São Jorge	PA00844		Juruti	Lito-cerâmico	Localizado a 20m do Lago Parintinzinho	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
355	Piquiá	PA00845		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Piquiá	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
356	Jauri	PA00846		Juruti	Cerâmico		Sítio cerâmico histórico.	Scientia 2003
357	Cabeceira do Folhal	PA00847		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé do Folhal	Sítio multicomponencial histórico e pré-colonial com vestígios cerâmicos a céu aberto	Scientia 2003
358	Cabeceira da Pata	PA00848		Juruti	Cerâmico	Localizado próximo a Cabeceira do Pata	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
359	Mutum	PA00849		Juruti	Lítico	Localizado no Igarapé Mutum	Sítio multicomponencial com vestígios de cerâmica histórica e material lítico a céu aberto.	Scientia 2003
360	Santa Luzia	PA00850		Juruti	Cerâmico	Localizado em um Lago (sem nome)	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
361	Assis	PA01273		Juruti	Lito-cerâmico	Localizado no Igarapé Juriti Grande	Sítio cerâmico a céu aberto.	Scientia 2003
362	Coró Coroí	PA01274		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Coró Coroí	Sítio Cerâmico (Konduri).	Scientia 2003
363	Roseta	PA01275		Juruti	Cerâmico	Localizado no Igarapé Juriti	Sítio cerâmico pré-colonial.	Scientia 2003
364	Tapera	PA00204 PA-BB-11		Acará	Cerâmico	Localizado a 15m do Igarapé Jacaréguara	Sítio Cerâmico indígena, aberto.	Magalhães 1999

365	Cacoal	PA00205 PA-BB-12		Acará	Cerâmico	Localizado a 15m do Igarapé Jacaréguara	Sítio cerâmico indígena, aberto.	Magalhães 1999
366	Porto de Santarém	PA00788 PA-ST-42		Santarém	Lito-cerâmico	Localizado a 5m do rio Tapajós	Sítio aberto de terra preta localizado as margens do rio Tapajós na área organizada do Porto da cidade de Santarém apresentando vestígios cerâmicos e líticos.	Guapindaia 1999; Guapindaia (?); Roosevelt 1987
367	Lago do Jacaré	PA00795		Santarém	Lito-cerâmica	Localizado a 200m do Lago do Jacaré	Sítio lito-cerâmico, localizado num platô, em área de terra firme, próximo ao Lago do Jacaré, na comunidade do Parauá. Trata-se de uma extensa terra preta, com fragmentos cerâmicos decorados e não decorados, pertencentes à tradição Borda Incisa.	Gomes 2001
368	Zenóbio	PA00796		Santarém	Cerâmico	Localizado a 500m do Lago do Jacaré	Sítio cerâmico, localizado a cerca de 400 m de distância do sítio Lago do Jacaré, em terreno mais elevado, num morro em formato de meia laranja. Possui o	Gomes 2001

							mesmo tipo de cerâmica Borda Incisa, encontrado no sítio Lago do Jacaré I, em menor densidade.	
369	Terra Preta	PA00797		Santarém	Lito-cerâmico	Localizado a 50m do Igarapé Amorim/Tapajós	Sítio lito-cerâmico, localizado em terra firme, na confluência dos rios Amóriam e Tapajós. Possui cerâmica relacionada à tradição Borda Incisa.	Gomes 2001
370	Erotildes	PA00798		Santarém	Cerâmico	Localizado a 100m do Igarapé do Mangal	Assentamento histórico, contendo fragmentos de cerâmica cabocla e louça.	Gomes 2001
371	Lago do Jacaré II	PA00799		Santarém	Cerâmico	Localizado a 200m do Lago do Jacaré	Sítio cerâmico superficial, localizado em área de platô, no entorno do Lago do Jacaré. A cerâmica apresenta-se bastante erodida, sem elementos diagnósticos formais ou decorativos, o que dificulta filiações. 350x250m.	Gomes 2001
372	Lago do Jacaré III	PA00800		Santarém	Cerâmico	Localizado a 200m do Lago do Jacaré	Sítio cerâmico, localizado em atual área de roça, com artefatos	Gomes 2001

							que indicam um outro assentamento relacionado à tradição Borda Incisa.	
373	Chagas	PA00801		Santarém	Cerâmico	Localizado a 100m do Igarapé do Mangal	Sítio superficial, localizado em área de terra firme, próximo ao igarapé do Mangal. A cerâmica é relacionada à tradição Borda Incisa. 200x150m.	Gomes 2001
374	Arara Castanha	PA00802		Santarém	Cerâmico	Localizado a 1km do Igarapé Mangal	Sítio Cerâmico, implantado numa área de terra firme, em superfície aplainada. A cerâmica encontra-se bastante erodida. Entretanto, alguns exemplares mais preservados indicam uma associação com a tradição Borda Incisa. 150x100m.	Gomes 2001
375	Igarapé	PA00803		Santarém	Cerâmico	Localizado a 20m do Igarapé do Centro	Sítio contendo vestígios cerâmicos bastante erodidos, que não permitem filiação cultural. Trata-se de um provável acampamento de pesca, pois está	Gomes 2001

							localizado às margens de um igarapé.	
376	Parauá-Centro	PA00804		Santarém	Lito-cerâmico	Localizado a 200m do rio Tapajós	Sítio localizado numa área de terra preta, no bairro do centro. O local, bastante comprometido, comporta edificações (casas, escola e sede do clube). Entretanto, foi possível identificar artefatos associados à tradição Borda Incisa.	Gomes 2001
377	Aldeia	PA01037		Santarém	Lito-cerâmico	Localizado a 50m do rio Tapajós	Sítio de formato linear, implantado às margens do rio Tapajós. Trata-se do principal sítio relacionado à cultura Santarém, hoje coberto pela ocupação urbana, sobre o qual fazem referências as fontes etno-históricas e os levantamentos de Nimuendaju.	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju 2004; Roosevelt 1987
378	Carapanari	PA01038		Santarém	Lito-cerâmico	Localizado a 30m do rio Tapajós	Sítio cerâmico implantado no topo de um morro com vertentes ravinadas. Apresenta vestígios cerâmicos em	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju

							superfície e em profundidade associados à cultura Santarém. 200x200m.	2004; Roosevelt 1987
379	Irurama 1	PA01039		Santarém	Cerâmico	Localizado a 300m do Igarapé do Irurama	Sítio localizado num topo de vertente, numa área de terra preta ocupada por uma roça. Apresenta vestígios cerâmicos em superfície associados à cultura Santarém. 300x200m.	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju 2004; Roosevelt 1987
380	Irurama 2	PA01040		Santarém	Cerâmico	Localizado a 300m do Igarapé do Irurama	Sítio de terra preta antropogênica, de formato elíptico, localizado no topo de um morro baixo, com vertentes ravinadas, atualmente ocupado por uma área de roça. Apresenta vestígios cerâmicos em superfície associados á cultura Santarém.	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju 2004; Roosevelt 1987
381	Itapari	PA01041		Santarém	Cerâmico	Localizado a 10m do rio Tapajós	Sítio de terra preta antropogênciã localizado às margens do Rio Tapajós, numa barranca de aproximadamente 30 m	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju 2004; Roosevelt 1987

							de altura. Apresenta vestígios cerâmicos em superfície associados à cultura Santarém.	
382	Serra do Carauari	PA01042		Santarém	Cerâmico	Localizado a 700m do rio Tapajós	Sítio de terra preta antropogênica localizado no topo de um morro alto, com vertentes ravinadas. Apresenta vestígios cerâmicos em superfície associados à cultura Santarém. 20x5000m.	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju 2004; Roosevelt 1987
383	Serra do Mocotó	PA01043		Santarém	Cerâmico	Localizado a 1km do Igarapé São Luiz	Sítio de terra preta antropogênica, localizado no topo de um morro com vertentes ravinadas. Apresenta vestígios cerâmicos em superfície associados à cultura Santarém. Este sítio foi identificado por Curt Nimuendaju nos anos 1920.	Gomes 2002, 2006; Nimuendaju 2004; Roosevelt 1987
384	Duas Curvas do Assentamento	PA01196		Santarém	Cerâmico	Localizado a 3km do Paraná Aiaia	Area de Terra Preta Amazonica, com ceramica nas leiras acumuladas pelo trator que abriu a estrada de acesso á comunidade. A	Pardi, Miller & Ravani 2009

							cerâmica tem bordas reforçadas, decoração em vermelho, marcas de esteira, fundo convexo, fragmentos de assadores e apliques.	
385	Aldeia Tolosa	MT00528		Campo Novo do Parecis		Localizado no Córrego Cravari	Aldeia abandonada (aldeia Tolosa).	Morales 2001
386	Abrigo 1	MT00529		Campo Novo do Parecis	Arte Rupestre		Abrigo com arte rupestre.	Morales 2001
387	Prainha 1	MT00530		Campo Novo do Parecis	Lítico	Localizado a 50m do rio Sangue	Sítio lítico a céu aberto.	Morales 2001
388	São João 3	MT00531		Campo Novo do Parecis	Lítico	Localizado a 20m do córrego São João; rio Sacre	Sítio lítico a céu aberto.	Morales 2001
389	São João 4	MT00532		Campo Novo do Parecis	Lítico	Localizado a 80m do Córrego São João; rio Sacre	Sítio lítico a céu aberto.	Morales 2001
390	Sacre 1	MT00533		Campo Novo do Parecis	Lito-cerâmico	Localizado a 300m do rio Sacre	Sítio cerâmico.	Morales 2001

391	São João 1	MT0053 4		Campo Novo do Parecis	Lítico	Localizado a 60m do Córrego São João	Sítio lítico a céu aberto.	Morales 2001
392	São João 2	MT0053 5		Campo Novo do Parecis	Lítico	Localizado a 10m do Córrego São João	Sítio lítico a céu aberto.	Morales 2001
393	Buruito 1	MT0065 8		Campo Novo do Parecis	Lito- cerâmico	Localizado a 200m do rio Sangue	Sítio Lito-Cerâmico situado a céu aberto, em área com cobertura vegetal arbórea. Próximo a um pequeno curso d'água que deságua na margem esquerda do Rio do Sangue. O sítio apresenta material lítico lascado associado a material cerâmico em menor densidade.	Mello 1999; Telles 2003
394	Buruito 2	MT0065 9		Campo Novo do Parecis	Lítico	Localizado a 100m do rio Sangue.	Sítio Lítico, a céu aberto, próximo ao Rio do Sangue.	Mello 1999; Telles 2003
395	Sítio Pareci	MT0075 3		Campo Novo do Parecis		Localizado a 50m do rio Sacre	Antiga aldeia dos índios Pareci, localizada dentro da Terra Indígena Tirecatinga.	Robrahn- González 2006

396	São João 5	MT0075 4		Campo Novo do Parecis		Localizado a 100m do Córrego São João	Sítio lítico a céu aberto.	Robrahn- González 2006
397	Horta Velha Pareci	MT0001 3 MT- BU-3		Diamantin o	Cerâmico	Localizado nas proximidades do rio Formoso e Jubinha		Pardi 1988
398	Canoa Quebrada 4	MT0050 8		Lucas do Rio Verde	Lítico	Localizado a 30m do rio Verde	Sítio lítico a céu aberto.	Morales 2001
399	Taitetu						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
400	Kantã ou Ywanta						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
401	Tukunaré Kwat						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
402	Piawu'i						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
403	Opevuu						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
404	Ypia						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
405	Ywyampororok						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
406	Tabuleiro						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
407	Tea sing'I						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
408	Sem Nome						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
409	Jurukanaua						Antiga Aldeia	Stuchi 2010

410	Jawasi ypoon						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
411	Itauakatu i						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
412	Antiga Aldeia						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
413	Zé Romão						Antiga Aldeia	Stuchi 2010
414	Capoeira 10						Antiga Roça Kayabi	Stuchi 2010
415	Mukuin Caniné						Antiga Roça Kayabi	Stuchi 2010
416	Capoeira 26						Antiga Roça Kayabi	Stuchi 2010
417	Ujewunum						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010
418	Pinoteui						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010
419	Ilha (Tamé)						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010
420	Ypenen						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010
421	Ypiaowi						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010
422	Ipoowkai						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010

423	Colocação de Seringa						Antigas Aldeias Sazonais	Stuchi 2010
-----	-------------------------	--	--	--	--	--	-----------------------------	-------------